

# Trayectorias Humanas Trascontinentales

ISSN : 2557-0633

Directrice de la publication : Dominique GAY-SYLVESTRE

Sous la direction de Dominique GAY-SYLVESTRE

Publication en ligne le 22 décembre 2022

<http://unilim.fr/trash/4979>

TraHs HS N°9 | 2022

Territoires, Populations Vulnérables et Politiques Publiques : culture de paix  
et droits de l'homme et défense des droits des populations vulnérables  
dans le monde au XXI<sup>e</sup> siècle



Université  
de Limoges



## Note

### Note

**Dominique Gay-Sylvestre**

Directrice revue numérique TraHs

Lorsqu'en 2017, la revue numérique *Trayectorias Humanas Trascontinentales* a été créée, nous n'imaginions pas qu'elle atteindrait 34000 visiteurs par mois (novembre 2022). Cinq ans ont passé depuis ; les thèmes présentés dans ce nouveau numéro sont le reflet (en partie) des recherches menées au sein du réseau international ALEC. Des chercheurs de tous horizons présentent leurs réflexions sur des sujets très divers, mais toujours dans un souci d'alerter le lecteur sur des problèmes qui touchent nos sociétés du XXI<sup>e</sup> siècle, quel que soit le continent concerné.

Un grand merci à tous ceux qui nous suivent et collaborent avec nous depuis 2017 pour faire de TraHs, une revue d'excellence.

Gracias a todos los que, desde el año de 2017 nos leen y colaboran con nosotros para que TraHs se convierta en una revista de excelencia.

## I- Sociedades y derechos en juego / Societies and rights at stake



## Movimento indígena e descaso da saúde Yanomami na Amazonia: análise sobre a falta de assistência do governo federal e as consequências do garimpo em reportagem do G1 Roraima

Indigenous movement and neglect of Yanomami health in the Amazonia: analysis of the lack of assistance from the federal government and the consequences of mining in a report by G1 Roraima

**Josué FERREIRA<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Roraima (UFRR)  
Boa Vista, Roraima, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2079-1319>

[josueferreiragomes1@gmail.com](mailto:josueferreiragomes1@gmail.com)

**Tatiane HILGEMBERG<sup>2</sup>**

Universidade Federal de Roraima (UFRR)  
Boa Vista, Roraima, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2112-0944>

[tatianehilgemberg@gmail.com](mailto:tatianehilgemberg@gmail.com)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/5003>

DOI : 10.25965/trahs.5003

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR). Jornalista formado pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil, com intercâmbio em cinema na Universidad del Magdalena, em Santa Marta, Colômbia. Membro do Grupo de Pesquisa Ama[Z]oom | Observatório Cultural da Amazônia e Caribe (UFRR). Recentemente, esteve como assessor de comunicação para repostas humanitárias na World Vision International. Já atuou como editor-chefe do Roraima em Tempo, portal de notícias no estado, no G1 RR, Rádio 93FM, e, em 2019, cobriu os conflitos armados na fronteira entre Brasil e Venezuela. Em 2020, visitou a comunidade indígena Malacacheta, uma das mais afetadas pela pandemia de coronavírus, para mostrar as dificuldades e falhas do Poder Público no enfrentamento à doença.

<sup>2</sup> Figueiredo é doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com período sanduíche na Curtin University (Austrália) e membro do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Porto (Portugal/2010). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Porto/Portugal. Especialista em Gestão do Esporte pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Jornalista formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM/UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Ama[Z]oom | Observatório Cultural da Amazônia e Caribe (UFRR) e do Grupo de Pesquisa Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia (UFRR). Áreas de pesquisa em que atua: Jornalismo e Esporte; Representação, Identidade e Mídia, Mídia e Deficiência, Corpos e Comunicação. Saberes Amazônicos.

**Resumo:** O movimento indígena em Roraima tem sido pioneiro em discutir pautas para melhorias nas comunidades. Busca-se discutir como esse movimento social levou à imprensa - Portal G1 RR - denúncia importante sobre o surto de malária e casos de desnutrição nas crianças na maior reserva indígena do país, a Terra Yanomami. Neste artigo, traçamos um panorama sobre movimentos sociais e indígena, indicando-os como caminho para conquistas de direitos no Brasil, discutimos o direito à saúde conquistado pelos povos originários após anos de lutas, e analisamos a reportagem especial “Terra Yanomami e o retrato do abandono: desnutrição, surto de malária e frascos de dipirona”, publicada no Portal G1 RR, em novembro de 2021, para discutir elementos que configuram a resistência dos Yanomami. Concluimos que por mais que a reportagem em alguns momentos use termos inadequados, apele na narrativa ou não aprofunde em determinadas questões, ela estabelece um novo momento sobre o movimento indígena enquanto notícia e simboliza um fruto da atuação do movimento indígena.

**Palavras chave:** movimento indígena, saúde indígena, Terra Yanomami

**Résumé :** Le mouvement indigène de Roraima a été un pionnier dans la discussion de lignes directrices pour améliorer la vie au sein des communautés indigènes. Il expose la façon dont ce mouvement social a conduit la presse – Portal G1 RR – à dénoncer l’importante épidémie de paludisme et des cas de malnutrition chez les enfants, dans la plus grande réserve indigène du pays, la Réserve Yanomami. Dans cet article, nous dressons un panorama des mouvements sociaux et indigènes et indiquons qu’ils constituent un moyen de conquérir les droits au Brésil, notamment le droit à la santé conquis par les peuples indigènes après des années de lutte. Nous partons de l’analyse du documentaire intitulé “La Réserve Yanomami, portrait d’un abandon : malnutrition, épidémie de paludisme et flacons de dipyrone”, publié sur le Portal G1 RR, en novembre 2021, pour discuter des éléments qui caractérisent la résistance des peuples indigènes. Nous en concluons que, même si le documentaire utilise parfois des termes inappropriés, fait appel au récit ou n’aborde pas certaines questions, il présente une nouvelle étape dans le mouvement indigène et incarne la dynamique de ce mouvement.

**Mots clés :** mouvement indigène, santé indigène, réserve yanomami

**Resumen:** El movimiento indígena en Roraima ha discutido asuntos para mejorar el vivir de las comunidades indígenas. Nuestro objetivo es discutir cómo este movimiento social llevó a la prensa – Portal G1 RR – una denuncia importante acerca de la epidemia de malaria y casos de desnutrición en los niños de la mayor reserva indígena de Brasil, la Tierra Yanomami. En este artículo, trazamos un panorama acerca de los movimientos sociales e indígenas, indicando que son como caminos para la conquista de derechos en Brasil, o sea derechos conquistados por los pueblos originarios después de años de lucha (el derecho a la salud, en especial) y analizamos el reportaje “Tierra Yanomami, retrato de un abandono: desnutrición, epidemia de malaria y frascos de dipirona”, publicado en el Portal G1RR, en noviembre de 2021, para discutir elementos que muestran la resistencia de los Yanomami. Concluimos que, por más que el reportaje utilice en algunos momentos palabras inadecuadas, busque una narrativa paralela o no profundice el debate acerca de algunas cuestiones, éste establece un nuevo momento para el movimiento indígena y simboliza la actuación de los indígenas.

**Palabras clave:** movimiento indígena, salud indígena, tierra yanomami

**Abstract:** The indigenous movement in Roraima has been a pioneer in discussing some important subjects to improve communities. The aim is to discuss how this movement led to the press – Portal G1 RR – important denunciation about the malaria

outbreak and cases of malnutrition in children in the largest indigenous reserve in Brazil, the Yanomami Indigenous Land. In this article, we outline an overview of social and indigenous movements, indicating them as a way to conquer rights in Brazil, we discuss about the right to health conquered by indigenous people after years of struggle, and we analyze the special report “Yanomami Land and the portrait abandonment: malnutrition, malaria outbreak and bottles of dipyrone”, published on Portal G1 RR, in November 2021, to discuss elements that configure the resistance of indigenous people. We conclude that although the report may sometimes use inappropriate terms, be clumsy in its narrative, or not go deeply into certain issues, it establishes a new moment about the indigenous movement as news and symbolizes a fruit of the indigenous movement's actions.

Keywords: indigenous movement, indigenous health, Yanomami land

## Introdução

Os movimentos sociais sempre fizeram parte da construção da realidade devido às discussões que provocam. Goss e Prudencio (2004: 81) escrevem que esses movimentos têm cunho emblemático, mesmo lutando por particularidades e diferenças, pois o tipo de discussão que suscitam “acaba tocando em temáticas muito importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade”. As autoras também destacam que os movimentos sociais têm cunho identitário.

No mesmo entendimento, Gohn (2000) afirma que os movimentos sociais não podem ser definidos apenas por grupos que se aglomeram para protestar. É preciso ter uma identidade comum, que surge das experiências culturais de cada um deles, e os leva para um encontro de ideais, que é recriado a todo momento. “Os movimentos realizam diagnóstico sobre a realidade social, constroem propostas” (Gohn, 2011: 336). Araújo e Santi (2019) também afirmam, portanto, que os movimentos sociais são formas poderosas de ação coletiva.

Partindo desse conceito, desembocamos no movimento indígena, que se encaixa nessas definições. Esse grupo tem defendido causas próprias, mas que impactam na vida de cada cidadão, como é o caso do garimpo, que polui os rios em Roraima<sup>3</sup> e coloca em risco a saúde pública. O movimento indígena, acima de tudo, exige garantias previstas na Constituição Federal após anos de lutas. Aliás, uma luta que tem se intensificado e não desaparecido com o tempo. Logo, é um grupo que exige na prática que o dever do Estado de proporcionar tratamento digno aos povos originários seja visível nas comunidades e fora delas.

Neste artigo, discorreremos sobre o movimento indígena como caminho para se alcançar objetivos em comum para benefício da sociedade, além de elucidar seu conceito. Também falaremos da implementação da Saúde Indígena no Brasil e suas ramificações; enaltecemos o direito à saúde dos povos originários e sinalizaremos que isso tem sido deturpado em Roraima, especificamente na Terra Yanomami<sup>4</sup>, que se tornou assunto da reportagem alvo desta análise. Evidenciaremos a saúde como pauta nos veículos de comunicação, bem como o espaço que a Saúde Indígena conquistou e a necessidade de se ampliar essa cobertura.

Por fim, apresentaremos uma análise da reportagem “Terra Yanomami e o retrato do abandono: desnutrição, surto de malária e frascos de dipirona”, publicada no Portal G1 RR, em novembro de 2021. O objetivo é mostrar como a narrativa jornalística foi constituída e identificar elementos que sinalizem a atuação do movimento indígena, as denúncias da desassistência de saúde aos Yanomami, e outras situações que transbordam da floresta para a imprensa, como forma de clamar por socorro àqueles que dividem espaço, ainda que forçadamente, com garimpeiros e o abandono do Poder Público.

---

3 Roraima é o estado mais ao Norte do Brasil, fazendo fronteira com a Venezuela e a Guiana. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão do governo brasileiro, é o menos populoso entre os 26 estados e o Distrito Federal, com população estimada de 652.713 habitantes. Por outro lado, de acordo com o IBGE, concentra a maior população indígena do Brasil, com cerca de 50 mil pessoas.

4 A Terra Indígena Yanomami foi homologada pelo presidente brasileiro Fernando Collor de Mello em 1992. Com quase 10 milhões de hectares, fica entre os estados de Roraima e Amazonas, na região Norte do Brasil, onde vivem cerca de 30 mil indígenas em mais de 300 comunidades. Segundo a Hutukara Associação Yanomami (HAY), uma das instituições de maior referência de defesa dos povos indígenas no Brasil, os Yanomami se consideram filho de Omama, a quem denominam criador, e falam nove línguas diferentes. Há presença desse povo na Venezuela, entre os rios Orinoco e Amazonas.

## O movimento indígena em Roraima

Os povos indígenas, desde a chegada dos colonizadores (invasores), sofrem maus tratos, trabalhos forçados, confinamentos e sedentarização. Centenas de povos desapareceram com o processo de colonização, onde se destacaram as práticas da escravidão, das chacinas, das guerras, e das epidemias por doenças infecciosas. Desta forma, podemos afirmar que a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas sempre foi marcada pelo preconceito e pelo descaso (Altini et. al, 2013: 7).

Garimpo ilegal, falta de assistência médica, demarcação de terras, ataques policiais, e *fake news*. A luta dos povos indígenas está fincada em diferentes vertentes que, muitas vezes, desembocam do Estado para as comunidades. Isso leva aos atos de resistência, que buscam desmistificar a imagem criada contra os indígenas. O movimento indígena, portanto, tem atuado para cobrar melhorias na Saúde, Educação, Segurança, ao mesmo tempo em que estampam nas ruas palavras de ordens contra as mentiras propagadas sobre eles.

Nas últimas décadas, os direitos dos povos indígenas tornaram-se normas da “ordem política internacional” que cada país precisa colocar em prática (Urquidi; Teixeira; Lana, 2008: 200). Ou seja, falar sobre essa demanda não se restringe a apenas um país, mas, sim, participar de um debate muito mais amplo, como foi a COP26, no ano de 2021. No evento, por exemplo, os indígenas puderam denunciar, em nível global, o desmatamento e o garimpo, como vem ocorrendo na Terra Indígena Yanomami, em Roraima.

Há pelos menos duas décadas os grupos indígenas denunciam a extração ilegal de ouro e a presença, também ilegal, de pelo menos 20 mil garimpeiros na região. Entre abril de 2020 e maio de 2021, uma das mais importantes organizações do movimento indígena em Roraima, a Hutukara Associação Yanomami (HAY<sup>5</sup>), alertou os órgãos de controle por meio de 14 ofícios sobre a expansão do garimpo ilegal na maior reserva indígena<sup>6</sup> do Brasil.

Diferentemente da resposta enérgica que os povos esperavam da União, o governador de Roraima, Antonio Denarium, aprovou, em fevereiro de 2021, uma lei que permitia a atividade garimpeira no estado, o que levou a um aumento na entrada de invasores na Terra Yanomami. Ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha derrubado a lei quatro meses depois, os reflexos já eram visíveis. Foram dezenas de conflitos armados<sup>7</sup> entre os indígenas e garimpeiros, com registro de mortos e feridos.

---

5 A Hutukara Associação Yanomami (HAY) é uma das instituições mais prestigiadas no Brasil em tema de proteção aos indígenas. Foi fundada em 2004, na aldeia Watori, região de Demini. A entidade é composta pela Assembleia Geral, Diretoria e Conselho de Representantes Regionais, e se mantém por meio do apoio de organizações não governamentais. O atual presidente da HAY é Davi Kopenawa, liderança indígena conhecida mundialmente pela sua luta em defesa dos povos originários.

6 De acordo com o IBGE, há pelos cerca de 900 mil indígenas em todo o Brasil, com destaque para a região Norte, onde vivem quase 40% desse total. O último levantamento feito pelo governo brasileiro, no ano de 2010, indicava 305 etnias e 274 línguas, com destaque para os Tikuna, Guarani Kaiowá, Kaingang, Macuxi e Terena.

7 Reportagem do G1 Roraima trouxe uma ordem cronológica de pelo menos nove conflitos. Disponível em:  
<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/rr/roraima/noticia/2021/05/27/>



Durante esse tempo, diversas organizações de defesa dos povos indígenas provocaram o STF e cobraram uma resposta rápida contra o Estado. As entidades buscavam preservar o direito das comunidades por intervenção do Judiciário, tendo em vista a demora na atuação do Governo Federal, responsável pelas regiões. Em maio de 2020, o ministro relator da ação, Luís Roberto Barroso, disse que o governo agia sem transparência e protelava em garantir atendimento de saúde e vacinação contra a Covid-19 nos indígenas.

À época, ele determinou que o governo retirasse os garimpeiros da região e adotasse todas as medidas de proteção aos povos indígenas. Mesmo assim, após diversas operações da Polícia Federal, em parceria com outros órgãos, a Hutukara e o Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuanna<sup>8</sup> continuaram denunciando não apenas as consequências do garimpo ilegal, que provocou agravamento nos casos de malária e Covid-19, mas também a desnutrição das crianças na região. Percebe-se, assim, que as organizações do movimento indígena são cruciais para que as demandas ganhem espaço principalmente na mídia, onde se escancara à audiência as mazelas sofridas na reserva.

Jesús Martín-Barbero (1987) escreve que os indígenas são símbolo de resistência. Para o autor, as comunidades são o que restou de puro depois de os colonizadores invadirem as terras e deturparem as crenças e culturas indígenas. Resistir, neste contexto, seria a forma originária de não se deixar convencer pelo invasor de que as práticas indígenas precisam ser mudadas, de que as riquezas têm que ser exploradas em nome do progresso, e para exigir direitos básicos, como saúde e educação. A resistência, portanto, faz parte do movimento criado pelos indígenas para defender as práticas culturais e os territórios.

O movimento Indígena surge como forma de resistência às opostas políticas de interesses capitalistas, formando-se um movimento social, para que juntos se mobilizem contra tantos retrocessos impostos historicamente a um povo nato das terras brasileiras. Conforme se observa, a luta de tal movimento constitui numa reparação histórica e a manutenção de poucos direitos adquiridos para que possa se viver com o mínimo de identidade e cultura preservadas (Borges; Riffert; Daniel; Ruszczak, 2018: 284).

Dessa forma, os indígenas têm o próprio movimento social em busca de melhorias. Esse ideal comum que é sinalizado por Gohn como uma das características dos movimentos sociais, que são definidos pela autora como:

(...) ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas (2000: 13).

---

relembre/conflitos-recentes-entre-garimpeiros-e-indigenas-na-terra-yanomami.ghtml.  
Acesso em 4 de dezembro de 2022.

<sup>8</sup> Os Ye'kuanna são indígenas que estão majoritariamente concentrados na Venezuela. Contudo, um pequeno grupo da etnia vive em Roraima, na Terra Indígena Yanomami. Por isso, eles também são representados pelo Conselho de Saúde Indígena. Os Ye'kuanna fazem roças para produção do próprio alimento e limitam que as comunidades tenham até 500 habitantes (SILVA; BETHONICO, 2010).

Segundo a autora, eles não são movidos apenas por interesses em comum, mas por uma identidade comum. Os movimentos sociais foram e são cruciais para o desenvolvimento de qualquer localidade. Alguns exemplos são os negros, as mulheres, e os LGBTQIAP+. Há sempre protestos em busca de trazer à realidade os direitos constitucionais. Eles provocam o setor político para que se atente às necessidades desses grupos. Ilse Scherer-Warren (2008) afirma que o Estado sempre foi uma referência para os movimentos, seja para contestar ou negociar.

Araújo e Santi complementam afirmando que os movimentos sociais:

(...) são formados quando grupos vulneráveis e sem oportunidades políticas, encorajados por líderes ou exemplos de outras reivindicações começam a tomar atitudes, descobrir aliados em suas redes sociais e organizar ações a fim de promover mudanças na constituição dos espaços políticos. São essas oportunidades que atraem ações coletivas e estabelecem os repertórios de confronto e enfrentamento próprios de cada movimento (2019: 4).

No caso do movimento indígena no Brasil, Borges e colaboradores (2018:285) escrevem que eles se iniciaram em 1970, “sendo definido por suas lideranças, bem como o conjunto de ideias, estratégias e ações que as comunidades e organizações indígenas desenvolvem em defesa dos seus interesses coletivos”. Desde então, a bandeira defendida pelas comunidades tem sido fortalecida no cenário político e midiático, a fim de que as reivindicações sejam atendidas.

Heck, Loebens e Carvalho (2005: 240) lembram que os indígenas conseguiram que a “Constituição Federal de 1988 assegurasse seus direitos históricos à terra e o reconhecimento de suas organizações sociais. Constituíram variadas formas de articulação e organização para fazer avançar concretamente as conquistas legais”. Nesse sentido, é possível atrelar o movimento indígena de Roraima à busca por melhorias para as comunidades. É sair da zona de sobrevivência e partir para condições dignas de vida, afinal, “falar de movimentos sociais ou de reivindicações por direitos e melhores qualidades de vida são considerados sinônimos” (Araújo; Moura, 2019: 9).

Adentrando no movimento indígena, e traçando um panorama em Roraima, há que relembrar a demarcação da Raposa Serra do Sol. Até que os arroteiros fossem retirados do local, muito sangue foi derramado e a mão de obra indígena explorada, deixando marcas que transcendem a linha histórica criada a partir da invasão do território até a resposta do Supremo Tribunal Federal. Ramalho (2013) pondera que comunidades na região foram dizimadas à força pelos empresários, fazendo com que muitos indígenas fugissem e outros enfrentassem as invasões.

Nesse contexto, destaca-se o protagonismo do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que nasceu em meados de 1970 para defender as causas das comunidades. Com o passar dos anos, a instituição cresceu e se manteve fidedigna às pautas indigenistas, carregando a responsabilidade de falar por grande parte das comunidades.

A atuação das organizações como o CIR possibilitou que as causas indigenistas ganhassem um espaço na política. Em 2018, Roraima elegeu a primeira parlamentar indígena do Brasil, Joenia Wapichana, que passou a representar não apenas os povos do estado, mas todas as etnias do país. A chegada de Joenia ao Congresso simboliza um importante passo rumo à visibilidade de temáticas indigenistas.

Essas manifestações ganharam cada vez mais espaço e elevaram o clima no Congresso Nacional, que decidiu, em 2021, debater o Projeto de Lei (PL) 490. Em

síntese, o texto só considera terras indígenas aquelas que já eram habitadas quando a Constituição foi criada em 1988, além de outras mudanças drásticas para as comunidades. Durante as discussões, povos indígenas de diversos estados brasileiros, incluindo Roraima, enviaram para Brasília – capital do Brasil – representantes para participar de um ato de defesa dos direitos dos povos originários.

O movimento indígena também pôde ser observado com maior intensidade na pandemia da Covid-19, quando diversas organizações buscaram refúgio no STF por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)/790. A ação pedia proteção urgente para as comunidades durante a crise sanitária, tendo em vista que não havia protocolo específico para os indígenas, que historicamente são mais vulneráveis que os não-indígenas. As entidades pediam barreiras de proteção, envio de equipamentos e testes para as comunidades. Com a nítida demora, os próprios indígenas decidiram bloquear os acessos às regiões em Roraima para evitar casos da doença.

Em meio a tantas reivindicações, pretendemos mostrar como a presença de garimpeiros e a falta de assistência de saúde do Governo Federal levaram a uma calamidade dentro da Terra Yanomami, que se tornou reportagem no G1 Roraima e no Fantástico, da Rede Globo. É o direito à saúde, garantido na Constituição, sendo deturpado pelo Estado. Desnutrição, malária e falta de infraestrutura são algumas das denúncias evidenciadas pelo portal de notícias, alvo dessa análise.

## Direito à Saúde entregue ao esquecimento

O garimpo ilegal é, atualmente, o fator primordial para conflitos e doenças na Terra Yanomami, que tem mais de 9 milhões de hectares entre os estados de Roraima e Amazonas, e abriga aproximadamente 27 mil indígenas, alguns deles de recente contato, que já sofrem consequência da atividade mineradora. Durante os anos de 2020 e 2021, dois primeiros anos da pandemia, a região apresentou um aumento expressivo de casos de Covid-19 e malária, atribuídos, em sua grande maioria, à entrada de invasores na terra.

Sabe-se que o garimpo afeta profundamente os ecossistemas aquáticos, aumentando a turbidez das águas e diminuindo sua piscosidade, além de problemas de contaminação e poluição. A presença garimpeira afeta também a fauna e a saúde das comunidades indígenas, sem resistência epidemiológica às doenças exógenas. Os Yanomami, ao se apoderarem da escrita produziram vários documentos em que atestam seu repúdio ao garimpo em suas terras, denunciando-os, lembrando às autoridades os problemas ambientais e sanitários causados pela atividade garimpeira na Terra Yanomami (Nilsson, 2008: 34).

Antes de tudo, é preciso compreender que o fluxo de garimpeiros ilegais na localidade só ocorre devido à falta de política de segurança. Mesmo com as operações da Polícia Federal, a curva de exploração só cresce, chegando a injetar milhões na economia roraimense, sem, sequer, ter uma autorização para a atividade. Além disso, as devastações do meio ambiente já podem ser vistas a olho nu, seja a coloração do Rio Branco, principal afluente de Roraima, ou as imagens aéreas do desflorestamento.

De mãos dadas com essa presença ilegal está a falta de assistência de saúde, garantida na Constituição e de responsabilidade do Governo Federal. O cuidado com

os indígenas começou em 1910, quando o Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais era encarregado dessa demanda. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, transferiu-se a responsabilidade para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Em 1999, criou-se o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Lei Arouca), composto pelos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígenas (Dsei's), implementados pelo Brasil. Com orçamento e pessoal, esses 34 órgãos devem dar conta das necessidades das comunidades, contratando profissionais para as aldeias e respeitando as diferenças culturais dos 755 mil indígenas.

Em outubro de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde, que herdou o trabalho da Funasa. Essa mudança surgiu após cobrança do movimento indígena e representava um avanço na Saúde, pois descentralizava o trabalho da Funasa para o Ministério da Saúde, dando autonomia para os Distritos Sanitários. “Esse processo foi marcado por uma ampla participação de representantes da população indígena e por várias rodadas de negociação, tornando-se um marco histórico para a assistência à saúde indígena” (Ferreira; Portillo; Nascimento, 2013: 84).

Assim, o direito à saúde não foi dado pelo governo brasileiro, mas conquistado pelos povos indígenas depois de lutas travadas pelo movimento. “Nesse processo destacou-se o protagonismo indígena, que acabou por pautar as discussões com o governo, gerando lições importantes para o SUS sobre a participação dos usuários na construção de políticas públicas” (Ferreira; Portillo; Nascimento, 2013:93). Não se pode avaliar que essa garantia é um favor às comunidades, mas um reconhecimento às diferenças daqueles que já habitavam o território brasileiro quando ele foi “descoberto” pelos portugueses. A saúde, que simboliza um direito à vida, precisa ser resguardada, principalmente em meio a uma crise sanitária, como ocorre com a pandemia da Covid-19. Negligenciar essa assistência pode ser considerado crime.

Roraima possui dois Distritos de Saúde Indígena: o Dsei-Leste e o Dsei-Yanomami, justamente por atuarem com povos de culturas distintas. O primeiro representa cerca de 50 mil indígenas, enquanto o segundo beira os 30 mil. Eles possuem recursos para serem aplicados em melhorias da saúde. Contudo, o que se observa é que o dinheiro público não chega a quem precisa. A solução, às vezes, é unir os próprios indígenas para construir um posto médico no meio da reserva. Esses pequenos reflexos reforçam que as instituições públicas estão longe de atuar com qualidade junto aos povos indígenas.

Garnelo (2012) destaca que, ao criar a Saúde Indígena, o Estado imaginava que as populações indígenas desapareceriam com o tempo, não precisando mais de atendimento diferenciado por causa da cultura. Contudo, a autora afirma que, com o passar dos anos, essa ideia se mostrou totalmente infundada, já que as populações cresceram e intensificaram as reivindicações por direitos ligados à diferenciação étnica, levando, inclusive, a um rompimento dos indígenas com o governo.

As tensões entre o movimento indígena e o governo federal já haviam tido um momento de agudização na comemoração dos 500 anos de descoberta do Brasil, no ano 2000, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesta ocasião, o poder público reprimiu violentamente os protestos indígenas pela comemoração da descoberta que inaugurou o processo colonizatório que destruiu muitos povos indígenas após a chegada dos portugueses na costa brasileira. O conflito selou

o afastamento definitivo de grande parte das entidades indígenas com o poder central (Garnelo, 2012: 44).

Essa relação conturbada entre o movimento indígena e o governo perdura no tempo devido às cobranças das lideranças. Ligados aos Distritos Indígenas estão outros três setores responsáveis por fiscalizar a atuação do governo: os Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI). Segundo o Governo Federal, o primeiro se manifesta e acompanha as ações e serviços de atenção à saúde e situações ambientais. O segundo fiscaliza, debate e apresenta políticas para fortalecimento da saúde. Já o último tem caráter consultivo e atua para melhoria das ações voltadas para as comunidades.

Fernandes e colaboradores (2020: 47) dizem que quando “uma notícia de violação de direitos é publicada, imediatamente é identificada uma notícia de resistência e de denúncia indígena ou, em algumas situações, são concomitantes”. Além de ser uma prova, um documento, um registro, e um mural de memórias, o jornalismo é a vitrine de exposição que tem força suficiente para mudar ou ao menos provocar reflexões de mudanças no meio social. Uma notícia não se resume a um fato, mas está inteiramente ligada a uma história de luta, resistência, representatividade, significados, busca e desejos. Logo, falar de saúde indígena na imprensa é chamar atenção para situações gravíssimas, que cobram atitudes rápidas e eficazes.

## O retrato da saúde indígena na imprensa: lacunas a serem preenchidas

Xavier (2008) lembra que falar de saúde na mídia sempre mostrou as desigualdades sociais; no que diz respeito ao acesso aos meios de comunicação, principalmente no campo da internet – já que muitos não têm acesso ao aparato técnico e tem, muitas vezes, apenas a televisão ou o rádio como canal de informação. Dessa forma, a desigualdade perpassa por campos como a saúde, educação, segurança e comunicação. São gargalos difíceis de serem sanados, tendo em vista o desinteresse pelo assunto por parte das autoridades competentes.

Quando discutimos esse contexto, tendo como personagens os indígenas, a situação é ainda mais delicada. O acesso às informações é ainda mais limitado. A comunicação da floresta para a cidade ocorre, muitas vezes, apenas por radiofonia. Como trazer os problemas da comunidade para a imprensa? É nesse cruzamento de funções sociais que o movimento indígena volta a ter destaque, pois ele é o elo, por meio de suas organizações, com a mídia. Logo, o movimento assume outra responsabilidade: a de pautar os veículos de comunicação com as questões de saúde na Terra Yanomami.

O jornalismo se torna espaço para falar de saúde indígena, especialmente a Yanomami, devido ao aparato público que existe por trás dela. Em outras palavras, escrever sobre a situação da saúde indígena é um reforço às causas indigenistas. Isso significa trabalhar a partir de fatos verídicos em busca de uma resposta para os problemas que assombram as comunidades indígenas. Isso faz parte do posicionamento que se espera do jornalismo enquanto representante social.

Pensar a relação entre a saúde indígena e a imprensa no Brasil inclui contextualizar o tema inserido em uma complexa rede que abarca a luta dos movimentos indígenas e religiosos pela demarcação das terras indígenas, a expansão e o lucro do agronegócio e da mineração em terras indígenas, as organizações não governamentais (ONGs) e, ainda, a saúde

como um direito preconizado pela Constituição Federal de 1988 (Figueiredo; Moura, 2013: 71).

Ao trazer ao cotidiano jornalístico pautas relacionadas a esse tema, o jornalismo deixa de trabalhar apenas com fontes oficiais e passa a ouvir o relato de quem está na outra ponta, e busca resposta para cenas deploráveis em meio à floresta. Mais do que isso: desperta uma cobrança ainda maior dos órgãos de controle e entidades nacionais e internacionais.

## Análise de uma reportagem especial sobre as consequências do garimpo e o abandono da saúde na Terra Yanomami

Em novembro de 2021, o portal de notícias G1 Roraima, vinculado às Organizações Globo, publicou uma reportagem especial sobre a precariedade na saúde na maior reserva indígena do Brasil. Intitulada “*Terra Yanomami e o retrato do abandono: desnutrição, surto de malária e frascos de dipirona*”<sup>9</sup>, a matéria jornalística foi escolhida por alguns aspectos, sendo os dois principais a exclusividade do conteúdo e, principalmente, o deslocamento da equipe do veículo de comunicação para as comunidades. Essa última condicionante, sem dúvida, trouxe elementos que enriqueceram o material e deu ainda mais valor ao que foi publicado.

De maneira geral, a reportagem se divide em dois núcleos que se entrelaçam e se complementam: a Saúde Indígena, que se ramifica para os casos de malária, Covid-19 e a desnutrição infantil; e o garimpo ilegal, uma realidade que provoca impactos ambientais na região. A reportagem traz relatos coletados durante quatro dias em que a equipe de reportagem esteve na região. São pessoas que vivem em um isolamento rompido pela ganância de quem enxerga apenas as riquezas naturais de um lugar carregado de história, simbolismo, significado, representação e cultura.

Para ajudar nesta etapa do estudo, utilizamos o conceito de análise de conteúdo, defendido por alguns autores para pesquisas de cunho qualitativo. Bardin define a análise de conteúdo como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (1997: 42).

Sampaio e Lycarião (2021) defendem uma definição ainda mais ampla, que abarca situações qualitativas. Para os autores, a análise não se resume apenas a números, mas pode contribuir com conclusões ainda mais profundas sobre determinado assunto. Eles afirmam que a análise de conteúdo busca “descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (Sampaio; Lycarião, 2021: 17). Dessa forma, acreditamos que a técnica será válida para interpretar e detalhar elementos na reportagem do G1 Roraima que contribuam para uma reflexão sobre a Saúde Indígena na mídia.

---

9 Reportagem completa:

<https://g1.globo.com/google/amp/rr/roraima/noticia/2021/11/14/terra-yanomami-e-o-retrato-do-abandono-desnutricao-surto-de-malaria-e-frascos-de-dipirona.ghtml>.

Destaco ainda que o Fantástico, um dos programas de maior audiência da TV Globo, também esteve na região na mesma época para acompanhar as denúncias voltadas à Saúde Indígena. A emissora veiculou uma reportagem especial em horário nobre, mas não ampliarei a análise para este outro produto jornalístico.

Baseado em Motta (2007), Bruner (2002) e Dalmonte (2009), que interpretam a narrativa como o relato de uma sequência de eventos, entendo por narrativa jornalística a transmissão de um fato para o público. Isso pode ocorrer de diferentes formas: textos para sites de notícias, para narração no rádio, para *off* na televisão, informações lidas pelos apresentadores, fotos nas matérias, vídeos reproduzidos. A narrativa é jornalística justamente por passar por essa variabilidade de manifestação e não perder o compromisso com a verdade e se adequando à melhor forma de informar o público de determinado veículo de comunicação.

Nosso estudo parte de uma análise da narrativa textual, começando pelo título e se destringindo em alguns tópicos referentes à Saúde Indígena: Malária, Desnutrição, Infraestrutura e Garimpo, cada um com trechos extraídos da reportagem.

- Em termos numéricos, a reportagem se estende por 86 parágrafos divididos em 8 subtítulos. São apresentados hiperlinks que direcionam para outras matérias do portal de notícias. Ao extenso texto foram acrescentados: dois vídeos, dois gifs, três infográficos, 14 fotos, e um *podcast*. **“Abandono”**

O título da matéria “Terra Yanomami e o retrato do abandono: desnutrição, surto de malária e frascos de dipirona” resume bem a reportagem escrita pelos jornalistas Valéria Oliveira e Alexandre Hisayasu. Contudo, o portal utiliza um termo forte para chamar atenção dos leitores: abandono. A palavra já denuncia o que a equipe encontrou na reserva. O termo carrega uma crítica velada ao Governo Federal, responsável pela Saúde Indígena. O título também deixa claro o vínculo da terra indígena com o retrato do abandono.

De acordo com o dicionário Oxford Languages, abandonar é sinônimo de negligenciar e afastar. Ao utilizar esse termo, o veículo também deixa explícito que a intenção é de revelar o descaso com a Saúde Indígena dentro da reserva, o que indica, em termos velados, uma impressão dos próprios jornalistas, a partir da experiência que tiveram junto às comunidades.

Os frascos de dipirona também podem ser interpretados como críticas ao Governo Federal, pois os termos induzem o leitor a pensar sobre a falta de medicamentos para tratar doenças mais graves, como é o caso da malária e da desnutrição, que também estão expostas na abertura da reportagem. Ao finalizarem o título com a indicação do medicamento, os jornalistas tentam transmitir que a única coisa que encontraram em meio ao surto de doenças e quadros clínicos gravíssimos das crianças foram frascos de dipirona. Com isso, os problemas com os quais se deparou a equipe são levados para o receptor e se deslocam “para o processo de produção de significados” (Dantas, 2008: 26).

É nesse processo que o título de uma matéria é extremamente importante. Ele representa o gancho para os leitores, ou seja, é através do que ele expõe que a atenção das pessoas será acionada. O título “vende” a matéria e define se ela será destaque ou não, ele funciona como uma vitrine do texto (Dittrich, 2006). O autor acrescenta que criar um título exige racionalidade e objetividade, pois cobra a capacidade intuitiva do jornalista para sacar o que seduz o leitor.

Os títulos exploram a característica simultaneamente expressiva e argumentativa das expressões linguísticas, sejam elas verbais ou nominais: procuram impressionar o

leitor a ponto de estimulá-lo a se interessar pelo conteúdo da reportagem e, ao mesmo tempo, contribuem com o texto no sentido de condensar sua perspectiva (subjacente ou explícita) em relação ao assunto abordado (Dittrich, 2006: 22).

- O título construído extrai elementos significativos do conteúdo e se expressa por termos assertivos capazes de anunciar os reais cenários que serão lidos e vistos na reportagem. **Malária**

No meio da selva amazônica, duas mães Yanomami com os filhos pequenos no colo deixam a comunidade Macuxi Yano em direção aonde viram um helicóptero seguir. Debaixo do sol forte, elas remam em uma canoa por duas horas, em busca de ajuda para as crianças, que ardem em febre. O esforço, porém, é em vão: quando chegam na comunidade Xaruna, o helicóptero que poderia levá-los ao posto de saúde em Surucucu já tinha partido. Encontram apenas um técnico de enfermagem munido de frascos de dipirona, xarope para tosse e uma balança. Era a primeira visita de um profissional de saúde no local em cerca de dois anos. Desoladas, as duas mães não escondem a angústia. Uma delas chora. Se de helicóptero a ida até o posto levaria 25 minutos, a pé, são 15 dias de caminhada pela floresta (Oliveira; Hisayasu, 2021).

A reportagem inicia com o termo “selva amazônica”, um reforço de estereótipo criado na época da colonização, espelhado pelo tempo e a mídia. Falar de selva remete aos primitivos que habitavam a região quando os “descobridores” chegaram à Amazônia. O termo selva remete ao que é selvagem, não civilizado. Ao utilizar “no meio da selva”, a narrativa recria, no imaginário de quem lê, a ideia de que a vida na floresta não acompanhou as mudanças fora dela, contribui para anular as discussões amplas e necessárias sobre as diferenças culturais e o próprio direito à saúde, foco da reportagem.

Essa espetacularização, de enxergar a Amazônia como um espaço intocável, exuberante, resumido a belezas naturais, é vista por Lopes e Nogueira (2018:147) como prejudicial para a compreensão da diversidade cultural, ambiental, étnica, social e econômica da região. Isso indica que há uma cortina de fumaça desde a colonização e baseia os discursos constantemente reproduzidos pelos meios de comunicação, “apoiados em clichês culturais e estereótipos”, que causam falsas impressões. Não é à toa que as belezas naturais atraíram e atraem exploradores.

Contudo, outros trechos de parte da abertura da reportagem, grifados por nós, enriquecem a narrativa, que se inicia com a história de duas mães que buscam socorro para os bebês, vítimas de malária. A narrativa é desenvolvida contando a saga das mulheres para socorrerem os filhos. Traça-se, portanto, o perfil do local e dos indígenas lutando para sobreviver.

A inserção de histórias no início de reportagens é uma tática antiga, usada em materiais factuais. Isto é, esse jornalismo de perfil, com a contação de história, busca sensibilizar o leitor em causas mais específicas, como é o caso da falta de assistência aos indígenas. Histórias de vida trazem relatos importantes de serem compartilhados, principalmente com aqueles que estão fora do contexto apresentado. O propósito é acender no outro o sentimento de solidariedade com a causa e os problemas enfrentados, e, ao mesmo tempo, criar uma identidade próxima entre quem lê e o que se apresenta.



Esse movimento de aproximação desperta sentimentos semelhantes e ainda mais fortes. Diferentemente da cidade, onde a falta de remédios pode ser solucionada com uma ida à farmácia ou ir a clínicas particulares em carro ou moto, isso não é possível quando o recorte é feito dentro de uma floresta, onde o meio de transporte é barco, avião ou a pé. Ou seja, o peso do relato no conteúdo tem uma função mais profunda que apenas falar; busca despertar no público os mesmos sentimentos de quem pelega para sobreviver: é refletir sobre o desrespeito, o descaso e a irresponsabilidade para com a vida de milhares de pessoas.

Isso fica evidente nos termos “sob forte sol”, “ardem em febre”, “desoladas” e “angústia”, pois são expressões que dão sentido ainda mais real à narrativa que está sendo exposta. Esses detalhes são semeados no imaginário do leitor, com intuito de germinar essa sensibilidade, pois mostra o drama das mulheres lutando pela vida dos filhos. Ou seja, traz o amor de mãe, socialmente construído como algo inabalável, como ilustração da saga de quem vive na terra indígena e não tem o mínimo para tratar a doença. Nogueira, Silva e Silva (2019), avaliam que essa narrativa humanizada ajuda a promover a dignidade do sujeito.

Partindo desta argumentação, fica evidente quão relevante é a prática jornalística ao construir sua narrativa de forma humanizada, pois o olhar sensível, porém objetivo, do repórter, consegue não somente informar, mas dar voz ao “sujeito” inserido em uma sociedade tão diversificada. Diante disto faz-se necessário uma atitude sensível do jornalista, para que o profissional, ao narrar fatos do cotidiano, não incorra na falha de promover o acontecimento ao invés de dignificar a pessoa (Nogueira; Silva; Silva, 2019: 3-4).

Os jornalistas também indicam nesse início de reportagem que, em meio à falta de transporte, infraestrutura, crianças doentes, desespero e angústia, não havia de médicos nos últimos dois anos, e que o encontro do enfermeiro com as mulheres representa uma superficial tentativa de sobrevivência por meio de dipirona e xarope. Logo, a conclusão que se tira é que os indígenas estão entregues à própria sorte e o Estado descumprindo a obrigação constitucional.

A narrativa continua expondo detalhes do barracão de madeira de chão batido, que é o posto de saúde na região de Surucucu. O texto crava a expressão “estrutura precária”, traz a informação de que mais indígenas aguardam por atendimento, e diz que um pajé morreu dias antes. Só depois de expor todo esse cenário de desolação é que os jornalistas expõem que isso reflete a “precariedade na assistência de saúde”, e sinaliza a desnutrição e o garimpo. Isto é, a reportagem traz uma enxurrada de problemas na Saúde Indígena a partir do que se presenciou nas comunidades. O texto direciona a leitura para cenas que simbolizam o esquecimento de quem tem direito a viver dignamente na Terra Yanomami, e faz uma espécie de trocadilho para exemplificar as dificuldades: “a reserva Yanomami, a maior do país, enfrenta problemas tão grandes quanto a sua extensão territorial” (Oliveira; Hisayasu, 2020).

Na sequência, a reportagem traz uma informação extremamente importante: a confissão de que a viagem para a terra ocorreu a partir de organizações do movimento indígena. “A viagem foi feita a convite do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana (Condisi-YY), em Boa Vista, e teve o apoio do Greenpeace, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da Hutukara Associação Yanomami” (Oliveira; Hisayasu, 2021). Isso confirma que as causas indigenistas também estão chegando à imprensa a partir da mobilização do movimento, que busca espaço para potencializar as demandas.

São citadas duas organizações diretamente ligadas ao movimento, a Hutukara e a Coiab, além do Conselho Yanomami, que se caracteriza como órgão oficial, mas atua denunciando as situações de precariedade. O Greenpeace, reconhecido internacionalmente pela atuação favorável ao meio ambiente e outras causas, reforça a representatividade que a expedição à reserva tem. Logo, o movimento ressurge como protagonista para efetivação do especial jornalístico. Por isso, é preciso enxergar a reportagem não só pelo viés comunicacional, mas pelo ângulo da resistência e da luta que mira melhorias e respeito aos povos indígenas.

O portal também trouxe para a matéria uma fala do procurador do Ministério Público Federal (MPF), Alisson Marugal, que enaltece o trabalho da imprensa. Além disso, as declarações vão na mesma linha da narrativa, na intenção de colocar os indígenas em posição de vulnerabilidade. Vale ressaltar que, para isso, os jornalistas utilizam, por exemplo, o advérbio de intensidade “extremamente” quando se referem à magreza das crianças. A fala do procurador foi a seguinte: são imagens chocantes e demonstram muito bem a realidade vivida pelo povo Yanomami. São imagens que não conseguimos observar por documentos, relatórios. Só o trabalho da imprensa consegue revelar o que acontece no interior da floresta. Os Yanomami estão sozinhos e invisibilizados (Oliveira; Hisayasu, 2021).

Vejamos, pois, que uma fonte oficial reconhece que há falhas até mesmo das instituições públicas, ao relatar que, sequer, há um deslocamento do ministério para acompanhar o caso, e que analisam as demandas apenas por documentos e relatórios. Esse indicativo de falha grave só transparece quando a imprensa, provocada pelo movimento indígena, cobra dos órgãos de fiscalização um posicionamento sobre o cenário de abandono encontrado no interior da maior reserva indígena do país. Portanto, mais uma vez, ressalta-se o indispensável trabalho da mídia para se chegar onde o governo e as instituições não vão.

É nesse sentido que se pode dizer que todo produto jornalístico (seja ele voltado ao campo cultural, econômico ou político) “tráfica” e publiciza imagens da realidade social, à medida que o mesmo é identificado, consumido e apropriado pelo público. Ao estabelecer uma (inter) conexão com o mundo, o produto jornalístico presentifica a simultaneidade de uma enorme variedade de fenômenos, desenhando um mapa do universo social onde são recortados os acontecimentos noticiados pela mídia. Esse ato de produção social imaginária (e, pois, histórica) capacita o indivíduo a projetar novas relações e compreensões, possibilitando – pelo olhar singular do acontecimento pautado e discursivamente estruturado – outras noções da realidade, materializadas em uma forma de produção singular do conhecimento humano (Gadini, 2007: 88).

O jornalismo, neste caso, deixa o conforto da redação e vai *in loco* averiguar o relato trazido anteriormente pelas lideranças à frente do movimento. Isso reitera a diferença entre ouvir e narrar, e observar, ouvir e narrar. A imersão no ambiente indígena, sem dúvida, trouxe características e elementos narrativos que diferem de materiais publicados anteriormente pelo portal, já que os jornalistas conheceram a dinâmica social pelos poros da pele (Rovida, 2016). O incremento do texto a partir da vivência pessoal dos repórteres permite constituir uma narrativa mais ampla e detalhada do caos na Saúde Indígena, o que torna a credibilidade da reportagem ainda maior, tornando-a mais visada pelo público. “Essa interação criadora é

inspiração para a elaboração de narrativas que, a posteriori, colocarão mais um ator social nessa dinâmica: o público fruidor da informação” (Rovida, 2016: 290)

Em seguida à fala do procurador, a reportagem traz a fala do presidente do Conselho Yanomami, Júnior Hekurari, que acrescenta: “a saúde Yanomami está em colapso” (Oliveira; Hisayasu, 2021). Para confrontar esse posicionamento, os jornalistas trazem na sequência a fala do coordenador do Dsei, Rômulo Amorim, que, segundo a reportagem “minimiza a situação”, ao afirmar que “não é uma realidade em toda a reserva”. Eis, assim, a importância de ter ido a campo avaliar a situação, que, agora, serve para desconstruir as informações da fonte oficial.

#### • **Desnutrição**

Na comunidade Xaruna, onde há cerca de 150 pessoas, ao menos 30 crianças desnutridas, com costelas visíveis sob a pele, também carregam no corpo franzino sintomas da malária: febre alta, anemia e calafrios, além de verminose (Oliveira; Hisayasu, 2021).

Acredito que a parte do texto destinada à desnutrição infantil contém elementos que reforçam a tentativa de sensibilização do público. Falar de crianças sempre desperta sentimentos genuínos, pois a imagem socialmente construída no entorno delas é de inocência e de projeção de futuro. “A criança é tida como um ser bom por natureza, e a infância é narrada como um tempo mágico, só de alegrias, um paraíso [...] A infância seria o tempo da inocência, da pureza, da ingenuidade, da verdade e da bondade” (Tosatto, Portilho, 2014: 157).

Logo, quando os jornalistas inserem esses meninos e meninas indígenas no cerne de um problema gravíssimo, como é a desnutrição, a reportagem arrisca despertar um lado ainda mais indignante de quem lê o texto, e traça um plano de instigar as famílias com um questionamento nas entrelinhas: e se fosse o seu filho? Novamente, os comunicadores deslocam, veladamente, alguns resquícios do “eu”, defendido por Barthes (2011) como parte essencial da narrativa. No caso do jornalismo, em que a opinião não pode ser escancarada na matéria, o portal deixa escapar termos, expressões e advérbios que indicam uma perspectiva pessoal de quem a escreve.

A reportagem, no entanto, falha ao apresentar de maneira superficial as causas da desnutrição. As frases empregadas à narrativa levam a entender que o quadro está associado à malária e ao garimpo, mas não detalha de que forma esses fatores contribuem para agravar a desnutrição das crianças. Não há um discurso de um profissional de saúde, por exemplo, que avaliasse as imagens e justificasse de que maneira a malária pode estar associada a esse quadro, bem como o garimpo.

Em outro momento, a narrativa mostra-se humanizada, mas apelativa, ao usar, continuamente, os advérbios de intensidade, como “enorme tristeza” e “muito, muito, muito”. Mesmo assim, os adjetivos e a forma como o texto se desenvolve retomam a humanização e a sensibilidade. Isso fica explícito em parágrafos como o a seguir:

“Arlete carrega no olhar a descrença por ver, dia após dia, a saúde dos filhos piorar e não ter a quem recorrer. No rosto, a tinta preta simboliza o luto das mães das duas crianças que morreram recentemente na comunidade” (Oliveira; Hisayasu, 2021).

Observando ainda mais a fundo, ao referenciar o rosto pintado, a reportagem engrandece um aspecto cultural da etnia Yanomami e o usa para reiterar a denúncia do desalento na terra indígena. Essa citação à diferença no luto não pode ser

interpretada como um aspecto de exclusão, mas, sim, a um vínculo mais profundo de reconhecimento à cultura dos povos originários, uma manifestação de dor, que difere na forma de ser exposta; porém, com o mesmo peso de perda, alicerçado no abandono e na resistência. Contudo, esse é um dos poucos fragmentos na reportagem que indica um elemento cultural da etnia.

Felippi (2006) escreve que o jornalismo é importante para reproduzir essas formas de manifestação cultural, pois as identidades, como a tinta no rosto da mulher indígena, indicam pertencimento étnico, racial e linguístico. “São nossa identificação com determinados conjuntos de significados compartilhados por um coletivo. E podemos compartilhar de vários desses conjuntos ou sistemas classificatórios” (Felippi, 2006: 12). O fato de haver esse registro do portal, o contato entre o jornalista e a fonte, já simboliza um compartilhamento de realidades que contribui para a propagação de uma cultura, assim como uma reflexão sobre as diferenças.

Não menos importante, a menção cultural ocorre na sequência à falta de assistência de saúde, quando o portal relata que as mulheres não têm a quem recorrer. Essa declaração sobre não ter direcionamento é reafirmada em outros trechos como, por exemplo, no depoimento do líder de Xaruna, Pedrinho Yanomami: “Como posso ajudar minha comunidade? A quem posso recorrer? Fico olhando as pessoas doentes e me pergunto se há como melhorar” (Oliveira; Hisayasu, 2021).

Ainda tratando da desnutrição, o veículo aponta que na comunidade Xaruna não há equipe de saúde há pelo menos um ano. Na sequência, observa-se uma narrativa que resgata situações do passado para sustentar que, na mesma localidade, já foram registradas mortes devido ao garimpo ilegal. Ou seja, a temporalidade, como citada anteriormente, aparece neste contexto de forma evidente, para enxertar o texto e reforçar que a região enfrenta problemas há mais tempo. Almeida escreve que a “representação do tempo nas narrativas jornalísticas está atrelada à cobertura dos acontecimentos em determinados contextos e épocas” (2018:16).

Na mesma localidade, em junho do ano passado, dois jovens indígenas, de 20 e 24 anos, foram assassinados a tiros por garimpeiros. Além disso, na mesma região, dois meninos, de 4 e 5 anos, morreram ao serem sugados por uma draga usada no garimpo ilegal. Eles eram primos e sumiram na água turva de lama do rio Parima. Os corpos só foram encontrados depois (Oliveira; Hisayasu, 2021).

No caso em questão, a temporalidade se manifesta para costurar uma linha do tempo entre problemas e suas causas. Aliás, esse retorno na cronologia do tempo também é possível graças à imprensa. Em tese, somos parte da História e ajudamos na construção dela própria, por meio de testemunhos, fotos, vídeos e textos. As matérias são uma espécie de museu social, “o jornalismo é uma parte central da memória coletiva [...] Não há no período moderno, memória coletiva ou cultura que não seja em parte, pelo menos, jornalística” (Barbosa; Gerk, 2018: 165).

Pode-se destacar que a reportagem utiliza dados do próprio Governo Federal - fonte oficial - para assegurar os casos de desnutrição. Os números, ainda que desatualizados, indicam um panorama drástico entre as crianças. A utilização de informações oficiais induz o leitor a refletir sobre o fato de que o Estado tem conhecimento de causa, mas não cria soluções..

- **Infraestrutura**

“Com muitas ripas de madeira empenadas pela umidade e sol, as paredes da enfermaria de Surucucu têm frestas em vários pontos. No chão do barracão, uma fogueira ainda termina de arder em meio a cinzas, folhas, poeira e sujeira” (Oliveira; Hisayasu, 2021).

A matéria também traz outra questão ligada à saúde: a falta de infraestrutura. Neste trecho os jornalistas adotam uma linguagem mais literária para falar sobre as condições do que seria um posto de saúde. Martín-Barbero (1997), faz um aparato histórico para situar como os folhetins do século XIX utilizavam linguagem literária para criar narrativas que levavam os fatos até os leitores.

Devido a essa construção histórica entorno do jornalismo há uma tendência em misturar a linguagem jornalística com a literária, criando, assim, narrativas para reportar os fatos do cotidiano. Dalmonte (2009) escreve que essa relação pode ser observada de vários ângulos, desde a simples contação de histórias até a seleção de personagens, artifícios comumente usados pelo jornalismo, emprestados da literatura. “A principal contribuição da literatura aos estudos do jornalismo, sem dúvida, é a própria tradição dos estudos literários, tanto longa quanto detalhada e em constante renovação” (Dalmonte, 2009: 215). É possível, assim, afirmar que os aspectos literários são vitais para o próprio jornalismo.

Eles também utilizam discursos de profissionais da área para indicar que essa é a melhor estrutura da Terra Yanomami, uma projeção de que a situação é ainda mais grave. Para ressaltar a falha do Poder Público, o portal transcreve o que disse um servidor: “É tudo improvisado, visando salvar vidas” (Oliveira; Hisayasu, 2021). Além disso, volta a citar falta de soro, esparadrapo e medicamento para malária. Essa insistente colocação de elementos sobre a desassistência coloca o governo em posição de vilão e ressalta as dificuldades enfrentadas não só pelos indígenas, mas pelos profissionais de saúde. As consequências do descompromisso da União para com todos ficam evidentes, portanto, do início do texto a suas ramificações.

Importante destacar que a reportagem direciona o foco para a questão indígena, mas deixa em segundo plano, ainda que subentendido, que as falhas também atingem esses profissionais de saúde. Isso pode ser verificado em trechos como: “Eles têm que se desdobrar para atender o fluxo de pacientes e têm que se virar com o que tem de remédio” (Oliveira; Hisayasu, 2021), e o uso do termo “apenas” para se referir ao número de servidores, que retoma a ideia de que eles são impactados pela estrutura precária da saúde. Entretanto, isso não está explícito na narrativa, sendo tratado de maneira superficial, não adentrando mais a fundo sobre os reflexos das denúncias vistas e descritas pelos jornalistas.

A prestação de cuidados de saúde é uma área sensível de atuação uma vez que os profissionais de saúde consistem num grupo de profissionais que por si só constituem um grupo de maior risco, pois estão sujeitos a situações de maior exaustão emocional, lidando diariamente com situações estressantes, tais como a doença ou a própria morte de pacientes (Costa, 2013: 1).

É como se a reportagem anulasse essas preocupações, nem ao menos levantando uma reflexão sobre elas. Outra hipótese é não ter se atentado para as implicações causadas na vida dos servidores, ou ainda não ter espaço na pauta para trabalhar essa outra face do cotidiano na Terra Yanomami, já que o repórter pode “abordar o assunto de maneira que lhe parecer mais correta” (Rossi, 2007:13). Por mais que ele

participe da construção da pauta, a experiência externa à redação vai ajudar na constituição da narrativa.

O portal cita que o posto de saúde de Parima estava fechado durante os dias em que a equipe esteve no local, e que essa situação já perdurava por duas semanas. No mesmo trecho da narrativa, os comunicadores usam, desta vez, o advérbio de tempo “constantemente” para exemplificar o fluxo das idas e vindas do helicóptero entre as comunidades e o polo base em Surucucu. O emprego desse tipo de narrativa volta a reforçar que a situação na reserva está praticamente fora de controle e remete a, literalmente, um surto de doenças e outros agravantes provocados por elas. Intensificar a precariedade por meio da narrativa é reforçar a necessidade de uma resposta urgente do Ministério da Saúde.

“Diante de tantos chamados, os profissionais de saúde passam o dia tentando organizar as remoções entre os casos graves e os que podem esperar um pouco mais” (Oliveira; Hisayasu, 2021).

Vejamos, pois, que a narrativa empregada à sentença idealiza o fluxo quase ininterrupto de remoções, ao passo que remete à falta de condições de trabalho e à gravíssima escolha entre quem pode ou não esperar. Esse ordenamento, sem dúvida, pode refletir no agravamento do quadro clínico dos indígenas, pressionando os profissionais a tomarem decisões difíceis. Essa situação poderia ter sido referenciada, de maneira mais profunda, pela ótica dos servidores da Saúde Indígena. Esse incremento não traria prejuízos à matéria, mas somaria às demandas apresentadas pelos Yanomami.

Além disso, a reportagem fala que o chamado por socorro de saúde, às vezes, é feito por garimpeiros; por essa razão, os jornalistas utilizam o tempo “ironicamente”, numa referência ao nível de submissão pelo qual os Yanomami precisam passar para tentar sobreviver em meio à floresta, o que também fica explícito nos discursos dos líderes Mineiro e Nádia: “Estamos sobrevivendo sozinhos”, em alusão à falta de atuação do governo.

Ao dizer que os Yanomami são batizados com nomes, diferentes de suas alcunhas indígenas, pelos profissionais de saúde e garimpeiros, a reportagem levanta uma forte discussão sobre a imposição de cultura dentro da reserva. Explicamos: os indígenas têm a identidade ferida ao não serem chamados pelo próprio nome, um aspecto cultural que precisa ser respeitado pelo Estado. Gomes e colaboradores (2012) defendem que a diversidade de culturas precisa ser conhecida e valorizada pelas pessoas, para que se construa uma relação saudável entre homem e homem, e entre homem e natureza. Os autores acrescentam que é necessário construir diferentes imagens dos povos indígenas brasileiros.

É necessário refletir sobre a forma do olhar indígena, sobre o seu mundo e sobre o que deseja falar ao mundo dos de fora. O que as sociedades indígenas esperam da sociedade envolvente, não é que lhes (re)ensinem suas tradições, nem que os não-índios determinem os traços culturais a serem preservados, pois esta seleção e adaptação só pode ser realizada plenamente pelo próprio grupo indígena. O que elas esperam é o respeito às suas diferenças [...] (Gomes; Aguiar; Alexandre, 2012: 424)

Ao usurpar a possibilidade de o indígena ser reconhecido pelos órgãos de saúde pelo nome dado no âmbito da convivência familiar e social na comunidade, há um mecanismo de “facilitação” de registro, o que precisa ser repensado pelo Distrito

Yanomami. Isso pode indicar, por exemplo, falta de políticas públicas para lidar com as diferenças culturais, que são perceptíveis em diferentes aspectos, inclusive o nome indígena.

#### • Garimpo

“Em contraste com a dura realidade enfrentada pelos Yanomami, garimpos dentro da reserva contam com estrutura de TV a cabo, internet, energia elétrica, locais de prostituição e até mercados - e avançam como se fossem minicidades no meio da floresta” (Oliveira; Hisayasu, 2021).

O especial do portal de notícias desenha, em toda a extensão narrativa, que uma das causas mais definitivas para todos os problemas apresentados na Terra Yanomami é o garimpo. O texto traz uma ruptura de realidades na reserva. De um lado estão garimpeiros que vivem tranquilamente a mordomia garantida pela extração ilegal das riquezas naturais da floresta, e do outro o povo legítimo e dono da terra sendo massacrado por essa atividade.

Temos, portanto, duas ações distintas do Estado: a de não atuar para proteger os indígenas, tanto do garimpo quanto dos problemas de saúde, e a outra de inércia no que diz respeito a coibir que a ilegalidade e as minicidades continuem fazendo parte do cotidiano do povo Yanomami.

Logo, a narrativa desemboca sobre quem deveria ser defendido e por quem deveria ser punido pelo Estado. E a culpabilização do garimpo é selada no fim da reportagem após inúmeros indicativos na reportagem sobre a exploração: a fala das lideranças, do promotor e até mesmo do Distrito de Saúde Yanomami, que segundo os jornalistas atribuíram à atividade os problemas reportados. Essa confissão é extremamente grave, pois revela que a garimpagem se tornou comum na reserva e o Estado falha em não a impedir. Outra vez, a narrativa reprime, ainda que nas entrelinhas, a atuação do governo.

Para Motta (2007), essa indução narrativa ajuda a entender o objeto que está sendo narrado. Ele afirma que a remontagem da história ajuda a observar a fundo as significações que modificam o objeto observado. “À medida que se remonta a intriga reconstrói-se o objeto. O ato analítico em curso é uma interpretação reflexiva, uma experiência em si mesmo” (Motta, 2007: 5). Isto é, o processo narratológico traz detalhes presenciados pelos comunicadores, que ajudam na constituição da narrativa, reafirmando, a cada trecho, que o garimpo é causador dos problemas de saúde.

Como já sinalizado, no texto há pelo menos sete menções diretas ao garimpo como causador da desestruturação na Terra Yanomami. Existe, assim, uma tendência narrativa em tornar o garimpo o alvo das denúncias em questão. Isso é mais forte que as demandas de saúde, afinal, elas só existem porque, segundo se extrai da reportagem, os garimpeiros estão na região. Dessa forma, o texto de Oliveira e Hisayasu (2021) sugere que a saída mais viável seria a retirada dos invasores, perspectiva realçada em vários trechos do especial jornalístico:

1. “Então, a primeira lição, e a mais básica, para que se garanta a proteção à vida e à saúde, é a retirada como um todo do garimpo na Terra Yanomami”.
2. “[...] a situação dos indígenas reflete uma dura luta pela sobrevivência frente à maneira deliberada como o garimpo avança”.
3. “A pista de pouso usada pelo Dsei-Y para levar medicamentos e servidores é a mesma usada pelos garimpeiros”.

4. “A saída para mudar a situação, de acordo com Pohl, seria a retirada do garimpo, causador da desestruturação social [...]”.

A questão que se discute é justamente o garimpo ilegal como canal de destruição do meio ambiente, causador de catástrofes à proteção da biodiversidade, e a razão para tantos problemas de saúde que assolam os Yanomami. Se olharmos para trás, as denúncias envolvendo o garimpo na região não são recentes, mas são colocadas por uma perspectiva nova na imprensa, através de imagens inéditas e o deslocamento do veículo de comunicação para a Terra Yanomami.

A narrativa apresentada por Oliveira e Hisayasu (2021) também traz lapsos temporais, ao lembrar, em alguns parágrafos, notícias envolvendo o garimpo ilegal. Exemplo disso é o seguinte parágrafo:

Foi na região de Surucucu que, no início do ano, sete crianças morreram com diarreia e vômito, segundo o Ministério da Saúde. Elas tinham entre sete meses e um ano. O Condisi-YY, no entanto, contesta e afirma que foram 10 mortes e que as crianças tinham sintomas de Covid'. [...] Atualmente, o MPF tem 21 procedimentos em andamento acerca da Terra Yanomami, incluindo as investigações sobre os recentes ataques de garimpeiros, omissão de socorro, mortes de crianças e a ação que resultou na obrigação do governo federal a retirar invasores.

No primeiro parágrafo não há uma ligação direta do garimpo com as mortes, mas em maio de 2021, poucos dias após ataques de garimpeiros a algumas comunidades indígenas, o mesmo portal de notícias publicou uma reportagem que apontava como causa para o alastramento de casos de Covid-19 o garimpo ilegal<sup>10</sup>. Com isso, entendemos que a questão garimpeira está presente na sentença, mas de forma velada. Já o segundo parágrafo cita as investigações do Ministério Público Federal (MPF) sobre denúncias relacionadas diretamente à exploração ilegal.

Ramos, Oliveira e Rodrigues (2020) lembram que a atividade ilegal transforma a paisagem da floresta e causa uma série de problemas sociais, denunciados pelo movimento indígena, e que chega até a imprensa, como o caso em análise. Os autores sustentam que “conflitos sociais decorrentes da invasão de terras indígenas e os impactos ambientais são evidentes. Dentre eles, desmatamento, assoreamento e a contaminação por mercúrio, dos rios, animais silvestres e do homem” (Ramos; Oliveira; Rodrigues, 2020: 2).

Essas transformações na reserva Yanomami estão visivelmente expostas na reportagem em trechos como:

“Muitas vezes, o entorno das comunidades são dilapidadas (sic) pela degradação. É o caso de Homoxi, em que o quintal do posto de saúde são as enormes crateras abertas no solo devido à exploração” (Oliveira; Hisayasu, 2021).

Logo, os garimpeiros seguem invadindo o território. Nem mesmo as operações da Polícia Federal, como citadas na narrativa, foram capazes de interromper, em definitivo, a exploração do ouro.

---

10 Disponível em:

<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/rr/roraima/noticia/2021/05/27/desnutricao-infantil-garimpo-e-covid-entenda-os-problemas-que-afligem-a-terra-indigena-yanomami.ghtml>. Acesso em 08 de janeiro de 2022.



Os grupos precisam manter, regularmente, o envio de materiais e equipamentos usados na extração, pessoas para trabalharem na ilegalidade, alimentação e outras regalias. E a ausência do governo para interromper o livre trânsito entre a cidade e a terra indígena possibilita autonomia aos garimpeiros, que passam a ditar as regras na região, onde o Estado aparece apenas em ações pontuais e específicas.

Na Terra Indígena Yanomami os garimpeiros desempenham o poder não exercido pelo Estado, regulando o tráfego de pessoas e bens; os meios e formas de trabalho; divisão de lucros e toda a dinâmica social do garimpo, que envolve vilas montadas no interior da Amazônia com ritmo ditado pelo poder ali exercido pelos garimpeiros (Ramos; Abrahão; Rodrigues, 2020: 157).

Vale destacar que a reportagem também cita Luciano Pohl, gerente dos povos isolados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Isso representa outro indicativo da utilização de fonte do movimento indígena para direcionar a narrativa ao objetivo principal, que é denunciar o garimpo ilegal na terra. Além da Coiab, os jornalistas trazem para este coro as falas de Dario e Davi Kopenawa, este último tendo reconhecimento internacional, para cobrar do governo melhorias para a região.

A reportagem finaliza com a projeção das lideranças indígenas para que os garimpeiros sejam retirados da terra e eles se tornem os únicos donos legítimos da reserva, com direito à saúde e vida digna. Ou seja, termina reforçando todo o enredo da narrativa, que se exigiu que os direitos garantidos na Constituição após anos de luta do movimento indígena sejam respeitados pelo Estado.

## Considerações finais

As mazelas na Terra Yanomami resultam, primeiramente, de uma irresponsabilidade do Governo Federal em não conseguir dar conta das necessidades dos indígenas, e deturpam, assim, a Constituição. A imprensa como porta-voz de denúncias gravíssimas como as expostas anteriormente reforça a responsabilidade social que o jornalismo tem para com qualquer pessoa, independente das condições em que ela se apresente. A mídia continua sendo a via eleita pelo público para, em muitos casos, suplicar pelo básico, a exemplo das comunidades indígenas.

Por mais que a reportagem em alguns momentos use termos inadequados, apele na narrativa ou não aprofunde em determinadas questões, ela estabelece um novo momento sobre o movimento indígena enquanto notícia e simboliza um fruto da atuação do movimento indígena. Isso porque enalteceu o trabalho das lideranças, potencializou o grito de socorro dos Yanomami, e, principalmente, saiu da redação em busca de presenciar, vivenciar, observar, coletar dados, informações e constituir uma narrativa o mais próxima possível do que ela é e representa.

Há questionamentos a serem feitos. Inúmeros, tais como: quem traduziu a língua dos Yanomami para os jornalistas? Os comunicadores chegaram a ter contato com os garimpeiros? O que fica depois dessa experiência? Qual o peso da representatividade nesse contexto? Mesmo havendo hipóteses para cada uma dessas perguntas, acreditamos que a narrativa constituída tem elementos suficientes para reforçar a causa indígena e o que ela significa para avançarmos como sociedade.

Os números expostos durante o texto são importantíssimos, pois significam registros oficiais capazes de contrapor o Estado. Não podemos esquecer das imagens presentes, que também trazem uma narrativa específica sob o olhar dos jornalistas, que provocam nosso sentido de significação. Além disso, os vídeos, infográficos, *gifs*,

gráficos, e *podcast* enriquecem o material finalizado e nos ajudam a cobrar um tratamento digno para aqueles que são nossa História.

## Referências

- Almeida, S. F. (2018). *Representações do tempo no jornalismo de mudanças climáticas e danos ambientais*. João Pessoa, Paraíba: Ideia.
- Altini, E.; Rodrigues, G.; Padilha, L.; Moraes, P. D.; Lieggott, R. A. (2013). *A Política de Atenção Básica à Saúde Indígena no Brasil*. Brasília, Conselho Indigenista Missionário.
- Araújo, B; Da Costa, C.; Santi, V. J. (2019). *COMUNICAR PARA MOBILIZAR: as práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_ (2019). *A REPRESENTAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO: o Movimento dos Povos Indígenas no G1 Roraima*. Palmas, Tocantins, Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação, v. 3, n. 2, p. 97-113.
- Barbosa, M; Gerck, C. (2018). *Jornalismo, Memória e Testemunho: Uma análise do tempo presente*. Niterói, Rio de Janeiro, Contracampo, v. 37, n. 01, pp. 150-167.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 LTDA.
- Barthes, R. [et al] (2011). *Análise da estrutura da narrativa*. 7ª ed – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Borges, K.; Riffert, R.; Daniel, T.; Ruszczak, T. (2018). *Movimento Social Indígena. Caderno Humanidades em Perspectivas*. Curitiba, Paraná. I Simpósio de Pesquisa Social e I Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial.
- Bruner, J. (2002). *Atos de significação*. 2. ed. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed.
- Costa, A. R. R. (2013). *Precariedade e stress laboral: um estudo em profissionais de saúde*. Instituto Politécnico do Porto. Dissertação, Mestrado em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Unidades de Saúde.
- Dalmonde, E. F. (2009). *Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência*. Salvador, Bahia: EDUFBA.
- Dantas, J. G. D (2008). *Teoria das mediações culturais: uma proposta de Jesús Martín-Barbero para o estudo de recepção*. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 10. 2008. São Luís, Maranhão. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- Dias, W. S. (2021). *Fontes não oficiais vulneráveis ao garimpo: uma análise de webreportagens do Roraima em Tempo*. Boa Vista, Roraima. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Universidade Federal de Roraima.
- Dittrich, I. J. (2006). *Retórica dos títulos em reportagens impressas*. São Paulo, comunicação & educação, ano XI, n. 1.

- Fausto Neto, A. (1999). *Em busca da cena primária: notas sobre dispositivos e condições de enunciação dos discursos jornalísticos*. Rio Grande do Sul, Mimeo, PPG-CC, Unisinos.
- Felippi, A. C. T (2006). *Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha no Zero Hora*. Rio Grande do Sul, Tese, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade dos Meios de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Fernandes, R. M. C.; Domingos, A. (Orgs.) (2020). *Políticas indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Ferreira, L. B.; Portillo, J. A. C.; Nascimento, W. F. (2013). *A criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena*. Brasília. Revista Tempus Actas Saúde Coletiva.
- Figueiredo, V. S.; Moura, D. O. (2013). *Silenciamento e ausências: a saúde dos povos indígenas na mídia impressa brasileira*. Brasília, Comunicologia - Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília.
- Gadini, S. L. (2007). *Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade*. Rio Grande do Sul, Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n. 33, p. 79-88.
- Garnelo, L.; Pontes, A. L. (2012). *Saúde Indígena: uma introdução ao tema*. Brasília: MEC-SECADI.
- Gohn, M. G. (2000). *500 ANOS DE LUTA SOCIAL NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor*. Londrina, Revista Mediações, v. 5, n 1, p. 11-40.
- \_\_\_\_\_ (2011). *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47.
- Gomes, R. L.; Aguiar, R. B. R.; Alexandre, I. J. (2012). *O desrespeito as diferenças na cultura indígena*. Mato Grosso, Revista Eventos Pedagógicos, v.3, n.2, p. 422 - 429.
- Gomes, W. S. (2009). *Jornalismo, fatos e interesses: Ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis, Insular.
- Goss, K. P.; Prudencio, K. (2004). *O conceito de movimentos sociais revisitado*. Florianópolis, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vol. 2, nº 1, p. 75-91.
- Heck, E.; Loebens, F.; Carvalho, P. D. (2005). *Amazônia indígena: conquistas e desafios*. São Paulo, Estudos avançados, v. 19, p. 237-255.
- Kucinski, B. (2000). *Jornalismo, saúde e cidadania*. Botucatu, São Paulo, Interface - Comunicação, Saúde, Educação, n.1, p. 181-186.
- Longhi, R. (2006). *Opinião e diagramação*. Florianópolis, Santa Catarina, Estudos em Jornalismo e Mídia, v. III, n. 01.
- Lopes, R. de F.; Nogueira, W. S. (2018). *A construção histórica e social do "Exotismo amazônico"*. Aracajú, Educação, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 137-148.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona, Gustavo Gili.
- Mendes, F. M. M. (2019). *Jornalismo e representações: um estudo sobre os povos indígenas no G1/Acre (2013 a 2018)*. Pará, Revista Moara, n. 54.

- Motta, L. G. (2007). *Análise pragmática da narrativa jornalística*. In: LAGO, C.; BENETTI, M. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, Vozes, p. 143-167.
- Nilson, M. S. T. (2008). *Organização indígena Yanomami: das ameaças ao seu território à representação política numa sociedade sem Estado*. São Paulo, AGRÁRIA, n. 9, p. 25-43.
- Nogueira, E. F.; Silva, G. D.; Silva, M. A. (2019). *A Humanização da Narrativa Jornalística nas Séries de Reportagem dos Telejornais de Imperatriz (MA)*. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.
- Oliveira, V.; Hisayasu, A. (2021). “Terra Yanomami e o retrato do abandono: desnutrição, surto de malária e frascos de dipirona”, *Portal G1 Roraima*, 14 de novembro, <https://g1.globo.com/google/amp/rr/roraima/noticia/2021/11/14/terra-yanomami-e-o-retrato-do-abandono-desnutricao-surto-de-malaria-e-frascos-de-dipirona.ghml>.
- Queiroz, T. K. B. (2014). *Discursos e sentidos na cobertura jornalística: “o caso Guaviry em Mato Grosso do Sul”*. Campo Grande, dissertação, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Ramalho, C. O. (2013). *Unidas para a luta: a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR*. Florianópolis, Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos).
- Ramos, A. R. A.; Oliveira, K. A.; Rodrigues, F. S. (2023). *Mercúrio nos Garimpos da Terra Indígena Yanomami e Responsabilidades*. São Paulo, Ambiente & Sociedade, v. 23.
- \_\_\_\_\_. Abrahão, B. A.; Rodrigues, F. S. (2020). *Vazios de poder estatal no garimpo Yanomami – Amazônia Brasileira*. Curitiba, Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 3, p. 15753-15771.
- Ricoeur, P. (1994). *Tempo e Narrativa*. Campinas, Papirus. Introdução por GENTIL, Hélio Salles.
- Rossi, C. (2007). *O que é jornalismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- Rodovida, M. (2016). *Apuração in loco: o impacto do trabalho de campo no fazer jornalístico*. São Paulo, Tríade – comunicação, cultura e mídia, v. 4, p. 287-301.
- Sampaio, R. C.; Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Enap.
- Santos, M. (2009). *Histórias de Vida na grande reportagem: um encontro entre jornalismo e história oral*. Goiás, Comunicação e Informação, v. 12, n. 2, p. 21-32.
- Scherer-Warren, I. (2008). *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. Rio Grande do Sul, História: Debates e Tendências – v. 7, n. 1, p. 9-21.
- Schmitz, A. (2011). *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis, Combook.

- Silva, A. T. P. (2010). *A vida cotidiana no relato humanizado do perfil jornalístico*. Santa Catarina, Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 7, n. 2.
- Silva, C. C.; Bethonico, M. B. M. (2010). *População indígena e saúde na região de Auarís – Terra Indígena Yanomami*. Boa Vista, Roraima, Textos & Debates, n. 18, p. 251-268.
- Tabakman, R. (2013). *A saúde na mídia: medicina para jornalistas, jornalismo para médicos*. Tradução de Lizandra Magon de Almeida. São Paulo, Summus Editorial.
- Tarrow, S. (1997). *El Poder en Movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid, Alianza Editorial.
- Tosatto, C.; Portillo, E. M. L. (2014). *A criança e a infância sob o olhar da professora de educação infantil*. Belo Horizonte, Educação em Revista, v. 30, n. 3, p. 153-172.
- Trindade, L. B. (2017). *Uma história de vida no Movimento Indígena de Roraima: as representações do tuxaua Jacir de Souza*. Boa Vista, Roraima, dissertação, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteira, Universidade Federal de Roraima.
- Urquidi, V.; Teixeira, V.; Lana, E. (2008). *Questão Indígena na América Latina: Direito Internacional, Novo Constitucionalismo e Organização dos Movimentos Indígenas*. São Paulo, Cadernos PROLAM/USP, ano 8, vol. 1, p. 199 - 222.
- Xavier, C. (2006). *Mídia e saúde, saúde na mídia*. In: Caderno mídia e saúde pública. Adriana Santos (org). Belo Horizonte, Escola de Saúde Pública/FUNED.



## Hacia una historia de resiliencia y la pretensión de una paz duradera

Towards a history of resilience and the purpose of a lasting peace

**Julián Andrés Escobar Gómez<sup>11</sup>**

Cesclam GSP

Medellín, Colombia

<https://orcid.org/0000-0003-1113-244X>

[julian.escobarg@udea.edu.co](mailto:julian.escobarg@udea.edu.co)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4980>

DOI : 10.25965/trahs.4980

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Resumen:** En el presente documento\*, el autor reconstruye un concepto subjetivo de “paz duradera” a través de la experiencia sufrida durante el 2019 en la Comuna 13 de Medellín, lo que ha implicado su desplazamiento forzado y el de su familia. En el desarrollo del mismo se procura mostrar cómo podría consolidarse una vía de perdón, en donde se corte la cadena de violencia y se viva una experiencia de resiliencia en la que se presupone el derecho a la vida que tienen los victimizadores, procurando reconstruir los elementos necesarios para defender la idea de la no-repetición de las causas que podrían consolidar un nuevo conflicto intra-urbano. Se introducirán algunos comentarios de los diarios personales de la víctima.

\* Este artículo es uno de los resultados de la maestría en educación que el autor realizó en la Universidad de Antioquia (Colombia).

**Palabras clave:** desplazamiento, Justicia, no-repetición, fiscalía, conflicto.

**Résumé :** L’auteur de l’article fait une reconstruction d’un concept subjectif de paix durable à travers l’expérience qu’il a subie en 2019 dans l’arrondissement 13 de Medellín et qui a impliqué son déplacement forcé ainsi que celui de sa famille. Son objectif est de montrer comment atteindre et consolider la voie du pardon, à partir d’une rupture de la chaîne de violence et d’une vie de résilience, en partant du présupposé que les agresseurs ont droit à la vie et en élaborant les éléments permettant d’étayer l’idée de la non-répétition des causes susceptibles de consolider un nouveau conflit intra-urbain. Des extraits de journaux personnels des victimes appuieront son analyse.

**Mots clés :** déplacement, justice, non-répétition, ministère public, conflit

**Resumo:** Neste documento, o autor reconstrói um conceito subjetivo de “paz duradoura” através da experiência sofrida durante 2019 na Comuna 13 de Medellín, que envolveu seu deslocamento forçado e o de sua família. Em seu desenvolvimento, procura-se mostrar como se pode consolidar um caminho de perdão, onde se corta a cadeia da violência e se vive uma experiência de resiliência em que se pressupõe o direito à vida dos vitimizadores, tentando reconstruir os elementos necessário

---

<sup>11</sup> Magíster en educación y licenciado en filosofía egresado de la Universidad de Antioquia. Actualmente es docente de ciencias sociales para secretaría de educación de Medellín y es tesorero del Cesclam GSP.

defender a ideia da não repetição das causas que poderiam consolidar um novo conflito intra urbano. Serão introduzidos alguns comentários dos diários pessoais da vítima.

Palavras chave: desenvolvimento, justiça, não repetição, fiscalização, conflito

Abstract: In this document, the author seeks to reconstruct a subjective concept of “stable and lasting peace” through the experience suffered in 2019 in Comuna 13 in Medellín, that has involved his forced displacement and that of his family from the neighborhood. In its development, an attempt is made to show how, based on a negative experience, a way of forgiveness could be consolidated, where the chain of violence is cut off, and an experience of resilience where the right to life that they have is presupposed. The victimizers, trying to reconstruct the necessary elements to defend the idea of non-repetition of causes that could consolidate a new intra-urban conflict. Some comments will be made from the victim’s personal diaries.

Keywords: displacement. Justice, non-repetition, fiscalía, conflict

## Introducción

El desplazamiento forzado intraurbano es un fenómeno que se niega a desaparecer del territorio nacional de los colombianos a pesar de la firma de diferentes acuerdos de paz entre el Gobierno y diferentes guerrillas a lo largo de los últimos 50 años. La Unidad Nacional de Víctimas es la que debe determinar si los hechos de cada desplazamiento hacen parte o no del conflicto armado que existió entre el Gobierno Nacional y las Farc-Ep y que hoy ha devenido en el proceso de paz y procuran llevar a cabo su tarea gracias a los reportes que desde las ciudades en donde se presentan los hechos les remiten para el estudio de cada caso. No obstante, en ocasiones la orientación que ejercen algunas autoridades como Casas de Justicia, Inspectores de policía y algunos miembros de la Fiscalía General de la Nación, podrían hacer parecer que acciones determinadas se presentan como conflictos entre vecinos o cuestiones similares, cuando a raíz de una eventualidad, una familia haya sido desplazada y despojada de sus bienes y su derecho a la vida pende de un hilo.

Estas actuaciones confusas de ciertos funcionarios, podrían hacer pensar que la Justicia Instrumentalizada arroja a una víctima de desplazamiento y amenaza a una de dos hipótesis posibles: o no existe o es ineficaz. Al menos estas han sido las perspectivas que a esta víctima, la cual es objeto del presente documento, nos ha mencionado que se han consolidado en su psique luego de las experiencias vivenciadas que le obligaron a alejarse del barrio El-Socorro de la Comuna 13 de Medellín (Colombia). Subjetivamente, esta persona ha consolidado un concepto de Justicia que puede no ser uno tradicional, no obstante, según su experiencia es cierto y, a través de este concepto, establece un sendero en el cual piensa que es posible el perdón para proyectar un camino de resiliencia y supresión de nuevos conflictos que generen más violencia.

En nuestra perspectiva, más allá de la aceptación o el rechazo por parte de la Unidad Nacional de Víctimas en el marco del conflicto armado y más allá de las ayudas que otorgaron o negaron a esta víctima y su familia, el hecho del desplazamiento en un país que aspira a la superación de las causas que originaron el conflicto armado es una de las eventualidades que deberían suprimirse en cualquiera de sus manifestaciones, pues si se procura solo superar aquello que está estrictamente vinculado a los hechos victimizantes de las Farc-Ep, lo único que se obtendrá es la mutación a otro tipo de disidencias o ideologías y los hechos seguirán presentándose de diversas maneras. La eliminación del flagelo del desplazamiento y del despojo debe ser una tarea primordial al interior del proceso de paz que en este momento lleva a cabo Colombia, si se aspira a la no-repetición del conflicto armado. Más aún, se debe procurar que nadie más, esté o no enmarcado en un conflicto armado, vuelva a vivir hechos de violencia.

Bajo estas consideraciones, procederé en el presente texto: en primer lugar, expondré los hechos acaecidos en el barrio El Socorro en la Comuna 13 de Medellín en el mes de abril del 2019 y que han provocado un desplazamiento forzado y despojo derivado de unas amenazas de muerte; posteriormente, mencionaré las acciones efectuadas por las víctimas, los lugares visitados, las autoridades a las cuales han solicitado protección, entre otras y las “ayudas” recibidas por el personal; luego, se procurará hablar un poco acerca de las respuestas obtenidas por las autoridades competentes; posteriormente, a partir de lo dicho y apoyándonos en elementos académicos construiremos el concepto de Justicia existente en la conciencia subjetivo-psicológica de la víctima de tales eventos, para culminar mencionando la perspectiva de una vía de perdón y olvido que contribuya como ejemplo de resiliencia pretendiendo así una vía práctica de no-repetición de los hechos. Tal aspecto ayudará



a que quienes aún son detractores del proceso de paz, comprendan que es posible llegar al verdadero perdón.

## I- Los hechos

Trancurría en el año 2016 cuando los propietarios de un edificio de 3 pisos han decidido realizar mejoras que benefician a los moradores del mismo. Los propietarios son: Luis Fernando Maya Perea quien vivía en el tercer piso del edificio y la familia víctima del desplazamiento que habitaban el segundo piso. Mediante un acuerdo verbal que se ha realizado entre ellos y el vecino Rodolfo Posada (habitante del primer piso), quien ha contribuido, indirectamente, a asentar las condiciones que posteriormente han dado lugar a los hechos. En aquellos días, los propietarios de este edificio han acordado hacer estas mejoras con un “permiso verbal” otorgado por una de las funcionarias de la inspección de Policía de la Comuna 13, la cual se sitúa en la Casa de Justicia del barrio Veinte de Julio. Según la atención dada por la funcionaria Patricia, no se necesitaría un permiso escrito para los fines que pretendían realizar debido a que se harían simplemente mejoras a los bienes inmuebles. Bajo estas circunstancias y dado que tenían la autorización verbal, las personas han procedido con la construcción de una losa de 35 metros cuadrados y que tuvo un costo de seis millones de pesos, los cuales asumió la familia victimizada con la promesa verbal de que al terminar el trabajo se repartiría el gasto por partes iguales por parte de los dueños de los inmuebles.

Luis Fernando se negó a pagar la deuda una vez terminados los trabajos. Se asistió nuevamente a la inspección de policía de la casa de justicia pues Patricia les manifestó que ellos deberían asumir los costos correspondientes habiendo ya terminado el objeto del acuerdo verbal al cual llegaron. Según la asesoría que ella les prestó, sólo debían hacer lo necesario para que Rodolfo Posada pague, pues sería el único que estaría beneficiándose de ello y que, si Luis Fernando Maya Perea quisiera elevar hasta su vivienda la construcción para ampliar y mejorar su inmueble, tendría que asumir los costos pensados y luego partir gastos de la segunda losa. Con Rodolfo Posada se pudo arreglar mediante una mediación, aunque se tuvo que hacer firmar un documento en una notaría para que luego pudiese proceder con el pago. Y a pesar de esto, no canceló la totalidad de la deuda.

Ahora bien, al final del año 2018, Luis Fernando Maya Perea, vendió el aire correspondiente a su propiedad a Jorge Ochoa Fonnegra. Esta venta, según asesoraron a la familia victimizada, fue irregular y parecería más una estratagema de Luis para estafar Jorge. Según las explicaciones de las autoridades en ese momento, la justificación de la propiedad es el suelo en el cual se sostiene la propiedad: en caso tal de la inexistencia de aquél no puede existir esta última. Es necesario advertir que las asesorías prestadas por la Inspección de Policía situada en la Casa de Justicia de la Comuna 13 de Medellín son prestadas de una manera verbal, por lo cual la credibilidad de las palabras que allí se decían eran asentadas por la familia victimizada debido a que ellas representaban la ley y se pensaba que los asesoraban de la mejor manera posible. Jamás se pensó que no se pudiera llegar a acuerdos racionales con los vecinos de esta jurisdicción cuando se supone que todo se estaba haciendo bajo el marco de las instituciones estatales y de las normas vigentes en Colombia.

Según la familia Ochoa Fonnegra, querían edificar un apartamento unifamiliar de dos o tres pisos. La familia victimizada les dijeron que, para hacer esto, había que estudiar primero si ese suelo podía soportar tantos pisos sabiendo que se había proyectado la losa para tres, no para cinco, lo cual podría generar problemáticas posteriores por el peso. Asistieron nuevamente a la inspección de policía de la Casa

de Justicia y de allí remitidos al Departamento de Planeación para recibir otra asesoría. Se les confirmó esta idea y, además, se les informó que para hacer eso debían tener una serie de licencias y permisos entre los que se encontraba el estudio de suelo y el acuerdo con todos los vecinos involucrados para proceder a los trabajos. De nuevo, estos informes fueron pasados de forma oral por el Departamento de Planeación, instancia ante la cual se había radicado tres años antes una queja contra Luis Fernando Maya Perea y una sobrina suya, Diana Marcela Muñoz Maya, quienes estaban afectando la casa de la familia victimizada y luego de ese período de tiempo no se había tomado ninguna medida al respecto.

Resulta que, para finales de febrero del 2019, uno de los miembros de la familia victimizada, se quedó sin empleo a causa de la declaración de bancarrota por parte del British College, cuyo representante legal, Hugo Antonio Bello Nieves, desapareció sin responder por los derechos de sus empleados ni de los estudiantes adscritos a la academia de idiomas. La familia sobrevivió cerca de un mes más con los ahorros que tenían y, debido al desempleo que en ese momento les afectaba a dos de sus miembros, tuvieron una idea, la cual podría ayudarles a obtener ingresos extras y con ello garantizar su bienestar. La cuestión sería consolidar un taller de manualidades en la losa construida previamente. Regresaron a la oficina de planeación a exponer la viabilidad de este asunto Patricia les dijo que no necesitaban realizar ningún trámite porque lo que estaban pensando hacer seguía siendo una mejora de vivienda y para ello no les daban ningún documento escrito. Así lo hicieron y a principios del mes de abril del 2019, una familiar les facilitó dos millones de pesos para la construcción del taller. No obstante, según se dice en los diarios del hijo menor de esta familia, el 10 de abril sería una jornada determinante:

Mi papá ha llegado esta mañana con los materiales para la mejora del techo que tenemos en este momento. Varios largueros y tres cargueros. Ha sido una verdadera odisea este hecho y, a decir verdad, tuve que hacer más fuerza de la habitual, aunque si nunca hubiera comenzado en el gimnasio, seguro no hubiese hecho lo que hice. Tengo una herida en una de mis manos, una cortada por la madera y varios otros signos que demuestran el trabajo que he realizado. Luego estuvimos entrando las tejas y justo cuando estábamos acabando de subirlas, ha llegado Jorge Ochoa y su hijo Jorge Ocho Fonnegra a alegar con mi padre por un problema que no es nuestro. Incluso nos han amenazado de muerte (...) la situación estuvo bastante maluca, pero gracias a Dios ya pasó y nos falta ver qué es lo que va a suceder en un futuro (...) luego de que estos dos sujetos se fueran, mi padre y yo hemos acabado de subir las tejas y luego cada uno ha seguido en sus actividades (Escobar, 2019c: 40).

En ese momento no le dieron ninguna importancia al hecho, pues pensaron que pudo haber sido parte del alegato, de la calentura que tenían allí y siguieron con sus vidas como si nada. Ahora bien, debido a que la situación continuó, se prolongó y las amenazas siguieron para esta familia, tomaron una decisión, la cual, nunca pensaron tomar. Por lo menos así lo determina el diario de esta persona, ya que el 13 de abril refiere lo siguiente:

Estos dos días han sido una verdadera odisea, a decir verdad. No voy a comentar muchas cosas porque realmente está tarde y no quiero emborronar muchas cartillas con lo que estamos viviendo. Tan solo afirmo que en estos dos días hemos

decidido abandonar la casa en la que habitamos desde hace trece años. Lo hacemos por las amenazas que nos han hecho desde los últimos días y por el hecho de que seguramente si no nos vamos nos asesinan o tenemos que matar para sobrevivir. Ahora intentamos evitar un mal muy grande y problemáticas futuras que se desprenden de ello. Esta semana Santa está muy trágica y, en nuestro caso, lo mejor es partir. Quedarnos es ahondar en lo inevitable y, por ende, nos convertiremos en los asesinos que hoy nos echan del hogar (Escobar, 2019c: 42).

En este párrafo se hace evidente el estado por el cual pasaba el autor de esos diarios, que, a la luz de la actualidad, resulta siendo el autor del presente artículo también. Se nos habla allí de diversos temas en unas pocas palabras. Entre otras cuestiones se habla de su asesinato o desaparición justo al comenzar Semana Santa: tal vez el ser un laico comprometido le ayudó a no fenecer. Resulta ser curioso, para él, que se dedicó durante varios años al servicio incondicionado a la comunidad, ser expulsado, amenazado y despojado por aquellos que en otras épocas fueron sus vecinos, los amigos de sus padres y con quienes incluso él mismo se sentaba a conversar acerca de la historia del barrio y de la patria (Colombia) que todos habitaban. Resultaba asombroso que fueran justamente ellos, los Ochoa Fonnegra, quienes quisieran asesinarlo, cuando anteriormente fueron quienes los recibieron en ese barrio cuando él, siendo un adolescente, llegó a El Socorro a una casa propia que ahora perdía por lo que sus antiguos amigos le hacían. Nadie mejor que este autor para decir, para evidenciar el cómo se sentía en una época de la vida en la cual el destino le dictaba una de dos soluciones: desplazarse para no asesinar, o quedarse esperando quién asesinaba a quién primero. Y justamente ello sucedía en una Semana Santa, una época en la cual la felicidad, en años anteriores, albergaba cada centímetro de su piel porque justo allí se entregaba por completo a sus amigos y a la comunidad misma. Miremos sus palabras escritas el día 21 de abril del 2019:

A pesar de las circunstancias, cualquiera hubiese pensado que tras una amenaza de muerte las personas tendrían que desplazarse inmediatamente, salir y dejarlo todo de lado tal vez como sucede en otras experiencias de este tipo. Sin embargo, y bajo la peculiaridad de la que venimos construyendo, se notan algunos vestigios de una actuación diferente, tal vez un *modus operandi* distinto al habitual, o simplemente un caso que las autoridades no han registrado en sus procesos debido a que los que llevó a cabo la familia victimizada con respecto a la victimizante : fueron procesos orales, incluso en sus asistencias a las autoridades competentes, quienes en medio de sus avatares cotidianos, ni siquiera decidieron visitar el inmueble. Según nos refieren los diarios de esta persona, se les había dado una tregua, unos días para que se fueran por un motivo en especial: él era un líder religioso dentro de la comunidad del Socorro, su adherencia al grupo de catequistas, al grupo de estudios bíblicos, proclamadores de la palabra Ya va terminando este día domingo y con él una nueva semana Santa. Oficialmente damos inicio al período llamado Pascua que terminará en Pentecostés en 50 días. Solo faltan unas horas para que mi madre vaya a la inspección de policía a entregar el documento que le dieron en fiscalía hace una semana y a solicitar medidas

de protección (no lo hizo antes porque la inspección de policía cerró en Semana Santa y el espanto que prometieron enviarnos llegará en pascua según la tregua que nos dieron porque no nos matarían en días santos). Posiblemente mi vida finalice cuando ello se produzca en caso tal de que las autoridades sean incompetentes en este caso. Y conociendo el modo de proceder de las mismas, seguro pasará de esa manera. Es injusto que uno muera por una razón tan estúpida como lo es un techo. No es válido esto, pero el corazón del hombre ha estado tan pervertido que personas como yo somos amenazadas de muerte por razones tan ridículas. Me quieren matar y aunque tenemos derecho a solicitar protección ante las autoridades competentes, ello acelerará mi muerte. Sí. Debo reconocer que en este momento tengo mucho miedo por lo que pueda venir, pero en el conducto regular y solo es cuestión de tiempo para ver el desenlace de esta historia. Si muero mañana o dentro de poco, es culpa de Jorge Ochoa y su hijo Jorge Ochoa Fonnegra, quienes vinieron a su casa a amenazarme (Escobar, 2019c: 44).

Como puede verse, según nos refiere esta persona, realizaron los trámites que según él debería hacerse. El día 15 de abril del 2019, que coincidió con el lunes santo, la familia de este individuo fue hasta las instalaciones de la Fiscalía General de la Nación a realizar el respectivo trámite ante esta autoridad pensando que les ayudarían a salir de ese barrio, pues ya habían decidido que lo harían, pero no tenían cómo hacerlo pues, la bancarrota del British College y la falta de oportunidades para conseguir un nuevo empleo, impidieron que tuviesen las condiciones económicas necesarias para hacerlo sin mediación de las autoridades, y lo único que obtuvieron fue un documento con el cuál se tenían que dirigir a otra institución (de nuevo la Inspección de Policía de la Casa de Justicia) que estaba cerrada por ser semana santa y los dejaron sin la protección necesaria para un momento de muerte inminente. Fue tanto el miedo generado por los Ochoa Fonnegra, que un día previo, el 20 de abril, el dueño de este diario hubo comentado lo siguiente:

Mi nombre es X identificado con cédula de ciudadanía X1 expedida en la ciudad de Medellín. Nací en un hogar conformado por Y, albañil de profesión, cuya cédula es Y1 y por Z, una ama de casa, con cédula Z1 y tengo un hermano llama A, cuya cédula es A1. Mi nacimiento se produjo el 24 de junio de 1991 y hemos sido amenazados por Jorge Ochoa y su hijo Jorge Ochoa Fonnegra. Si me sucede algo, ellos son los principales responsables. Con estas identificaciones puede quedar por sentado que realmente soy yo quien escribe y que no hay ninguna suplantación de identidad. La documentación puede ser verificada y se puede tener más certeza de que yo sí soy yo al analizar en detalle los otros tomos de estos manuscritos y leer y comparar el contenido y el tipo de letra que he plasmado en los últimos seis años. Si muero, autorizo a quien lea esto, a mi familia, ami hermano o a mis padres, a publicar estas páginas para que el mundo sepa que hemos intentado hacer las cosas por las buenas pero que no hemos recibido la protección por parte de las autoridades competentes (Escobar, 2019c: 42).

Como puede notarse, el estado psicológico al cual puede someterse a una persona para tener que escribir una confesión de estas, es lo suficientemente profunda como para entrar en desesperación y comenzar a proferir algunos comentarios negativos sobre las autoridades, las cuales han dejado sola a esta familia. Además, esta misma familia puede llegar a aislarse completamente, encerrarse para protegerse. Al menos así lo expresa para el día 22 de abril del 2019, el primer lunes de pascua, día en el cual se había vencido la tregua planteada por los victimizantes:

Aún estoy vivo. Con mucho miedo, pero vivo todavía. Mis padres han asistido hoy a la inspección de policía con el documento que les dieron la semana pasada en la fiscalía. Se supone que ellos van a mandar la citación a una conciliación a un policía y nosotros estamos pendiente de un hilo porque es muy seguro que cuando llegue, se van a alborotar y ahí sí van a tomar acciones. Hoy todo el día he estado encerrado y pendiente de cualquier ruido para defenderse por si pasa algo. El susto que tenemos es bastante grande y estamos pensando lo peor, aunque en mi corazón guardo las esperanzas de que no pase nada., pues si asesinan a algún miembro de mi familia no sé qué sucedería. Estamos haciendo todo lo que legalmente podemos hacer para evitar cualquier situación lamentable. Vamos a ver qué pasa en este sentido (Escobar, 2019c: 46).

Cuando se asistió a las autoridades competentes, lo único que han recibido es un documento para llevar a una inspección de policía en dónde todo lo hicieron anteriormente de manera oral y que ahora les ofrecían como protección una conciliación con sus victimizantes para negociar que no los maten. ¿Acaso puede conciliarse el derecho inalienable a la vida? Esta familia ha asistido a las autoridades para proteger su derecho a vivir y lo único que han encontrado es una serie de personas que pensaban que se podría llegar a un acuerdo para No ser asesinados. Por otro lado, el hecho de que los Maya, encabezados por Luis Fernando y Diana Marcela, quienes comenzaron a agredir la idea de vivienda digna al permitir las humedades y no hacer nada para solucionarlo y luego aquél hombre, quien vendió un aire inexistente a los Ochoa Fonnegra y estos, a su vez, amenazaron e hicieron la vida imposible a una familia hasta obligarlos a decidir dejar la vivienda que habitaron durante más de trece años y unas autoridades que pretendían conciliar el derecho a la vida; el hecho de que el señor Hugo Antonio Bello Nieves, haya estafado a uno de los miembros de esta familia debiéndole un mes de salario, y los parafiscales de más de ocho meses entre otros; todos estos hechos pueden hacer tal presión psicológica sobre una persona que podría llevarla a una fuerte depresión: las balas no son las únicas que asesinan; acciones como las sufridas por esta familia les han obligado a desplazarse y despojarse y, aun así, las autoridades no han hecho nada por ayudarlos.

## II- Las entidades visitadas, las asesorías y respuestas recibidas

El hijo menor de la familia victimizada, al ser un líder religioso dentro de la comunidad que habitaba, habló con el sacerdote quién puso a su disposición diversos canales de ayuda para la resolución pacífica del conflicto que ahora estaba surgiendo y que se había agravado de tal manera que debían alejarse de su propiedad. Sin embargo, fue gracias a una de las religiosas adscrita a la comunidad de la Congregación de las Misioneras de María Inmaculada y de Santa Catalina de Siena

quién les ha dado la asesoría que les ayudó a salvaguardar sus vidas. Esta religiosa, a quien hemos de llamar Rosa para proteger su identidad, contactó al otro hijo de esta familia y a la madre, con una funcionaria de lo que ellos conocen como Unidad de Atención a Víctimas de la Colonia de Belencito Corazón, en la misma Comuna 13 de Medellín. Esta funcionaria, de la mano de la hermana Rosa, les han dicho que las acciones tomadas por la Fiscalía General de la Nación y la Inspección Trece de Policía Urbana de Primera Categoría, ubicada en la Casa de Justicia del barrio Veinte de Julio, fueron las peores que pudiesen haber tomado en ese caso. Como les han comentado, el derecho a la vida no puede conciliarse y el hecho de que en ambas instituciones hayan decidido hacer esa actividad en vez de otorgarles la protección necesaria ante la inminente amenaza de muerte fue una mala jugada que cometieron en ambas instituciones.

Ante la inmediatez de la muerte se les dijo que la única alternativa que tenían era desplazarse de inmediato y acudir a la Personería de Medellín para que les dieran la protección que las dos entidades anteriormente nombradas no les dieron. En ese momento, tanto la madre como el hijo mayor de esta familia parten para su hogar en dónde estaba el hijo menor (quién llevaba encerrado en la casa cerca de 48 horas) y con el padre, pues la decisión, tendría que ser tomada por los cuatro. Según las consideraciones que ellos tenían en ese momento para salvar sus vidas y evitar la muerte de los victimizantes, era esa. Si permanecían en ese barrio se exponían a ser asesinados, mismo destino que tenían si seguían el procedimiento de la Fiscalía y la Policía. Ante tal circunstancia, el líder religioso se puso en contacto con el sacerdote de su comunidad y éste le dijo que lo más razonable que tenía que hacer era el de desplazarse. Así pues, el día 23 de abril del 2019 deciden partir del barrio con las pertenencias que pudieron guardar en unas maletas. Sin nada más partieron de ese hogar gracias a las estrategias de Luis Fernando Maya Perea, Jorge Ochoa, Jorge Ochoa Fonnegra y las malas asesorías de los entes gubernamentales. Al día siguiente (24 de abril del 2019), se lee lo siguiente en los diarios del hijo menor:

Aún estoy vivo. A esta hora me reporto desde un albergue temporal situado en el barrio Prado-Centro de la ciudad de Medellín. Hemos dejado de lado la casa en dónde habitamos durante trece años y dónde hemos comenzado a consolidar nuestros sueños. He dejado atrás los otros tres tomos de estos manuscritos y tengo miedo de que se pierdan para siempre esas 1800 páginas que contienen mis más sagrados secretos. No sé qué pueda hacer la gente con esa información. La comida, los muebles, parte de la ropa, todo lo hemos dejado atrás y no sé si vamos a lograr recuperarlo algún día. Nos hemos venido ayer y hemos llegado a este lugar a las nueve y media de la noche a dormir. Nos remitieron desde la Personería de Medellín. Si he posado algunas quejas anteriormente por la carencia de espacio en el que pueda permitirme dedicar mi tiempo a la filosofía y al pensamiento, ahora es mucho más delicado porque vivo en una casa junto con otras 40 personas, y en la habitación en la cual me encuentro, a parte de mis padres y mi hermano, hay otras dos personas. Vaya aventura la que tengo ahora. Ni siquiera han pasado dos meses desde el cierre oficial del British College y ya no pueden quitarme nada más. Ya todo lo he perdido. Mi única esperanza es que aquí me ayuden a conseguir rápido un empleo para sacar a mis padres de esta situación y darles lo que se merecen (...) se ha quedado todo

en el olvido y no sé si podemos salir de aquí. Ya por lo menos no hay riesgo de que nos van a matar, pero sí el de perderlo todo en este momento (Escobar, 2019c: 48).

En caso de que estas personas no hubiesen tenido los contactos con la institucionalidad eclesiástica, jamás hubiesen recibido una atención oportuna y hoy se estarían registrando sus nombres como muertes a causa de un conflicto que pudo haberse solucionado si las autoridades encargadas hubiesen actuado de otra manera. No obstante, las circunstancias fueron diferentes y la familia victimizada sigue agradeciendo a la Iglesia debido a que fue la única institución que les ayudó a conservar el inalienable derecho a la vida. Salieron de casa el 23 de abril del 2019 a eso del medio día y tuvieron que esperar en la Personería de Medellín, ubicada en la Registraduría Auxiliar el Bosque, para realizar la declaración juramentada de desplazamiento forzado y despojo derivado de las amenazas de muerte y de allí esperaron la apertura de un puesto para la familia en un albergue temporal en dónde lo único que esperaban era tener un proceso de transición hacia un estado mejor de cosas en dónde pudiesen no tener miedo y en dónde su situación económica cambiará.

Según la resolución de la Unidad Nacional de Víctimas No 2019-33401 se les negó cualquier ayuda por parte de la susodicha y por parte del Gobierno Nacional ya que los hechos no se enmarcaban por el conflicto armado sino por una disputa entre vecinos, lo cual no era competencia de la Unidad, sino que debía arreglarse por otros medios, aunque la resolución jamás especifica cuáles.

### III- La reconstrucción subjetivo-psicológica del concepto Justicia

Dentro de este apartado podemos introducir la idea expresada en uno de los extractos del diario personal que hemos introducido anteriormente en dónde se dice textualmente:

“Lo hacemos (desplazarse) por las amenazas que nos han hecho desde los últimos días y por el hecho de que seguramente si no nos vamos nos asesinan o tenemos que matar para sobrevivir. Ahora intentamos evitar un mal muy grande y problemáticas futuras que se desprenderían de ello”.

Tal vez ese evitar las cuestiones de tomar por su propia mano la protección que les habían negado los aparatos institucionales se derivaban de los principios religiosos que defendía este líder religioso ya que el mismo individuo nos afirma en este texto que no solo quisiera evitar un mal sino las problemáticas que pudiesen derivarse de ese asunto. Para no entrar en polémicas acerca de la intención que hubo implícita en esta afirmación, debemos mencionar solamente que la idea de tomar una acción que solo le correspondía a las autoridades competentes, estuvo en la mente de esta víctima: es una posibilidad que pudo haberse seguido pero que por motivos que no debatiremos aquí jamás se consumaron. Aunque allí se plantea la idea de “evitar un mal muy grande”, el asesinato por proteger la vida fue una de las opciones desde el principio y aunque las acciones realizadas fueron distintas a esto, se planteó esto como una vía de solución posible para llegar a una definición de Justicia por mano propia o ley del talión. La enunciación de esto podríamos extraerlo de las Escrituras Sagradas del catolicismo en dónde se nos dice: “Pero si se produjeran otros daños, entonces pagarás vida por vida, ojo por ojo, diente por diente, mano por mano, pie por pie, quemadura por quemadura, herida por herida cardenal por cardenal (Éx 21, 23 - 25)”. Esta idea de una justicia tomada por causa propia y en proporción del daño

causado, hubiese podido ser una solución y tal vez la más fácil para aferrarse a la posesión de la casa propiedad de la familia y de los muebles que les pertenecían. La lógica implícita en este pensamiento sería parecida al siguiente enunciado: “ya que me has amenazado, te asesinaré antes de que tú me asesines”.

El hecho de que se haya procurado asegurar para ellos el derecho a la vida mediante una conciliación con los victimizantes no garantiza, bajo ningún respecto, el proceder de los aparatos institucionales del Estado en Colombia, debido a que el susodicho derecho es innegociable: el principio de la vida fueron violentados de una manera directa en este caso por diversas personas: por Luis Fernando Maya Perea y Diana Marcela Muñoz Maya al impedir que las humedades se subsanaron y yendo en detrimento de la calidad de vida de las víctimas al ver deteriorado su inmueble; también lo fue por el señor Rodolfo Posada al negarse a pagar por completo una deuda, lo cual degeneró en una crisis económica para la familia quienes hasta la caída del British College comenzaban a recuperarse; también lo fue por parte del señor Hugo Antonio Bello Nieves por haber negado los derechos laborales de uno de los miembros de esta familia que arrojó al grupo familiar a tomar acciones que desmejoraron su calidad y dignidad de vida; y, finalmente, también fue violentada por los Ochoa Fonnegra por las directas amenazas que proliferaron en contra de las víctimas y que les obligó a desplazarse forzosamente.

En este sentido, la idea de justicia por mano propia, la ley del talión que ya hemos mencionado, requería que la familia victimizada tomara acciones iguales y en contra de quienes les estaban vulnerando su derecho: digamos que, en este caso, los Ochoa Fonnegra representaron la gota que derramó el vaso que se había llenado con las acciones de los otros vecinos, sumados a la inoperancia del Estado y a su ineficiencia a la hora de tomar medidas ante unas circunstancias que ya eran de su conocimiento. Esto lleva a pensar que el Estado colombiano permite que, en ciertos casos, como el presente, su jurisdicción sea vulnerada por algunos individuos que sí pretendieron actuar frente a unos hechos que no fueron de incumbencia de las víctimas. Tal vez su problema era con el señor Luis Fernando Maya Perea, quién les ha estafado vendiéndose un aire inexistente. Los Ochoa Fonnegra fueron víctimas, a su vez, de aquel individuo, y se desquitaron con quienes vieron acorralados y desprotegidos.

#### IV- Hacia una idea del perdón, olvido y no-repetición.

Existen dos conceptos cuya importancia está resaltada en el Acuerdo Final firmado entre el Gobierno Nacional y las Farc-Ep en el 2016 y son, a saber, el perdón y la no-repetición para lograr una paz estable y duradera; aunque no son los únicos conceptos que aparecen allí, debido a que un proceso de posconflicto es mucho más fuerte que el establecimiento de un sendero por medio de sólo dos términos: sí podemos aseverar que su incidencia al interior del acuerdo resalta, debido a que son dos objetivos a los cuales deberíamos aspirar los colombianos como nación: no solo las partes involucradas deben garantizar el perdón de los hechos ocurridos y fortalecer los lazos de la no-repetición y del perdón, sino que es una vía que nos compete a todos: como lo veíamos más arriba, somos los colombianos quienes hemos tenido que padecer los efectos del conflicto, mencionado y, en muy buen sentido, la cultura de violencia que nos ha encerrado es lo que debemos superar por medio del perdón y las garantías de no-repetición.

Además, para generar ambas situaciones se tiene de base una serie de eventualidades que deben tenerse siempre presente: en primer lugar, el esclarecimiento de la verdad ante los hechos ocurridos, ya que si no sabemos qué fue lo que pasó, no podemos llegar a un verdadero perdón; en segundo lugar, es necesario reconocer que existen dos tipos de víctimas en el país: las que han



padecido directamente las consecuencias del conflicto y las víctimas indirectas, las cuales serían aquellas que han padecido, por experiencias ajenas, tales efectos: familiares asesinados, amigos desplazados o han sido víctimas de una cultura que se ha sumido en un pensamiento de violencia. Ahí está que la misión para el esclarecimiento de la verdad tiene un objetivo claro: determinar de manera objetiva qué nos ha llevado a extender tal conflicto para luego comprenderlo y superarlo con ideas de perdón, resiliencia y reconciliación.

Uno de los principales elementos para garantizar la idea de no repetir los hechos acaecidos en el conflicto armado existente entre el gobierno y la extinta guerrilla de las Farc-Ep, y de la superación de la cultura violenta que existe en Colombia y que ha afectado a la familia que ha sido objeto de este escrito, es que los flagelos del desplazamiento forzado y el despojo desaparezca del territorio nacional, pues ello implicaría que las personas no tengan que sufrir este hecho pudiesen derivarse del mismo. He ahí que desde nuestra perspectiva mencionamos que este flagelo continúa en el corazón de la sociedad, aunque ya no esté enmarcado en este conflicto en específico ni permita establecer la relación con algún combo delincencial.

Desde que aún existan personas que pretendan desplazar a otras por cualquiera que sea el motivo, significa que aún no estamos preparados para vivir en armonía y tenemos mucho por trabajar para superar el período de violencia en la historia nacional y que estamos sumidos en una cultura de violencia en dónde pensamos que las amenazas y la muerte son la solución a un padecimiento que estamos sufriendo. Los malos procedimientos institucionales contribuyen a que las personas pretendan resolver los dilemas que tengan sin necesidad de la ley: tal es su falta de eficacia y de desprotección. Aspirar a la no-repetición de hechos que puedan generar un nuevo conflicto es un sentimiento que debería gobernar las mentes y los esfuerzos de una nación que ha debido soportar hechos y grupos violentos durante varios decenios. Ese debería ser el norte de un sistema educativo que le sea propio al país en un momento de contingencia como el que estamos viviendo: que los hechos que produjeron el conflicto armado en Colombia no vuelvan a repetirse y que las personas nunca tengan que utilizar las acciones de los violentos porque el Estado debe garantizar su seguridad. Que la premisa de la educación sea esa: NO REPETIR el conflicto armado. Miremos uno de los comentarios que se mencionan en el Acuerdo Final (2016) acerca de tal asunto:

El Gobierno Nacional y las Farc-Ep comparten el propósito de que se reviertan los efectos del conflicto, que se restituyan las víctimas del despojo y del desplazamiento forzado y a las comunidades sus derechos sobre la tierra, y que se produzca el retorno voluntario de mujeres y hombres en situación de desplazamiento (p. 17 [p. 14]).

No obstante, esto se logrará solo con la ayuda y el compromiso de ambas partes del conflicto implicadas: tanto víctimas como victimarios deben tener el deseo de superar esta experiencia negativa; los primeros para perdonar y superar los acontecimientos que les han ocurrido, y los segundos para generar espacios de no-repetición de los hechos generados a partir de esta situación; además, ellos deben estar acompañados por la ciudadanía: no dejarlos solos es una situación que nos beneficiaría como nación: un proceso de posconflicto no le compete solo al Gobierno Nacional o a las Farc-Ep: si queremos un país diferente, todos debemos trabajar para que ello sea posible. La carencia de un sistema institucional que fortalezca el hecho de no-repetir los hechos ocurridos, implica que se está impidiendo el fortalecimiento de la superación de las causas que originaron el conflicto armado y que se procuran superar gracias a la firma del Acuerdo Final (2016). Procuramos, con las dos citas

siguientes, extraídas del documento en mención, afirma la pretensión de la idea que venimos exponiendo. La primera dice así:

Poniendo en consideración que la suma de los acuerdos que forman el Acuerdo Final contribuyen a la satisfacción de derechos fundamentales como son derechos políticos, sociales, económicos y culturales; los derechos de las víctimas del conflicto a la verdad, la justicia y la reparación; el derecho de los niños, niñas y adolescentes, el derecho fundamental de la seguridad jurídica individual y/o colectiva y la seguridad física y el derecho fundamental de cada individuo [en particular] y de la sociedad [sin distingos en general] a la no repetición de la tragedia del conflicto armado interno que con el presente Acuerdo se propone superar definitivamente (p. 2 [p. 2]).

Y la segunda dice así:

**Garantías de no repetición:** El Estado adoptará las medidas para garantizar el esclarecimiento del fenómeno paramilitar, evitar su repetición y garantizar el desmantelamiento de las organizaciones criminales responsables de homicidios y masacres y violencia sistemática de género, o que atenten contra defensores de los derechos humanos, movimientos sociales o movimientos políticos, incluyendo las organizaciones criminales que hayan sido denominadas como sucesores del paramilitarismo y sus redes de apoyo, la persecución de las conductas criminales que amenacen la implementación de los acuerdos y la construcción de la paz. (p. 80 [p. 81]).

Nuestro punto de vista pretende extrapolar la no-repetición para extenderlo al ámbito civil y afirmar que ninguna persona, esté o no en medio de un conflicto armado, vuelva a vivir tal situación. El contenido del Acuerdo Final está enfocado en la resolución de uno de los conflictos armados más viejos del país, aunque según escribió Natalio Cosoy (24 agosto del 2016) para la BBC Mundo en Bogotá: “Es el conflicto interno más antiguo del hemisferio occidental y en sus más de 50 años no hay ningún colombiano cuya vida no haya sido afectada”. Sin embargo, desde que existan familias que perduren en la vivencia de las experiencias negativas de este tipo de flagelos como lo son el desplazamiento forzado y el despojo, existirá la posibilidad de comenzar otro nuevo conflicto o seguir derramando sangre de una manera injustificada, pues, como decía la víctima en uno de sus diarios, si no se iban de su propiedad, tendrían que verse obligados a asesinar para sobrevivir.

Tenemos que el país aún no está preparado para abordar un proceso de posconflicto, pues si solo las víctimas van a establecer los protocolos y los espacios para el perdón y la no-repetición, sin la ayuda de las instituciones gubernamentales, no puede gestarse una verdadera resiliencia. Las víctimas pueden perdonar a sus victimarios, pero si estos últimos no están dispuestos a arrepentirse, reparar y comprometerse con la reintegración a la vida civil dejando de lado las acciones violentas, cualquier deseo de establecimiento de una paz estable y duradera está condenado al fracaso. Por ello afirmamos que en un verdadero establecimiento de la paz, es necesario la puesta en común de acuerdos y compromisos por parte de todos los involucrados en los hechos y la garantía de que nadie más deba vivir una experiencia como la presente.

Ahora bien, podemos mencionar que autores como Juan David Villa Gómez (2016), y Julián Andrés Escobar Gómez (2016 y 2019), estos dos conceptos deben estar a la base de la resolución pacífica de cualquier conflicto armado para no dejar asentadas las bases de uno nuevo: en el desarrollo mismo de esta historia, hemos visto que han sido las víctimas quienes han buscado estos espacios de perdón y de olvido a pesar de haber sido no tan bien conducidos por parte de los entes gubernamentales y del hecho de que sus victimarios continuaron amenazándolos hasta el desplazamiento. En este caso particular, todas las pretensiones de resolver un conflicto pacíficamente han fracasado. Debe evaluarse en más casos similares si esto es un hecho aislado o es una reiteración por parte de las instituciones del Estado, pues en caso de ser la primera opción, simplemente habría que reivindicar la función de las susodichas, pero si es la segunda opción, si hay muchos más casos en los cuales el Gobierno Nacional de Colombia desprotege a sus líderes, debería entrar en el desprestigio de la comunidad Internacional y solucionar de raíz sus operativos para que su legitimidad no quede en entredicho.

El perdón es uno de los requisitos *sine qua non*: a través de él se puede consolidar una verdadera pedagogía de la paz en dónde se le otorgue a cada parte su lugar, permitiendo para ambos las condiciones de posibilidad de la reconstrucción de sus vidas y, al mismo tiempo, la certeza de no repetir los hechos ocurridos. Aunque para ello podría recurrirse a la educación como un proyecto de nación para establecer las pautas para que en un futuro el conflicto armado en Colombia sea erradicado del territorio nacional. Poco importa si nos enmarcamos en el conflicto entre el Gobierno Nacional y las Farc-Ep o si estamos sumidos en cualquier otro ámbito: que ningún colombiano o colombiana tengan que volver a padecer los flagelos inherentes al conflicto armado, males que, en este caso, han estado enmarcados por el desplazamiento forzado y el despojo de los bienes que la familia ha conseguido en su vida.

## Conclusiones

Debemos notar que el derecho a la vida es irrenunciable e inviolable, tal como lo ha mencionado la Constitución Política de Colombia de 1991 en su artículo 11. Al ser amenazados de muerte, esta familia ha visto en vilo este derecho. En su ideología, aunque hayan estado tentados a resolver la amenaza con muerte y violencia, asentaron la base de una paz de la cual no podían renunciar y decidieron partir de su hogar para buscar la protección que el Gobierno les ha negado por razones aparentemente instrumentales: es probable que las instituciones visitadas hayan pretendido consolidar el debido proceso, un protocolo como mecanismo de defensa, aunque ello implicó poner en riesgo la vida, la integridad y la seguridad de la familia victimizada. La vida, como derecho inalienable de las personas dentro del territorio colombiano, no debería ser conciliable: la pregunta irresuelta sigue siendo la misma que nos planteamos unas páginas más arriba: ¿cómo puede conciliarse el derecho a la vida?

El Gobierno Nacional, si quiere no repetir los hechos ocurridos en el conflicto con la extinta guerrilla de las Farc-Ep, debería poner más atención a la hora de revisar y verificar los casos que, como este, ponen en riesgo la vida y la integridad de las personas. La familia victimizada ha asistido a las instituciones del Estado a solicitar protección y la han recibido gracias a un sacerdote y una monja. Esto dejaría en entredicho el proceder que tienen las instituciones estatales, pues si esta familia no hubiese tenido la ayuda de los líderes religiosos, seguramente se estaría viviendo una tragedia más grande que la del desplazamiento forzado y el despojo.

La justicia sería inoperante o marcharía a medias, debido a que, si una familia asiste al Estado para garantizar su seguridad y la encuentra por medio de la religión, ¿cómo podría luego volverse a confiar en los procedimientos del Estado colombiano? La desprotección y el desamparo al que ha sido sometida esta familia, y teniendo en cuenta que posteriormente al desarrollo de estos hechos tal como lo menciona la resolución 2019-33401 se han negado las ayudas pertinentes a esta misma porque no se circunscribe en el conflicto armado entre Farc-Ep y Gobierno Nacional, dejándolos a su libertad y temiendo por su vida, por nunca tuvieron ni siquiera una orden de restricción para los victimizantes, ni ningún documento que les permitiera, al menos, salvaguardar sus vidas en caso tal de ataque, sigue demostrando la inoperancia de la justicia en Colombia y, tal como dice Thomas Hobbes, y como lo referenciamos más arriba, ese estado sería inexistente. Para este caso, la justicia y el Estado colombiano han demostrado la desprotección que pueden llegar a demostrar en un caso en donde la vida y la muerte están separados por una clara línea.

## Referencias

- Comisión histórica del conflicto y sus víctimas. (2015). *Contribución al entendimiento del conflicto Armado en Colombia*. Recuperado de: [www.mesa-deconversaciones.com.co](http://www.mesa-deconversaciones.com.co)
- Cosoy, N (24 de agosto del 2016). Por qué empezó y qué pasó en la guerra de más de 50 años que desangró a Colombia. En: BBC Mundo Bogotá (Colombia). Recuperado de: [www.bbc.com](http://www.bbc.com).
- Escobar Gómez, J-A (2016). *Educación para no repetir el conflicto armado en Colombia*. *Quaest. disput* 9 (19), 103 - 116.
- \_\_\_\_\_ (2019a). *Nunca más. Elementos para no repetir el conflicto armado en Colombia*. En: Educación, Cultura y Sociedad. 10 (2), 85 - 91.
- \_\_\_\_\_ (2019b). *El futuro es de todos. Estudio del Acuerdo Final a través del concepto: Participación*. En: Educación, Cultura y Sociedad. 10 (1), 79 - 91.
- \_\_\_\_\_ (2019c). Manuscritos IV (diarios personales sin publicar).
- Estrada Echeverri, M (2014). La idea de la muerte en Colombia: una arqueología de sus representaciones. [Tesis de maestría, Universidad Nacional de Colombia]. Repositorio institucional de la Universidad Nacional de Colombia. <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/52058>
- Galvis Díaz, P-I (2013). *Narrativas de vida, dolor y utopías, jóvenes y conflicto armado en Colombia*. [Tesis de maestría, Universidad Nacional de Colombia]. Repositorio Institucional de la Universidad Nacional de Colombia. <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/49465>
- Guzmán-Mesa, E. (2014). Educación para el posconflicto. *Revista Debates-Universidad de Antioquia*, (69), 78 - 83.
- Hobbes, T (2009). *Leviatán: o la materia, forma y poder de un estado eclesiástico y civil*. Alianza Editorial: Madrid - España.
- Jardín de Freud, Desde el (2016). *Testimonio de mujeres y de un joven víctimas del conflicto armado en Colombia*. En: revista de psicoanálisis N° 6. pp. 353 - 362. Recuperado de: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/62745>

- Jimenez Zuluaga, B-I (2005). *La muerte violenta de un hijo, ¿continuar o romper con el círculo de la violencia?* En: Trabajo Social N° 7. pp. 33 - 46. Recuperado de: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/21573>
- Malisev, M (2007). “Venganza” y ley del Talión. En: La Colmena N° 53. Pp. 24 - 31.
- Mayorga Coy, A (2021). *La pérdida en el despojo de tierras y el desplazamiento forzado: ¿una pérdida de objeto o de sujeto?* [Tesis de maestría, Universidad Nacional de Colombia]. Repositorio Institucional de la Universidad Nacional de Colombia. <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/80137>
- República de Colombia. Gobierno Nacional–Farc-Ep (2016). *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y duradera.* (Versiones 24 de agosto y 24 de noviembre). [Online]. Recuperado de: [www.altocomisionadoparalapaz.gov.co](http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co).
- Rebellón Osorio, M (2018). *El conflicto armado transformado en un cuento infantil.* [Tesis de maestría, Universidad Nacional de Colombia] Repositorio Institucional de la Universidad Nacional de Colombia. <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/68853>
- Villa Gómez, J-D (2016). *Perdón y reconciliación: una perspectiva psicosocial desde la no-violencia.* En: Polis [en línea]. N° 43. Publicado el 09 de junio del 2016. Recuperado de: <https://journals.openedition.org/>



## Los hombres y el homicidio calificado

### Men and qualified homicide

**Zonia Sotomayor Peterson<sup>12</sup>**

UNAVIM  
Nogales, Sonora México

<https://orcid.org/0000-0002-0239-2621>

[peterston4343@hotmail.com](mailto:peterston4343@hotmail.com)

**Leonardo Mendívil Chávez<sup>13</sup>**

Nogales, Sonora, México

<https://orcid.org/0000-0002-8458-6015>

[Leonardo\\_mendivil@hotmail.com](mailto:Leonardo_mendivil@hotmail.com)

**Lydia Martínez Valdez<sup>14</sup>**

UNAVIM  
Nogales, Sonora México

<https://orcid.org/0000-0003-4062-9463>

[Lmmv521@hotmail.com](mailto:Lmmv521@hotmail.com)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/5039>

DOI : 10.25965/trahs.5039

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Resumen:** La construcción de la masculinidad, entendida ésta como educación en el privilegio, la libertad, la multiplicidad de opciones y la seguridad de que, por el solo hecho de haber nacido varón, se es intrínsecamente valioso e importante, ¿lleva a los varones a elegir la muerte de aquel o aquéllos que los molestan, los incomodan, los confrontan, como la única solución posible para continuar adelante? Así, ¿podríamos decir que los varones eligen matar por encima de cualquiera otra opción? Elección ésta que nos habla de una masculinidad que lleva al extremo sus opciones y concepciones sobre la vida y esos otros que, cabría pensar, están ahí, justamente para aprender a convivir con ellos en un mundo de razón, madurez, equilibrio y, ¿por qué no decirlo? humana ternura. Nuestra investigación, la que nos dimos a la tarea de realizar mi equipo: Doctorando en Derecho Penal, Leonardo Mendívil Chávez, Psicóloga Lydia Martínez Valdez y Dra. Zonia S. Peterson, fue de índole cualitativa;

---

<sup>12</sup> Dra. Zonia Sotomayor Peterson, experta en Violencia Extrema. Ámbito de estudio y análisis: Homicidio Calificado, Violación, Violación y Homicidio. Actualmente es directora del departamento de Investigación de la Violencia Extrema Unidad Especializada para la Atención de la Violencia Intrafamiliar y del Menor: UNAVIM, dependencia de Seguridad Pública en Nogales, Sonora, México.

<sup>13</sup> Mtro. Leonardo Mendívil Chávez, doctorando en Derecho Penal. Encargado de Personal Operativo de Atención a la Violencia Intrafamiliar. Seguridad Pública. Nogales, Sonora, México.

<sup>14</sup> Lic. Psic. Lydia Maria Martinez Valdez, experta en salud mental, Ámbito de estudio y análisis: violencia familiar, la conducta y las emociones. Actualmente, Directora de la Unidad Especializada para la Atención de la Violencia Intrafamiliar y del Menor: UNAVIM, dependencia de Seguridad Publica en Nogales, Sonora México.

se llevó a cabo en varios de los penales del estado de Sonora. Entrevistamos a cientos de homicidas, entre los cuales resaltan los que vienen a continuación.

Palabras clave: masculinidad, violencia, homicidio, homicidio calificado

Résumé : La construction de la masculinité, entendue comme une éducation de privilège, de liberté, d'options multiples et de sécurité où le simple fait d'être né homme suppose que l'on est important et précieux par nature amène à la question suivante: Cette construction prédisposerait-elle les hommes à choisir la mort de ceux qui les dérangent ou qui s'opposent à eux comme l'unique solution pour avancer dans la vie ? Est-il possible alors de dire que les hommes choisissent de tuer au delà de toute autre option ? Ce serait un choix où la masculinité adopte dans la vie des attitudes extrêmes au milieu de ceux qui, justement, coexistent avec eux dans un monde de raison, de maturité, d'équilibre et pourquoi ne pas le dire, de tendresse humaine. A partir d'entretiens de type qualitatif auprès d'une centaine de détenus pour homicide qualifié, dans les prisons de l'Etat du Sonora, mon équipe et moi-même (Leonardo Mendivil Chávez, doctorant en droit penal, Lydia Martínez Valdez, psychologue, Zonia S. Peterson, criminologue) en avons extrait un certain nombre dont nous faisons l'analyse dans l'article qui suit.

Mots clés : masculinité, violence, homicide, homicide qualifié

Resumo: A construção da masculinidade, pode ser entendida como uma educação do privilégio, da liberdade e na multiplicidade de opções e na segurança de que pelo fato de ter nascido homem, se considera intrinsecamente valioso e importante. Isso leva os homens a escolher a morte daquele ou daqueles que o incomodam, o confrontam, como a única solução possível para seguir adiante? Assim, poderia se dizer que os homens elegem matar acima de qualquer outra opção? Esta escolha fala-nos de uma masculinidade que leva ao extremo as suas opções e concepções sobre a vida dos outros que, caberia então pensar, se não estão ali justamente para aprender a conviver com eles em um mundo de razão, maturidade e equilíbrio e por que não o dizer? Ternura humana. Em nossa pesquisa, a tarefa pautou-se em desenvolver o trabalho através da equipe formada por: Leonardo Mendivil Chávez, doutorando em Direito Penal, Lydia Martínez Valdez, psicóloga e Dra. Zonia S. Peterson. A pesquisa foi de cunho qualitativo e realizada através da consulta de vários processos penais do Estado de Sonora. Também entrevistamos centenas de homicidas, entre os quais ressaltam-se os casos de reincidência.

Palavras chave: masculinidade, violência, homicídio, homicídio qualificado

Abstract: Masculinity construction, understood as the education in the privilege, the liberty, the multiple options and the assurance of the fact that being born male is intrinsically valuable and important, ¿ Does this takes males to choose death for those that bother, make them uncomfortable, confront them, as the only solution to continue, to go ahead? ¿Can we say then, that males choose to murder above any other option? Choice, that tells us of a masculinity that takes to the extreme options and conceptions regarding the life of those others that exist, justly to learn to live together in a world of reason, maturity, balance, and why not say human tenderness? Our research, done by my team, Leonardo Mendivil Chávez, PH in Criminal Law, Phycologist Lydia Martinez Valdez, and me PH Zonia S. Peterson, is of qualitative nature, and was done in different criminal jails in the Sonora, estate of Mexico.

Keywords: masculinity, violence, homicide, first degree murder

Jehová dijo a Caín: ¿dónde está Abel tu hermano? Y él respondió: No sé. ¿Soy yo acaso guarda de mi Hermano?  
Gén. 4:9

## I- Introducción

El homicidio calificado es el delito que se castiga con cincuenta e incluso sesenta años de reclusión. Se considera homicidio calificado aquel que fue pensado, planeado con toda la anticipación necesaria; incluye elementos como la premeditación, alevosía, ventaja o traición. En cuanto a la brutal ferocidad, los códigos señalan aspectos como el desprecio de la vida, y la saña que lleva a infligir un dolor intenso e innecesario para producir la muerte. ¿Por qué matan algunos varones? El delito de homicidio calificado es un comportamiento planeado, lo mismo que la violación (Román y Sotomayor, 2010). Tales acciones no siempre son arrebatos súbitos, de ira, de deseo de venganza o irracionales.

El Código Penal Federal en el Capítulo II, Artículo 315 establece:

Las lesiones y el homicidio son calificados, cuando se cometan con premeditación, con ventaja, con alevosía o a traición. La premeditación implica que el perpetrador causa intencionalmente una lesión después de haber reflexionado sobre el delito que va a cometer (DOF, 2009:82).

El juez evalúa entonces si la(s) persona(s) que han tomado la decisión de matar tuvieron otras posibles opciones, si los autores de los homicidios calificados pudieron haber reaccionado de otra manera y, si, habiendo soluciones otras para enfrentar sus dificultades después de meditarlas, finalmente las rechazaron porque su deseo era terminar con la vida de la otra(s) persona(s). Si esto fuera, cabría preguntarse y analizar si, en ese caso, la construcción social de la masculinidad da como resultado el que algunos varones cometan homicidio calificado, siendo éste, parte de sus prerrogativas y privilegios<sup>15</sup>.

En la mayoría de las colectividades, la masculinidad es la forma aceptada, esto es validada socialmente, de ser varón en una sociedad concreta (Gilmore, 1994). Y suele expresarse en términos de comportamientos. Para definirla, habría que partir de una tipología que permitiera la pertenencia de un ser humano al colectivo masculino, lo que significaría aceptar que hay un comportamiento “*propio de ser hombres*”. Sin embargo, la masculinidad, también es parte del mundo de la subjetividad y para estudiarla es útil recurrir a enfoques hermenéuticos (Scott, 2000; Searle, 1997).

Al decir de Connell (2003 y 1995), dentro de las masculinidades habría que ver el poder ya que las relaciones de género se caracterizan por ser asimétricas (Foucault, 1979). El poder vendría a ser la capacidad para decidir sobre la propia vida; pero, no sólo eso ya que también puede decidir sobre la vida de otro, con hechos que obligan, prohíben, impiden, eliminan... También tiene que ver con la propia idea de la importancia que se posee y el respeto que se cree merecer. La identidad masculina habitual significa estar constantemente revisando que lo que socialmente se considera masculino esté en el centro del movimiento hacia el que gravitan los varones, con todo lo que ello conlleva.

---

<sup>15</sup> Cabría preguntarse si matar es un privilegio. Interrogados al respecto, varios internos coincidieron en que matar era la expresión suprema de su poder, es ser como Dios, dijeron, ya que se tiene el poder de decidir quién vive y quién muere.



Tomemos a Gadiel y a su esposa<sup>16</sup>, señalados como los autores de un doble homicidio perpetrado en Nogales, Sonora. Los muertos, un matrimonio de ancianos, tenían una relación de trabajo con los implicados.

Tal como dejó en claro la esposa de Gadiel<sup>17</sup>:

Mi esposo quería matarlos... queríamos... es decir, él... yo... yo le decía que no pero como le dije a la vieja, así no se trata a un hombre; un hombre se trata con respeto, se usan palabras de respeto pa'blarle.. pos, pa'decirle... con respeto”.

Autora:

Y usted, señora, ¿estaba de acuerdo con él en matarlos?

“No... claro que no... yo no... es decir.. bueno... no... pero... pero pues si él quería..”.

Musi, la esposa de Gadiel, defendió frenéticamente su inocencia ante nosotros, mi equipo y yo, argumentando que ella no tuvo nada que ver con la muerte en sí de las víctimas ya que ella no los golpeó nunca. Aseguró no estar de acuerdo desde un principio en el homicidio, pero, debido a que vio el malestar creciente de su esposo y su tristeza y, sobre todo, porque ella lo “amaba intensamente”, decidió colaborar con él. “En realidad”, dijo, fueron Gadiel y el Zabulón, el novio de su hija mayor, los que

mataron a los viejos; yo no hice nada, nada... ni siquiera me acerqué... yo nomás estaba en la puerta, por fuera de la casa pa'que nadie se acercara, ni pasaran por'ay... pa'que no se oyeran los golpes... los gritos.

Lo que deja claro, al menos en este caso es como el poder psicológico del varón modifica la determinación de Musi de no matar a los ancianos. El poder no es una categoría abstracta, sino algo real en la medida en que se ejerce y puede ser visualizado en las interacciones de sus integrantes. Tiene un doble efecto, opresivo y configurador en tanto provoca recortes de la realidad que definen existencias, (subjetividades, espacios y modos de relación entre otros aspectos).

La desigualdad en la distribución del ejercicio del poder sobre otro u otros, conduce a la asimetría relacional. La posición de género vendrá a convertirse en uno de los ejes cruciales por donde transitan las desigualdades de este mismo poder. Y, parte muy importante de él es justamente la posibilidad que ven unos de eliminar aquello que molesta, agrede, humilla, o que consideran que deben destruir porque no hay otra solución.

---

16 Ambos son parte de nuestro grupo de entrevistados.

17 Gadiel y su esposa fueron entrevistados en el Cereso de Nogales, Sonora. A principios del invierno de 2018, habían sido ya sentenciados por homicidio calificado con brutal ferocidad a cincuenta años de prisión, junto con el novio de su hija mayor quien fue cómplice del homicidio. Aunque la hija mayor estaba informada de lo que sus padres y novio pensaban hacer, fue recluida en un centro para menores infractores, cuando se demostró que era menor de edad.

## II- Dos casos de homicidas

### 1. Gadiel<sup>18</sup>

Durante el invierno de 2018-2019 entrevistamos a Gadiel en el Cereso Varonil de Nogales, Sonora. Llamamos a Gadiel y a Zabulón, novio de la hija mayor de Musi y Gadiel en el momento del homicidio, pero Zabulón no sólo se negó a hablar con nosotros, sino que insistió a Gadiel que: “Mándalos a la mierda. qué les importa.. nomás vienen pa’ver qué sacan.. córrelos, mándalos a la mierda”.

Por fortuna, Gadiel aceptó la entrevista:

Sí... yo los golpié a los dos... con toda el alma les dejé ir el martillo a la cabeza... quería destrozarlos... quería hacerlos pedazos... quería... quería reventarlos, quería despedazarlos...

Autora:

Gadiel, la deuda era impagable<sup>19</sup>, usted sabía que no había manera de pagar esa cantidad, así que la pregunta continúa, ¿porqué no se fueron simplemente de la ciudad...? Jamás los habrían encontrado en otra parte, en Guadalajara, en México, en Monterrey por ejemplo. Jamás los habrían encontrado, hubieran estado a salvo.

Gadiel:

No, mi esposa no quería irse de aquí... no quería dejar este lugar, decía... decía... no... no quería irse...

Pensé, pensé que el viejo me quería bien ¿que idiota, verdad? y mandaba a la vieja por delante... nunca lo pensé, nunca pensé que en el fondo él pensaba que yo era un rajado... un poco hombre que no podía sacar adelante a su familia... que no servía pa’nada... eso pensaba porque sólo pensando eso podía permitir lo que permitió que su vieja hiciera conmigo... me insultaba; la vieja me llamaba pa’insultarme, pa’decirme que no servía pa’nada, que no era nada, que no era nadie... que no era hombre porque los hombres hacen las cosas, las arreglan, solucionan los problemas y yo...

Pero no había nada que hacer... eso es cierto, ya no sabía qué hacer y aquellos chingue y chingue... al principio... todos los días, a toda hora me llamaba la vieja, a toda hora me repetía que yo no era hombre, que no era nada, que no valía nada... entonces comencé a pensar que... que... [Gadiel hace una pausa larga, se acaricia el cráneo con la yema de los dedos de

---

18 Gadiel y sus co-acusados compurgan sentencia en el Cereso de Nogales, Sonora, donde fue entrevistado para la elaboración de parte de esta investigación.

19 La deuda original de Gadiel y su esposa era de ciento cincuenta mil pesos. Los ancianos tenían una conceción de varias casas de la ciudad de México, que editaban libros de primaria y a su venta se dedicaban estando ya jubilados. Le pidieron a este matrimonio que fueran ellos los únicos encargados de vender libros en la plaza y despidieron a los otros vendedores, pero, y ahí estuvo el problema, les dijeron que ellos, Gadiel y señora, heredarían el adeudo de los otros vendedores y con ello Gadiel terminó debiéndoles a los ancianos nada menos que cuatrocientos cincuenta mil pesos.

la mano derecha, mira al vacío] Entonces llamó la vieja pa'decir que iban a venir a mi casa pa'hablar... Al principio como que... no sé... tenía el martillo en la mano y los veía, y oía la vieja chingue y chingue con mi hija y con el Zabulón... que el Zabulón era muy viejo pa'ser novio de mi niña... que'staba muy viejo y mañoso... no sé ni cómo... de pronto toda la rabia, el miedo que sentía... la rabia... y... y entonces... yo... les destrocé la cabeza con el martillo.”. Dice Gadiel<sup>20</sup>.

Sobre la dificultad de soportar a ese “otro” al que algunos terminan destruyendo, un “otro” que, en este caso debido a su diferencia, los ancianos eran gente reconocida, estimada en la comunidad, nos hace sentir perennemente amenazados, en una posición económica muy superior, o bien, un “otro” al que no pudimos cambiar, modificar, como nosotros necesitábamos que cambiara o se modificara. Sin dejar de lado que muchos de los crímenes contra mujeres, crímenes llevados a cabo por sus compañeros, tienen la característica común de que no fueron cometidos cuando se trataba de cambiar o modificar sino cuando de corregir y castigar se trataba<sup>21</sup>.

¿A quiénes matan los homicidas? los hombres por lo general a personas ajenas a su entorno familiar, según nos dice (Azaola, 1999), excepto en el caso de la violencia intrafamiliar, suelen matar a la compañera, a la esposa, a la concubina. Fuera de este coto personal de vida, los homicidas por lo general asesinan a personas ajenas a su familia, y a su vida ya que las consideran como desechables y sin importancia y muy lejos de su ámbito de moralidad. Matarlas, en ese caso, no contradice sus ideales, creencias y suposiciones. Incluso lo ven como necesario.

A diferencia de Azaola (1999) y de Bauman (2005) que comparten lo que arriba se menciona, Castoriadis (2006) en cambio, observa que la actitud de los homicidas se debe a que los seres humanos son incapaces de vivir juntos, lo que se verifica en el comentario de Gadiel que viene a continuación:

Ya no podía más, la vieja me hablaba todos los días, me llamaba dos, tres veces; en veces, me llamaba a toda hora para decirme que éramos unos ladrones, que no les pagábamos y que ellos nos habían ayudado mucho; que ya no se iban a aguantar más, que nos iban a acusar y nos iban a meter a la cárcel... y me empecé a llenar de rabia, sentía mucha rabia, mucho coraje, quería agarrarlos a patadas, sacudirlos; decirles que no era verdad que les debíamos esa cantidad, que estaban locos, que no era cierto, que nomás debíamos ciento cincuenta mil pesos y que aunque poquito pero siempre, siempre y ahí estaban los papeles del banco de los depósitos que les hacíamos, siempre se les había estado pagando...

---

20 Gadiel (todos los nombres son ficticios), compurga en el penal de varones de Nogales, Sonora. Fue sentenciado, junto con su esposa, Musi y, el entonces novio de su hija mayor, Zabulón, por homicidio calificado con brutal ferocidad. Los tres recibieron cincuenta años de condena.

21 Desde luego, está siempre presente la idea de que los hombres que matan mujeres lo hacen también para eliminar aquello que no se conforma con la realidad, destruyen mujeres que no son lo que ellos supieron siempre que son las mujeres: abnegadas, humildes, calladas, obedientes. Mujeres, por tanto, que no correspondan a lo que la sociedad hegemónica dice que son las mujeres. Y si no corresponden a lo que debe ser, su existencia carece de sentido porque el pensamiento hegemónico lleva a los hombres a vivir y experimentar a la mujer no como una igual, una compañera, sino como quien está ahí para servirlos en todas las formas concebibles en que puedan ser servidos.

Entonces elige matarlos, quizá podría pensarse que en este caso por la conducta brutal y abusiva, y por la incapacidad de los ancianos de reconocerlos como diferentes, como seres humanos con los mismos derechos y atribuciones. La otredad no significa nada porque *no se es igual* y en todo caso, lo único que pudiera llegar a significar es una amenaza. Conviene tener presente que toda diferencia entraña una amenaza. Gadiel y su esposa pudieron haberse ido de la ciudad, pudieron escapar de una deuda impagable e injusta, pero.. Gadiel no quería escapar, quería castigar, pulverizar a quienes los habían tratado de manera tan espantosa, degradándolos, viéndolos no como seres humanos dignos de respeto y toda consideración.

Así, ser amigo y ser enemigo *son modos de ser de los otros, y en tanto que se es*, reconocerlo como a *un otro*. Si es otro, su vida puede ser relevante y ser admitida como tal, pero también puede no serlo, puede ser el enemigo a vencer, el que molesta, estorba, el que confronta, amenaza... y si se cumple lo anterior, está autorizado, piensa él, para destruirlo porque si no lo hace, su vida misma estará en riesgo - sea esto objetivo o no, ya que así lo interpreta. Esa misma idea lo llevará, por lo general, a consumir el crimen.

El extraño en cambio, en palabras de Bauman (2005), es el que rompe lo establecido, lo que más amenaza, en virtud de su exterioridad y diferencia; aquel que recuerda el caos y cuyo poder estriba en que, en un momento dado, puede ser amigo, enemigo, puede serlo todo, y por eso recuerda el caos que atormenta a una persona. Por eso, el extraño llega a ser tan poderoso y temible. Matarle puede ser visto como la necesidad de acabar con el caos interno y por lo mismo como una liberación de sí mismo.

En el caso de los homicidas de nuestro estudio, pensamos que es difícil que haya habido tal reflexión. Más bien creemos que si matan es porque simplemente carecen de reflexión y de la posibilidad de enfrentar a “ese otro” en su diferencia y en su necesidad de identificarlo como un ser humano “más”, ajeno a mí, pero de alguna manera idéntico a “mí”. Lo que evidencia Piaget (1985), cuando enfatiza que nuestro desarrollo moral deficiente es quizá una de las razones que lleva a los hombres a matar y corroboran Kohlberg (1989) cuando menciona que de los estadios de desarrollo moral que deberíamos transitar todos los seres humanos, solemos, la gran mayoría, quedarnos en los primeros, con lo que es imposible un desarrollo moral realmente saludable y, Castoriadis (2006) cuando enuncia que si no podemos definirnos positivamente, nos definimos a partir del odio que experimentamos por el (o los) otro(s).

## 2. Eber<sup>22</sup>

Algunos autores, como Marqués (1991), Torres (2001), señalan que la pertenencia al colectivo masculino puede considerarse una prerrogativa valiosa digna de conservarse, incluso a través de la violencia hacia sí mismo si es necesario. La posición que lleva a los varones a ejercer violencia, pese a sus riesgos porque esa misma violencia podría volverse en su contra, es parte de la confirmación de la masculinidad, lo que diferencia de todo lo femenino, ya que, aunque estamos conscientes de que la mujer puede ejercer también una violencia perturbadora, consideramos que es menos proclive a ello. Sin embargo, no se dice si la forma en que esta valoración de agresividad, como atributo del ser hombre se constituye en un rasgo distintivo de éste. Lo que sí es claro es que se trata de un conjunto de

---

22 Eber fue entrevistado durante el verano de 2017 en el Cereso de Hermosillo, Sonora donde compurgaba su sentencia de cincuenta años de prisión por homicidio calificado con brutal ferocidad.

significados cambiantes, dependiendo de la cultura, el tiempo, la etnia, la clase social e incluso la edad (Connell, 1995; Fuller, 1997; Viveros, 1997 y Olavarría, 2002 y 2003).

Le quité el bate y le di dos batazos; estaba enfurecido con ella, sentía una rabia infinita con ella... se cayó al piso y la levanté en brazos y la acosté en la cama<sup>23</sup>... el único pensamiento que había en mi mente era ése, que estaba furioso, furioso, quería matarla... fui a la cocina, cogí un cuchillo y me devolví a la cama... le metí el cuchillo en un lado del cuello y lo saqué del otro lado...

Uno de los posibles caminos para poder comprender la violencia es el análisis de lo que se espera en cuanto a autoridad y servicio (Ramírez, 1999), que los hombres tienen con respecto a las mujeres y niños/as. Es decir, los hombres esperan que mujeres y niños obedezcan tácitamente todo lo que él diga, establezca, incluso piense, sin haberlo mencionado. Estas expectativas de subordinación y de múltiples obligaciones son parte del marco de referencia semiconsiente, no explicitado durante el noviazgo, para la conformación de la pareja y que darán paso a la violencia cuando las mismas no son cumplidas. Pudiéramos pensar que la violencia aparece aquí como un mecanismo para mantener o restablecer un "orden", el orden preciso que el varón requiere, pero uno desigual y, aparte, como mecanismo que se vincula con otras manifestaciones del poder en lo doméstico.

...las representaciones psíquicas, para ambos sexos, se han configurado en referencia a un orden simbólico falocéntrico, construido con base en la primacía de la visión y la sexualidad masculina. Tal orden se ha traducido/consolidado en un sistema de interpretación binario jerarquizado y en una organización social de tipo patriarcal, donde el hombre se ha ubicado como Sujeto, Uno, Todo (portador del único órgano simbolizado, el emblema fálico, y, por tanto, de todos los poderes, lo considerado valioso y superior). Mientras, a la mujer le ha sido adjudicada la condición de objeto, la Falta, la carencia, el vacío, lo definido como inferior y desprovisto de valor, la ausencia (de un órgano sexual representado, de todo poder)" (González, y de Keijzer 1998:13).

En la entrevista, Eber dice que estaba harto de que lo rebajara, que su vida con su compañera había convertido en humillaciones, malos ratos, desobediencia. Lo enfureció que ella lo acusara de violencia intrafamiliar para que lo encerraran; a eso se debía su disgusto, lo dijo claramente en la entrevista que le hicimos. Eber quería ser obedecido por su compañera, puntual y absolutamente obedecido por ella; que ésta le negara con sus actos, la obediencia de que él la sentía deudora, comenzó a encolerizarlo. Por otra parte, Eber esgrime que ella debía dejar la droga<sup>24</sup> porque iba a ser madre; no repara en que él mismo es un consumidor habitual de diversas sustancias; pero él es hombre... y ahí las reglas cambian. Desde luego, él vive en la permisibilidad, la libertad, el privilegio. La mujer está atada a su cuerpo y es madre

---

23 Eber repite en varias ocasiones que a consecuencia de los golpes la mujer cayó al piso y él la levantó para acostarla sobre la cama; según el expediente, Eber dijo que al golpearla con el bate de beis ball, ella *cayó sobre* la cama.

24 Si hubiera sido ésta la razón verdadera, la protección del hijo por nacer, no habría matado a su compañera porque al degollarla, degollaba a su hijo en el vientre de ella. Pero era un buen motivo para ajustarle a ella las cuentas, golpearla y amenazarla.

quiera o no. En cambio, el varón elige cuándo, bajo qué circunstancias, cómo quiere ser padre.. Pero, pensarse padre es muy otra cosa y terreno desconocido y la paternidad es un ejercicio nuevo en un terreno pantanoso, un aprendizaje gradual y permanente, aparte de una búsqueda constante (Figueroa, 1997, 1998). Lo que al parecer está fuera del alcance de Eber.

Son éstos los homicidas que, de acuerdo con la ley, tomaron la determinación de matar ante una eventualidad determinada. Una vez tomada la decisión, toda su conducta se dirigió a terminar con la vida de esos hombres y mujeres que así molestaban, señalaban, traicionaban o representaban lo que los homicidas consideraban que, de alguna manera, podían ser un peligro ya que se sintieron amenazados y, cabe pensar que la vulnerabilidad tan severamente oculta terminó emergiendo.

### III- Metodología

Debido a que nuestra investigación se dirige a la construcción y reafirmación de procesos subjetivos<sup>25</sup> y sociales que, por su naturaleza, están íntimamente relacionados con la construcción del significado y la relación que éste guarda con su manifestación, el camino más lógico para analizar el problema del homicidio calificado es una estrategia construccionista, porque es a través de lo que los homicidas construyen como propio de la masculinidad y como propio de su masculinidad lo que nos interesa conocer, el construccionismo,<sup>26</sup>siendo, según autores como Searle (1997) Berger y Lukmann (1995), una forma de pensar a través de la cual las personas pueden llegar a describir, explicar o narrar su experiencia vital. Además, está el discurso por medio del cual los internos manifestaron que construyeron esa masculinidad y, es ese discurso, parte esencial de lo que nos interesa conocer y analizar.

Estamos de acuerdo con la sistematización que hacen Taylor y Bogdan (1987) en cuanto al modo de encarar el mundo empírico, desarrollando un abordaje inductivo y comprensivo de los sujetos y de la realidad en la que viven y conviven con los otros. Pero, el reto no consiste en sólo discernir esa realidad en sus propios términos, sino en analizarla también desde lo que la teoría propone, en una permanente reflexión que va de la teoría a los datos empíricos.

De acuerdo con De Keijzer (2001), Kimmel (1997, 1992), Ramírez (2003, 2005), Román y Sotomayor (2010) cabría pensar que un número importante de hombres no toleran, entre muchas otras cosas, lo que los incomoda, lo que los confronta, todo aquello que pone o pudiera poner en duda su pertenencia al colectivo masculino sea esto objetivo o producto de su imaginación. Los varones<sup>27</sup> entrevistados en varios Ceresos del estado de Sonora son personas que tomaron la decisión de matar y calcularon con serenidad las formas, los modos, el momento y, planearon también, cómo salir indemnes de la responsabilidad de sus actos. Para ellos, la violencia es un buen recurso para poner las cosas en su lugar.

Las ideologías patriarcales eximen a los hombres de responsabilidad y los justifican al convertir la violencia en algo natural, propio del varón; se acepta incluso que

---

25 Cabe mencionar que vemos el construccionismo como una estrategia que pretende comprender la realidad en la que se está inserto, no es una forma de describir el mundo sino una forma de pensarlo (Berger y Lukmann,1995).

26 El construccionismo social se basa en los pragmatistas norteamericanos, sobre todo en los trabajos de James, Dewey y G. H. Mead.

27 Las palabras hombre y varón serán usadas indistintamente en el artículo presente.

pueda ser o parecer irracional, producto de la ofuscación y pérdida de la lucidez propia, precisamente, del momento. Desde luego, la ideología política de la culpa cubre cualquier vacío: si los varones violentan, se debe a las actitudes de las mujeres. Sin embargo, es evidente que en cada hecho de violencia la voluntad es ingrediente importante para su ejercicio. El varón tiene la responsabilidad y debe asumirla tal como establece (Lagarde, en Ramírez 1999: 16).

Lo que desata la violencia de algunos varones contra la mujer es la percepción, por parte de éstos, de que están a punto de perder el poder sobre ellas; poder que, en su concepto, les pertenece sólo a ellos. Lo que nos daría pie para hablar de lo que también podemos llamar la supuesta subordinación de la mujer. Según consta en el expediente, el cadáver de la concubina muestra dos golpes en la cabeza: uno sobre la ceja derecha que permite ver con claridad el hueso del cráneo ya que la piel se levantó separándose del hueso - lo que nos habla de la violencia feroz con que la golpeó; el otro golpe lo recibió en el parietal derecho. Hay, además, una herida de trece centímetros en el cuello que cercenó - separando prácticamente la cabeza del torso.

Es difícil concebir que las discusiones iniciaran siempre porque ella se negaba a proteger a su hijo dejando de consumir cristal, tal como Eber nos contó “Yo... yo sabía... yo me di cuenta de que... si... bueno, si... si usaba el cuchillo, si le hundía el cuchillo en el cuello s’ivan..’a morir los dos.. m’hijo s’iva morir...”. Pero, lo cierto es que duda en hundir el cuchillo en el cuello de la mujer, consciente de que iban a morir ambos, el hijo y la madre. Así, no parece ser el deseo de proteger al hijo sino más bien el que ella no le obedeciera. Es la falta de sumisión de su compañera, y no el terror que Eber mencionó en varias ocasiones que ella le tenía, lo que pudo haber desatado su ira, porque el modelo de masculinidad lleva implícito el que los hombres tienen derecho a exigir la obediencia y la sumisión de parte de sus compañeras (Corsi, 2002, 2004; Dohmen 2002; Jacobson y Gottman, 2001; Dutton y Golant, 1999).

Si los hombres matan, de manera prioritaria, a lo que es ajeno a su familia, en nuestro concepto, los hombres matan no a lo que es ajeno precisamente a su familia, sino lo que es profundamente ajeno a la propia identidad o lo que se concibe como identidad propia. Entendemos por identidad en este caso específico, la forma en la que se vive, se entiende la realidad y se relacionan las personas con ella. Castoriadis (2006), Bauman (2005), Kolhberg (1989), Neuman (1991).

Pero la decisión de matar es algo asumido consciente y libremente por los homicidas en algunos, por no decir que en casi todos los casos. Los hombres, entonces, *eligieron matar*. Las razones, tal como mencionamos renglones arriba, son enormemente diversas; pero, lo importante aquí es que el homicidio es una elección consciente. Porque, a pesar de cualquier circunstancia terrible en la que pudiéramos vivir o vernos envueltos, somos seres libres, supuestamente racionales, poseedores de una libertad que está más allá de las cadenas que pudieran sernos impuestas. Esa libertad es la que lleva a algunos, con pasos contados, al homicidio.

#### IV-Razones por las que unos hombres matan a otros hombres

Una mirada analítica de las historias antes descritas nos permite derivar algunas ideas sobre las razones por las que los entrevistados cometieron homicidio calificado:

1. librarse de lo que los amenaza o de lo que ellos perciben como amenazante, cualquiera que sea el sentido que la palabra amenaza tenga para ellos,

2. librarse de lo que los molesta y pone en entredicho su presunta masculinidad y fuerza; una prueba posible de su virilidad es atacar con toda su furia aun cuando ese ataque pueda suponer la posibilidad de la muerte del que ataca,
3. librarse de lo que los confronta,
4. en un momento de ira en el que es importante demostrar que se es capaz de morir en la raya,
5. por celos, justificados objetivamente o no; basta con que se sospeche que el amigo o compañero, o el conocido, pueden ser el objeto amoroso de la mujer que se considera como propiedad personal, aunque aquí cabría preguntar por qué algunos optan por matar a la supuesta mujer infiel y otros al hombre con el que, objetivamente o no, los engañan
6. por codicia,
7. por jerarquía,
8. en defensa de una identidad cuyo establecimiento es fundamental, debido a las frágiles certezas de la construcción de la masculinidad,
9. por una necesidad profunda de respeto, de demostrar la valía propia,
10. es una elección claramente hecha, una decisión personal; eligen matar. El homicidio, en estos casos, es una elección personal
11. el homicidio es una elección plenamente consciente. “Mato porque decido hacerlo”.

Cabría pensar, ¿por qué no reconocen al “otro” como ser humano, como un igual? Aunque, tal vez, la verdadera pregunta – y por ello mismo la más importante-, sea si ellos se reconocen a sí mismos como seres humanos.

## V- ¿Similitudes entre los homicidas de mujeres?

¿Se parecen entre sí los homicidas de mujeres? ¿Existe algo que los haga similares en sus actos, en sus decisiones, en los detonantes que pudiéramos considerar darían pie al ataque? He aquí lo que tenemos:

1. Los homicidas perdieron el dominio que tenían sobre la mujer; más precisamente, sobre “su mujer”, lo que desata toda su violencia como forma de recuperar lo que les pertenece. La violencia en este caso busca que la mujer se aterrice ya que es una forma de control y desista de sus planes, de abandono por ejemplo, si ese fuera el caso,
2. Padecen celotipia aguda la mayor de las veces, sobre todo cuando la mujer a la que mataron tenía con ellos relaciones amorosas o simplemente coitales
3. La necesidad de afirmar su dominio sobre el más débil
4. La sensación de pérdida, en este caso de algo que les pertenece: la mujer, y la necesidad de demostrar que pueden recuperar lo que por ley es suyo en el caso de estar casados con la víctima o haber vivido con ella durante algún tiempo sea ésta su esposa o no; y en el caso de no estar casados, el solo hecho de que él esté interesado en continuar el vínculo es razón suficiente
5. Todos dijeron experimentar una ira intensa en el momento del ataque
6. Sienten la necesidad impostergable de afirmar su derecho, su derecho a que las cosas continúen como hasta ese momento, su derecho de hacer su voluntad e imponerla sobre el que consideran más débil



7. Por la infidelidad de ambos o de un miembro de la pareja, sobre todo por la sospecha o confirmación de la infidelidad de ella
8. Reaccionan violentamente cuando la mujer, conociendo el deseo de ellos, expreso o tácito, no cede a ese deseo; cuando la mujer elige hacer o no hacer según su voluntad propia al margen de la del varón con el que convive
9. En todos hay presencia de alcohol o drogas que, si bien no pueden ser señaladas como causales, sí forman parte del contexto homicida.

*Del número ocho se deriva que:*

- Sus deseos, sus peticiones y necesidades son prioritarios, lo que se traduce en que la mujer está obligada a servir y obedecer siempre, por lo que:
- La rebeldía del más débil los enfurece y a través de la violencia quieren restituir las cosas a la normalidad, lo que ellos consideran como normalidad y a la que quieren volver porque es como desean vivir. Lo anterior explicaría sus palabras cuando dicen que no tenían intención de lastimar gravemente, mucho menos de matar ya que jamás pensaron que podría llegar a ocurrir
- Hay violencia grave
- La sola idea de que la mujer que sienten de su propiedad pueda pertenecer a otros los enloquece de ira y celos
- El descubrimiento de que la mujer que les pertenece –según su percepción– ha dejado de ser su propiedad por voluntad de ésta, despierta toda la ira y la desolación que pueden experimentar, por lo que tienen derecho de actuar como deseen y les está permitido usar la violencia
- La sola posibilidad de que la mujer haga suyo el privilegio de una vida sexual a la medida de sus necesidades despierta todo el temor del varón que sabe que no puede probar su superioridad sino a través del ejercicio de la genitalidad. El varón vuelve a sentir que está siendo sometido a comparación y con ello re-aparece todo su temor, el temor presente siempre de no dar el ancho, de no ser suficientemente hombre sobre todo en este aspecto de su vida
- Hay una sensación de impunidad presente siempre debido a la inteligencia superior que sienten poseer. Probablemente esto obedezca al pensamiento mágico de que podrán hacer frente a los imprevistos y demostrar su inocencia en todo momento. De hecho, su discurso va encaminado a demostrar de alguna manera la inocencia ante los actos cometidos. Si bien, aceptan haber causado la muerte de una mujer, puntualmente aclaran que no son los verdaderos culpables ya que ellos sólo reaccionaron ante las palabras o hechos consumados de la víctima, quien, en el fondo, es la única responsable de lo ocurrido.
- Todos los agresores han afirmado haber amado y amar a las mujeres a las que atacaron o asesinaron.
- Vale la pena mencionar que los agresores confesaron todos y en cada uno de los casos que su intención jamás fue la de lastimar, mucho menos matar a la mujer, sólo actuaron de manera impulsiva, terriblemente disgustados o molestos, pero jamás pensaron en matar, ni creyeron que sus actos terminarían con la muerte de alguna persona. Con excepción, también, de Eber, quien dijo que lo único que podía pensar durante la discusión con su víctima, era en el profundo deseo de matarla.

- Aquí, sin embargo, habría que tomar las cosas con cuidado. Todos dijeron que la intención jamás fue la de matar a la víctima, no obstante, resulta muy difícil creer que, aquellos que atacaron a su víctima con un arma blanca y la hundieron repetidamente en sus cuerpos, no hayan pensado que podían matarla.
- Cabe pensar que es tan grande el deseo de controlar, de someter, de apabullar, que el crimen sea la expresión final y completa del control, y la manifestación última del poder.

## VI- Jonás

En la entrevista que tuvimos con Jonas como parte de esta investigación, durante el verano de 2018, en el Cereso de Hermosillo (Sonora) donde compurga su sentencia, nos contó que él estaba habituado a mandar en su casa. Tenía muy claro cuál era su papel en una sociedad que asigna al varón el título de patriarca proveedor. Sin embargo, conoce a una mujer de la que sabe es una abogada exitosa, divorciada, dueña de su vida; una mujer capaz de ejercer su sexualidad libremente, una mujer difícil, dice él. ¿Tal vez, precisamente por eso, la castigó por ser diferente y no cumplir con sus expectativas? ¿Qué expectativas? las que concibió, dentro del rol tradicional de las mujeres, cuando se unió a ella para formar una pareja.

¿Fue por el contrario su violencia orientada a castigar a la mujer que lo humillaba<sup>28</sup> y le repetía que “él no sabía nada”? ¿O más bien y, tal como sostienen Jacobson y Gottman (2001), atacó con espantosa violencia y asesinó a la mujer de la que dependía emocionalmente cuando se convenció de que todo había terminado entre ellos y la ruptura era definitiva? O lo que quería era castigar a la que, según él, lo humillaba “repitiéndole que él no sabía nada”.. y terminó matándola cuando se convenció que todo estaba perdido entre ellos?

En el momento del ataque pudo haberla apuñalado en el pecho y hubiera bastado, pero Jonás eligió descargar los golpes en el rostro<sup>29</sup> aunque ocultó esta parte en la entrevista. Pero, ¿por qué el rostro? Pues, porque es la forma en la que tenemos el primer acercamiento a los otros, además de revelarnos a los demás de alguna manera; porque en él se asienta la risa, la burla; la mirada desaprobadora, el gesto de rechazo y desprecio, porque puede haber movimientos que dicen más que mil palabras, por la risa sardónica... Porque hay miradas llenas de coquetería dirigidas a otros hombres. Porque en el rostro está la boca que ofende, que lastima, que dice no; la boca que puede besar otras bocas. Porque con esa boca se atrevió a desobedecer sus órdenes y hacerle creer que le obedecía; porque, con ella, lo rechazó. Destrozarle el rostro equivalía a destruir su identidad. Una identidad que lo subordinó y le volvió el mundo al revés.

Rabia fue el único sentimiento que Jonás logró identificar el día y a la hora del ataque; la humillación llegó al colmo con la exigencia de ella de que abandonara el domicilio conyugal. Según una informante cercana a la víctima, ésta ya le había

---

28 En una sociedad hegemónica que precisamente establece que es el varón el que sabe, el que conoce, el que tiene el uso de la razón frente a la mujer que, siendo naturaleza (Seidler,2001), debe ser guiada, conducida, controlada porque carece de lógica y razón.

29 ¿Demasiado terrible para hablar de ello con tranquilidad? Jonás está consciente de que el discurso oficial puede ser entendido si aclara que enloqueció de ira y la apuñaló, hasta ahí son situaciones más o menos comunes, estamos familiarizados con ellas y podemos no sentirlas tan horribles, pero apuñalar en el rostro a la mujer que se dice amar y destrozarle la cara resulta por demás significativo y puede tener diversas interpretaciones más allá del discurso textual.

pedido a Jonás que se alejara de su vida porque la relación había llegado a un punto muerto, pero sobre todo porque se vio de alguna manera obligada por su hija mayor, quien le dijo que debería elegir entre continuar su relación con Jonás y ella misma. La hija amenazó a la víctima con dejar la casa familiar si ella no rompía con Jonás. La mujer, tomó la decisión de hablar con Jonás y le planteó lo ocurrido, por tal razón, le pide que deje su casa de manera definitiva y da por concluida la relación con él. Le hizo ver la angustia en la que estaba sumida y, por supuesto, la decisión tomada: entre él y su hija, su compañera eligió a su propia hija.

Jonás admitió que en varias ocasiones él se quedó a cargo de las labores hogareñas: hacía la comida, aseaba el hogar, lavaba y guardaba la ropa, cuidaba de los hijos pequeños de su compañera mientras ella salía a trabajar, lo que supone un quiebre en la teoría que establece que es el varón el que está siempre ejerciendo su derecho a ser atendido en todo, además de ser puntualmente obedecido y respetado como autoridad máxima dentro del hogar. Jonás consintió ese cambio drástico en los papeles sin sentir que su masculinidad estaba en juego, sin sentir que era menos hombre<sup>30</sup> por ello.

¿Qué fue entonces, lo que Jonás no pudo soportar? ¿Que no le obedeciera, que hiciera su vida al margen de lo que él quería? y seguramente le habrá hecho saber en infinidad de ocasiones? ¿Los celos...? Jonás nos dijo que sabía que ella, debido a su trabajo, estaba por lo general rodeada de hombres. No sólo lo sabía, lo veía; ella regresaba tarde en la noche y, en varias ocasiones llegó tomada. Cabe la posibilidad de que Jonás haya pensado que si llegaba tomada entonces no haya estado precisamente trabajando. La conocía lo suficiente como para saber que era una mujer que vivía a fondo su sexualidad y que nada la detendría, ni siquiera el respeto del que él la sentía deudora. Privilegios masculinos todos, de hombres que, según dice la patriarcalidad hegemónica, son dueños de sus cuerpos, de su sexualidad, de la calle, de las mujeres, del dinero, del tiempo, de la autoridad, de su destino, en una palabra.

Pero... que ella le pidiera que dejara su casa dando por terminada su relación fue más de lo que Jonás pudo soportar. La atacó con un cuchillo y le asestó diecisiete puñaladas en la cara, cuando la mujer le dio la espalda para escapar de él, Jonás le dio la décimo octava puñalada entre las cervicales que fue la causa de muerte. De todo lo anterior fueron testigos los niños pequeños de la víctima, quienes en su momento contaron lo que había sucedido.

Fue sentenciado a cuarenta años de prisión por homicidio calificado con brutal ferocidad.

## VII- Aram y Doeg<sup>31</sup>

Son amigos, se conocieron en el trabajo, y aunque Aram tiene veintidós años de edad y Doeg sólo diecinueve, han congeniado y se han vuelto inseparables. Solteros ambos,

---

30 Durante la entrevista Jonás afirmó claramente que el que se hubiera hecho cargo de la atención del hogar y de todos los cuidados que se necesitaban, entre ellos la elaboración de los alimentos, el aseo del hogar y la ropa, los cuidados que requieren los niños, sobre todo cuando son pequeños y, el hecho mismo de estar en casa esperando que su compañera regresara, no lo hacía menos hombre; él seguía siendo tan hombre como el que más.

31 Aram y Doeg comenzaron a compurgar su sentencia en el Cereso de Hermosillo, Sonora. En la actualidad compurgan en diferentes Ceresos. Aram se negó categóricamente a nuestra entrevista, Doeg, en cambio, aceptó de inmediato. Cabe señalar que tenía diecinueve años cumplidos cuando cometió el homicidio y que durante toda la entrevista lloró con inmensa desolación. Ambos fueron sentenciados a cincuenta años de reclusión por homicidio calificado con brutal ferocidad.

viven, Doeg con su familia y Aram solo en una habitación que renta. Un sábado, al término de la jornada laboral reciben su salario y deciden pasar la tarde juntos bebiendo cerveza. Se van a un paraje solitario en las afueras del pueblo, un lugar que a ellos les gusta, hay árboles y una banca de madera bastante pesada, una mesa y un par de sillas que alguien dejó ahí. Aram y Doeg suelen ir a ese sitio con frecuencia a tomar, a pasar un rato tranquilos, conversando.

Esa tarde estaban solos como de costumbre y habían llevado suficiente cerveza para varias horas, algo de botana y disfrutaban de un buen rato. Tenían alrededor de dos horas ahí cuando se acerca a ellos un varón desconocido quien les pide una cerveza, se la dan y lo invitan a conversar. El desconocido, un varón joven, quizá cercano a los treinta años de edad parece acomodarse a los jóvenes. Al paso de unas horas, después de haber bebido algunas cervezas con el recién llegado, de pronto éste, sin mediar ninguna explicación, invita a Aram a tener relaciones coitales. Al parecer, y de acuerdo con la entrevista a Doeg, ya que su compañero se negó a hablar, Aram no comprendió la invitación que se le hacía y mostró su extrañeza. El hombre insistió invitándolo abiertamente a tener sexo con él; aclaró que, de hecho, quería tener sexo con ambos. Aram se enfurece y comienza a insultar al hombre pidiéndole que se vaya.

Ante la insistencia de éste, Aram le dice que va a matarlo ya que ellos no son ‘putos ni les gustan los putos’. El invitado se da cuenta de su error y decide alejarse, pero la ira que despertó en Aram es ya incontenible, quien corre hacia él y lo golpea en la espalda. El hombre cae pero logra ponerse de pie y corre alejándose. Justo en su camino tropieza con los rieles del tren y vuelve a caer, cosa que aprovecha Aram para caerle encima y comenzar a golpearlo en la cara; fuera de sí, toma su cabeza y la estrella repetidamente contra uno de los rieles. Según la entrevista, Doeg permanecía al margen, horrorizado por lo que sucedía. En ese momento Aram lo llamó:

“‘Ven, cabrón, ayúdame a matar a este pinche puto... ven...’ y continuaba golpeándolo con los puños, lo agarró del pelo para estrellarlo mil veces contra los rieles; yo no quería ayudarlo, quería que el hombre se fuera. ‘¿Qué estás esperando, cabrón? ven... ¿o tú también eres puto?’ Entonces, [Doeg ha comenzado a llorar] entonces yo también lo ayudé a darle contra los rieles... estaba.. el hombre.. bañado en sangre... ya no tenía cara... todo era como carne molida... tuve que ayudarlo... ni modo que lo dejara creer que yo también... que yo también... yo soy hombre, igual que Aram’ ”.

Ningún varón, que se precie de serlo, puede tolerar la idea de que se le compare con un niño por su incapacidad en todos los órdenes, pero ser excluido del territorio de lo masculino y llevado al ámbito de lo femenino equivale a la deshonra absoluta..

Según los Connell (1997), Olavarría (1997), Fuller (1997), Badinter (1995), los varones pueden soportarlo todo menos que se ponga en duda su masculinidad. Los principales temores de los hombres serían ser considerados niños, mujeres y, la abyección absoluta: ser considerados maricas<sup>32</sup> (Ramírez, 2002; Olavarría, 1997;

32 Tal como establece Núñez (s/f) en *Deconstruyendo la Homofobia*: “Las subjetividades que se construyen de acuerdo al ideal social de masculinidad, y me concentro en ellas porque son las que más cometen crímenes y violencias misóginas y homofóbicas (McBride 1995, Newburn & Stanko 1994), son siempre precarias, contradictorias y permeadas por la ansiedad. Su existencia requiere de una constante reactivación y actuación. Digo actuación a propósito. La identidad de género masculina, como la femenina, tienen un carácter performativo; necesitan actualizarse en la vida diaria y todos los días para poder existir. Sobre todo, necesitan actualizarse en las situaciones que ponen en riesgo, en peligro, su supuesta coherencia y

Fuller, 1997). El sexo es un espacio de excepción para afirmar y demostrar la identidad de género del varón en la configuración de las masculinidades. La sexualidad masculina se organiza dentro de fronteras definidas que actúan como un rechazo a lo despreciable que, tal como indica Fuller (1997) pertenecen al dominio de aquello que un varón, para ser juzgado como tal, no debe cruzar jamás. De ahí que el homoerotismo y la pasividad [propio de lo femenino] sean algo que se rechaza como abominable.

La sexualidad es una construcción sociocultural e histórica que se expresa en y a partir del universo simbólico propio de cada cultura. En dicho universo se conciben los significados tanto objetivos como subjetivos, por lo que, como se ha visto, siguiendo a Berger y Luckmann, tanto la sociedad histórica como la biografía de cada individuo son hechos que ocurren en el interior de ese universo. Es ahí donde se organizan los elementos culturales que contribuyen a la reproducción social, y que cada persona hace suyos ya en forma consciente, ya inconsciente. En los significados de la sexualidad se refleja el pensamiento imperante en el grupo dominante de una sociedad, el cual enfatiza lo que se asume como normal o anormal, así como lo que se percibe natural o antinatural (Rosales Mendoza 2006: 113).

En cuanto a la violencia que siempre se ha dicho es parte constitutiva de la masculinidad, Kimmel (1994, 1997) analiza la masculinidad como homofobia y discute los temores, incomunicación y silencio en su construcción. Señala el temor que los varones tienen de otros varones en el proceso de la construcción de la identidad de género. Alude a que esa construcción suele trabajarse por parte de los varones como un alejamiento de todo lo que sugiera femineidad, lo que lleva a la ligazón obligada con la sexualidad.

Por otra parte, los hombres, dice Kimmel, están tratando de probar que no son homosexuales dentro de uno de los ejes del proceso de ser hombre, lo que genera un temor profundo de no ser un verdadero hombre y la consecuente aprensión de ser humillado por otros hombres. De aquí surgiría esa generación de violencia como un rasgo distintivo de hombría y masculinidad, en tanto que se constituye en fuente de poder sobre la mujer y sobre otros hombres. De esta forma, el significado se constituye como una relación entre lo individual y lo social y viene a anidar en la experiencia y en la constitución de lo subjetivo.

Ahora bien, si vamos a pensar desde la óptica de la antropología, la sexualidad humana innegablemente es lenguaje, símbolo; es norma, rito y mito, pero es también uno de los espacios privilegiados del castigo, del tabú, de la obligatoriedad y de la transgresión. Los procesos evolutivos de hominización en el ámbito de la sexualidad, el trabajo, la simbolización y el poder tuvieron, entre sus creaciones históricas más significativas, la construcción de los hombres y de las mujeres en su diversidad, así como otras clasificaciones genéricas, lo que nos lleva a los siguientes elementos de la sexualidad:

- i. los grupos genéricos;
- ii. los sujetos particulares;

---

unicidad (Butler 1993) “situaciones que amenazan con reanimar nuestros deseos y afectos que creíamos muertos, pero que existían activos en nuestro inconsciente”.

- iii. las relaciones sociales definidas en torno al sexo, por grupos de edad;
- iv. las relaciones sociales derivadas de la propiedad de los medios de producción y de la riqueza (clases, castas);
- v. las instituciones públicas y privadas, económicas, sociales, jurídicas y políticas;
- vi. la vida toda, de cada particular sucede en referencia con la sexualidad, como núcleo de su definición genérica.

La sociedad y el Estado –o cualquier otro espacio de síntesis del poder- tienen un conjunto de objetivos ligados al control, al ordenamiento y a la sanción de la sexualidad. Es función estatal regir las relaciones entre los géneros, velar porque se cumpla la división del trabajo y de la vida, controlar el cuerpo y si es posible la mente de los/as ciudadanos/as, establecer y llevar a cabo la política demográfica que se requiere, lograr consenso de acuerdo con los intereses que sintetiza. Todo esto pasa por el cuerpo: la sexualidad, el erotismo, la salud, el arte. La cultura se estructura en torno al trabajo, a las relaciones sociales diversas entre los seres humanos, a las capacidades intelectuales y afectivas y también en torno a la sexualidad, a la vez que se constituye por ella (Lagarde, 1993:91).

## VIII- Lotán

Lotán fue el último de los varones entrevistados en el Cereso de Hermosillo, Sonora. Su expediente era más bien breve; había sido acusado y sentenciado ya, por homicidio calificado con brutal ferocidad. Su historia, la que él narró en el expediente y más tarde nos repetiría sin modificar nada, fue la siguiente:

Ana era mi mujer, teníamos dos hijitos varones... tenían cuatro y cinco años; vivíamos en la costa porque yo soy pescador. Siempre me dediqué a la pesca, trabajaba con un compadre que tiene un barco pesquero... sacábamos de todo... vivíamos bien, no nos faltaba nada... hasta que comenzamos a tener problemas con la pesca; se vino abajo, primero el precio se vino abajo, el precio del pescado, y luego como que... no sé, no sé qué pasó pero casi no sacábamos nada... Hablé con mi mujer y le dije que pensaba que teníamos que irnos pa'hermosillo, pa'buscar la vida allá; los chicos tenían qu'ir a la escuela... la pensamos mucho pero sí, terminamos buscando casa en Hermosillo.

Leonardo: ¿Cuánto tiempo vivieron en Hermosillo<sup>33</sup>?

Lotán: Como... bueno, juntos, como un año”.

Leonardo: ¿Juntos ¿Qué quiere decir?

Lo que pasa, agrega Lotán, es que sí nos fuimos los cuatro a la ciudad; batallé mucho pa'conseguir trabajo; por fin entré como ayudante de albañil, hacía de todo... allí estuve como un año... pero... pero no me hallaba... me sentía muy mal, ganaba una miseria... la verdad es qu'eso no era pa'mi... así que le dije

---

33 Hermosillo es la capital del estado de Sonora.

a mi mujer que'miba devolver pa'la costa, iba volver a la pesca, pero qu'ella se quedara en la ciudad con los chamacos porque ya bían [habían] entrado a la escuela... y sí, le dije que yo l'iba mandar dinero cada semana y que vendría a verlos cada quince días... y así fue... volví a la pesca y sí nos iba bien 'ora [ahora] sí...

Lydia: ¿Qué fue lo que sucedió, Lotán, porqué lo acusaron de homicidio calificado?

Lotán: No pues... lo que pasa es que... ya les dije que yo me devolví a la costa y 'ora sí bía trabajo...

les estuve mandando dinero cada semana; los niños estaban en la escuela y mi mujer me dijo qu'iba conseguir trabajo porque nomás no alcanzaba el dinero... no me gustaba la idea pero yo sabía qu'era cierto que no hay dinero que alcance. Estábamos bien, yo los vía [veía] cada quince días... pero, no sé, se me hacía muy pesada la soledad, conocí a una muchacha joven y me gustó, comenzamos a salir... ella sabía que yo tenía dos hijos con mi mujer Ana, pero también sabía que no estábamos casados; así que un día me dijo que si yo quería algo con ella, tenía que ser en serio y, no sé ni cómo, pero comencé a pensar que tal vez tenía que casarme y sí, hablamos y aceptó casarse conmigo, pasó más de un año de novios. En uno de mis viajes para ver a mis hijos, le conté todo a Ana y ella me dijo qu'estaba bien si me casaba, nomás que no abandonara a mis hijos y yo le dije que no, qu'eso nunca, me sentí mejor de contarle todo y que entendió; todo estuvo bien, siempre fuimos muy buenos amigos... Yo me devolví a la costa y fui a pedir a mi novia y sí, todo bien... comenzamos a buscar casa y la comencé a amueblar... ya teníamos apalabrada la fecha de la boda con el curita de ahí...

Lotán hace un silencio prolongado, angustiante...:“Ana sabía”, dice de pronto, “que m'iba a casar...” Y vuelve a callar varios minutos.

Pero usted dijo que no habían tenido ningún problema con eso cuando se lo dijo a Ana; incluso mencionó que Ana estaba contenta de que se casara, pero le pidió que no se olvidara de sus hijos.

Agrega Lydia.

Sí, es cierto... entonces, esa vez..., -“esa vez”, decimos los tres al unísono-, sí, ésa, la última que nos vimos... yo fui a Hermosillo porque ya nos íbamos a casar mi novia y yo y nos íbamos'ir a Puerto Vallarta unos días... así que, antes de casarme fui a ver a mis hijos, a llevarles un dinerito... llegué antes de que amaneciera y me fui a la casa. Ana hizo café y nos pusimos a platicar antes de que despertaran los niños... le conté todo y, sí, se miraba contenta... le dije que no estaba seguro de cuándo iba volver a verlos, pero en cuanto pudiera vendría pa'traile dinero y ver a los niños...

Se acomoda varias veces sobre la silla, como si no cupiera o estuviera a punto de caerse...

tonces Ana dijo que bía encontrado un buen hombre, un muchacho bueno, trabajador qu'era d'iun pueblo de la sierra y que se bían entendido bien... él la bía [había] visitado unas veces y bía conocido a los niños y que los niños se bían encariñado con él porque era muy buen hombre, que jugaba mucho con ellos, como si fuera chamaco también... el caso es que con el tiempo él le habló bonito y le dijo que quería casarse con ella pa'vivir todos juntos... que yo podía, le dijo, seguir viendo a los niños cuando quisiera, que podía visitarlos siempre que quisiera... 'tonces me levanté y me fui al baño.

Se aclara la garganta varias veces. Está muy incómodo, demasiado tenso, estira las piernas sin ponerse de pie y vuelve a su postura inicial. Su mirada había ido por toda la habitación deteniéndose en los libros que se encontraban. Finalmente, me ve a los ojos sin desviar la mirada. “¿Qué pasó entonces”, Lotán? pregunto, “¿usted estaba en el baño y qué sucedió?”

Oí... no sé, creo que oí que alguien chiflaba [silbaba] fuera de la casa y clarito oí que Ana salió corriendo; luego, oí a los chamacos, a mis niños que decían algo, pero no entendía lo que hablaban porque bía como mucho ruido... cuando salí del baño vi que Ana no bía entrado y salí por el patio y rodié la casa y 'tonces la vi que hablaba con alguien que estaba parado por fuera de la reja. Antes de que yo llegara a la reja el hombre se fue, y Ana me dice: “Si bieras [hubieras] llegado un minuto antes te biera presentado al muchacho que te dije... al Joel... vino pa'que le dijera si sí nos vamos a casar y le dije que sí.”, parecía loquita, se reía por todo lo que decía, como si fuera tonta.. Y... y... la cogí del pescuezo ahí mismito [el cuello] y comencé a apretar a apretar... hasta que sentí que aflojó todo el cuerpo y se fue cayendo... pero, yo no sabía si nomás se estaba'ciendo pa'que la soltara... así que saqué mi navaja y le corté el pescuezo de orej'aoreja...

Cuando termina de hablar su cara parece esculpida en piedra y permanece absolutamente inmóvil.

No me di cuenta, agrega, que bía mucha gente viéndome en la calle... no vi cuando llegaron los niños, ellos vieron todo, pero... no los vi, no los oí... me quedé parado ay... yo sabía que no podía irme, no podía correr porque bía mucha gente viéndome como si fuera de... de.. no sé, no se movían, nadien se movía... nadien decía nada...

Lydia: Lotán, ¿quería usted a Ana y no quería perderla? Si ella se casaba ya no podría volver a su vida, ¿por eso la mató?

Lotán: No, claro que no, yo quería, yo quiero a mi novia, la quiero a ella, nomás a ella, Ana no me importaba, ya no, ya no...

Lydia: Entonces, ¿para qué matarla? Usted dice que amaba a su novia, que ya no quería a Ana, que había dejado de importarle... usted ya iba a casarse, ya tenía la fecha de la boda, tenía todo listo para casarse con su novia, con la mujer que sí amaba... ¿por qué matar a Ana?, ¿para qué? A menos que se haya sentido muy celoso de que ella, Ana, también pensaba, cuando menos tenía pensado, casarse... agrega Leonardo.



Lotán : No, claro que no, no me importaba que se casara.

Lydia: ¿Tenía miedo de que, con el tiempo, se fueran a vivir a otra parte o se negaran, Ana y su

esposo, a que usted pudiera ver a sus hijos? Porque no tiene sentido lo que está diciendo... Lotán : ¿Sentido?... ¿que'seso?

“Lotán”, interrumpe la autora:

“usted dice que ya no la amaba, que no sentía celos de que ella se casara con otro varón, que tampoco tenía miedo de que ellos se fueran a vivir a otra parte y se llevaran a sus hijos, lejos de usted o que le impidieran ver a los niños... ¿no es así? Asienta con un movimiento de cabeza. Si ya no la quería, si no sentía celos, si no temía perder a sus hijos... ¿Qué razón, qué razones pudo tener para haberla matado? Por eso le dicen mis compañeros que no tiene sentido lo que dice. Usted tuvo una o varias razones para matarla, ¿cuáles fueron?”

Lotán: Pues esa... que'siva casar

Autora: O sea que usted podía casarse, pero ella no, dicen Leonardo y Lydia casi simultáneamente, Está bien, ella no podía casarse, agregó, ¿por qué no podía, más bien, no debía casarse?

Lotán: Yo soy hombre... puedo hacer lo que quiera mientras responda como hombre... las viejas son

otra cosa...

Autora: ¿Por qué Lotán?, ¿por qué las mujeres somos otra cosa? Mire, no estamos aquí para juzgarlo, no vinimos a eso, lo único que queremos es comprender que fue lo que sucedió, qué ocurrió para que usted actuara como lo hizo... amaba a su novia, estaba a punto de casarse con ella, a Ana la quería como amiga, como a la madre de sus hijos, pero usted amaba a otra mujer y se preparaba para ser feliz ¿qué fue lo que sucedió?

Lotán: Ya se lo dije, ya les dije... si'va casar...

¿Y eso qué?, ¿por qué era tan importante que se casara?, ¿a usted qué le importaba que Ana se casara? dicen mis compañeros.

Lotán: No entiende... usted no entiende nada, ustedes no entienden nada... yo... yo... no podía casarse, ella no podía casarse... ella no... ella no...

Autora: ¿Por qué?, nada más díganos ¿por qué...?

Lotán: Usted no entiende... porque... porque... ¿qué tal que'l'otro la tuviera más grande que yo?

Autora: ¿Más grande que usted? ¿Se refiere al pene?

Lotán: Sí... - casi grita - y ¿si el fulano la tenía más grande que yo?

Parte importante, por tanto, de esa confirmación de su ser hombre se cumple en el ejercicio de la genitalidad.

Pero no sólo en el ejercicio de la genitalidad, también hay una construcción de cuerpo que vuelve básica la percepción que se tenga de sí mismo. Digámoslo ya, la cultura de género es la base a través de la que los cuerpos son construidos, del mismo modo que son construidos con relación a su propia historia, sus vínculos con otros cuerpos, en la valoración propia y en la ajena, así como en el terreno de la fantasía, imágenes

que se conforman un poco más allá de la conciencia, en los deseos que se inscriben en el mismo cuerpo.

Es decir, el cuerpo masculino se conforma con relación a los significados y prácticas que reproducen los sentidos de lo que se considera masculino y de lo femenino, de las posiciones y jerarquías que ocupan hombres y mujeres en el entramado social. El género, y no debemos olvidarlo, es una práctica social que constantemente se refiere a los cuerpos y a lo que estos cuerpos hacen, pero no es una práctica social reducida al cuerpo. La práctica social responde a situaciones particulares y se genera dentro de estructuras definidas de relaciones sociales, de relaciones de poder que por lo general se ejercerán entre el hombre y la mujer (Careaga, G. y Cruz, S., 2004).

Quizá cuando podamos comprender por qué la sexualidad es tan importante para definir nuestro yo interno, quizá cuando logremos desentrañar el porqué esa vivencia nos lleva al mundo de la normalidad o anormalidad que queremos y sentimos lógica y de la que queremos formar parte, quizá entonces, podamos comprender acciones de este tipo.

Pero también está el amor. Y vaya que la cultura tiene bastante que decir al respecto... Por otra parte, conviene tener presente que para Emanuel Levinas, citado por Bauman (2001), la moral es el *Ser* para el *Otro*, si esto es así, y a nosotros nos parece que eso es precisamente, el problema de los homicidas tanto varones como mujeres radica, en esencia, en el amor –o en su ausencia- siempre que entendamos amor como responsabilidad. Los homicidas son amorales en cuanto que no reconocen en el *Otro* a un ser humano, al no poder conceptualizarlo como un ser humano es muy fácil no sentirse responsable por él, la víctima sigue siendo un *no otro ser humano* –o quizá habría que decirlo con otras palabras- la víctima sigue siendo un *no Otro, un algo* carente de valor en sí mismo y por lo tanto claramente prescindible (Castoriadis, 2006), (Román y Sotomayor, 2010).

El dominio de la vida verdaderamente moral no comienza sino donde comienza el dominio de la vida colectiva o, en otras palabras, que sólo somos seres morales en la medida en que somos seres sociales. La moral es esencialmente una disciplina social, que sólo se cumple cuando, como ser humano me intereso en el bien del otro. La única verdadera moral tiene que ver con el compromiso que tengo con el bien de otro (Durkheim, 1997); de un otro que, al parecer, el homicida no puede ver, lo que nos deja aún muchas interrogantes por resolver.

## Referencias

- Azaola, E. (1999). *El delito de ser mujer hombres y mujeres homicidas en la ciudad de Mexico: historia de vida*. México: Editorial Plaza y Valdés, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social.
- Badinter, E. (1995). *XY, on masculine identity*. Nueva York: Columbia University Press.
- Bauman, Z. (2002). *La modernidad líquida*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Bauman, Z. (2005). *Modernidad y ambivalencia*. Barcelona: Anthropos Editorial. En coedición con el Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades y con la Coordinación del Programa de Posgrado en Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM (México) y con la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la Universidad Central de Venezuela (Caracas).
- \_\_\_\_\_. (2002). *Life in Fragments: Essays in Postmodern Morality*. USA: Blackwell Publishing – Editor.

- Berger, P. & Luckmann, T. (1995). *La construcción social de la realidad*. Amorrortu. España.
- Careaga, G., y Cruz, S., 2004. (Comps.). *Sexualidades Diversas. Aproximaciones para su Análisi*. PUEG-UNAM. México: Porrúa.
- Castoriadis, C. (2006) *Una sociedad a la deriva*. Entrevistas y debates (1974-1997). Argentina: Katz Editores.
- Connell, R. W. (1995). *Masculinities: Knowledge, Power and Social Change*. Berkeley, EE UU: University of California Press.
- Connell, R. W. (2003). *Adolescencia en la construcción de masculinidades contemporáneas*. En Olavarria, J. (Ed.). *Varones Adolescentes: género, identidades y sexualidades en América Latina*. Santiago de Chile: UNFPA. Red de Masculinad/es, FLACSO-Chile.
- Corsi, J. (2004). *Violencia familiar. Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. México: Paidós.
- Corsi, J.; Domen, M., Sotés, M. A., (2002). *Violencia masculina en la pareja. Una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención*. 2ª. Reimpresión. Argentina: Paidós.
- De Keijzer, B. (2010). *Tesis Masculinidades, violencia, resistencia y cambio*. Universidad Veracruzana. Veracruz: Tesis Doctoral. Instituto de Investigaciones Psicológicas. Doctorado en Salud Mental Comunitaria.
- Dohmen, M. (2002). “*El perfil del hombre golpeador*”. En: *Violencia masculina en la pareja. Una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención*. Jorge Corsi. Mónica Dohmen, Miguel Ángel Sotés. Argentina: Paidós.
- Dutton, D.; Golant, S. (1999). *El golpeador. Un perfil psicológico*. En *Psicología, Psiquiatría y Psicoterapia*. Argentina: Paidós.
- Figueroa, J.G. (1997-1998). “*Masculinidad, Salud y Sexualidad*”. En: Judith Ortega Canto (Editora) *Libro de Memorias Seminarios y Salud Reproductiva y Participación Social, Género, Sexualidad y Derechos Sexuales y Reproductivos*. Universidad Autónoma de Yucatán. Centro de Investigaciones regionales Dr. Hideyo Noguchi. Mérida.
- Foucault, M. (1979). *La microfísica del poder*. Ediciones de La Piqueta. España.
- Fuller, N. (1997). *Fronteras y retos: varones de clase media en Perú*. En Valdés, T. & Olavarria, J. (Editores). *Masculinidad/es. Poder y Crisis (pp.139-152)*. Santiago de Chile: Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres No. 24. FLACSO-Chile.
- Gilmore, D. (1994). *Hacerse hombre. Concepciones culturales de la masculinidad*. . Argentina: Ediciones Paidós
- Rodríguez, G., y de Keijzer, B. (1998). *La noche se hizo para los hombres: las regulaciones sexuales del cortejo en una comunidad cañera*. *Debate Feminista*, 18.  
<https://doi.org/https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.1998.18.522>
- Rosales Mendoza, Adriana. (2006) *Género, Cuerpo y Sexualidad Un estudio diacrónico desde la Antropología Social*. Concepciones relativas al género, el cuerpo y la sexualidad en culturas mayas y nahuas prehispánicas y coloniales, y en contextos étnicos minoritarios contemporáneos. México, D. F.: Tesis Doctoral. UAM Unidad Iztapalapa.

- Jacobson y Gottman (2001). *Hombres que agreden a sus mujeres. Cómo poner fin a las relaciones abusivas*. Paidós, España.
- Kohlberg, L., Power F.C., Higgins, A., (1989): *La educación moral según Lawrence Kohlberg*. España: Edit. Gedisa.
- Lagarde, M. (1993). *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: Coordinación General de Estudios de Posgrado. México: Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Marqués, J. V. (1997). *Varón y patriarcado*. En Valdés, T. & Olavarría, J. (Editores). *Masculinidad/es. Poder y Crisis*. Santiago de Chile: Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres No. 24, FLACSO-Chile.
- Neuman, E. (2006). *Prisión abierta*. Una nueva experiencia penológica. México: Editorial Porrúa. Núñez, N. G. (s/f). *Desconstruyendo la homofobia. Una lectura política del erotismo*. Recuperado de [http://www.dvvimss.org.mx/homofobia/DESCONSTRUYENDO\\_LA\\_HOMOFOBIA\\_guillermo\\_nunez.pdf](http://www.dvvimss.org.mx/homofobia/DESCONSTRUYENDO_LA_HOMOFOBIA_guillermo_nunez.pdf)
- Olavarría, J. (2002). *Hombres y Sexualidades: Naturaleza y Cultura* (castrar o no castrar). En Olavarría J. & Moletto, E. (Eds). *Hombres: identidad/es y sexualidad/es*. Universidad Academia de Humanismo Cristiano. Santiago de Chile: FLACSO, Red de Masculinidad/es.
- Olavarría, J. (2003). *¿En qué están los varones adolescentes? Aproximaciones a estudiantes de enseñanza media*. En Olavarría, J. (Ed.). *Varones Adolescentes: género, identidades y sexualidades en América Latina* (pp.15-32). Santiago de Chile: FLACSO, UNFPA y RED de Masculinidades.
- Olavarría, José. (1997). *Introducción*. En Valdés, T. & Olavarría, J. (Editores). *Masculinidad/es. Poder y Crisis* (pp.139-152). Santiago de Chile: Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres No. 24. FLACSO-Chile.
- Piaget, J. (1985). *El criterio moral en el niño*. México: Ediciones Martínez Roca.
- Ramírez, S. M. (2003). *Hombres violentos. Un estudio antropológico de la violencia masculina*. Editorial Plaza y Valdés. México: Instituto Jalisciense de las Mujeres.
- Ramírez, Antonio (1999). *Violencia masculina en el hogar*. Editorial Pax, México.
- Ramírez, Juan Carlos (2005). *Madeiras entreveradas*. Violencia, masculinidad y poder. Varones que ejercen violencia contra sus parejas. México: Editorial Plaza y Valdés.
- Román, R. & Sotomayor, Z. (2010). *Génesis del Homicida*. México: Editorial Plaza y Valdés.
- Rostagnol, S. (2011). *Consumidores de sexo. Un estudio sobre masculinidad y explotación sexual comercial en Montevideo y área metropolitana*. Uruguay: Red Uruguaya de autonomías. Impresión: Zonalibro S.A. San Martín 2437. Edición amparada en el decreto 218/996 (Comisión del Papel).
- Seidler, V. (2001). *Masculinidad, discurso y vida emocional*. En Juan Guillermo Figueroa y Regina Nava (Editores). *Memorias del Seminario-Taller "Identidad Masculina, Sexualidad y Salud Reproductiva"*. México: Documentos de Trabajo Núm. 4 Programa Salud Reproductiva y Sociedad. El Colegio de México..

- Scott, J. W. (2000). *El género una categoría útil para el análisis histórico*. Recuperado de <http://www.herramienta.com.ar/print/cuerpos-y-sexualidades/el-genero-una-categoria-util-para-el-analisis-historico>
- Searle, J. (1997). *La construcción de la realidad social*. España: Ediciones Paidós Ibérica.
- Taylor, S.J.; Bogdan, R. (1987). *Introducción a los métodos cualitativos*. Buenos Aires: Paidós.



## Narrativas manicomiais: a produção de sentidos e as práticas comunicativas sobre a loucura no Brasil

Manicomial narratives: the production of meanings and communicative practices about madness in Brazil

**Camila Fortes Monte Franklin<sup>34</sup>**

Fundação Oswaldo Cruz  
Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7316-1134>

[camilafortesmonte@gmail.com](mailto:camilafortesmonte@gmail.com)

**Wilson Couto Borges<sup>35</sup>**

Fundação Oswaldo Cruz  
Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2785-3658>

[wilson.borges@icict.fiocruz.br](mailto:wilson.borges@icict.fiocruz.br)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/5014>

DOI : 10.25965/trahs.5014

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Resumo:** Após 21 anos da implementação da Lei 10.216, que sanciona a mudança do modelo de saúde manicomial para uma sociedade livre de manicômios, o Ministério da Saúde decretou, por meio da Portaria 596, de 22 de março de 2022, o Programa de Desinstitucionalização para a reinserção social de pessoas com transtornos mentais e/ou decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em hospitais psiquiátricos. Metodologicamente, tomaremos as narrativas sobre a lógica manicomial, bem como o sistema psiquiátrico e as internações compulsórias, evidenciando as consequências das práticas comunicativas na construção de sentidos sobre a loucura e/ou desvios. Em que medida esse movimento acentua o avanço de um processo conservador, colocando em xeque a Reforma Psiquiátrica e as políticas públicas de saúde, é o objeto da reflexão que desenvolveremos nas próximas páginas.

**Palavras chave:** loucura, narrativas, produção de sentidos, reforma psiquiátrica brasileira, SUS

---

<sup>34</sup> Jornalista. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/ICICT) na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Pesquisadora em saúde mental, memória e gênero. Membro NUJOC (UFPI) e NECHS (FIOCRUZ). Mestra em Comunicação. Bolsista CAPES/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9564907740432251>

<sup>35</sup> Pesquisador em Saúde Pública / Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces/ICICT/Fiocruz). Doutor em Comunicação, Mestre em Ciência Política e Especialista em História do Brasil, todos pela Universidade Federal Fluminense. É pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF) e vice-líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (Nechs/Fiocruz). Atualmente, além de docente da Especialização em Comunicação e Saúde, também é pesquisador associado ao Observatório Saúde na Mídia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4342832226266349>

Résumé : Après 21 ans de mise en œuvre de la loi 10.216, qui sanctionne le passage du modèle de santé asilaire à une société sans asile, le ministère de la Santé a décrété, par l'ordonnance 596, du 22 mars 2022, le programme de désinstitutionnalisation de la réinsertion des personnes atteintes de troubles mentaux et/ou résultant de l'usage d'alcool et d'autres drogues, dans les hôpitaux psychiatriques. D'un point de vue méthodologique, nous partirons des textes sur la logique asilaire, ainsi que sur le système psychiatrique et les hospitalisations forcées, en mettant en évidence les conséquences des pratiques communicatives dans la construction de sens sur la folie et/ou les déviations. Dans quelle mesure ce mouvement accentue-t-il l'avancée d'un processus conservateur qui met en échec la Réforme Psychiatrique et les politiques de santé publique? Tel est l'objet de la réflexion que nous développerons dans les pages suivantes.

Mots clés : folie, récits, production de sens, réforme psychiatrique brésilienne, SUS

Resumen: Luego de 21 años de la implementación de la Ley 10.216, que sanciona el cambio del modelo de salud asilo a una sociedad libre de asilos, el Ministerio de Salud decretó, a través de la Ordenanza 596, del 22 de marzo de 2022, el Programa de Desinstitucionalización de la reinserción de personas con trastornos mentales y/o derivados del consumo de alcohol y otras drogas, en hospitales psiquiátricos. Metodológicamente, tomaremos las narrativas sobre la lógica del asilo, así como del sistema psiquiátrico y de las internaciones obligatorias, destacando las consecuencias de las prácticas comunicativas en la construcción de significados sobre la locura y/o las desviaciones. ¿En qué medida este movimiento acentúa el avance de un proceso conservador, poniendo en jaque a la Reforma Psiquiátrica ya las políticas de salud pública? Tal es el objeto de la reflexión que desarrollaremos en las siguientes páginas.

Palabras clave: locura, narrativas, producción de sentidos, reforma psiquiátrica brasileña, SUS

Abstract: After 21 years of the implementation of Law 10.216, which sanctions the change in the asylum health model to a society free of asylums, the Ministry of Health decreed, through Ordinance 596, of March 22, 2022, the Deinstitutionalization Program for the social reintegration of people with mental disorders and/or those resulting from the use of alcohol and other drugs, in psychiatric hospitals. Methodologically, we will take the narratives about the asylum logic, as well as the psychiatric system and compulsory hospitalizations, highlighting the consequences of communicative practices in the construction of meanings about madness and/or deviations. To what extent this movement accentuates the advance of a conservative process, putting the Psychiatric Reform and public health policies in check, is the object of the reflection that we will develop in the following pages.

Keywords: craziness, narratives, production of senses, brazilian psychiatric reform, SUS

## Introdução

Em 22 de março de 2022, o Ministério da Saúde, através da Portaria 596/22<sup>36</sup>, susta o Programa e o Incentivo Financeiro de Custeio Mensal para o Programa de Desinstitucionalização, integrante do Componente Estratégias de Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e redireciona para a reinserção social de pessoas com transtornos mentais e/ou decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em hospitais psiquiátricos. Além da determinação, foi lançado um edital público pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED), vinculado ao Ministério da Cidadania, com o repasse de R\$ 10 milhões a hospitais psiquiátricos, demonstrando o incentivo aos grandes proprietários de hospitais e alimentando um sistema manicomial. Em outras palavras, a Portaria do Ministério da Saúde invalida o financiamento e a garantia de incentivos financeiros para as estratégias de desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) a partir do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Portaria foi revogada pelo Projeto de Decreto Legislativo 66/22<sup>37</sup>, de 23 de março do mesmo ano, anulando os efeitos da Portaria 596/22 do Ministério da Saúde; porém, nos revela sobre como as políticas de saúde mental se encontram fragilizadas no país. Passam pelas estratégias de desinstitucionalização determinadas práticas que incentivam a promoção de autonomia e cidadania, garantindo uma ressocialização dessas pessoas com a sociedade, com o trabalho, com o lazer e com as relações socioafetivas. Essas ações foram estabelecidas através da Lei 10.216/01<sup>38</sup>, que garante às pessoas com transtornos mentais e aos usuários de álcool e outras drogas um tratamento e acompanhamento no sistema de saúde, com a importância de serem tratados no ambiente terapêutico de forma respeitosa, humana e digna.

Para além da reflexão que aponta os retrocessos na saúde mental brasileira (Borges, 2015), se faz necessário discutir a quem essas contrarreformas mais prejudicam. São as mulheres, e em especial, as negras e pobres, que mais sofrem os abalos e ameaças de garantias de direitos, uma vez que são maioria em empregos precários e acumulam jornadas contínuas de trabalho, sendo pouco ou não-remuneradas<sup>39</sup>. Por isso, se apresenta como urgente a discussão sobre os impactos de ameaças como a

---

36 A Portaria nº 596/2022 revoga artigos das Portarias de Consolidação GM/MS de nº 5 e 6 de 2017, as quais regulamentavam e financiavam programas de desinstitucionalização, assim como a reabilitação psicossocial de pessoas com transtornos mentais e de usuários de álcool e outras drogas. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prto596\\_23\\_03\\_2022.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prto596_23_03_2022.html). Acesso em: 08 out 2022.

37 Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2151637](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2151637). Acesso em: 08 out 2022.

38 A lei 10.216/01 ou Lei da Reforma Psiquiátrica de 2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais através da desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos e manicômios judiciários, e redireciona o modelo assistencial em saúde mental de modo integrativo, multiprofissional, inserindo essas pessoas na vida social, de forma plena.

39 A série histórica apresentada pelo IBGE mostra que a taxa de desocupação de mulheres sempre esteve acima da média nacional, chegando a atingir quase 20% no segundo trimestre de 2021. Hoje, ela está acima dos 12%, chegando a ser quase o dobro se comparada aos homens, mantendo-se ainda bem acima da média nacional. Para maiores detalhes ver: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego). Acesso em: 18 out 2022.



Portaria 596/22 do Ministério da Saúde, pois, mais do que nunca, se faz necessário debater sobre como as mulheres ainda são as mais prejudicadas, invisibilizadas e subalternizadas nessa questão.

Dito isso, o presente trabalho visa apontar e destacar de que modos as práticas comunicativas e as narrativas jornalísticas produzidas sobre a lógica manicomial, o sistema psiquiátrico e a internação compulsória podem construir sentidos sobre a loucura, abrindo espaço para um processo conservador. Do mesmo modo, essa reflexão se conecta a uma pesquisa em curso<sup>40</sup> que investiga e problematiza os processos de subjetivação e patologização das mulheres vistas como loucas na história e no tempo através das narrativas jornalísticas, considerando as questões de raça e classe como fatores determinantes nesses processos.

Por fim, será proposta uma reflexão sobre o processo comunicativo em sua afetação e construção de sentidos formados na sociedade em relação às pessoas com transtornos mentais e/ou usuários de álcool e outras drogas e de como influenciam na formação e (re)atualização dos estereótipos de gênero. Para além disso, o presente artigo cria corpo em um cenário particular onde há um avanço no pensamento conservador e uma sequência de retrocessos na Rede de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, como também no Sistema Único de Saúde (SUS), nos direitos trabalhistas dos profissionais de saúde e em outras ordens, que colocam, diretamente, em xeque a Reforma Psiquiátrica Brasileira e o funcionamento de políticas públicas de saúde no país.

## O Sistema Único de Saúde (SUS) e a Reforma Psiquiátrica Brasileira: uma breve contextualização

Para compreendermos como o Sistema Único de Saúde (SUS) foi construído no Brasil, se faz necessário refletir sobre as noções de saúde e doença. Almeida Filho (2011) discute sobre as diversas tensões que atravessam a definição conceitual do fenômeno saúde-doença, enquanto um fenômeno que não pode ser compreendido somente a partir de uma perspectiva biomédica, clínica e/ou epidemiológica, mas que é preciso considerar a sua complexidade ao ser atravessada por questões sociais, políticas, institucionais e ideológicas. Para o autor, o estado ou grau de saúde é multidimensional, tornando difícil a elaboração de instrumentos para medir o completo bem-estar físico, mental e social, como é compreendido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

E é pensando não somente nos cuidados assistenciais que o Sistema Único de Saúde foi criado, a partir da Constituição Federal de 1988. Com o objetivo de abranger desde o simples atendimento médico na atenção primária até o transplante de órgãos e serviços mais complexos, o SUS visa dar atenção integral à saúde a todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, na prevenção e na promoção da saúde (SAÚDE, 2020).

A atenção em saúde mental oferecida pelo Sistema Único de Saúde se dá através do financiamento tripartite (uma negociação entre gestores federal, estadual e municipal, quanto aos aspectos operacionais do sistema) e de ações municipalizadas e organizadas por níveis de complexidade. Pactuada em dezembro de 2011, através

---

40 Trata-se de uma tese de doutoramento que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS).

da Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011<sup>41</sup>, atribui-se à Rede de Atenção Psicossocial a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e/ou usuários de álcool e outras drogas. A Rede se desenvolve como parte das discussões de implantação do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011<sup>42</sup> e prevê, a partir da Política Nacional de Saúde Mental, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), os Serviços Residenciais Terapêuticos, os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento e os leitos de atenção integral em Hospitais Gerais, todos destinados à atenção psicossocial.

Além de atender pessoas com transtornos mentais, estes espaços acolhem usuários de álcool e outras drogas e estão espalhados pelo país, modificando a estrutura da assistência à saúde mental. Substituindo progressivamente o modelo hospitalocêntrico e manicomial, esses espaços buscam construir um sistema de assistência orientado pelos princípios fundamentais do SUS (universalidade, equidade e integralidade).

Essa forma de atendimento e assistência é fruto de uma luta extensa que resultou na Reforma Psiquiátrica Brasileira, no final da década de 1970, ao criticar o modelo asilar de assistência em saúde mental, bem como a mercantilização da loucura. Profissionais da saúde mental, como psicólogos, psiquiatras, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, dentre outros, se mobilizavam para denunciar os maus tratos cometidos dentro das instituições psiquiátricas e para se auto-organizarem nos movimentos sociais de saúde, reivindicando novas formas de assistência e medicalização (Franklin, 2020). A atual conjuntura de saúde mental do Brasil recomenda a inclusão da pessoa com transtorno mental na sociedade em busca de superar os antigos métodos de internação e o inserir num contexto sociofamiliar através de novas formas de assistência à saúde mental.

Mesmo com as modificações que vem ocorrendo na assistência à saúde mental brasileira nas últimas décadas, ainda são poucos ou limitantes os serviços de assistência às pessoas com transtornos mentais e/ou usuárias de álcool e outras drogas. E isso se dá pela precarização dos serviços, pelas poucas unidades de apoio ou a falta de informação. A partir da necessidade de uma lei que contemplasse as pessoas com transtornos mentais de modo humanizado, assistencial e educativo, é promulgada a Lei Federal de número 10.216 do ano de 2001 (BRASIL, 2001), que assegura a necessidade de respeito, igualdade e dignidade às pessoas com transtornos mentais.

Considerando que as legislações anteriores visavam excluir os então denominados “psicopatas” e “alienados”, a fim de manter a ordem social, se fazia necessário uma lei mais atual que contemplasse essas pessoas de modo assistencial. O Art. 1º da Lei de Reforma Psiquiátrica ou Lei Antimanicomial (como ficou conhecida a Lei 10.216), afirma que os direitos e a proteção das pessoas com transtorno mental são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno (BRASIL, 2001).

A Lei em questão é responsável pela criação dos serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, sendo eles os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Residências

---

41 Disponível em:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html#:~:text=Art.,%C3%A9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\)](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html#:~:text=Art.,%C3%A9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS).). Acesso em: 08 out 2022.

42 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7508-28-junho-2011-610868-publicacaooriginal-132963-pe.html>. Acesso em: 08 out 2022.

Terapêuticas (RT's) e os leitos psiquiátricos nos hospitais gerais de atendimento público. A lei também reconhece, pela primeira vez, a pessoa com transtorno mental como cidadão de direito, regulamentado e com assistência de instituições responsáveis, como profissionais de saúde, do direito, bem como familiares, sociedade e Estado, uma vez que todos juntos formam a rede de assistência à pessoa com transtorno mental.

Os direitos são assegurados a todos; contudo, existe um grupo que mais sente os impactos da precarização da assistência à saúde mental no Brasil. São as mulheres e, em especial, as negras e de baixa renda, as que mais sofrem os abalos e ameaças de garantias de direitos, uma vez que são maioria em empregos precários e acumulam jornadas contínuas de trabalho, sendo pouco ou não-remuneradas. Se aprofundarmos esse recorte, devemos lembrar que mulheres transexuais também são constantemente silenciadas na assistência à saúde e na saúde mental na rede pública e privada, agravando ainda mais o quadro.

Embora avanços tenham sido alcançados na legislação e na assistência às pessoas com transtornos mentais – acionando os exemplos citados acima –, a lentidão dessas medidas de segurança tem tornado cada vez mais comprometido o processo de desinstitucionalização dessas pessoas, mantendo, assim, a superlotação dessas instituições. Esse processo de desinstitucionalização é respaldado por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. É importante destacar que os compromissos assinados pelo Brasil em matéria de direitos humanos não permitem retrocessos como os representados pelas últimas ameaças.

Desse modo, é dever do Estado brasileiro garantir a efetivação das recomendações que dizem respeito à desinstitucionalização, como também é responsabilidade do governo federal apurar os motivos e os reais interesses por trás das Portarias e buscar sanar o problema identificado, promovendo uma mobilização nacional para que os recursos de desinstitucionalização sejam corretamente distribuídos. Um outro ponto fundamental na compreensão do funcionamento sistêmico de determinadas políticas públicas se refere ao processo comunicativo e aos modos de narrar sobre determinadas práticas – o que nos leva ao próximo tópico.

## A construção de narrativas e a produção de sentidos

Nos aspectos comunicacionais, se faz necessário perceber não apenas as formações discursivas construídas pelos *media*, mas, principalmente, observar e discutir o processo comunicativo em sua afetação e construção de sentidos formados na sociedade. A comunicação, enquanto processo relacional, não se apresenta apenas como uma representação da realidade, mas como uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto (Motta, 2007). A partir do modelo relacional ou praxiológico da Comunicação, desenvolvido por França (2008), discutimos o papel dos processos comunicacionais na construção de sentidos acerca de uma realidade que, historicamente, invisibiliza e silencia a existência de pessoas com transtornos mentais e, em especial, de mulheres, negras, lésbicas, transexuais e/ou pobres com transtornos mentais, reverberando as suas sequelas até os dias atuais, incluindo nas políticas públicas de saúde – ou na ausência delas.

Observar os fenômenos pela perspectiva dos estudos comunicacionais exige do(a) analista uma reflexão sobre as práticas socioculturais de determinada comunidade e em determinado contexto. Para França (2018), as práticas comunicacionais são constitutivas das relações sociais, de modo que se apresentem imbricadas às

dinâmicas de poder. Para a autora, os estudos que buscam analisar os fenômenos comunicacionais e suas interações devem refletir sobre os impactos e consequências das práticas comunicativas na dinâmica social, percebendo quais aspectos são acionados e quais esferas dialogam nesse processo.

França (2008), ao trabalhar sobre o modelo relacional da Comunicação, aborda essas interações considerando o contexto, evidenciando as relações entre as práticas e os produtos comunicacionais, apresentando normas, valores, ideologias e relações de poder na sociedade que são capazes de revelar narrativas sobre determinado processo. Isso permite observar certos fenômenos e práticas específicas sem desconsiderar o todo social, tendo em mente que o contexto evidencia essas disputas de força e que essa reflexividade – inerente às interações sociais – acontece de maneira relacional. Para a autora, “vivemos em um mundo ordenado por instituições, marcado por estruturas. Elas não são fixas nem eternas, e tanto se mantêm como são modificadas através da ação conjunta dos sujeitos sociais” (França, 2018: 112). Ou seja, sujeitos e fenômenos se modificam e se reconstróem mutuamente.

A partir das contribuições do sociólogo Louis Quéré, a autora apresenta dois planos comunicacionais: a *mensagem* e a *metamensagem*. Esses modelos representam justamente essa reflexividade entre sujeitos e fenômenos que se dão por meio de ações comunicativas – enquanto atividades de construção de um ambiente compartilhado – que definem sua própria configuração na sociedade. Porém, de quais fenômenos exatamente estamos falando? Essas interações são atravessadas por estruturas de raça, classe, sexualidade, gênero e entre outras formas de poder. São interseccionalidades que permeiam e são permeadas por assimetrias, expectativas, hierarquias, lugares sociais e entre outros fenômenos que, enquanto ações comunicativas, são capazes de configurar e reconfigurar sentidos às relações entre os sujeitos.

Ao fazermos um recorte brasileiro, não precisamos ir muito longe para identificar de que modos esses eixos permeavam e ainda permeiam a sociedade. As atribuições impostas e as identificações construídas subjetivamente pelos sujeitos e pelas sujeitas, bem como as suas significações atribuídas a elas, não determinam de maneira integral as ações comunicativas, mas se apresentam como parte significativa nesse processo de configuração.

Aplicando ao presente trabalho, o processo de construção de sentidos a respeito da loucura e das pessoas apontadas como loucas, como também as práticas comunicativas sobre a lógica manicomial, o sistema psiquiátrico e a internação compulsória, impactam diretamente na luta antimanicomial. Tal processo passa diretamente pela construção de sentidos sobre os padrões de normalidade, considerando que, se havia o “normal”, havia o “desviante” e este, não era bem-vindo. Ao mesmo tempo, nos revela como debates emergentes como os citados acima, podem ocupar um lugar de silenciamento e esquecimento, acentuando o avanço de um processo conservador que coloca em xeque a Reforma Psiquiátrica e outros avanços nas políticas públicas de saúde mental no país (Borges, 2015).

Posto isto, se faz necessário discutir sobre como as atribuições impostas aos sujeitos passavam e ainda passam por esse crivo que afirma quem é louco e quem é são, bem como quem merece estar à margem, fora da cena pública, ou não. A loucura se torna uma experiência social, onde as noções variam de tempo e espaço. Na Idade Média, quem assumia esse poder eram os padres, pessoas com boas condições financeiras que as colocavam em um patamar de autoridade; já entre os séculos XVI e XVIII, os poderes jurídico, médico e religioso assumem esse papel, enquadrando sujeitos em eixos. Além do estigma da loucura, as mulheres também passavam e ainda passam

pelo crivo do Outro. Com o objetivo de se apoderar de um sistema patriarcal, o saber médico se utiliza da sua condição de saber-poder para reduzir a saúde mental das mulheres à sua condição biológica, atribuindo, assim, as funções reprodutivas e biológicas como as únicas dimensões relevantes, ignorando as relações sociais, os sistemas de poder e toda a subjetividade que permeia as mulheres e suas interseccionalidades.

A internação e a medicalização foram utilizadas como estratégias de contenção desses corpos, como também o foram os diagnósticos que eram a elas atribuídos, refletindo a realidade social que as acompanhava em diferentes momentos da história. Esse processo se dava e ainda se dá de maneira diferente para mulheres brancas, negras, casadas, solteiras, jovens, idosas, indígenas, lésbicas, transexuais, gordas e outras especificações que distinguem comportamentos e tratamentos no convívio social, quiçá em instituições manicomiais. Desse modo, é possível afirmar que a construção de narrativas sobre a figura do louco produziu sentidos sobre esses sujeitos, transformando experiências sociais em ações comunicativas.

Para além da lógica manicomial enquanto processo comunicativo sobre sujeitos e sujeitas em específico, é importante destacar as transformações da noção do estereótipo – o que nos leva ao nosso segundo ponto fundamental. O entendimento sobre estereótipo passa pela construção de sentidos e suas formas de narrar. Etimologicamente, estereótipo vem do grego *stereos* (sólido) e *typos* (**impressão**), ou seja, formam uma impressão sólida sobre algo ou alguém, como uma marca que lhe é atribuída e jamais esquecida. Nesse sentido, observa-se que este movimento de solidificar impressões – impressões essas que se inscrevem na memória – “se aproxima do sistema educativo antigo cujas afetações implicam impressões sensoriais: memória e retórica que, juntas, conduzem à imaginação, à ação” (Borges, 2014: 103).

Para Maria Aparecida Baccega (1998), o estereótipo se manifesta em bases emocionais, trazendo em si juízos de valor pré-concebidos, comportando uma carga adicional do fator subjetivo, que se manifesta sob a forma de elementos emocionais, valorativos e volitivos, que vão influenciar o comportamento humano e construir sentidos coletivos sobre determinados sujeitos. Desse modo, é por meio da interação cultural, da construção de narrativas que valores e significados são formados, gerando sentidos, cristalizando perspectivas e ameaçando a existência de pessoas. É nesse cenário que o papel desempenhado pelos *media* não pode ser negligenciado. Afinal, ao evidenciar determinadas concepções, invisibilizando outras, tais narrativas constroem mundos, apontando que está na ordem e quem está na margem.

## Marcos Legais: uma construção de narrativas

Como citamos anteriormente, alguns marcos históricos fizeram parte da extensa (e até aqui inacabada) Reforma Psiquiátrica no Brasil e no mundo, sendo responsáveis pela implementação de políticas públicas direcionadas à saúde mental, e vindo, no processo de desinstitucionalização, a possibilidade de um tratamento e/ou acompanhamento que desenvolvessem cuidados alternativos aos manicomiais.

No cenário internacional, podemos destacar as propostas do psiquiatra italiano Franco Basaglia que, em 1978, iniciava uma extensa jornada de debates entre profissionais da saúde mental em prol da extinção dos manicômios em seu país, apresentando alternativas de serviços substitutivos que de fato promovessem uma qualidade de vida, dignidade e um possível tratamento às pessoas manicomializadas. Um marco fundamental para a Itália foi o dia 13 de maio do respectivo ano, em que

foi instaurada a Lei 180<sup>43</sup>, também conhecida como Lei Basaglia, responsável por substituir de modo gradual os hospitais psiquiátricos por uma rede multiprofissional de assistência através de serviços comunitários.

No Brasil, em 1979, formava-se o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) composto por uma rede de profissionais, objetivando a inserção das pessoas até então manicomializadas no convívio social, como também criticando o modelo asilar, a mercantilização da loucura e a violência acometida dentro dos hospitais psiquiátricos – 10 anos depois, esse movimento se consolida na luta antimanicomial brasileira, pois o seu fortalecimento permitiu que essas transformações ocorressem de maneira prática e gradual.

As Conferências Nacionais de Saúde Mental (CNSM) também se mostraram amplos espaços de transformação na atenção às pessoas com transtornos mentais. Para além de mudanças estruturais no que se refere aos hospitais psiquiátricos, os efeitos das Conferências atravessam níveis éticos, sociais, políticos, culturais, históricos e técnicos, pois foi através dessas propostas que uma agenda começou a ser estabelecida a nível nacional, visando a implementação de políticas públicas direcionadas, criticando o hospitalocentrismo, revisando a legislação psiquiátrica e sua aplicabilidade, e reconfigurando o sistema de atenção à saúde mental. Um outro marco que podemos destacar refere-se aos países da América Latina que, através da Declaração de Caracas,<sup>44</sup> em 1990, realizaram o compromisso de restaurar a assistência psiquiátrica através da vigilância e da defesa dos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais, como também assegurando a implementação das leis através de atendimento descentralizado, integral e participativo (CARACAS, 1990).

As Conferências, Portarias Ministeriais, Leis e outros marcos históricos na assistência à saúde mental foram fundamentais para os avanços da Reforma Psiquiátrica, embora uma série de desafios e ameaças tenham surgido no processo de constituição e principalmente de implementação dessas propostas. A Portaria 596/22, de 22 de março de 2022, não foi a única ameaça à Reforma Psiquiátrica e às políticas públicas de saúde mental no Brasil. Podemos citar a Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017<sup>45</sup>, instituída no Governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), que reintroduziu na Rede de Atenção Psicossocial o Hospital Dia, ou seja, uma estrutura manicomial até então já superada e que dispõe de intervenções médicas acima das práticas psicossociais. São exemplos como este que nos revelam as constantes ameaças às RAPS, ao SUS e às políticas de saúde.

É nesse processo de Institucionalização - Desinstitucionalização - Reinstitutionalização que visualizamos ameaças que não se reduzem a um enfraquecimento do sistema de saúde mental, mas as **tentativas de enfraquecimento** de uma rede complexa, que põe em xeque décadas de avanços, lutas, implementações e efetivações em prol de uma sociedade sem manicômios e com qualidade na assistência à saúde mental no país. Entretanto, além dos entraves políticos, das disputas de interesses hegemônicos no sistema de saúde brasileiro a mais de meio século, da lentidão na efetivação dessas proposições, foi e ainda é

---

43 Disponível em: <https://laps.ensp.fiocruz.br/arquivos/documentos/21>. Acesso em: 08 out 2022.

44 Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_caracas.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_caracas.pdf). Acesso em: 09 out 2022.

45 Disponível em:  
[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html). Acesso em: 08 out 2022.

necessário superar os estigmas e o imaginário popular sobre a loucura, como também, os modos de narrar sobre a loucura.

Nesse processo de enfraquecimento, observa-se, por exemplo, o quanto a chamada “questão das drogas” contribuiu para uma retração da Reforma Psiquiátrica. É como parte desse movimento que compreendemos o debate sobre a Internação Compulsória e o Projeto de Lei 7663/2010. Com o objetivo de interferir e modificar a Lei nº 11.343/2006 (também conhecida como a Nova Lei de Drogas), o Congresso Nacional, através do PL 7663/2010, estabelecia que a Lei da Reforma Psiquiátrica fosse alterada

Em seu Artigo 11, incluindo o Artigo 23-A na **Lei 11.343/2006**, alargando (e subvertendo) o espectro de uma internação que deveria estar circunscrita à Lei 10.216/2001, determinando que a internação de **usuário ou dependente** de drogas obedecerá ao seguinte:

I - será realizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação e com base na avaliação da equipe técnica;

II - ocorrerá em uma das seguintes situações: a) internação voluntária: aquela que é consentida pela pessoa a ser internada; b) internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e c) internação compulsória: aquela determinada pela Justiça. (Borges, 2015: 52-53)

Num só movimento, um Projeto de Lei (7663/2010) visava produzir um dispositivo legal (a Internação Compulsória em hospitais ou Comunidades Terapêuticas) que atualizava simultaneamente tanto a Lei 10.216/2001 quanto a Lei 11.343/2006, com vistas ao alargamento daqueles que poderiam ser retirados do espaço público e apartados da cena política.

Pensando nisso, este trabalho se propõe a identificar o que esses marcos, do ponto de vista comunicacional, representam e de que modos as práticas comunicativas e as narrativas jornalísticas produzidas sobre a lógica manicomial, são capazes de construir sentidos sobre a loucura, abrindo espaço para um processo conservador. Na presente reflexão, analisamos três matérias jornalísticas do *O Globo* do ano de 2022 que abordaram questões de transtornos mentais e que tiveram grande repercussão no país. São eles: Caso **Sandra Mara Fernandes/Givaldo de Souza** – mulher com transtorno bipolar que foi flagrada pelo marido mantendo relações com homem em situação de rua em Planaltina (DF); Caso **Genivaldo de Jesus Santos** – homem com esquizofrenia que morreu asfixiado no porta-malas de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal em Umbaúba (SE); e **Caso Giovanni Quintella**, anestesista que foi submetido a avaliação psiquiátrica forense após estuprar uma mulher grávida durante uma cesárea, em São João de Meriti (RJ).

A escolha pelo jornal *O Globo* se dá por sua ampla circulação a nível nacional, seja através da publicação direta, seja através da reprodução por seus afiliados. Em seus princípios editoriais, afirma destacar-se na agilidade, correção e isenção da informação – esta última, reconhecida pelo veículo um fator subjetivo, visto “que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção” (O Globo, 2022), com foco na apuração dos acontecimentos e na liberdade de expressão social e jornalística.

A primeira notícia analisada refere-se ao **Caso Sandra Mara/Givaldo de Souza**<sup>46</sup>, ocorrido em Planaltina (DF). No dia 9 de março de 2022, Sandra Fernandes foi flagrada pelo marido mantendo relações sexuais dentro do próprio carro, com Givaldo de Souza, um homem em situação de rua. O caso, registrado pelas câmeras de segurança da via, mostraram o esposo de Sandra, Eduardo Alves, agredindo o homem. A notícia que analisamos neste trabalho não é a primeira matéria que informa sobre o fato, mas a primeira que associa o ocorrido ao transtorno mental de Sandra Fernandes.

**Figura 1** - Caso Sandra Mara/Gilvaldo de Souza - Manchete da notícia

BRASIL

## Laudo identifica transtorno bipolar 'em fase maníaca psicótica' em mulher flagrada com sem-teto

Diagnóstico reforça versão de marido de que a esposa estava em surto. Pai de Sandra Mara Fernandes foi à polícia acusar morador de rua por difamação após declarações na mídia

Arthur Leal e Carla Rocha

28/03/2022 - 13:22 / Atualizado em 28/03/2022 - 20:49

**Fonte: O Globo (2022)**

No título da matéria é possível perceber que um suposto transtorno mental da vítima é o que caracteriza a notícia. Na linha fina, o trecho “Diagnóstico reforça versão de marido de que a esposa estava em surto” revela o lugar de protagonismo e visibilidade para o homem que foi traído e que pode afirmar que a mulher estava ou não em suas faculdades mentais. O texto segue apontando para o laudo psicológico realizado na vítima, e cita que ela apresenta “sinais de transtorno afetivo bipolar em fase maníaca psicótica”. No dia da notícia, Sandra Mara já estava internada em um hospital psiquiátrico a cerca de 20 dias, sem previsão de alta, o que nos reforça a necessidade de isolamento e contenção dos sujeitos e principalmente das sujeitas em um cenário de exposição da vítima.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/laudo-identifica-transtorno-bipolar-em-fase-maniaca-psicotica-em-mulher-flagrada-com-sem-teto-25451957>. Acesso em: 9 out 2022.



## Figura 2 - Caso Sandra Mara/Gilvaldo de Souza - Uma sub-voz

O documento, de acordo com a advogada, foi feito para atender a parâmetros médicos e jurídicos, porque nele se baseia o argumento de que Sandra pode ser representada pelo marido perante a Justiça. O relatório médico detalha que a comerciante, desde que deu entrada no hospital, apresenta alucinações auditivas, "delírios grandiosos e de temática religiosa", hipertimia — alteração de humor — falso reconhecimento, além de "comportamentos desorganizados e por vezes inadequados". No diagnóstico, os médicos detalham que a mineira demonstra um comportamento com "gastos excessivos, doação de seus pertences, resistência em se vestir e hiper-religiosidade". Auricelia explica que Sandra continua internada e não há prazo para alta porque, de acordo com ela, a cliente ainda precisa de cuidados de saúde física e mental. A advogada, entretanto, diz que a doença psiquiátrica de Sandra era desconhecida por Eduardo, que vive com ela há cerca de três anos. Porém, os médicos investigam possíveis sinais da doença manifestados antes do início do relacionamento do casal.

### Fonte: O Globo (2022)

A advogada de Sandra Fernandes, Auricelia Vieira, pontuava que era cedo para afirmar se Gilvaldo de Souza teria se aproveitado da fragilidade da vítima para manter relações sexuais com ela, destacando, também, que ainda que a vítima “pode ser representada pelo marido perante a Justiça”. Contudo, no final do parágrafo, a profissional advertia que o marido, que vive com ela há cerca de três anos, desconhecia e sequer percebia algum tipo de sinal transtorno mental. Questões como essa nos revelam como as políticas de saúde mental ainda têm muito o que considerar ao tratar-se da autonomia e das pessoas consideradas incapazes de responder por si, avaliando quem de fato tem condições de assumir essas responsabilidades sobre a vida de outra pessoa. Ao mesmo tempo, nos mostra como o acesso à informação sobre saúde mental ainda é considerado um tabu, repleto de estigmas e, por vezes, desconsiderado ou distante da sociedade: “Naquele dia, até então, tinha cumprido todas as suas **funções normais como dona de casa e mãe**. Levou a filha na escola, foi ao dentista, trabalhou em sua loja de roupas - conta Auricelia” (O Globo, 2022, grifos nossos).

Percebe-se que as consideradas “funções normais”, associadas à vítima, não se referem a lucidez, a consciência ou qualquer característica de cognição, mas as atribuições e papéis sociais atribuídos cultural e estruturalmente às mulheres. Para além da exposição da vida pessoal, Sandra Mara ainda sofreu ataques machistas e sexistas nas redes sociais ao ter suas fotos associadas a perfis fakes, o que desencadeou uma onda de visibilidade ao homem em situação de rua, que foi convidado dezenas de vezes a participar de entrevistas na mídia e contar em detalhes como foi a relação sexual com a vítima.

Passemos à segunda notícia analisada: o **Caso Genivaldo de Jesus Santos**<sup>47</sup>, um homem com esquizofrenia, que morreu asfixiado no porta-malas de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal, na cidade de Umbaúba (SE). O título da notícia dá destaque para o contexto da morte de Genivaldo Santos, ressaltando o transtorno mental como um fator decisivo para o ocorrido.

---

47 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/05/camara-de-gas-agressao-asfixia-e-transtorno-mental-tudo-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-de-homem-em-porta-malas-de-viatura-da-prf-em-sergipe.ghtml>. Acesso em: 10 out 2022.

**Figura 3** - Caso Genivaldo de Jesus Santos - Manchete da notícia

## 'Câmara de gás', asfixia e transtorno mental: Tudo o que se sabe sobre a morte de homem em porta-malas de viatura da PRF em Sergipe

Familiares afirmam que Genivaldo de Jesus Santos tinha transtornos mentais

Por O Globo — Rio de Janeiro  
26/05/2022 08h36 · Atualizado há 4 meses



**Fonte: O Globo (2022)**

A matéria segue trazendo imagens que foram compartilhadas nas redes sociais e que mostram Genivaldo de Jesus sendo agredido e algemado por dois agentes policiais e, em seguida, posto no porta-malas da viatura, onde foi inserido gás de pimenta em seu interior. O sobrinho da vítima, Wallyson de Jesus, e a esposa, Maria Fabiana, contam que informaram aos agentes que a vítima tinha transtorno mental, mas que não foi considerado um fator relevante no momento da parada policial.

**Figura 4** - Caso Genivaldo de Jesus Santos – uma sub-voz

### Agentes teriam sido avisados sobre doença

Wallyson ainda disse que a vítima foi abordada por agentes da PRF quando pilotava uma motocicleta. De acordo com ele, os policiais ignoraram os apelos, fizeram o uso de spray de pimenta e colocaram a vítima dentro do porta-malas da viatura.

**Fonte: O Globo (2022)**

Junto consigo, Genivaldo de Jesus tinha receita médica e cartelas de medicação que foram expostas aos agentes em uma tentativa de diálogo; porém, também não foi considerado por eles. É possível identificar um esforço do jornal em relatar o fato detalhado, visto que se trata de uma abordagem policial que resultou na morte de um cidadão comum, que não era suspeito de nenhum ato, crime ou infração e que atendeu a todos os comandos que os agentes deram.

Em entrevista ao Portal Fan F1 nesta manhã, Maria Fabiana conta que o marido era uma pessoa conhecida e, por isso, muitas testemunhas se dirigiam aos policiais dizendo “Não façam isso, ele tem problemas mentais”. Mas de nada adiantou. (O GLOBO, 2022).

O quadro de transtorno mental da vítima segue sendo uma característica abordada durante toda a notícia, por vezes, como uma forma imediata de cessar as violências cometidas pelos agentes e, por vezes, no esforço de justificar o nervosismo de Genivaldo no momento da abordagem. É necessário destacar que Genivaldo de Jesus

Santos era um homem negro, vítima diária do racismo e do sistema policial que ainda massacra, tortura e mata a população negra do Brasil diariamente. Genivaldo Santos chegou a ser retirado do porta-malas; porém, foi a óbito antes de chegar ao hospital. Em que medida ser visto como um desviante “autorizava” uma prática policial violenta que imobiliza, tortura, exclui e mata uma parte da população?

A terceira notícia analisada refere-se ao **Caso Giovanni Quintella**<sup>48</sup>, anestesista que foi submetido a avaliação psiquiátrica forense após estuprar uma mulher grávida durante uma cesárea, em São João de Meriti (RJ). O título da notícia chama atenção para uma abordagem preventiva por parte da defesa do anestesista, visto que o crime, quando cometido por uma pessoa com transtornos mentais, pode ser considerado inimputável, de acordo com o artigo de nº 26 do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940)<sup>49</sup>.

Figura 5 – Caso Giovanni Quintella - Manchete da notícia

## **Anestesista preso por estupro será avaliado por psiquiatra forense caso defesa alegue problemas mentais**

No Rio, esse trabalho ocorre no Instituto de Perícias Heitor Carrilho, onde seria diagnosticado se há um transtorno mental e se há nexos causal entre o transtorno e o crime

Por Camila Araujo  
17/07/2022 04h30 - Atualizado há 2 meses

Fonte: O Globo (2022)

A notícia segue com a fala de Marcos Argolo, psiquiatra e técnico pericial, destacando sobre o que a defesa do anestesista pode alegar após a repercussão do caso. Durante toda a matéria jornalística, é possível perceber um tensionamento que reforça a ideia de que somente uma pessoa com transtornos mentais seria capaz de cometer um crime tão violento como este – embora nos casos anteriores tenha merecido outro tipo de tratamento. Diversos diagnósticos são acionados como uma tentativa de compreender ou mesmo justificar o estupro cometido, mesmo que a defesa de Giovanni Quintella não tenha se manifestado nesse sentido.

---

48 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/07/anestesista-presos-por-estupro-sera-avaliado-por-psiquiatra-forense-caso-defesa-alegue-problemas-mentais.ghtml>. Acesso em: 9 out 2022.

49 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637167/artigo-26-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 14 out 2022.

### **Figura 6 – Caso Giovanni Quintella - O uso do diagnóstico**

– Só ouvindo, só atendendo essa pessoa para saber o que se passa ali. Por que eu estou falando isso? Eu posso ter um paciente com retardo mental, com déficit intelectual, que não tem um senso crítico e que, por um impulso, acha que tem o direito de cometer um ato, ou mesmo não faz nenhuma crítica em abordar uma pessoa, uma mulher e ter um ato sexual – explica Marcos Argolo, psiquiatra e técnico pericial do Ministério Público do Rio.

Ele explica que a pessoa pode ter uma alteração psicopatológica em que aquele ato faz parte de um contexto delirante. O psiquiatra cita ainda a hipótese de uma parafilia, um tipo de perversão sexual em que a pessoa tem comportamento frequente intenso sexualmente estimulante com um adulto sem consentimento.

#### **Fonte: O Globo (2022)**

É importante destacar que a construção de narrativas jornalísticas que dão visibilidade e justificam certos atos e até mesmo crimes por conta de transtornos mentais, reforçam um processo mnemônico onde atualiza-se uma forma de pensamento onde a máxima “se o fez, é porque é louco” manifesta-se com toda força, especialmente quando existe uma soma de fatores psicossociais, culturais, históricos, econômicos, genéticos, que influenciam direta ou indiretamente no comportamento humano. Como citamos anteriormente, as práticas comunicativas e os modos de se narrar são capazes de gerar impactos e consequências no entendimento social sobre a loucura, o desvio, o fora da norma. Nossa intenção nessa análise não é questionar os diagnósticos, mas perceber como os modos de narrar, presentes nos exemplos acima, são capazes de acionar elementos de uma lógica manicomial, especialmente em um contexto conservador e de ameaças às políticas públicas de saúde.

Genivaldo de Jesus Santos era um homem negro. Sandra Mara Fernandes é uma mulher. Historicamente, essas pessoas estão “fora da norma”, num movimento que é secular, e não são escutadas. Ou melhor, se chegam a serem ouvidas, são ignoradas. O recorte de transtornos mentais evidencia uma aniquilação que acontece a séculos no mundo e especialmente no Brasil – um país majoritariamente racista, machista e elitista. Ambos tiveram seus corpos contidos, presos, no esforço de suas existências serem ainda mais silenciadas. Já para Giovanni Quintella, um médico, homem branco, o transtorno mental se torna uma alternativa para que seus atos não sejam considerados. Se tomarmos por referência os casos em tela, nos vemos diante de um cenário em que, um mesmo adjetivo (louco), pode significar a culpa ou a desculpa, a insanidade ou a sanidade, o excesso ou a contenção, o desvio ou a norma, a patologização ou a despatologização (Borges; Franklin, 2022).

Casos como esses nos revelam a lentidão para efetivação e obliteração de políticas públicas direcionadas à saúde mental no Brasil e os abalos gravíssimos que a Rede de Atenção Psicossocial vem sofrendo nos últimos anos, em um cenário de conservadorismo.

## Considerações Finais

O manicômio e a representação social construída sobre a loucura potencializam as múltiplas violências expressas pelas opressões culturais. As narrativas construídas social e historicamente, reforçam, até os dias atuais, uma dicotomia bastante presente nos estudos sobre a loucura: o sujeito louco que se torna notícia quando, ou comete violência ou sofre violência, que pode ser uma ou mais, se considerarmos as interseccionalidades de raça, classe e gênero. Esse é um processo histórico que ainda deixa suas marcas. Em um cenário de abalos gravíssimos e de retrocessos nas políticas de saúde mental, que reduzem uma política social a uma dimensão de mercado, a retomada de um modelo hospitalocêntrico põe em xeque a garantia de políticas públicas e são especialmente as mulheres, as mulheres negras, as mulheres pobres as que mais sofrem os abalos objetivos e subjetivos dessa conjuntura.

Em uma sociedade onde o machismo, racismo e elitismo ainda se fazem presentes, a lógica manicomial se torna uma estratégia para manter o controle sobre os corpos desses sujeitos e sujeitas, destinando esse poder ao Estado, aos aparelhos repressivos, à medicina e aos homens. Ameaças como estas colocam em xeque, não apenas a Reforma Psiquiátrica Brasileira, mas, em especial, as lutas que reivindicam a décadas por melhores condições de trabalho, visibilidade e qualidade de vida.

Decisões tão complexas como as materializadas na Portaria 596/22, tendo sido definida sem consulta popular, nos mostra uma desconexão por parte do governo federal com os princípios do SUS e da política nacional de saúde mental, demonstrando convergência com os interesses corporativos de proprietários de hospitais, grandes empresas, grupos religiosos (através da criação e ampliação das Comunidades Terapêuticas) em detrimento das garantias legais aos direitos das pessoas com transtornos mentais e dos usuários de álcool e outras drogas, corroborando com o desmonte da política nacional de saúde mental e de décadas de avanço da reforma psiquiátrica.

Dito isto, abrimos outras discussões que se sucedem a partir desse debate. Podemos afirmar que a lógica manicomial é estrutural. A necessidade de internação e isolamento de pessoas consideradas desviantes, que ganham “novo colorido” com a atualização e alargamento do dispositivo da Internação Compulsória, permeia a história do mundo a séculos, como citamos anteriormente. Porém, não podemos deixar de registrar que, para determinados grupos sociais, a força com que esse banimento da cena pública se efetiva, produzindo alguns recortes que são agravados dependendo de a quem se dirige. Enquanto as políticas públicas de saúde mental direcionadas aos homens são configuradas como ineficientes, para as mulheres, elas se tornam inexistentes.

Assim, também afirmamos que a lógica manicomial também (re)atualiza os estereótipos de gênero em um cenário de retrocesso das políticas de saúde mental do Sistema Único de Saúde, destacando o quanto a violência de gênero, observada como um fator de risco para a saúde mental, também torna-se capaz de gerar quadros de depressão, ansiedade, fobias, traumas, suicídio, problemas alimentares, entre outros. Não menos significativo desse processo é o fenômeno da ampliação da medicalização compulsória de mulheres, como mais uma tentativa de controle, através da medicalização dos sentimentos, sem citar as jornadas contínuas de trabalho, no ambiente profissional e do lar, que impedem um acompanhamento psicossocial mais completo e uma concepção mais equânime de sociedade.

## Referências

- Almeida Filho, N. (2011). *O que é Saúde?* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Borges, V. C. Q. (2015). “O jornal e os discursos sobre droga: a produção de sentidos sobre as medidas de enfretamento do crack presentes n’O Globo em 2013”. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Borges, W. C. (2022). “Entre a tipologia e a guilhotina: imaginário, subjetividade e política na investigação de uma conjuntura”. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 14, nº 3, set.-dez. \_\_\_\_\_ (2014). “A Narratologia deve estar atenta à cultura”. In: Lener, Kátia; Sacramento, Igor. (Org.). *Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 85-111.
- Borges, W.C.; Franklin; Fortes, M. C. (2022). “A (des)patologização de Jair Bolsonaro nas redes em tempos de pandemia de Covid-19 no Brasil”. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 16.
- Baccega, M. A. O estereótipo e as diversidades. *Comunicação & Educação*, (13), 7-14, 1998.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Decreto Legislativo 66 de 23 de março de 2022*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2318514>. Acesso em: 10 jul 2022.
- \_\_\_\_\_. Diário Oficial. *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001*. Diário Oficial Eletrônico, Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm). Acesso em: 10 jul 2022.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Portaria nº 596 de 22 de março de 2022*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-596-de-22-de-marco-de-2022-387974558>. Acesso em: 9 jul 2022.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus-estrutura-principios-e-como-funciona>. Acesso em: 7 jul 2022.
- França, V. L. Quéré: dos modelos da comunicação. *Revista Fronteiras*, v. 5, n. 2, p. 37-51, dez. 2003.
- \_\_\_\_\_. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (Org.). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 89-117.
- Franklin, C. F. A construção da figura do louco no Piauí no Jornal O Dia: um panorama de 1970 a 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFPI, Teresina, 2020.
- Motta, L. G. (2007). “Análise pragmática da narrativa jornalística”. In: Lago, C.; Benetti, M. (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes.

## II- Educación en acción / Education in action



## Éducation environnementale et enculturation

Environmental education and enculturation

**Kizito Tioro KOUSSE<sup>50</sup>**

Université Joseph KI-ZERBO  
Ouagadougou, Burkina-Fasso

<https://orcid.org/0000-0002-1530-5419>

[kousskizi@yahoo.fr](mailto:kousskizi@yahoo.fr)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4994>

DOI : 10.25965/trahs.4994

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Résumé :** Pour qu'une pratique idéale, un comportement moral puissent se développer et se maintenir dans le temps, il faut aller à la base de la socialisation de l'homme. Le comportement écocitoyen n'échappe pas à cette règle. L'éducation en matière d'environnement découle de la nécessité d'intégrer la bonne gestion des ressources naturelles, de la qualité du climat dans les modes de vie et des politiques publiques de transformations sociales et techniques. L'éducation environnementale sous-tend des politiques éducatives dans tous les secteurs des préoccupations environnementales : la famille, l'école, les universités, l'alphabétisation, l'Etat, la société civile, les organisations non gouvernementales, les institutions nationales et internationales. L'objectif vise à sensibiliser afin de matérialiser les engagements des citoyens, des apprenants dans les écoles et les universités en matière de sauvegarde de l'environnement. Il s'agit de consolider dans l'esprit des apprenants que l'environnement fait partie intégrante de la vie sociale, et que, c'est en raison de cela que sa sauvegarde doit prendre en compte les générations futures. La promotion de l'éducation environnementale dans tous les ordres d'enseignement et de l'éducation est l'assise d'une éthique environnementale, socle de l'écocitoyenneté. La promotion de l'éducation écocitoyenne devra privilégier le renforcement des capacités des différents apprenants afin de leur permettre de mieux faire face aux enjeux actuels et futurs des préoccupations environnementales. L'enculturation revient alors à promouvoir l'information, l'éducation environnementale et l'écocitoyenneté en lien avec les valeurs culturelles, dans le but de permettre l'émergence de comportements éco-éthiques de grande envergure dans la quotidienneté des hommes et des femmes.

**Mots clés :** éducation environnementale, enculturation, développement, enfants, technoscience

**Resumen:** Para que una práctica ideal, un comportamiento moral se desarrolle y se mantenga en el tiempo, es necesario acudir a las bases de la socialización humana.

---

<sup>50</sup> Enseignant chercheur à l'Université Joseph KI-ZERBO de Ouagadougou (Burkina Faso), Unité de Formation et de Recherche en Sciences Humaines (UFR/SH), Département de philosophie. Enseignements : Épistémologie, Philosophie de l'environnement, Histoire des sciences, Bioéthique etc. Il intervient à l'Ecole Nationale de Santé Publique (ENSP) de Ouagadougou. Il assure également des enseignements dans des Universités Privées comme l'Institut Supérieur Privé de Philosophie Maison Lavigerie (ISPP/ML), l'Université Saint Thomas d'Aquin (USTA).



El comportamiento eco-ciudadano no es una excepción a esta regla. La educación ambiental surge de la necesidad de integrar el buen manejo de los recursos naturales, la calidad del clima en los estilos de vida y políticas públicas para las transformaciones sociales y técnicas. La educación ambiental sustenta las políticas educativas en todos los sectores de la preocupación ambiental : familia, escuela, universidades, alfabetización, Estado, sociedad civil, organizaciones no gubernamentales, instituciones nacionales e internacionales. El objetivo pretende sensibilizar a fin de materializar los compromisos de los ciudadanos, los educandos en las escuelas y universidades en términos de salvaguarda del medio ambiente. Se trata de consolidar en la mente de los educandos que el medio ambiente es parte integral de la vida social, y que es por ello que su salvaguarda debe tener en cuenta a las generaciones futuras. La promoción de la educación ambiental en todos los niveles de enseñanza y educación es el fundamento de una ética ambiental, el fundamento de la ecociudadanía. La promoción de la educación eco-ciudadana debe centrarse en desarrollar las capacidades de los diferentes educandos para que puedan enfrentar mejor los desafíos actuales y futuros de las preocupaciones ambientales. La enculturación consiste entonces en promover la información, la educación ambiental y la ecociudadanía en relación con los valores culturales, con el objetivo de permitir la emergencia de comportamientos ecoéticos de gran escala en la vida cotidiana de hombres y mujeres.

Palabras clave: educación ambiental, enculturación, desarrollo, niños, tecnociencia

Resumo: Para que uma prática ideal, um comportamento moral se desenvolva e se mantenha ao longo do tempo, é necessário ir até a base da socialização humana. O comportamento do ecocidadão não foge a esta regra. A educação ambiental nasce da necessidade de integrar o bom manejo dos recursos naturais, a qualidade do clima nos estilos de vida e nas políticas públicas de transformação social e técnica. A educação ambiental está na base das políticas educativas em todos os sectores da preocupação ambiental : família, escola, universidades, alfabetização, Estado, sociedade civil, organizações não governamentais, instituições nacionais e internacionais. O objetivo visa sensibilizar de forma a materializar os compromissos dos cidadãos, educandos nas escolas e universidades em matéria de salvaguarda do ambiente. Trata-se de consolidar no espírito dos educandos que o meio ambiente é parte integrante da vida social, e que é por isso que sua salvaguarda deve levar em consideração as gerações futuras. A promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e educação é o fundamento de uma ética ambiental, o fundamento da ecocidadania. A promoção da educação do ecocidadão deve se concentrar na capacitação de diferentes alunos para capacitá-los a enfrentar melhor os desafios atuais e futuros das preocupações ambientais. A inculturação equivale então a promover a informação, a educação ambiental e a ecocidadania em relação com os valores culturais, com o objetivo de permitir a emergência de comportamentos eco-éticos em larga escala no quotidiano de homens e mulheres.

Palavras chave: educação ambiental, enculturação, desenvolvimento, crianças, tecnociência

Abstract: For an ideal practice, a moral behavior to be able to develop and be maintained over time, it is necessary to go to the basis of human socialization. Eco-citizen behavior is no exception to this rule. Environmental education stems from the need to integrate good stewardship of natural resources and the quality of the climate into lifestyles and social and technical transformation policies. Environmental education underlies educational policies in all sectors of environmental concerns : family, school, universities, literacy, State, civil society, non-governmental organizations, national and international institutions. The

objective aims to raise awareness in order to materialize the commitments of citizens, learners in schools and universities, in terms of safeguarding the environment. It is a question of consolidating in the minds of the learners that the environment is an integral part of social life, and that it is for this reason that its safeguard must consider future generations. The promotion of environmental education in all levels of teaching and education is the foundation of an environmental ethic, the foundation of eco-citizenship. The promotion of eco-citizen education should focus on building the capacities of different learners to enable them to better face the current and future challenges of environmental concerns. Enculturation amounts to promoting information, environmental education and eco-citizenship in connection with cultural values in order to allow the emergence of large-scale eco-ethical behaviors in the daily life of men and women.

Keywords: environmental education, enculturation, development, children, technoscience

## Introduction

La persistance de la crise environnementale en interpelle plus d'un et nécessite de varier les alternatives de solutions. Il ne s'agit pas pour nous d'affirmer que des tentatives n'ont pas existé, loin s'en faut, mais plutôt de présenter une piste comme alternative et contribution aux conditions de possibilité pour changer véritablement de cap, pour marquer un tournant décisif dans la quête de solutions à la crise environnementale avec un renouveau fondé sur une nouvelle relation avec la nature.

Dans les sociétés modernes, la considération de l'environnement comme un bien commun n'est pas suffisamment intégrée dans le processus d'éducation depuis l'enfance. C'est cette faille qui explique en partie les difficultés des adultes d'aujourd'hui à se décider à trouver des solutions, et ce nonobstant les engagements et résolutions pris. Les mobiles sont l'absence d'une éducation permanente à l'écocitoyenneté dans les familles, les écoles, les universités ainsi que le manque de volonté politique et la pression économique. Ce sont ces déterminants qui nous amènent à mettre en lien l'éducation environnementale et l'enculturation.

Par enculturation, il faut entendre le processus par lequel un être humain apprend, assimile et met en pratique des valeurs et traditions de son groupe à toutes les étapes de sa vie et de ses comportements. En d'autres termes, elle désigne la transmission des valeurs positives à l'enfant dès sa tendre enfance.

Pour notre présente analyse, l'enculturation porte sur les valeurs, les cultures et traditions liées à la sauvegarde de l'environnement. Par conséquent, nous pensons que l'éducation des jeunes enfants pourrait présenter une lueur d'espoir face à l'échec des générations précédentes à trouver des solutions en raison de leurs multiples attermoissements et de ce que l'on appelle « le syndrome de l'acrasie » (Koussé, 2021 : 540). L'enculturation est la boussole qui doit montrer que les générations actuelles n'ont pas droit à l'erreur. L'enfant ne mesure peut-être pas la portée de la sauvegarde de l'environnement aujourd'hui, mais l'éducation et l'enculturation, lorsqu'elles sont bien utilisées comme des canaux de transmission de valeurs pour un développement humain authentique, peuvent lui inculquer des valeurs écologiques, ou sagesse écologiques, en attendant qu'il soit en capacité d'apporter sa contribution dans le futur, par des actes écologiques concrets, responsables et libres.

Pour J-B. Sanou (2021 : 34) dans ce sens, « le bien commun comme l'ensemble des conditions de vie d'ordre naturel, socio-politique, économique et moral, doit être considéré comme le droit fondamental de toute personne humaine, avant même que celle-ci ait la possibilité d'y contribuer par son travail et par ses services ». C'est cette conviction qui a motivé notre thème intitulé « Education environnementale et enculturation ».

Notre problématique est formulée à travers la question suivante : la persistance de la crise écologique n'est-elle pas une crise de l'éducation, ou du moins le signe d'une éducation environnementale en crise ? Notre hypothèse est que préserver l'environnement ne se décrète pas, mais s'apprend ; cela suppose que l'on initie aux valeurs écologiques dès le plus jeune âge, et d'afficher une volonté manifeste à l'âge adulte. L'éducation en général, et celle des enfants en particulier, participe de la réalisation de l'écologie intégrale, entendue comme l'imbrication et l'interaction entre l'environnement humain et l'environnement naturel. L'éducation est la clé de la conscience collective d'une origine commune, d'une communauté de nature, d'un avenir partagé et d'un engagement à l'unisson pour le salut de tous. En effet, « une bonne éducation scolaire dès le plus jeune âge sème des graines qui peuvent produire des effets tout au long d'une vie » (Pape François, 2015 : 195).

Notre approche est à la fois intellectuelle et pédagogique, et consiste à explorer les politiques d'éducation environnementale en rapport avec l'écocitoyenneté qui est un défi pour les générations actuelles et futures. La méthodologie mise en œuvre pour analyser notre problème est l'éducation relative à l'environnement pour une alliance entre l'humanité et l'environnement. C'est une méthodologie qui permet d'aborder des thématiques qui mettent l'éducation et l'enculturation au service de la sauvegarde de l'environnement, et par ricochet au service de l'humain. Pour cerner davantage la portée de notre problème central, il convient de poser les questions suivantes : quels sont les fondements de l'éducation environnementale ? Quelles sont les chances de l'opérationnalité de l'éducation environnementale et de l'enculturation ? Quel rapport peut-on établir entre éducation environnementale et participation du public ? Répondre respectivement à ces questions constituera l'ossature de notre présente réflexion.

## I. Les fondements de l'éducation environnementale

L'humanité parvient-elle à s'entendre sur les grands dossiers de l'environnement ? Les politiques environnementales sont-elles à la hauteur des enjeux ? L'environnement planétaire s'est dégradé à un rythme exponentiel à cause de l'interaction actée de l'homme et de la biosphère. Il devrait donc être possible pour les êtres humains habitant la biosphère de s'entendre sur les questions écologiques essentielles pour sauver la planète terre. Mais, constate K. T. Koussé,

l'humanité a longtemps montré des signes de résistance aux questions éthiques environnementales. Elle a confiné la sagesse biosphérique et libérer la valse des productions et festivals économiques (2021 : 536).

De notre avis, l'éducation revêt une importance capitale pour la promotion de la gérance vertueuse de l'environnement. L'éducation environnementale vient en réponse au constat de l'échec des engagements en faveur de l'environnement. « Si l'on s'employait à modifier, par le biais de l'éducation le comportement des hommes, on peut penser qu'au cours des prochaines années, l'orientation nouvelle des comportements permettrait de résoudre, au moins partiellement, les problèmes en jeu » (UNESCO-PNUE, 1993 : 3). Le comportement idéal vis-à-vis de l'environnement n'est pas un acquis, il faut compléter, augmenter et maintenir le comportement humain idéal à l'égard de l'environnement, par l'éducation.

### I.1. Eduquer, c'est prévoir un avenir radieux

L'homme est un être qui a le souci de l'avenir. Nous comprenons pourquoi M. J. Herskovits affirmait que :

l'homme vit dans plusieurs dimensions. Il se meut dans l'espace, où le milieu naturel exerce une influence constante sur lui. Il existe dans le temps, qui lui donne un passé historique et le sentiment de l'avenir. Il poursuit ses activités au sein d'une société dont il fait partie et il s'identifie avec les autres membres de son groupe pour coopérer avec eux à son maintien et à sa continuité (1967 : 8).

L'éducation est avant tout une projection dans l'avenir de l'individu et de la société. On éduque en vue d'un idéal pour demain en amont et en aval. Par conséquent, les générations futures constituent une préoccupation centrale de l'éducation. A entendre E. Kant,

l'homme ne peut devenir homme que par l'éducation. Il n'est que ce que l'éducation fait de lui [...]. C'est au fond de l'éducation que gît le grand secret de la perfection de la nature humaine (1967 : 8).

Le mot éducation est appréhendé de plusieurs façons. En d'autres termes, son sens varie selon le contexte dans lequel il est employé. C'est cette ambiguïté que G. Miafaret (1973 : 7) souligne au travers de son propos : « une très grande confusion règne dans la définition des termes utilisés dans le domaine des sciences de l'éducation, ce qui donne lieu à de très nombreuses discussions stériles ». On a l'impression qu'il est quasiment impossible de définir congruement le mot éducation. Mais, selon son étymologie latine « *educatio* », il veut dire l'« action d'élever ». Même si, au départ, les éleveurs et les agriculteurs étaient considérés comme des éducateurs parce qu'ils aident les animaux et les plantes à croître physiquement, force est de signaler que dans le cas de l'homme, le mot a un sens moral qui consiste en la formation du caractère, et un sens intellectuel qui consiste en la formation de l'esprit.

L'éducation d'un enfant voulait signifier l'élever au sens de satisfaire ses besoins essentiels de nourriture, ses besoins physiques et corporels. Mais, avec l'aspect moral et intellectuel, on passe du corps (physique) à l'esprit ou au psychique. Dans cette logique, l'éducation en est venue à désigner l'action d'aider au développement de l'esprit. C'est cette définition que tente de donner O. Reboul lorsqu'il dit que :

l'éducation est l'action qui permet à un être humain de développer ses aptitudes physiques et intellectuelles ainsi que ses sentiments sociaux, esthétiques et moraux, dans le but d'accomplir autant que possible sa tâche d'homme ; c'est aussi le résultat de cette action (1971 : 12).

L'éducation est toujours finalisée ; c'est pourquoi il faut toujours se poser la question fondamentale suivante : éduquer en vue de quoi ? Autrement dit, en quoi consiste la formation et le développement ? L'éducation de l'homme doit être holistique (corps et esprit). L'action d'éduquer est un processus, une évolution, un mouvement, une démarche de changement dans le bon sens, dans la réalisation de l'idéal recherché. L. Morin et L. Brunet soutiennent que :

l'essence de l'éducation, c'est donc d'être un processus, c'est-à-dire un changement. Eduquer, c'est changer, faire qu'on devienne autre [...]. Car on doit bien sûr supposer qu'il ne peut s'agir de n'importe quel changement, de n'importe quel devenir autre. Eduquer, c'est changer pour le mieux. (1992 : 28).

Enseigner des valeurs et l'idéal de vie est essentiel en éducation. C'est en raison de cela que « le terme même d'éducation comporte l'idée d'une valeur, d'un but à atteindre, d'un mieux possible et souhaitable ; c'est ce que suggèrent les synonymes : élever, former, perfectionner » (O. Reboul, 1971 : 101).

Comment capitaliser tout cela en éducation environnementale et en enculturation ? C'est là un effort de notre part pour l'effectivité de l'écocitoyenneté, des écogestes dans la quotidienneté.

## I.2. Education et éthique environnementale

La crise environnementale est une question de comportement lié au mode de vie engendré par le développement technoscientifique et le changement de mentalité.

L'éducation environnementale implique un détour attentif et affectif en ce qui concerne le rapport au monde de la personne, vers son idéal recherché. L'éthique environnementale, considérée comme une éducation relative à l'environnement, vise le comportement humain idéal à l'égard de l'environnement, lequel peut être naturel, indépendamment de l'homme, ou perspectiviste, c'est-à-dire construit. Dans ce sens, en dehors de l'éducation scolaire, l'éthique environnementale fait son apparition dans des mouvements écologiques, dans des législations, réglementations de l'environnement, aux niveaux national et international (établissement de règles, promulgations de lois). Les mouvements, associations écologiques, les lois et les règles traduisent la commiseration morale collective et individuelle à l'égard de l'environnement. Au niveau des juridictions, il faut être réaliste, on peut désobéir à ces lois et réglementations pour moult raisons. D. Bachelart remarque que :

le rapport de nos sociétés aux valeurs morales a changé. Les individus n'acceptent de respecter des normes imposées par une contrainte extérieure que s'ils considèrent qu'elles sont le produit de leurs choix personnels. Ils s'estiment maîtres de leur propre système de valeurs et ils se donnent le choix de juger au cas par cas si les normes établies par les institutions doivent être suivies. L'impératif d'être soi-même est devenu la valeur essentielle. Mais comment dans ces conditions soumettre le « moi » au minimum de contraintes collectives sans lesquelles il n'est pas de société possible ? (2009 : 38).

L'éducation environnementale vise à réduire drastiquement les attitudes éco-éthiques par l'éveil de la sensibilité et de la conscience cosmique afin d'orienter les individus vers la concrétisation du but ultime de la sauvegarde de l'environnement ; ce but ultime, c'est aussi inculquer un comportement idéal personnel vis-à-vis du milieu de vie, défaire les mentalités consuméristes. L'éducation est un moyen pour faire participer les masses consciencieusement à la recherche de solutions en leur apportant des connaissances et les motivations nécessaires. Pour gérer les questions environnementales,

on pourrait y parvenir par le moyen de l'éducation environnementale dont l'objectif est de former une population mondiale qui connaisse l'existence et l'importance des problèmes d'environnement et de développement ainsi que des problèmes annexes, et qui ait les connaissances, les compétences, l'état d'esprit, la motivation et la volonté nécessaires pour s'employer individuellement et collectivement à résoudre les problèmes du moment et à éviter qu'il n'en apparaisse de nouveaux (UNESCO-PNUE, 1993 : 3).

Être un citoyen responsable passe nécessairement par le processus idéal de socialisation. Peut-on transformer le comportement des enfants dans ce sens ? Oui, dans une mesure, on peut le transformer avec une éducation appropriée. Nous voulons soulever ici quelques points. Au niveau primaire, on n'a pas besoin de grands discours écologiques pour changer le comportement des enfants. Il faut s'adapter à leur niveau, leur environnement. L'éducateur des enfants doit être formé à cette dimension de l'éducation environnementale. Il a besoin d'être formé également aux questions environnementales et à leur évolution dans le temps.

L'éducation environnementale permet de mettre les enfants dans les dispositions à faire un saut qualitatif dans la sauvegarde de l'environnement. Les sciences de l'éducation doivent être capables, dans ce sens, de repenser, sinon redéfinir les

itinéraires pédagogiques de l'éthique environnementale de façon à faire grandir les enfants avec une conscience écocitoyenne effective, une responsabilité vis-à-vis des générations futures, une liberté responsable et assumée dans l'avenir. « C'est seulement en cultivant de solides vertus que le don de soi dans un engagement écologique est possible » (Pape François, 2015 : 194). L'éducation à l'environnement et à la liberté responsable incite à des comportements qui ont une incidence directe ou indirecte sur la sauvegarde de la nature. Mais il faut éviter de s'attendre à un constat instantané des résultats. L'éducation environnementale est un ensemencement dont les résultats sont attendus à long terme.

## II. Les chances de l'opérationnalité de l'éducation environnementale et de l'enculturation

L'éducation relative à l'environnement (ERE) est une préoccupation mondiale. La Charte de Belgrade de 1975, inspirée de la conférence de Stockholm de 1972, précise les objectifs, les principes directeurs des programmes de l'éducation environnementale qui concernent l'individu et le grand public. Comme objectif, il s'agit de former une population mondiale consciente et préoccupée par les problèmes environnementaux qui menacent l'humanité. Il faut donner les connaissances aux populations, la motivation de s'engager collectivement et individuellement, leur donner les outils pour réduire les problèmes environnementaux nouveaux.

### II.1. Education relative à l'environnement (ERE) et égalité d'accès à l'éducation

L'éducation environnementale a besoin de l'égalité en matière d'accès à l'éducation. Dit autrement, l'inégalité d'accès à l'éducation est un obstacle à l'éducation environnementale, surtout dans les pays en voie de développement. Par conséquent, l'éducation doit s'étendre au plus grand nombre en mettant l'accent sur l'accès des milieux défavorisés afin de les motiver à s'intéresser aux questions environnementales. Cela suppose que les riches font montre d'engagement écocitoyen également. L'inégalité d'accès à l'éducation peut créer des disfonctionnements intergénérationnels en matière d'écocitoyenneté. « L'éducation progresse dans la plupart des pays quel que soit leur niveau de développement. Toutefois, des inégalités persistent dans la scolarisation des jeunes générations et le niveau de l'éducation des adultes » (PNUD, 2019 : 47). Il ne faut pas se contenter de relever les défis de l'éducation au préprimaire et au primaire. Le postprimaire, et surtout le secondaire et le supérieur ont également besoin du maintien des apprenants au cours de ces cycles.

Le préprimaire, le primaire et le postprimaire ne suffisent pas à motiver la conscience écocitoyenne tout au long de la vie d'un individu, ou aussi longtemps que possible. L'engagement écocitoyen dépend de l'incidence de l'éducation environnementale et de la maturité des apprenants par rapport à ce qu'ils peuvent faire. La maturité chez l'être humain répond à des étapes au cours du développement psychomoteur, de l'enfance jusqu'à l'âge adulte en passant par l'adolescence. L'éducation, pour permettre de garantir la conscience écocitoyenne, doit faire de l'éducation environnementale une chaîne du préprimaire au supérieur. Or,

l'essor rapide de l'éducation dans les pays en développement a entraîné la scolarisation de millions d'apprenants de première génération que leurs familles ne peuvent pas aider

s'ils peinent à suivre le programme d'études (PNUD, 2019 : 57).

Ces situations ne permettent pas aux apprenants de s'intéresser aux questions environnementales. Leur préoccupation, c'est comment survivre, s'intégrer dans la société moderne en pleine mutation. Finalement ils finissent par développer les mêmes attitudes vis-à-vis de l'environnement que ceux qui n'ont pas été à l'école et qui n'ont pas la conscience écologique assez développée. L'environnement a moins de chance de bénéficier d'attitudes écocitoyennes de leur part. Les écogestes n'ont pas la chance d'être appliqués. L'éducation environnementale a besoin d'une baisse des inégalités socioéconomiques pour prospérer dans les pays en voie de développement. A défaut, il faut compter sur un dépassement de soi, de ses conditions économiques dérisoires pour sauvegarder l'environnement. Or, cela est un effort qui demande un mental d'acier dans un monde matérialiste, individualiste et exhibitionniste, où les apparences, l'avoir, priment l'être et les valeurs de la sobriété. Au départ, les jeunes peuvent être animés de bonne volonté. « Toutefois, confrontés à la dure réalité quotidienne du monde qui les entoure, au luxe et à la facilité apparents du monde capitaliste, les jeunes se prennent à rêver à un monde différent. Qui pourrait leur en vouloir ? » (D. Gay-Sylvestre, 2012 : 43). Il faut se donner les moyens éducatifs pour éviter l'aggravation d'une telle impasse soulignée ici par Gay-Sylvestre. Sa question « qui pourrait leur en vouloir ? » face aux mirages du monde moderne montre combien l'éducation environnementale a et aura fort à faire.

L'éducation environnementale doit cesser d'être un endoctrinement et inciter à la prise de conscience, à l'engagement libre et responsable. Comme le souligne D. Bachelart,

en éducation à l'environnement, le danger d'une morale dogmatique et d'une emprise sur l'humain est très présent et l'urgence des changements semble peu compatible avec le temps long de l'éducation. L'éthique en éducation peut être considérée comme un processus d'interrogation et de pensée critique (2009 : 36).

Nous voulons signifier que la nécessité de l'éducation environnementale ne vise pas à mettre désormais les enfants (apprenants) en première ligne dans la lutte contre la crise environnementale, mais de maximiser sur les adultes responsables de demain qui seront en première ligne. Les enfants d'aujourd'hui n'ont pas à jouer le rôle des parents actuels dans les questions environnementales. Il faut les préparer à cette responsabilité dans l'avenir. Ce sont les enfants d'aujourd'hui qui seront les initiateurs des politiques publiques de demain. Par conséquent, il convient de les préparer aux enjeux des défis écologiques futurs. Celui qui éduque à l'environnement doit donner l'exemple lui-même car, on éduque plus par ce que l'on fait, que par ce que l'on dit ou écrit.

## II.2. L'éducation environnementale et la veille technoscientifique

L'éducation environnementale a dépassé au jour d'aujourd'hui le cadre des plantations d'arbres, des recyclages d'objets solides non biodégradables etc. Le rôle de l'enculturation dans l'éducation environnementale est la veille scientifique et technologique. L'engagement pour la cause de l'environnement nécessite des hommes et des femmes capables de comprendre le progrès technoscientifique, ses implications et ses impacts sur l'environnement. La conscience et l'engagement



écocitoyen d'un individu, d'un groupe d'individus peuvent être influencés par la force alléchante du progrès technologique en vogue. Le progrès technoscientifique est une force sociale qui influence les mentalités, les comportements, et qui peut détourner facilement des comportements écocitoyens déjà amorcés.

L'éducation environnementale va consister à préparer à la compréhension des transformations et à prévenir les changements du paradigme social dominant. L'éducation environnementale, c'est aussi critiquer les nuisances du progrès technoscientifique et du développement. En d'autres termes, c'est savoir lire les discours scientifiques et technologiques pour déconstruire les mystifications du développement et les pratiques écosophobes. Une telle lutte ou veille nécessite un bon niveau d'éducation, un bon niveau de culture et d'informations environnementales. Les scientifiques ne sont pas immaculés. En effet, très souvent, « même si les scientifiques ont conscience des éléments irrationnels qui interviennent dans leur activité, ils ont tendance à les refouler, ou du moins à les écarter comme étant de peu de conséquence » (W. Broad. ; N. Wade, 1987 : 159). Celui qui méconnaît les mécanismes et les systèmes de la technoscience ne peut pas dénoncer une telle attitude des scientifiques.

La force sociale de la technoscience qui structure la société et détermine la condition de l'homme peut conduire à la division autour d'un idéal écologique et social parce que cette force a désarticulé les points de vue. Or, pour citer Y. Akakpo,

une société désarticulée, n'ayant pas de fin fonctionnelle cohérente, ses sous-systèmes fonctionnent et se projettent comme des monades. Sa fonctionnalité souffre de déficit d'unité ou de cohésion et n'obéit pas forcément à un projet (2019 : 33).

L'objectif de la puissance technoscientifique est de disposer techniquement des choses : l'homme et la nature. En disposant des choses, elle peut bouleverser des objectifs écocitoyens. La veille scientifique et technologique réside en cela. Les sociétés contemporaines sont des sociétés d'innovations technologiques, des nouveautés, des espaces de liberté de choix de comportement et de consommation. L'environnement se trouve sous la pression perpétuelle des activités anthropiques qui accélèrent la dégradation de la biosphère et le réchauffement climatique. La veille technoscientifique est un impératif par l'éducation environnementale car,

il faut donc considérer, dans le sens du caractère ouvert du monde moderne, qu'il y a, en général, une certaine pression, toujours très forte et de plus en plus forte, que la rationalité opératoire, par la médiation de la puissance souveraine, la puissance économique et financière, la puissance de l'information, exerce sur l'individu, la société, l'histoire et la temporalité des choses. (Y. Akakpo, 2019 : 29).

L'information est un élément essentiel du progrès technoscientifique que l'éducation environnementale doit intégrer car elle sert dans une large mesure les enjeux économiques de ce progrès. L'information investit la société afin de l'adapter à la logique de l'économie. Elle est capable de soumettre la société et les individus à une redéfinition, une révision des visions écocitoyennes. Des comportements écocitoyens peuvent être abandonnés à cause de l'information liée aux innovations technologiques. Les médias peuvent être d'un apport inestimable en éducation environnementale à ce niveau en donnant l'information juste au grand public.

### III. Education environnementale et participation du public

L'éducation environnementale et l'enculturation font partie des fondements assurant le succès des politiques environnementales et la durabilité de la conscience écocitoyenne. Elle est une pédagogie de la participation du public parce qu'il y a une imbrication entre la participation du public et l'écocitoyenneté. Elle détermine et oriente les politiques et comportements qui intègrent de façon effective la conscience écocitoyenne.

#### III.1. Education environnementale efficiente et responsabilité écocitoyenne du public

On peut dire que l'éducation et l'enculturation intègrent la place et le rôle du public dans les décisions concernant le développement en général, et la sauvegarde de l'environnement en particulier. La responsabilité écocitoyenne du public est incontournable pour une éducation environnementale efficiente. Il n'y a pas un modèle type de participation publique à imposer ou à appliquer. Elle peut prendre plusieurs formes différentes, selon les pays, les communautés, le contexte socioéconomique, institutionnel, culturel, sociopolitique, technologique, et même selon la nature du projet de développement. L'éducation environnementale, selon le niveau, doit permettre de cerner ces différents contextes et leurs implications.

La participation du public ne veut pas dire se limiter aux décisions ou propositions des populations. Si c'est le cas, les experts ne serviront à rien dans la sauvegarde de l'environnement, et les projets de développement ne vont pas répondre forcément aux objectifs fixés et attendus. La participation du public est à la fois horizontale (entre populations elles-mêmes) et verticale (entre autorités et populations). Finalement, la participation du public ne revient-elle pas, dans une certaine mesure, à une quête de son adhésion ? La participation du public est un domaine qui met en jeu des intérêts divergents et souvent conflictuels. L'engagement du public s'appuie souvent sur les conseils avisés et connaissances des experts en environnement ou en politiques publiques de développement. Par conséquent, si l'on peut cacher certains éléments aux populations pour servir des intérêts égoïstes inavoués, ce ne sont pas tous les éléments au service de ces intérêts qui peuvent être cachés pour toujours. D'autres sont dévoilés au grand jour et finissent par faire l'objet de dénonciations et de revendications.

La planification concertée accorde de l'importance aux acteurs en s'appuyant sur l'interaction, le dialogue, les échanges afin de dégager une logique commune à la sauvegarde de l'environnement et la mettre en évidence. Par la concertation entre experts et public éclairé, on peut arriver à un consensus écocitoyen. Dans les échanges et le dialogue, les contradictions y sont révélatrices des divergences à partir desquelles on extrait une solution commune, consensuelle et originale. La concertation entre dans le cadre du principe de la gestion intégrée et négociée de l'environnement et des ressources naturelles d'une part, et d'autre part, assure une légitimité accrue et retrouvée des décisions.

L'éducation environnementale constitue un pont entre les décisions stratégiques des experts, les points de vue du public, la gestion de l'environnement, des ressources naturelles, l'aménagement du territoire, la sélection des projets, et les implications technoscientifiques, environnementales et sociales. C'est dans ce sens que A. Thibault (1995 : 9) estime que « l'élus décideur doit inviter les citoyens à l'accompagner dans l'exercice du pouvoir principalement dans des manières qui touchent les gens et celles qui confrontent les valeurs ». La participation publique permet d'améliorer la décision, le projet par la prise en compte sélective des

considérations socioéconomiques, culturelles et environnementales. Elle facilite la gestion des inconvénients sur l'environnement à l'échelle locale.

Par conséquent, il faut éviter l'illusion qui consiste à considérer le public comme un conglomérat de simples citoyens incapables de comprendre la complexité des questions environnementales, de la réalité socioéconomique et doivent déléguer leur pouvoir de décision à des experts. Le public n'est pas nécessairement naïf. Il y a dans le public, des experts hors de la sphère politique, étatique et institutionnelle qui s'associent aux populations pour renforcer leurs participations avec des propositions et des arguments qui peuvent s'imposer aux gouvernements. Les experts hors de la sphère étatique se constituent souvent en formateurs des populations en leur donnant régulièrement les informations nécessaires pour qu'elles les utilisent pour se défendre. Cette manière de procéder est une forme d'éducation également qui augmente le nombre de personnes sensibilisées et engagées. L'éducation environnementale a l'impérieux devoir d'atteindre une masse critique d'acteurs pour être significative sur le plan de la conscience écocitoyenne au quotidien.

### III.2. L'enculturation et la responsabilité des générations futures

L'enculturation est le soubassement culturel de l'individu d'une société donnée. C'est par elle que l'on transmet à l'enfant les normes, les valeurs morales partagées par la société. Elle est le processus par lequel les initiés aux questions culturelles et traditionnelles transmettent ces valeurs et mœurs aux enfants du groupe social dès leur plus jeune âge. Le comportement futur de ces enfants est fonction de la réception de la transmission des bonnes valeurs. Ils commencent par le statut d'agents récepteurs, patients, passifs à leurs débuts parce que conditionnés par les fondamentaux de la famille, de la culture de leur société. Au départ, l'enfant est un instrument provisoire de mise en œuvre d'un idéal commun selon les valeurs concernées en attendant l'âge adulte pour s'engager en toute liberté.

A l'âge adulte, enfant qu'il était hier devient un agent acteur qui a le sens de la responsabilité, de la liberté, du jugement de valeur de ses actions. Il a son mot à dire maintenant, mais pas n'importe comment. Il y a des enjeux majeurs, et c'est en raison de cela qu'il convient d'avoir permanemment des vases communicants entre les étapes du processus de socialisation en matière d'éducation environnementale, de la famille jusqu'à l'université, en passant par les autres milieux de formations. Nous présentons ici les résultats auxquels nous sommes parvenus en sept (7) grands piliers afin de permettre à l'humanité future d'assumer pleinement ses responsabilités écocitoyennes :

- L'égalité d'accès à l'éducation : l'éducation pour tous, qu'elle soit de type familial, scolaire et alphabétique, est nécessaire au départ de l'éducation environnementale. Même si l'impact n'est pas une décision personnelle, elle a le mérite de viser un large public à la base et de poser les fondements de l'engagement écocitoyen futur chez les apprenants. C'est un ensemencement utile à long terme. Tous les acteurs véritablement écocitoyens sont essentiels : parents, éducateurs, l'Etat, la société civile, les ONG, experts hors de la sphère étatique etc. Les éducateurs des jeunes apprenants ont besoin de formations sur l'éducation relative à l'environnement afin de mieux rendre ce service, tout en gardant à l'idée que celui qui éduque à l'environnement doit être le premier à donner l'exemple.

- L'importance des Universités dans le relai : les questions environnementales sont complexes à un certain niveau de décision et d'élaboration de projets de développement. Les universités doivent prendre le relai dans l'éducation écocitoyenne ; d'où la nécessité de vases communicants entre les différents acteurs, les différentes institutions d'éducation et de formation, en fonction des étapes du processus de socialisation et d'éducation.
- La veille technoscientifique : l'éducation environnementale est aussi une veille technoscientifique. En effet, la compréhension des différentes mutations sociales n'est pas donnée à tous. Elle nécessite une formation de haut niveau, à défaut une culture scientifique à la hauteur des mutations sociales, des innovations technologiques et surtout à la hauteur des défenseurs de la modernité en face. La critique du progrès technoscientifique du point de vue écologique est une éducation à l'environnement.
- La participation du public : les politiques environnementales nécessitent la participation du public dans les projets de développement. Sur cette base, l'éducation environnementale permet de cerner les différents contextes et les réalités propres à chaque société.
- La justice sociale : l'éducation relative à l'environnement est une promotion de la justice sociale :

les effets des changements climatiques et de la technologie sont certes universels, mais ils ne touchent pas tous les pays de la même manière. Par conséquent, divers éléments sont nécessaires pour tracer une trajectoire propre à chaque pays, sur la base d'un diagnostic des déterminants des inégalités (PNUD, 2019 : 276).
- Eduquer à l'environnement, c'est travailler à réduire les inégalités d'accès aux ressources naturelles, les inégalités liées aux impacts négatifs que subissent des populations dont les actions sont moins responsables de la crise environnementale d'origine anthropique.
- L'éducation environnementale est un pont : elle constitue un pont entre les décisions des autorités politiques, des experts et la vision des populations vivant sur un territoire donné. Elle peut conduire au courage civique, c'est-à-dire à la capacité des gouvernés à dire courageusement non à des projets des autorités et des experts qui ne sont pas en faveur des populations concernées. Elle impose par conséquent, dans ce cas de figure, la voie du consensus, du dialogue assorti de points, de méthodes de suivi et d'évaluation consensuels.
- La prise en compte des valeurs culturelles endogènes : il s'agit d'éviter aux générations futures d'agir sans une base culturelle endogène. En effet, l'environnement est perspectiviste, c'est-à-dire un construit social, culturel. Les sagesses écologiques endogènes propres à chaque société doivent servir de guide également. Nous entendons par sagesses écologiques endogènes, les traditions et valeurs culturelles d'une société qui prônent la sauvegarde de la nature. Il est nécessaire de transmettre ces traditions et valeurs culturelles aux générations futures.

Si tous les acteurs, quels qu'ils soient, locaux, scientifiques, gestionnaires ou simples citoyens ont des représentations,

intimement liées à leurs savoirs qui déterminent leur façon d’appréhender le monde, alors c’est cette diversité des savoirs locaux qu’il faut préserver, sans vouloir viser à une illusoire unanimité pour aborder la question des relations des sociétés à une nature devenue un construit social (Allard *et al.*, 2006 : 312).

Si l’environnement est un construit social, culturel, il convient de développer des politiques publiques endogènes en éducation relative à l’environnement avant d’affronter la dimension cosmopolitique à l’échelle internationale. Il faut savoir partir de soi pour comprendre le système dominant du monde afin de se donner les moyens culturels pour tracer son propre itinéraire ouvert à un monde globalisé.

Disons que l’éducation environnementale a des enjeux multiples et complexes. C’est la prise en compte de chacun de ces enjeux qui empêchera de réduire l’éducation environnementale à une simple formation des enfants aux questions environnementales élémentaires : planter des arbres, jeter les objets souillés dans la poubelle, poser des écogestes comme éteindre la lumière... Il faut les préparer à affronter les défis de la modernité, à comprendre les mécanismes des nouvelles technologies, des modes de vie, causes majeures de la crise environnementale.

## Conclusion

L’effectivité de l’écocitoyenneté ne peut se réaliser sans une éducation environnementale de masse afin de reconfigurer les mentalités, les institutions, les comportements en fonction de cette nécessaire effectivité. L’ampleur de la crise écologique est le résultat du parcours d’un « habiter » humain sur la terre qui induit aujourd’hui à des réaménagements qui prennent en compte le rapport au milieu de vie marqué par des mutations, des actions anthropiques, avec pour effets boomerang des impacts attentatoires à l’homme et à l’environnement. La responsabilité face à la crise environnementale est intimement personnelle et collective. Chacun est appelé à se soucier des générations présentes et futures dans son mode de vie et de penser.

Le jeune enfant doit être initié à cette responsabilité dès l’enfance dans son processus d’éducation. Ce souci doit se traduire par des actions concrètes au niveau de tous les acteurs de la chaîne de l’éducation environnementale. Pour ce faire, il est impossible, premièrement, de dissocier ce qui relève de la pensée scientifique de l’engagement politique, écocitoyen ; deuxièmement, de dissocier ce qui relève des dynamiques sociales concernant l’accès, l’usage et le contrôle des ressources du chantier de l’assainissement des rapports humains avec l’environnement.

Le temps long de l’éducation semble incompatible avec l’urgence du comportement écocitoyen aujourd’hui. Ce temps est long certes, mais nécessaire pour avoir dans l’avenir des adultes engagés, convaincus et convainquants dans la lutte pour la cause de l’environnement de façon durable. L’éducation environnementale ne servira à rien si elle ne touche pas la sensibilité des enfants pour les sauver de l’insensibilité cosmique dans l’avenir, à l’âge adulte. Par l’enculturation, il faut rebâtir à la source, la fraternité écologique homme-nature.

## Références

- Akakpo Y. (2019). *Le techocolonialisme. Agir sous une tension essentielle*. Paris : L'Harmattan.
- Allard P. ; Smadja J. ; Roué M. (2006). « Rôle du politique, de l'État et des groupes sociaux dans les discours sur la crise environnementale ». In Beck Christoph., Lunginbühl Y. ; Muxart T. (dir.), *Temps et espaces des crises de l'environnement*. Versailles : Éditions Quae, pp. 301-312.
- Bachelart D. (2009). « Anthropologie du sensible : apport de l'éthique de la sollicitude à l'égard du monde « non-humain » ». *Education relative à l'environnement*. vol. 8., pp. 35-56.
- Broad W. ; Wade N. (1987). *La souri truquée. Enquête sur la fraude scientifique*. Paris : Éditions du Seuil.
- Gay-Sylvestre D. (2012). « La prostitution à CUBA (1959-2011) ». *DIRE*, n° 3. *Relations de genre et de pratiques sociales*. <https://www.unilim.fr/dire/> , pp. 32-43. (Consulté le 1/8/2022).
- Herskovits M. J. (1967). *Les bases de l'anthropologie culturelle*. Paris : François Maspero.
- Kant E. (1966). *Réflexion sur l'éducation*. Paris : Vrin.
- Koussé K. T. (2021). « Coronavirus, un écofascisme naturel ». *Lɔŋgbowu*, Revue des Lettres, Langues et Sciences de l'Homme et de la Société, n° 011. vol. 2. Kara : Lɔŋgbowu Université de Kara, pp. 535-551.
- Miafaret G. (1973). *Introduction à la pédagogie*. Paris : PUF.
- Morin L. ; Brunet L. (1992). *Philosophie de l'éducation, les sciences de l'éducation*. Quebec : Laval.
- Nakoulima G. P. (2010). *La préservation de la planète : défi contemporain de la modernité*. Paris : L'Harmattan.
- Pape F. (2015). *Laudato si'. Sur la sauvegarde de la maison commune*. Lettre encyclique. Lomé : Éditions Saints Augustin Afrique.
- PNUD. (2019). « Au-delà des revenus, des moyennes et du temps présent : les inégalités de développement humain au XXI<sup>e</sup> siècle ». *Rapport sur le développement humain 2019*. New York : PNUD.
- Reboul O. (1971). *La philosophie de l'Éducation*. Paris : PUF.
- Sanou J-B. (2021). *Une spiritualité intégrale pour une écologie intégrale. Essai de lecture spirituelle de l'encyclique Laudato si'*. Lomé : Éditions Saint Augustin Afrique.
- Thibault A. (1995). « Je participe, tu participes, il consulte, repères et balises pour un bilan de la participation au Québec ». *La participation du public à l'heure des bilans*. Montréal, 24-25 novembre 1995. Recueil de textes déposés au quatrième congrès annuel de l'Association Québécoise pour l'Évaluation d'Impacts, pp. 1-11.
- UNESCO-PNUE (1993). « Intégrer l'étude du changement global dans l'éducation environnementale ». *Bulletin de l'Education Relative à l'Environnement*. vol. XVIII, N° . 1, mars.



## La vulnérabilité des élèves vendéens à la doxa mémorielle : une proposition didactique

The vulnerability of Vendean students with the memory doxa: a didactic proposal

**Lucie Gomes<sup>51</sup>**

Laboratoire FrED  
INSPé, Université de Limoges  
Limoges, France

<https://orcid.org/0000-0002-9556-5631>

[lucie.gomes@unilim.fr](mailto:lucie.gomes@unilim.fr)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4980>

DOI : 10.25965/trahs.4980

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Résumé :** En Vendée, en France, les sites touristiques développent une histoire idéologique où les Vendéens constitueraient un peuple différent du reste de Français : plus croyants, plus conservateurs, voire royalistes. Cela s'appuie sur une construction mémorielle héritée des Guerres de Vendée, où une partie de la population a pris les armes contre la Révolution française et a ensuite été réprimée pour cela. En tant que didacticienne de l'histoire, nous avons décidé de nous appuyer sur trois outils (un parc à thème, un musée, une bande dessinée) qui favorisent la diffusion de cette doxa mémorielle rendant les jeunes élèves vendéens vulnérables à ce type de discours pour ensuite analyser les enjeux qui se posent pour les enseignants en Vendée. Les professeurs peuvent difficilement rivaliser avec l'attractivité des sites touristiques, mais ils peuvent apprendre aux élèves à avoir un regard critique et réflexif sur ceux-ci. C'est ce que nous proposons en nous appuyons sur nos travaux antérieurs afin de penser autrement la dialectique entre Histoire et Mémoire et de permettre le développement de compétences critiques historiennes chez les élèves. L'ambition est de rendre moins vulnérables les élèves face aux discours qui leur sont tenus.

**Mots clés :** didactique, histoire, mémoire, Vendée, vulnérabilité

**Resumen:** En Vendea, en Francia, los sitios turísticos desarrollan una historia ideológica donde los Vendeanos constituirían un pueblo diferente del resto de los franceses : más creyentes, más conservadores, incluso monárquicos. Esto se basa en una construcción memorial heredada de las Guerras de Vendea, donde parte de la población se alzó en armas contra la Revolución Francesa y luego fue reprimida por ello. En Como didáctica de la historia, me apoyaré en tres herramientas (un parque temático, un museo, una tira cómica) que promueven la difusión de esta doxa memorial, haciendo que los jóvenes estudiantes de Vendea se sientan vulnerables a este tipo de discursos, para luego analizar los problemas. que surgen para los profesores en Vendea. Los docentes difícilmente pueden competir con el atractivo de

---

<sup>51</sup> Lucie Gomes est maître de conférences en didactique de l'histoire à l'INSPé de Limoges, dans l'unité de recherche FrED. Elle participe à la formation des futurs enseignants et s'intéresse aux liens entre histoire et mémoire dans les apprentissages.

los sitios turísticos, pero pueden enseñar a los alumnos a tener una mirada crítica y reflexiva sobre ellos. Esto es lo que proponemos, partiendo de nuestros trabajos anteriores, para pensar de manera diferente la dialéctica entre Historia y Memoria y facilitar el desarrollo de habilidades críticas como historiador entre los estudiantes. La ambición es hacer que los estudiantes sean menos vulnerables a los discursos que se les da.

Palabras clave: didáctica, historia, memoria, Vendée, vulnerabilidad

Resumo: Na Vendea, na França, os locais turísticos desenvolvem uma história ideológica onde os Vendeanos constituiriam um povo diferente do resto dos franceses : mais crentes, mais conservadores, até monarquistas. Esta se baseia em uma construção memorial herdada das Guerras da Vendea, onde parte da população pegou em armas contra a Revolução Francesa e foi reprimida por isso. Como didática de história, decidimos contar com três ferramentas (um parque temático, um museu, uma história em quadrinhos) que promovem a divulgação dessa doxa memorial tornando os jovens estudantes de Vendea vulneráveis a esse tipo de discurso. que surgem para os professores na Vendea. Os professores dificilmente podem competir com a atratividade dos locais turísticos, mas podem ensinar os alunos a terem um olhar crítico e reflexivo sobre eles. É o que propomos a partir de nosso trabalho anterior para pensar diferentemente sobre a dialética entre História e Memória e permitir o desenvolvimento de habilidades de historiador crítico nos alunos. A ambição é tornar os alunos menos vulneráveis aos discursos que lhes são feitos.

Palavras chave: didática, história, memória, Vendée, vulnerabilidade

Abstract: In Vendée, in France, the tourist sites develop an ideological history where the Vendéens would constitute a different people from the rest of the French people: more religious, more conservatives, even royalists. This is based on a memorial construction inherited from the Vendée Wars, where part of the population took up arms against the French Revolution and was then repressed for it. As a history didactician, we have decided to rely on three tools (a theme park, a museum, a comic strip) which promote the dissemination of this memorial doxa making young students from Vendée vulnerable to this type of discourse. to then analyze the issues that arise for teachers in the Vendée. Teachers can hardly compete with the attractiveness of tourist sites, but they can teach students to have a critical and reflective look at them. This is what we propose by drawing on our previous work in order to think differently about the dialectic between History and Memory and to allow the development of critical historian skills for students. The ambition is to make students less vulnerable to the speeches that are made to them.

Keywords: didactics, history, memory, Vendée, vulnerability



L'histoire et la mémoire ont pour objet le passé. L'histoire est une science, dont l'enjeu est d'interpréter les traces du passé à partir des questionnements de l'historien (Bloch, 1997). La mémoire est individuelle ou collective, elle est ce qu'on décide de se souvenir du passé. La mémoire est sélective, subjective et ne s'appuie pas toujours sur les recherches historiennes (Ricoeur, 1955 & 2000). C'est le cas en Vendée. Dans ce département de l'ouest de la France, le rapport entre histoire et mémoire est problématique (Martin, 1992 & 2000 ; Martin et Suaud, 1996), et les enseignants d'histoire sont parfois en difficulté quand ils doivent traiter de thèmes du passé, comme les Guerres de Vendée. C'est un des enjeux de la didactique de l'histoire, qui prend pour objet les apprentissages en classe avec les élèves (Cariou, 2022).

Pendant la Révolution française, des révoltes éclatent dans plusieurs espaces ruraux, en désaccord avec la Révolution menée dans les grandes villes. Les réquisitions de soldats, l'obligation de prêter serment pour le clergé, la mort du roi ne plaisent pas à toute la population. Au nord et à l'est de la Vendée, la révolte tourne à la guerre civile avec des combats très meurtriers et une répression sanglante ordonnée par Paris.

Au XIXe siècle, les nobles vendéens participent d'une réécriture du passé, considérant que les Vendéens se sont révoltés parce que ce serait un peuple par nature différent du reste de la France (Martin, 2022) : plus croyant, plus royaliste, plus traditionaliste que leurs voisins. La recherche historique, notamment avec l'historien Jean-Clément Martin, a montré qu'avant la Révolution, les Vendéens ne diffèrent pas de leurs voisins deux-sévriens, que le terme vendéen n'a de toute façon pas de sens avant la création des départements et que la révolte ne concerne pas l'intégralité du département, mais surtout le nord et l'est ainsi qu'une partie des départements voisins.

La réécriture mémorielle s'est développée pendant la période de la Restauration (le retour de la royauté après la chute de Napoléon) où il était très intéressant de vanter l'amour de la monarchie et de la religion. Elle continue aujourd'hui avec l'utilisation du terme de génocide pour qualifier les crimes de guerre commis par les armées révolutionnaires. Ce qualificatif impliquerait que l'État français ait souhaité exterminer une population ciblée pour ses caractéristiques. Non seulement l'État ne l'a pas souhaité, mais au-delà, il n'existait pas de peuple vendéen.

Cette altérité du soi-disant « peuple vendéen » est entretenue par les élites jusqu'à aujourd'hui. Nous avons décidé d'étudier ce discours d'altérité, avec l'hypothèse qu'il rend la population vulnérable à thèses non historiennes à visée politique. Dans cet objectif, nous allons nous servir des trois outils qui servent ce discours. Le premier de ces outils est ludique. Depuis les années 1980, la famille De Villiers, connue pour avoir été aux responsabilités politiques du département avec une droite très conservatrice, a développé un parc à thème connu dans toute la France voire au-delà « Le Puy du Fou ». Il consiste en une série de spectacles inscrits dans des périodes historiques différentes. Ce lieu est particulièrement visité des jeunes vendéens, avec leurs écoles et leurs familles. Le discours tenu dans les spectacles est toujours le même : quelle que soit la période, c'est toujours la religion ou le roi qui sauve la population.

Nous avons décidé de nous intéresser aussi à un autre lieu : l'Historial de la Vendée. C'est un musée géré par le département. Là aussi, on y tient le discours de l'altérité du Vendéen. Ces lieux où est développée une certaine idée de la mémoire vendéenne sont complétés au collège d'une bande dessinée, distribuée à tous les élèves de sixième, la première classe du collège donc des élèves de 11-12 ans. Celle-ci se donne pour but de retracer l'histoire de la Vendée et contribue à son tour à ce discours

d'altérité : de la Préhistoire à aujourd'hui, les Vendéens auraient une histoire singulière les différenciant des Français.

Ainsi, la mémoire présentée aux Vendéens par un parc à thème, un musée et une bande dessinée développe un sentiment d'altérité de cette population par rapport au reste du pays. Les sorties scolaires ou les visites en famille exposent régulièrement les élèves du département à ce discours, c'est pourquoi nous parlerons de vulnérabilité. La mémoire collective, au lieu d'être collectivement construite, est imposée par des voies ludiques. Les enseignants d'histoire connaissent la falsification entretenue dans cette œuvre mémorielle, mais ils sont démunis face à celle-ci : doit-on éviter d'aborder ces sujets sensibles ou confronter le récit historique au récit mémoriel ? Nous souhaitons sortir de cette dichotomie pour proposer une autre approche en classe d'histoire, qui nous semble plus porteuse didactiquement : utiliser la mémoire pour faire de l'histoire afin de dépasser cette vulnérabilité à la doxa mémorielle.

## I - La doxa mémorielle pour apprendre aux jeunes vendéens leur altérité

Apprendre ne se fait pas qu'à l'école, c'est d'autant plus vrai pour les questions mémorielles qui se construisent dans la société. Cette mémoire que nous qualifions de doxa parce qu'elle vient des élites est transmise en Vendée par différents médias culturels. Nous aurions pu en dresser une liste exhaustive, mais nous avons préféré nous focaliser sur ce qui nous semble avoir le plus d'impact sur la vulnérabilité des élèves vendéens : le parc à thème « Le Puy du Fou », le musée « L'Historial de la Vendée » et la bande dessinée distribuée aux élèves de sixième.

### 1- Un parc à thème : « Le Puy du Fou »

Chaque année, ce sont plusieurs centaines de milliers de spectateurs qui se pressent pour assister aux différents spectacles du Puy du Fou. Les visiteurs restent une à deux journées pour avoir le temps de profiter de l'intégralité du parc. Les jeunes vendéens connaissent bien ce lieu pour y aller régulièrement en famille pour certains, avec leurs classes comme sortie scolaire de proximité pour d'autres. Ils assistent à des spectacles traitant des différentes périodes de l'histoire. Les plus connus sont :

- Le signe du triomphe : dans un amphithéâtre romain, de jeunes chrétiens sont martyrisés avant d'être sauvés par la foule.
- Les Vikings : les Vendéens sont envahis par des hordes de sauvages avant qu'un saint ne surgisse de l'eau et convertisse les Vikings.
- Le secret de la lance où une jeune bergère est aidée par la lance magique de Jeanne d'Arc pour repousser les Anglais.
- Les amoureux de Verdun qui consiste en une déambulation dans les tranchées où on est sauvés par la trêve de Noël 1914.
- Le dernier panache où sont retracées les guerres de Vendée avec une scène tournante permettant de voir plusieurs tableaux dans ce spectacle. On y défend la thèse du génocide vendéen : plutôt qu'une répression de la révolte, cela devient une volonté des révolutionnaires d'exterminer le peuple vendéen.

Les historiens qui parlent le mieux de ce parc sont Florian Besson, Pauline Ducret, Guillaume Lancereau et Mathilde Larrère (2022). Ils ont co-écrit un ouvrage passant

au crible de leur expertise d'historiens ce qu'ils ont pu voir durant leur passage dans le parc à thème. Ils montrent que, sous couvert de divertissement, l'idéologie conservatrice et la réécriture de l'histoire sont très marquées. Ainsi, le roi, la noblesse ou l'église sont toujours les piliers qui sauvent le peuple. Les Vendéens sont présentés comme étant différents du reste de la population, particulièrement lorsque sont abordées les Guerres de Vendée.

Les jeunes vendéens qui se rendent sur le site ne peuvent qu'être impressionnés par les décors, les acteurs et les intrigues de ces spectacles. Cette « histoire » qui leur est présentée relève de la reconstruction mémorielle dans la lignée de celle produite par les nobles vendéens après la Révolution française. Elle est en contradiction avec la recherche scientifique.

## 2- Un musée : « L'Historial de la Vendée »

L'Historial de la Vendée est moins ludique, c'est un musée, géré par le département, qui retrace l'histoire de la Vendée, de la Préhistoire à nos jours. Un musée des enfants sur le thème de la mer est adossé à ce lieu, ainsi qu'un Mémorial de la Vendée, lieu de recueillement sur les Guerres de Vendée. Là aussi, nombreuses sont les classes qui bénéficient d'avantages pour s'y rendre et les élèves peuvent aussi y aller en famille. L'espace sur les Guerres de Vendée est celui sur lequel nous nous centrons puisque c'est le lieu où la doxa mémorielle est exposée de façon évidente.

Voici le panneau d'entrée, qui sert à présenter aux visiteurs ce qu'ils vont voir dans l'espace « La Guerre de Vendée » :

« C'est la Révolution qui crée la Vendée. D'abord le département, en 1790, puis en 1793 une plus vaste région qu'on a appelée depuis la Vendée militaire. Contrairement aux idées reçues, la disparition de l'Ancien Régime ne suscite ici aucun regret. Cependant, les bourgeois révolutionnaires colonisent les nouvelles responsabilités politiques et font main basse sur les biens d'Église. Les déceptions populaires se cristallisent lors de la tentative, par la Constitution civile du clergé, de créer une sorte d'Église d'État, séparée de Rome : dès 1791, la situation devient pré-insurrectionnelle. En mars 1793, refusant de défendre aux frontières une Révolution qui blesse leurs convictions, les ruraux des bocages du sud de la Loire se soulèvent et balayent les armées de la Révolution. Victorieuses à la fin de l'été, celles-ci anéantissent en décembre l'armée catholique et royale passée outre-Loire. C'est alors que **les terroristes au pouvoir décident d'anéantir ce peuple qui a dévoilé leur infidélité à leurs propres principes. Les colonnes infernales de Turreau entreprennent de brûler le pays et d'exterminer sa population**, comme aux Lucs<sup>52</sup>, et font renaître l'insurrection. Si la chute de Robespierre met un terme à la dérive terroriste, elle n'empêche ni la poursuite de la répression ni l'exécution de Charrette et de Stofflet<sup>53</sup>. Il faudra attendre le Concordat napoléonien pour que les Vendéens retrouvent la paix. »

52 Les Lucs-sur-Boulogne est une commune de Vendée connue pour avoir subi un massacre pendant les Guerres de Vendée.

53 Charrette et Stofflet sont deux chefs vendéens qui mènent la révolte pendant les Guerres de Vendée.

Le passage en gras donne le ton de l'exposition. Certes le terme de « terroristes » a pu être utilisé à l'époque par les ennemis de Robespierre, mais sans aucune contextualisation, le visiteur fait davantage le lien avec les drames de notre époque. Les œuvres d'art exposées sont accompagnées de panneaux explicatifs qui exposent la « dépopulation » et l'« extermination » de la population. On comprend, en passant d'une salle à l'autre, la mise en œuvre du génocide vendéen tel que la doxa mémorielle l'a instituée. Il ne s'agit pas de remettre en cause l'horreur des crimes perpétrés, les historiens ont travaillé sur ce sujet, mais la supposée altérité du peuple vendéen ne permet pas de comprendre historiquement ce qu'il s'est passé. Le concept de génocide vient brouiller les pistes en faisant croire à un peuple différent et à une volonté des révolutionnaires de tous les exterminer. Les jeunes vendéens soumis à ces propos peuvent ensuite finir par croire à leur propre altérité héritée, et surtout enseignée par les élites politiques du département.

### 3- Une Bande dessinée au collège

Le dernier outil d'analyse de la doxa mémorielle rendant vulnérables les jeunes vendéens est une bande dessinée (Ruiz & Viollier, 2020), distribuée à tous les élèves de sixième durant l'année scolaire 2021-2022 par le département.



Extrait de la bande dessinée *La Vendée, entre Terre et Mer* (2020 :28 et 50)

Dans la bande dessinée, une jeune femme guide deux enfants vendéens à travers l'histoire, en expliquant les moments clés pour le département. Les explications fournies sont mémorielles et s'appuient peu sur la recherche historique. Il est systématiquement question de l'exceptionnalité de la Vendée. On insiste aussi sur ces souffrances fondatrices. La religion est présente et mise en valeur : Clovis, Richelieu, Jeanne d'Arc. Quand arrive la Révolution, le discours est encore plus marqué. La célèbre représentation des trois ordres devient l'occasion d'expliquer

que les nobles vendéens sont différents de ceux d'ailleurs, puisqu'ils sont proches du peuple. Pour aborder la prise de la Bastille, on parle d'esprits éclairés « qui s'excitent ». Les valeurs de la Révolution comme la liberté, l'égalité et la fraternité sont accompagnées d'une précaution : ne pas trop se fier à ceux qui prétendent faire le bonheur des autres. La fin des privilèges est moquée. Concernant le passage sur les Guerres de Vendée, on retrouve le même discours qu'à l'Historial : les nobles aident les pauvres paysans à se révolter, le gouvernement exterme la population. Napoléon est vu de façon méliorative en abolissant les lois révolutionnaires. On insiste sur la procréation des femmes vendéennes pour repeupler le territoire au XIXe et sur la révolte des clochers pour accueillir tous les Vendéens très croyants. La séparation de l'église et de l'état est présentée comme un acte très violent, mais les héros locaux Clemenceau et De Lattre sont vantés pour leurs qualités spécifiquement vendéennes. De nos jours, on montre la réussite du patronat vendéen, proche du peuple (comme l'étaient les nobles) et du tourisme populaire. Le Puy du Fou est exposé comme un exemple et la venue en 1993 de Soljenitsyne qui fait un parallèle entre les souffrances des peuples de l'Est et les Vendéens, devient un moment clé. La bande dessinée se termine avec la demande de la narratrice aux enfants de transmettre cette mémoire vendéenne.

On peut s'interroger sur le choix du département de faire produire cet ouvrage et de le distribuer à tous les élèves de sixième. Cela questionne d'autant plus que le niveau de langage adopté est peu compréhensible des élèves de cet âge-là. Il faut savoir que le budget culturel du département s'intitule « Identité vendéenne », ce qui répond à nos interrogations : c'est bien l'identité qu'on souhaite diffuser, ce que nous appelons la doxa mémorielle, et non l'histoire. Les quelques enseignants de collège que nous avons interrogé ont fait le choix de ne pas se servir de ce document. Ils l'ont distribué par obligation, mais ils n'ont pas choisi de s'en servir en classe, confortant le rapport problématique entre histoire et mémoire à l'école, dans le département, précisément ce que nous souhaitons interroger.

## II / Enquêter sur la doxa mémorielle pour faire de l'histoire : une proposition didactique

### 1- Un « paradigme ethnologique », au cœur de la vulnérabilité mémorielle.

Avec ces différents outils (le parc touristique, le musée, la bande dessinée), le récit mémoriel s'appuie sur un présupposé ethnologique d'existence du peuple vendéen. Nous avons déjà eu l'occasion de développer cette question dans un précédent article sur l'étude des Guerres de Vendée au lycée (Gomes, 2019). Nous nous appuyons sur ce qu'explique Bazin (2008) sur le peuple Bambara. En effet, l'invention de l'ethnie commence en premier lieu comme une procédure d'identification. Le « paradigme ethnologique » consisterait à spécifier les cultures des groupes humains et à les essentialiser. Les caractéristiques culturelles alors attribuées à ce groupe constituent pour ses membres la façon d'expliquer leur comportement qu'ils considèrent comme une identité culturelle. Il s'agirait donc de reconstructions culturelles a posteriori intégrées par les membres du groupe visé.

Les Vendéens n'existant pas comme culturellement différents au moment de la Révolution, la constitution d'une mémoire autour des Guerres de Vendée en fait l'acte fondateur de création d'une « ethnie » au sens de Bazin. On retrouve dans le récit mémoriel imposé aux jeunes vendéens des reconstructions comparables essentialisant le peuple de Vendée pour mieux expliquer sa rébellion. Ce peuple

n'existe pas avant la Révolution française, mais l'entreprise mémorielle menée dans un premier temps par la noblesse locale puis par l'élite politique aujourd'hui conduit cette population à se considérer comme un peuple.

Les sciences sociales ont comme principe de questionner les catégories sociales naturalisées. Interroger l'existence d'un peuple vendéen peut ainsi permettre de développer une réflexivité face à ce paradigme « ethnologique » (Bazin, 2008) auquel les élèves ont été confrontés très souvent pour penser autrement le passé. C'est ce que nous nous proposons de faire avec la didactique de l'histoire.

## 2- Une étude d'histoire de la mémoire sur les Guerres de Vendée

La proposition didactique que nous faisons s'appuie sur les résultats d'une recherche antérieure sur l'enseignement des Guerres de Vendée dans un lycée du département (Gomes, 2019). Nous résumons celle-ci pour plus de clarté pour le lecteur. Des élèves de Seconde sont enregistrés durant une séquence portant sur les Guerres de Vendée, dans une thématique plus large sur la Révolution française. Nous expérimentons une séquence pour que les élèves construisent le problème du rapport entre histoire et mémoire avec le Cadre d'Apprentissage par Problématisation (Doussot, Hersant, Lhoste, Orange-Ravachol, 2022). Ce cadre d'analyse et de production de données considère que le savoir se trouve dans la construction du problème (Fabre, 2017) et qu'il est pertinent d'expérimenter ce type de situation en classe pour évaluer jusqu'où les élèves peuvent aller, ici en classe d'histoire (Doussot 2011&2018 ; Gomes, à paraître). Au début, par groupe, ils ont un temps d'échanges sur ce qu'ils connaissent des Guerres de Vendée au travers des différents sites touristiques visités en Vendée. Il ressort qu'ils ont des connaissances partielles et partiales sur le sujet lié à la doxa mémorielle de ces sites touristiques.

Ils étudient ensuite un document, un extrait des Mémoires d'une noble vendéenne au XIXe siècle. Elle raconte les aventures de son beau-frère, trente ans après les faits. Elle héroïse et elle justifie des événements survenus en Vendée. L'auteure essaie de montrer que l'initiative ne relève pas de son beau-frère, mais que ce sont les demandes des paysans qui le font céder. Elle cherche à montrer que c'est le peuple qui attendait des nobles qu'ils les guident. Selon elle, les nobles ne font que jouer le rôle traditionnel qui leur est dévolu : la protection du peuple.

Au début du travail de groupe, les élèves prélèvent de façon habituelle les informations qui permettent de connaître le regard de cette noble sur les Guerres de Vendée. Ils ne sont pas critiques. Ils sont ainsi capables de dire que cela ne doit pas être objectif d'écrire sur l'histoire de sa famille, tout en conservant ce que dit la noble telle quelle. Ce n'est que lorsque l'enseignante intervient pour pointer le fait que les élèves avaient noté que des Mémoires ne sont pas objectives, qu'ils commencent à lier la critique de la source et son interprétation. Ils expliquent que c'est un point de vue ou un mensonge. Pour les élèves, elle ne dit pas la vérité, mais alors pourquoi ? Et la réponse ne peut pas se trouver seulement dans le document, mais dans la construction de leurs propres idées explicatives et la mobilisation d'autres connaissances plutôt que de mobiliser celles de l'auteur.

Avec des connaissances supplémentaires sur la période apportée en classe entière, les élèves poursuivent leur exploration des possibles. Ils réfléchissent sur les raisons de mentir de façon plus précise et ils se disent que la noble explique cela pour montrer l'obstination des Vendéens et pour les glorifier.

Extrait des tours de paroles d'un groupe d'élève pendant la séquence sur les  
 Guerres de Vendée

35	M	Ça veut dire que les Vendéens cherchent en fait à laisser une trace pour...
38	J	C'est aussi que pas tout le monde était d'accord avec la révolution.
39	A	Moi je sais pas, mais quand j'ai été au Puy du fou, j'avais l'impression que c'était une terre, un haut lieu de... Alors, la Vendée a sa propre vision des guerres qu'elle a faites...
40	E	Et souhaite entretenir la mémoire qui n'est pas la même que celle de toute la France.
41	A	Elle souhaite entretenir...
42	E	Un devoir de mémoire.

En fin de séquence, les élèves doivent réfléchir en groupe sur le récit structuré dans les sites touristiques en Vendée, par comparaison avec l'analyse qu'ils ont fait du récit de la noble vendéenne. La conclusion des élèves permet de dépasser la binarité de la vérité ou du mensonge dans lequel on peut facilement se placer quand on étudie le regard porté par les sites touristiques sur les Guerres de Vendée. Ils expliquent que dans les sites touristiques, comme dans le document, il s'agit d'une glorification de cette période due à une vision différente de celle de la France qui implique, de par cette différence un devoir de mémoire. Les élèves n'opposent pas le récit de l'histoire au récit mémoriel : ils comprennent qu'il existe des enjeux différents. Prendre conscience qu'un discours sur le passé résulte de choix faits dans le présent fait partie du développement de l'esprit critique nécessaire pour ne plus être vulnérable face à la doxa mémorielle.

### 3- Envisager les supports mémoriels autrement

Les résultats de nos travaux sur l'étude d'une séquence sur les Guerres de Vendée en lycée nous permettent de faire une proposition didactique pour sortir de l'affrontement entre histoire et mémoire, avec l'idée que cette proposition puisse servir pour d'autres conflits mémoriels. Nos constats sont que l'idéologie conservatrice s'appuyant sur l'altérité vendéenne est fortement ancrée dans le territoire au niveau économique et politique. Les professeurs doivent donc composer avec celle-ci, bien qu'elle n'ait pas de fondement historique. Le sentiment d'altérité est réel dans la population aujourd'hui et donc chez certains élèves. L'enjeu de l'école ne peut pas être de construire ou de déconstruire des identités (les élèves ont le droit de se sentir différents), même si on constate que celles-ci sont en partie manipulées par l'élite locale. Or, un des objectifs de l'histoire en classe est le développement des compétences critiques, c'est pourquoi nous nous attachons à les faire réfléchir sur la doxa mémorielle. La mémoire n'est pas l'ennemie de l'histoire (Ricoeur, 1955 & 2000) ; l'histoire et la mémoire sont intrinsèquement liées, vouloir les opposer nuit à chacune d'entre elles et il vaut mieux penser autrement leur dialectique.

Cela veut dire qu'on pourrait tout à fait imaginer une sortie scolaire au Puy du fou ou à l'Historial de la Vendée, ou bien l'étude de la bande dessinée, non pas pour en apprendre de ces objets idéologiques comme le souhaiterait le département, mais pour mener une enquête sur le discours et développer une réflexivité sur le sentiment d'altérité. Les élèves continueront de toute façon à fréquenter ces lieux,

il est sans doute plus efficace qu'ils construisent les clés de lecture de ceux-ci plutôt que de dénigrer ces espaces, ce qui ne peut que contribuer à renforcer ce sentiment d'altérité et d'exclusion de ce département.

Considérer ces outils comme des données du problème qu'il faut confronter aux idées explicatives sur le sujet de l'altérité vendéenne permet de faire de l'histoire et de l'histoire de la mémoire. La compréhension de la construction de cette identité par la noblesse après la Révolution française invite à se questionner sur les raisons de cette doxa imposée au peuple. S'interroger sur la réception de cette doxa mène à comprendre qu'il peut être flatteur d'être considéré comme différent, mais que la définition du Vendéen finit par être incorporée au discours local au point que la population finit par ne plus douter de son altérité. Observer un spectacle et se demander pourquoi les vainqueurs et les perdants sont montrés ainsi, aller au musée et se demander pourquoi l'accent est mis sur l'extermination, lire avec les élèves une bande dessinée et tenter de comprendre avec eux comment on essaie de définir le Vendéen dans celle-ci, c'est les faire sortir de leur vulnérabilité. Il ne s'agit pas de faire s'affronter histoire et mémoire, mais de les faire dialoguer autrement : la mémoire est choisie, l'histoire est une science et permet de comprendre les choix d'une population ou de son élite concernant sa propre mémoire.

Cette proposition didactique peut être étendue à tous les objets mémoriels qui entrent en contradiction forte avec l'histoire scientifique, et le passé en regorge. Plutôt qu'un combat histoire/mémoire, nous proposons une articulation de l'un et de l'autre au profit des compétences critiques historiennes (Gomes, à paraître). Des élèves qui prendraient l'habitude de se questionner sur les raisons d'un discours qu'on leur tient seraient même très probablement moins sensibles aux fake-news car plus réflexifs sur celles-ci.

## Références

- Bazin, J. (2008). *Des clous dans la Joconde. L'anthropologie autrement*. Toulouse : Anacharsis.
- Besson, F., Ducret, P., Lancereau, G., Larrère, M. (2022). *Le Puy du Faux - Enquête sur un parc qui déforme l'histoire*. Paris : Les Arènes.
- Bloch, M. (1997). *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris : Armand Colin (première édition, 1949).
- Cariou, D. (2022). *Le document et l'indice : Apprendre l'histoire de l'école au lycée*. Rennes : PUR.
- Doussot, S. (2011). *Didactique de l'histoire. Outils et pratiques de l'enquête historique en classe*. Rennes : PUR.
- Doussot, S. (2018). *L'apprentissage de l'histoire par problématisation. Enquêter sur des cas exemplaires pour développer des savoirs et compétences critiques*. Bruxelles : Peter Lang.
- Doussot, S., Hersant, M., Lhoste, Y., Orange-Ravachol, D. (dir.). (2022). *Le cadre d'apprentissage par problématisation*. Rennes : PUR.
- Fabre, M. (2017). *Qu'est-ce que problématiser ?* Paris : Vrin.
- Gomes, L. (2019). « La problématisation historique au lycée : articuler les échelles de lecture d'un document sur les Guerres de Vendée ». *Éducation et Didactique*, 13-3.



- Gomes, L. (à paraître). *Enseignement de l'histoire et esprit critique : quelles possibilités ?* Rennes : PUR.
- Martin, J-C. (1992). « La Vendée dans l'histoire des droites ». In Sirinelli, J-F & Vigne, E. (dir.). *Histoire des droites*. (II, 437-470). Paris : Gallimard,.
- Martin, J-C. (2000). « A propos du "génocide vendéen". Du recours à la légitimité de l'historien ». *Sociétés contemporaines*, 39, 23-38.
- Martin, J-C. (2022). *Les Vendéens*. Paris : PUF.
- Martin, J-C. & Suaud, C. (1996). *Le Puy du Fou*. Paris : L'Harmattan.
- Ricoeur, P. (1955). *Histoire et vérité*. Paris : Seuil.
- Ricoeur, P. (2000). *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris : Seuil.
- Ruiz, F., Viollier, Y. (2020). *La Vendée, Une histoire entre Terre et Mer*. Strasbourg : Editions du Signe.

### III- Inmigración: un reto mayor / Immigration: a major challenge



## La inmigración desde los ojos de un niño Immigration through a child's eyes

**Leonor Vázquez González<sup>54</sup>**

University of Montevallo

Montevallo, Alabama, Estados Unidos

<https://orcid.org/0000-0001-9790-4011>

[vazquezl@montevallo.edu](mailto:vazquezl@montevallo.edu)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/5062>

DOI : 10.25965/trahs.5062

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Resumen:** La reciente novela *Solito*, del escritor salvadoreño Javier Zamora, ha sido de recibida manera favorable en el mundo angloparlante. Esta recepción puede deberse a que dicha novela constituye un testimonio de una de las experiencias que han interpelado con mayor fuerza a la sociedad estadounidense y mundial: la crisis de los pequeños que viajaban solos o eran separados de sus padres por la administración de Donald Trump y que, a menudo, eran enjaulados en abyectas condiciones. Adoptando una narración en primera persona, la novela expone las tristes y peligrosas circunstancias en las que se desenvuelve la vida de los pequeños que son tratados de manera indignante por las autoridades migratorias de los Estados Unidos. Muestra el lado humano, concreto, de ese viaje a lo desconocido, enseñando tanto los peligros como las experiencias humanas que conlleva tal travesía. A pesar de los aspectos traumáticos, esta obra revela que es posible construir lazos de solidaridad, aun en los momentos más peligrosos de un recorrido que ya ha cobrado muchas víctimas. En este sentido, se constituye en una nueva expresión literaria de la experiencia migrante, especialmente la de los centroamericanos, en su mayoría salvadoreños, hondureños y guatemaltecos. El artículo analiza el irreductible contenido traumático de dicha experiencia y, por otro, evidencia que la esperanza todavía florece en condiciones adversas y peligrosa. Las reflexiones finales muestran el significado de dicha obra en el contexto de la inobservancia de los derechos humanos que caracteriza a nuestra época.

**Palabras clave:** migración, niños migrantes sin compañía, solidaridad, experiencias traumáticas de la migración irregular, derechos humanos

**Résumé :** Le récent ouvrage *Solito* de l'écrivain salvadorien Javier Zamora, a connu un accueil plutôt positif auprès du monde anglo-saxon. Cette audience est peut-être due au fait que ce roman constitue le témoignage d'une expérience qui a davantage interpellé la société nord-américaine et mondiale, à savoir celle des enfants qui émigraient seuls ou étaient séparés de leurs parents par l'administration de Donald Trump et que l'on enfermait, le plus souvent, dans des cages, dans des conditions particulièrement abjectes. Dans un récit à la première personne, le roman expose les tristes et dangereuses circonstances de la vie de ces enfants, traités de façon indigne par les autorités migratoires des États-Unis. Il montre l'aspect humain, concret, de ce voyage vers l'inconnu, les dangers et les expériences humaines que la traversée

---

<sup>54</sup> Profesora de español en la Universidad de Montevallo, Alabama, Estados Unidos. También colabora con los migrantes irregulares enseñándoles inglés.

engendre. Toutefois, malgré les aspects traumatisants, cette oeuvre révèle qu'il est aussi possible de construire des liens de solidarité, et, ce même dans les moments les plus dangereux de l'expérience migratoire, en particulier celles des migrants d'Amérique centrale, du Salvador, du Honduras et du Guatemala, surtout. Notre article analyse le contenu définitivement traumatisant de cette expérience, mais, en même temps l'espoir qui naît aussi dans les situations les plus contraires et dangereuses. Nous montrons enfin ce que cette oeuvre apporte, de nos jours, alors que nous sommes confrontés de plus en plus souvent au non respect des droits de l'homme.

Mots clés : migration, enfants migrants seuls, solidarité, expériences traumatisantes d'une migration irrégulière, droits de l'Homme

Resumo: A recente novela *Solito*, do escritor salvadorenho Javier Zamora, tem sido recebida de maneira favorável no mundo anglo falante. Esta boa recepção indica que esta novela se constitui em um testemunho de uma das problemáticas que tem solicitado atenção da sociedade estadunidense e mundial: a crise das crianças migrantes que viajavam sozinhas ou eram separadas de seus pais pela administração de Donald Trump e que, frequentemente, eram enjaulados em condições precárias e vulneráveis. Adotando uma narração na primeira pessoa, a novela expõe as tristes e perigosas circunstâncias em que se desenvolve a vida das crianças migrantes que são tratadas de maneira deplorável pelas autoridades migratórias dos Estados Unidos. Mostra o lado humano, concreto, dessa migração mostrando os perigos como experiências humanas e concretas que resultam dessa migração irregular. Apesar dos aspectos traumáticos, esta obra revela que é possível construir laços de solidariedade, mesmo nos momentos mais perigosos do processo migratório que tem acometido muitas vítimas. Neste sentido, se constitui em uma nova expressão literária da experiência migrante, especialmente a dos centro americanos, em sua maioria salvadorenhos, hondurenhos e guatemaltecos. O artigo analisa o irreduzível conteúdo traumático desta experiência e, por outro, evidência que a esperança, que todavia floresce em condições adversas e vulneráveis. As reflexões finais mostram o significado desta obra no contexto da inobservância dos direitos humanos que caracterizam este momento presente.

Palavras chave: migração, crianças migrantes desacompanhadas, solidariedade, experiências traumáticas da migração irregular, direitos humanos

*Abstract:* *Solito*, a novel written by the Salvadorian writer Javier Zamora, has reached an approving reception in the English-speaking world. Such a novel constitutes a testimony of one of the events that had a significative impact on American and global society: the sad and dangerous circumstances surrounding the life of the little, often unaccompanied minors, whose life obliged to migrate and that, often, are treated without due regard to its dignity by the American government; they have even been caged in the most outrageous circumstances. Written in first-person, this work shows that even in the most dangerous moments, it is possible to build nets of solidarity among illegal immigrants, especially in a journey that every day becomes more dangerous. As such, it expresses a new version of the immigrant experience faced by people from Central America, especially personas from El Salvador, Honduras, and Guatemala; this topic has been already treated in other works, showing that the circumstances of illegal migration are indeed worsening. As such this works forms part of a literary genre in rapid development, not only in Latin America but also in other parts of the world. However, this work's value depends on the fact that it shows the traumatic side of the experience and that even in the most adverse circumstances, it is still possible to construct the strongest

networks of hope and solidarity. The reflective component of this article reflects upon this work's meaning in a world where human rights are downgraded.

Keywords: migration, unaccompanied migrant children, solidarity, the traumatic side of undocumented immigration, human rights

## Introducción

En junio de 2018, la portada de la revista *Time* desplegaba la enorme figura del presidente Donald Trump, con gesto impasible y arrogante –su acostumbrada postura– frente a una pequeña niña latina que lo miraba mientras lloraba con una expresión de miedo. Se agregó un lacónico texto a la roja portada: “*Welcome to America*”. De hecho, la fotografía de la pequeña era real y había sido tomada por el fotógrafo John Moore, mientras la madre de la niña era detenida por las autoridades migratorias de los Estados Unidos. La imagen hablaba de manera enérgica acerca de la crueldad de la política migratoria norteamericana hacia los menores que viajaban acompañados, de una actitud gubernativa que violaba los derechos humanos de un grupo ya vulnerable en extremo.<sup>55</sup>

El problema había surgido a raíz de una política de migración que separaba a los niños de sus padres en la frontera. Circularon muchas fotografías que mostraban a los infantes, algunos de ellos de muy pocos años, en jaulas en donde, totalmente solos, lloraban desconsoladamente. La indignación, a nivel nacional e internacional, fue tan intensa que Trump se vio obligado a revertir esas inhumanas medidas. Esta situación constituía una clara violación a los más básicos principios de civilidad: se comprobaba que los derechos de los niños, especialmente de los más vulnerables, se violaban de la manera más descarada. El tratamiento de estos niños revelaba el nivel de deshumanización que podía alcanzar uno de los países que siempre se ha declarado guardián de los derechos humanos en el mundo –aunque por lo general se rechace dicha retórica. Como lo dice Jessica Hernández:

Los Estados, en general, buscan la protección de los grupos más vulnerables de la sociedad y es por ello el interés por la protección integral de la niñez y adolescencia, tanto en el marco jurídico nacional e internacional vigente (2017: 6).

Esta situación afectó a un joven escritor, Javier Zamora, quien, hacía varios años, había hecho la travesía del migrante desde su natal El Salvador, cuando apenas contaba con nueve años de edad. La experiencia dejó traumas en el pequeño, tal como lo revela en una entrevista-artículo realizada por el *New York Times* (Zamora, 2022). Las secuelas que dejó en el escritor fueron abordadas a través de la catarsis literaria, que le fue sugerida por amigos y brillantes personas, como la escritora Toni Morrison.

Surge entonces la novela *Solito* la que hace visible la experiencia de los menores que viajan ilegalmente hacia Estados Unidos sin la compañía de sus padres o un familiar de confianza. Esta obra se ubica dentro de la creciente literatura sobre las experiencias de los menores que emigran de manera “ilegal” a los Estados Unidos y otros países. Estas novelas revelan las diferentes facetas de una experiencia que no puede ser sino traumatizante, pero que también muestra el caleidoscopio de actitudes que diferentes personas manifiestan en las más peligrosas circunstancias. En este género literario se vierte el lado humano de un problema que debe ser tratado con base en la real observancia e implementación de los derechos humanos, por parte de las políticas públicas de todos los países involucrados. No se puede

---

55 El tratamiento de los migrantes por parte de las autoridades migratorias estadounidenses ha sido siempre cuestionable, pero las políticas de Trump se ensañaron en contra ellos. Su política de “tolerancia cero” hacia la migración criminalizó la migración y revirtió algunas medidas que habían aliviado las condiciones de vida de personas que habían hecho su vida en los Estados Unidos, haciendo posible que pudieran asistir a las universidades. La migración se criminalizó y los padres eran separados de sus hijos, a quienes se enjaulaba, mientras se arreglaba su expulsión del país.

olvidar, por lo demás, las estrategias que crean los protagonistas para afrontar las circunstancias penosas del viaje.

Es de esperar que esta obra logre despertar a las conciencias acerca de los problemas que no hacen sino agravarse en un tiempo de crisis sociales cada vez más profundas. Este problema involucra a países que enfrentan una tradicional falta de poder en la escena mundial, aspecto que empeora debido a la tradicional rapacidad de sus élites, las cuales se oponen a cualquier medida que traiga un alivio de las condiciones generales de vida de una población que vive de manera muy precaria. El problema de la migración ilegal es un asunto político que, en última instancia, muestra las falencias de las prácticas políticas, internas y externas, de los países involucrados.

## La novela de la migración centroamericana

La experiencia migrante no siempre ha tenido los tonos dramáticos que ha adquirido en la época de la nación-Estado, entidad política que se desarrolló alrededor del postulado que las fronteras cerradas protegen a la sociedad respectiva; la presuposición fundamental es que dicha colectividad tiene una especie de propiedad común sobre su tierra (Cesare, 2020). Dicho cierre, sin embargo, se vuelve más serio cuando este postulado se conjunta con las creencias racistas propias de la modernidad, las cuales se han tornado más agresivas con el crecimiento mundial de la ultraderecha. En ese sentido, di Cesare ha mostrado que el territorio y la sangre, expresiones clásicas de la discriminación, han reemergido en Europa en años recientes (ibid.: 1). Esta experiencia también alcanza a los Estados Unidos, en donde el extremismo de la derecha trumpista ya muestra rasgos de un régimen basado en el rechazo de las formas políticas del orden liberal - un orden liberal que nació, sin embargo, con la herida fundamental de la esclavitud.

A lo largo de los años, algunas obras literarias y cinematográficas han presentado al mundo las experiencias que enfrentan los centroamericanos que migran hacia los Estados Unidos. Entre estas obras se pueden mencionar *La travesía de Enrique* (Nazario, 2006), *Bajo la misma luna* (2007), *Sin nombre* (2009), entre otras. Con diferentes tonos, dichas obras resaltan la creciente dificultad de alcanzar el “sueño americano”, realmente inexistente para muchas personas que enfrentan circunstancias que cada día empeoran más en sus países que no les ofrecen oportunidades reales —situación agravada en los últimos años,

La situación se ha vuelto más tensa desde que Donald Trump arribó a la presidencia de los Estados Unidos en 2017. Desde el principio, el discurso populista de Trump algo exhibía un extremo nivel de animadversión hacia los migrantes, actitud que también hizo efecto en muchos de sus seguidores. Desde entonces, se ha hecho más evidente una actitud generalizada de odio hacia los migrantes, a quienes se considera como grupos problemáticos que hacen uso de los servicios sociales que cada vez son más escasos para los ciudadanos norteamericanos. Del mismo modo, el migrante latinoamericano, especialmente mexicano o centroamericano, es descrito como una persona que termina involucrándose en graves problemas con la ley. Los migrantes “ilegales” se han convertido en el chivo expiatorio de la frustrada sociedad norteamericana.<sup>56</sup>

---

56 Se puede mencionar, en particular, la sostenida caída del nivel de vida de la sociedad norteamericana. Como lo demuestran en un famoso libro *Deaths of Despair and the Future of Capitalism* (2020) Anna Case y Dean Angus (ganador del Premio Nóbel de Economía en 2015) la escasez del trabajo ha llevado a una epidemia de drogas, suicidio y alcoholismo. A esta situación desesperante, debe agregarse la famosa crisis de los opioides que reveló el daño que las corporaciones farmacéuticas causan a la sociedad en general.

Como es de esperar, las autoridades de los países cuyos habitantes se vieron afectados no tomaron debida cuenta del asunto, siempre con el temor de molestar al gobierno autoritario de Donald Trump. Los gobiernos de la región, con un autoritarismo creciente, omiten trabajar sobre las causas que impulsan a tantos de sus habitantes a buscar otros horizontes. De hecho, países como Guatemala tienen como principal fuente de ingresos, el dinero que los migrantes envían a sus familias en Guatemala, proceso que beneficia a las corporaciones bancarias centroamericanas. Se establece, en consecuencia, una dinámica perversa que perpetúa el ciclo de la migración sin papeles

En todo caso, la situación es cada vez más difícil. Como lo dice el mismo Javier Zamora en una entrevista para la versión en español de *The Guardian* (Zamora, 10 de septiembre de 2022), refiriéndose a sí mismo: “Ahora las posibilidades de que cruce la frontera y sobreviva serían escasas”. Precisamente, en dicha entrevista, Zamora comenta que le sorprendía que hubiese indignación respecto al trato a los menores que migraban sin compañía porque las atrocidades denunciadas ya se habían experimentado con anterioridad. De hecho, Javier vivió la experiencia del enjaulamiento por parte de las autoridades migratorias norteamericanas, antes de ser devuelto al territorio mexicano. Esto acontece durante uno de los intentos fallidos por cruzar la frontera norteamericana.

En esta novela, el autor habla en primera persona, reflejando su experiencia de migración a los Estados Unidos. Se constituye en un testimonio que, como tal, muestra la forma en que los derechos humanos no llegan a proteger a los más débiles. Introduce al lector en la experiencia de encontrarse en una condición vulnerable de migrante sin documentos que le aseguren una llegada segura al puerto de destino. Esto habla de los traumas sociales que albergan las sociedades cuya gran parte de su población es migrante.

Queda al lector tomar nota que la situación actual, lamentablemente, es mucho más peligrosa, debido ante todo a las políticas migratorias, las cuales, al tornarse cada vez más draconianas, se convierten en un factor que anima al crimen organizado a tomar una actividad lucrativa, en la cual ni el bienestar ni la vida de las personas que emprenden esta aventura tienen el más mínimo valor. Incluso han ocurrido masacres de migrantes y “accidentes” evitables que muestran los increíbles peligros que enfrentan las personas para emprender un viaje que supone tantas situaciones de riesgo. Tampoco podemos dejar de lado los precios que establecen los miembros del crimen organizado - demasiado elevados -, lo cual dificulta su pago, dado que los migrantes no siempre encontrarán un trabajo que permita afrontar un compromiso financiero con tan terribles organizaciones que medran en el ambiente social de los Estados fallidos. Muchas personas incluso se ven obligadas a desprenderse del escaso patrimonio familiar para emprender un viaje que, en modo alguno, asegura el éxito. Sin duda, este es un factor que agrava el círculo de la pobreza y la desigualdad.

El problema de la travesía de migrantes no puede resolverse si no se presta la atención debida a las verdaderas causas de la migración indocumentada. De hecho, todo apunta a un empeoramiento de la situación respectiva en los años venideros. Sin duda, el agravamiento de la crisis climática va a incrementar los problemas migratorios, debido a los desastres climáticos y a la pérdida de tierras. La novela *Solito*, por tanto, se ubica en el género de la denuncia social dado que muestra las insoportables condiciones de vida que es el denominado común de la experiencia migrante. Este es un proceso de larga duración que alcanza hasta los adultos, dado que los niños migrantes tienen que lidiar con los traumas provocados por las experiencias más peligrosas y denigrantes.



A continuación, se presenta una breve sinopsis de la obra de Zamora, tratando de intercalar algunos comentarios que muestran las diversas estrategias con las que los migrantes intentan dar sentido a una experiencia que, en el fondo, demanda una comprensión profunda por parte de la sociedad, para tratar de aliviar los profundos traumas que viven personas que no han cometido otra falta sino la de haber nacido en países con una situación social desastrosa. Sin negar la propia responsabilidad de las sociedades, gran parte del problema ha sido causado por la cortedad de miras de la política exterior norteamericana que ha visto a los países centroamericanos como su patio trasero y han ayudado a que se consoliden gobiernos autoritarios que empeoran la vida de sus grupos más vulnerables.

## Sinopsis de la obra

*Solito* es una obra que se despliega a través de los ojos de un niño, Javier Zamora, quien cuenta en ese momento, con nueve años de edad. El niño emprende un viaje migratorio de siete semanas desde El Salvador a EEUU para reunirse con sus padres. Javier inicia la primera etapa del viaje con el coyote y su abuelo, quien lo dejará en Guatemala. El viaje lo realizan otros cinco personajes: Chino, Chele, Patricia, su hija Carla y Marcelo, a quien el abuelo le encargará el cuidado de Javier.<sup>57</sup>

A pesar de que Javier no ha vivido con sus padres durante la mayor parte de su vida, ha tenido en su existencia una vida llena de amor y cuidados por parte de la familia extendida. Sus abuelos y tías han mantenido contacto con los padres de Javier, quien habla con ellos todas las semanas; ellos siempre les mandan regalos. Javier recuerda con dulzura momentos y anécdotas llenas de cariño de sus padres, así como de sus abuelos, aspecto que resalta la importancia de la familia extendida en América Latina. Él asiste a la escuela siempre con la idea de que alguno de sus compañeros o él mismo va a abandonar sus estudios, puesto que van a hacer el viaje de reunión con sus padres. Está consciente de que su comunidad se está desmembrando de manera paulatina: "Siento como que cada mes alguien más desaparece" (Zamora, 2022: 23). Esta pequeña vivencia expresa la experiencia cotidiana de comunidades que, ante la falta de oportunidades, ven cómo sus miembros se ven obligados a emigrar. Javier y sus familiares saben que el pequeño hará el viaje y mantienen la esperanza viva en cada llamada telefónica con los padres de Javier.

Al inicio del viaje, Javier y su abuelo conocen a las personas que harán el mismo recorrido. Salen de El Salvador con una actitud de desconfianza. Tratan de conocer a cada uno por medio de sus actitudes pues es una aventura en la que el niño viajará solo, situación que provoca temores tanto en el pequeño como en sus familiares. Conforme avanzan y viven tropiezos y desventuras, Javier y sus compañeros de viaje se transforman de completos desconocidos en una 'familia', cuyos lazos, formados en la adversidad y en el peligro, les ayudarán a sobrevivir y a sobrellevar la dura travesía. Los adultos 'adoptan' a Javier, quien siempre es tratado como un niño, mostrando el sentido de solidaridad que surge entre los que viven situaciones de vulnerabilidad extrema.

La incertidumbre de internarse en una travesía incierta motiva a los migrantes a seguir las instrucciones del coyote. Debe tomarse en cuenta que, en los tiempos de la novela, el "coyote", es decir el encargado de dirigirlos durante el viaje, no era necesariamente un miembro del crimen organizado. Es decir, era una persona que

---

57 Debe mencionarse que el tema de la novela no es nuevo para el autor, quien ya había trabajado una colección de poemas con el significativo título de *Unacompanied* (2017). Este esfuerzo significa, pues, un retorno de un tema constitutivo de su propia vida, un evento traumático, que ahora se expresa en forma novelística.

tenía la experiencia y conocimiento que se necesitaba para poder superar los obstáculos que representaba viajar por tierra hacia los Estados Unidos. Desde luego, siempre existían abusos de algunos de estas personas, pero la tónica general era que había cierta relación previa al viaje; en particular, el coyote ya era conocido como tal.

Esta persona tomaba las medidas para proteger a la gente que se había confiado a su experiencia, para dirigir tan riesgosa travesía. Los viajes eran el medio de vida del coyote; en cierto modo, era un personaje de la sociedad salvadoreña que prestaba un servicio requerido por muchos. Él que ayudaba a migrar ponía su experiencia al servicio de los migrantes. Esto cambió con el involucramiento de las redes del crimen organizado, entre estos, carteles de droga que tratan de aprovechar, de diferentes maneras, la peligrosa travesía de los migrantes. Esto muestra por qué la migración irregular no puede ser criminalizada.<sup>58</sup>

El primer momento terrible de la travesía es el viaje en bote que les hará evitar parte del recorrido por tierra. Cuando salen en bote de Guatemala hacia Oaxaca (México), el abuelo le encarga a Javier a los hombres del grupo “Este es mi nieto, Javier... Nos acabamos de conocer, pero les pido que, cuando me vaya, por favor cuídenmelo. Está muy chiquito y va a viajar sin su familia. *Ustedes son su familia*” (ibid.: 89) (Itálicas en el original). Con esa simple declaración, se hace una petición profunda: el sentido de familia conlleva el sentimiento de protección. De nuevo, este es uno de los rasgos con que se vive la familia dentro de las culturas latinoamericanas. Los vínculos de solidaridad se muestran en la urgencia de las circunstancias. Los mismos abuelos han sido los custodios naturales de Javier. En las familias latinoamericanas, los abuelos suelen ser parte importante y respetada de la familia.

Sin embargo, el niño Javier, actuando con el cuidado que implica la situación, empieza desde el primer día a observar a sus compañeros de viaje para identificar a las personas en las que puede confiar cuando se quede solo o afronte una situación inesperada. De tal manera que se guía por los comentarios de sus familiares para tratar de reconocer a los miembros de su grupo en los que puede confiar. Por ejemplo, al ver los tatuajes de Marcelo recuerda lo que su abuela dijo alguna vez: “Los tatuajes son para gente mala, para los mañosos, reos, mareros, los más malos, malacates para gente sin fe” (ibid.: 100). Este tipo de experiencia refleja también las mismas tensiones de la sociedad salvadoreña, la cual ha vivido épocas de incertidumbre por la multiplicación de las pandillas juveniles que han venido a conocerse como maras<sup>59</sup>. En ese contexto, se van poco a poco cuestionando los estereotipos de la realidad salvadoreña.

Un aspecto interesante en la novela es la recreación de ciertos personajes culturales que adquieren diferentes sentidos en diversas partes del mundo americano y que reflejan la cultura indígena compartida, con diferentes variantes, por los países de América Central. Muestran el sentido de seguridad que brindan los mitos y las

---

58 Como se puede colegir, el crimen organizado ve al migrante como pura mercancía. En cierto momento este puede convertirse en tráfico de personas, dado que el migrante puede ser forzado a realizar actividades en contra de su dignidad —como es el caso de la prostitución. Los migrantes pueden ser asesinados, como sucedió en Tamaulipas con el caso de 72 personas que fueron ejecutadas en 2018 por el Cártel de los Zetas. Esta no es la única masacre contra migrantes. Se debe recordar la de Cadereyta (Nuevo León) que involucró la muerte y desmembramiento de 49 personas.

59 Debe recordarse que las maras, en realidad, se constituyen a partir de los grupos de jóvenes que fueron expulsados por el gobierno de Ronald Reagan. Al regresar a El Salvador estos grupos, que ya se habían constituido en pandillas en Los Ángeles, reproducen su actuar en El Salvador.

leyendas. De este modo, Javier tiene fe en que su “cadejo” lo va a proteger durante su travesía. La leyenda del cadejo, muy popular en El Salvador, versa acerca de un espíritu protector que cuida de las personas. Su abuelo le cuenta que si escucha un silbido agudo cercano significa que es un cadejo y le afirma que ellos protegen a las personas cuando lo necesitan. Al despedirse en Guatemala, su abuelo le asevera que “un cadejo te anda cuidando”, dice, suavemente, ‘siempre recórdate de eso’” (Ibid.: 119). Aunque lo dice con convicción, también lo hace para aliviar el dolor de la separación y el temor de lo desconocido. El pequeño niño en momento de desolación y temor recuerda que su cadejo está con él y toma la forma de las personas que lo acompañan en su viaje: “Tengo un Cadejo. Tengo a Patricia que está aquí agarrándome de la mano, cuidándome” (Ibid.: 188)<sup>60</sup>.

Javier piensa que “así es el Cadejo. Igual que la luna. Sé que el Cadejo está por aquí. Viéndome. Escuchándome. El Cadejo es la luna. Los dos me van a cuidar” (Ibid.: 240) (Itálicas en el original). Esa leyenda le brinda a Javier un sentimiento de seguridad en un mundo que es todo menos seguro. Pero cumple una de las funciones del mito: saber que el mundo tiene un orden que, al final, puede ayudar a enfrentar las incertidumbres de la vida.

El niño, sin embargo, colorea su travesía de inocencia infantil cuando se empieza a identificar con el grupo. En sus palabras: “Los Seis, así le pongo de nombre al grupo. Somos como los *Power Rangers*, *Sailor Moon*...Somos un equipo. Nuestra misión: llegar a La USA” (Ibid.: 134-135). Esta expresión le da un tono de aventura y unión a dicha experiencia traumática.

La familiaridad y la creación de lazos de cariño y amistad se ven representados por los sobrenombres que cada uno de los adultos le ponen a Javier. En Guadalajara, Javier ya es “Cipotillo para Chele y ‘Hermanito’ para Chino<sup>61</sup>. La barrera de los estereotipos se va desintegrando con la convivencia que impone un recorrido lleno de tensión, que se vuelve más difícil a medida que se aproximan a la frontera norteamericana.

Poco a poco van desapareciendo los celos que existían al principio del periplo. Por ejemplo, el pequeño Javier nota que

Marcelo me da menos miedo ahora que sí me habla. A pesar de sus tatuajes me da menos miedo. Al principio me daban miedo los tatuajes de El Chino pero solo porque Abuelito Chepe conocía a Marcelo. Pero El Chino es bien buena gente conmigo (Ibid.: 248).

Esto sugiere que una manera de evitar los prejuicios es precisamente el contacto cercano entre las personas<sup>62</sup>.

Javier experimenta la amistad y solidaridad y se da cuenta de que se forma y crece con la convivencia y las experiencias que se viven al día a día o con la separación. Reconoce el amor hacia su familia. “Quiero a El Abuelo como quiero a Abuelita Neli.

---

60 El cadejo, sin embargo, tiene diferentes connotaciones en Guatemala. El Cadejo es un perro que puede ser bueno o puede ser malo; el primero suele ser de color blanco, mientras el segundo es de color negro. Este animal se suele presentar a las personas que andan en las calles de noche, en estado etílico. La figura que más se asemeja en el contexto guatemalteco al cadejo en sentido salvadoreño, es el nahual, el cual es un animal que se vincula a una persona como una especie de espíritu protector.

61 La palabra *cipote* refiere a un menor de edad.

62 Debe notarse que uno de los signos externos de los mareros (pandilleros juveniles), era precisamente el despliegue de tatuajes.

No sabía que lo quería tanto. No sabía que él me quería a mí” (ibid.: 114). El viaje en lancha de Guatemala a Oaxaca es la primera experiencia peligrosa que viven Los Seis. Javier, al ser el más pequeño del grupo, es protegido por los adultos. Ellos le muestran toda su protección.

Nunca me había abrazado así un hombre adulto. Es como un abrazo de Abuelito Chepe. No recuerdo haber abrazado nunca a mi Papá. Patricia, Carla, y ahora El Chino. Tres extraños me han abrazado en un día (Ibid.: 160).

Javier percibe incluso un sutil cambio en el coyote, quien suaviza la voz en algunas ocasiones “Pero su voz de ahorita no hace juego con él, es una voz para alguien más buena gente” (Ibid.: 244). Esto muestra que en esos tiempos el coyote no era un miembro del crimen organizado, era un trabajador cuya misión era llevar a los viajeros a su nuevo destino.

En medio de sus experiencias, Javier aprende que las palabras tienen una connotación más allá de su significado inmediato y que los términos con que nos identifican y nos nombramos marcan nuestro mundo y nuestras experiencias; nos encasillan en un nicho social que pueden pesar en nuestro destino más allá de lo previsto. Esto sucede con el término “migrante: “‘migrantes’ como nos llama la gente de acá. Es una palabra que cuesta decir” (Ibid.: 128), “Así nos decía la gente de Ocos<sup>63</sup>. Eso somos. Eso soy” (Ibid.:143). El niño se ve ahora envuelto en la lógica de un vocablo que implica inéditas vivencias sociales, que, como es de esperar, tendrán que aguardar al lenguaje literario para poder alcanzar todo su significado. La palabra migrante, en realidad, marca la vida de todos aquellos que lo son, aun cuando no hayan vivido experiencias como las de Javier, porque emigraron en otras condiciones.

La novela se interna en el complejo mundo social que envuelve el peligroso recorrido. En esta dirección, otro aspecto que destaca son los estereotipos raciales, en particular los que afectan a las personas indígenas de Mesoamérica: “‘Pues tú me dirás, indio’. Otra vez esa palabra. Todo el mundo la dice como con saña, como si fuera una mala palabra” (Ibid.: 198). En el tiempo en el que Javier realiza su viaje todavía se sostenía con bastante frecuencia el sentido peyorativo de este término, especialmente en Guatemala y grandes regiones de México. Debe decirse, sin embargo, que el flagelo del racismo sigue afectando a la política de los países de la región, de manera que los indígenas, por lo general, enfrentan los indicadores sociales más negativos. Los prejuicios racistas, manifestados en una negativa de la sociedad a reconocer las necesidades de los vulnerables, es todavía una realidad en los países de Mesoamérica.

También los migrantes se enfrentan a los prejuicios y sentimientos negativos de las personas que los tratan de perjudicar durante la travesía. Para protegerse durante el camino, Javier y su grupo no deben hablar con nadie porque, en cierta forma, son enemigos: “Una ‘emergencia’ es cuando no hay nadie conocido cerca. O si te separas del grupo, entonces háblale al adulto que esté más cerca” (Ibid.: 103). El coyote les explica “¡la gente puede llamar a la policía y ellos se los llevan a ustedes, o los asaltan, o los matan!” (Ibid.: 175). Este hecho muestra la falta de solidaridad que enfrentan los migrantes centroamericanos por parte de las autoridades mexicanas y por algunas personas que se encuentran en su camino, que se comportan de manera despectiva con los viajes que van detrás de una vida mejor. No se puede negar, sin

---

63 Ocos es el nombre del puerto de Guatemala desde el cual viajan a Oaxaca, México.

embargo, que existen incluso organizaciones que ayudan a los migrantes a encontrar pequeños alivios durante semejante travesía<sup>64</sup>.

La experiencia de la primera detención de la Migra resultará mucho más traumática que caminar por el desierto en la noche o atravesar en lancha el Océano Pacífico. El sentimiento de seguridad que había sentido Javier, con la ayuda de los diferentes coyotes, polleros y su 'familia' se ve en peligro. Ve su mundo derrumbarse con el desmembramiento del grupo de migrantes que apenas había atravesado, por primera vez, la frontera norteamericana. Es testigo de cómo varios perros pastor alemán persiguen al grupo de migrantes, cómo la policía migratoria encañona a El Chino para obligarlo a detenerse y a hincarse, cómo esposan a Patricia y a El Chino y cómo son obligados a subir a las camionetas. Los Seis ahora es un grupo de cuatro: la 'familia mexicana': Chino, Patricia, Carla y el mismo Javier.

Hasta el momento del primer intento fallido de cruzar la frontera, después de haber caminado toda la noche, es cuando siente físicamente el cansancio; experimenta la frustración de haber sido atrapados; "Siento la boca pesada. Me duele todo, me duelen las piernas, el cuerpo, todo. El estómago también. Me siento mal; como si tuviera fiebre. Me duele la cabeza" (Ibid.: 378). Ese sentimiento de fracaso se extiende hacia su cadejo protector porque no entiende que haya permitido que los descubrieran: "Estoy bravo con El Cadejo. ¿Cómo dejó que nos pasara esto? Ahí estaba la luna y estaba llena, pero igual no hizo nada. (Ibid.: 409). También expresa sentimientos negativos, como hacia la percepción del que sería su nuevo país: "Hace calor en La USA, en el país de mis papás. Pensé que iba a ser como el Polo Norte que sale en los anuncios de Coca Cola, pero hace más calor que en El Salvador" (Ibid.: 378).<sup>65</sup>

La única seguridad que tiene es estar cerca de su 'familia' puesto que en su corto recorrido ha visto desaparecer personas que supuestamente iban a hacer el mismo viaje que él.

Tengo miedo de que no vamos a volver a ver a El Chino, igual que pasó con la gente de las lanchas. Igual que los guatemaltecos que El Coyote pudo rescatar camino al D.F. Igual que Marcelo, Mario y Chele (Ibid.: 394).

De tal manera que cuando la adversidad llega, Javier siente consuelo con su nueva 'familia', "Abrazo a los dos. No quiero volver a separarme de ellos otra vez. Todos olemos a tierra y polvo. Carla los abraza. Somos Los Cuatro (ibid.: 411).

Javier es capturado por la patrulla fronteriza; el autor no especifica en donde, quizás por su desorientación.<sup>66</sup> Con su apresamiento, se vive un momento central de la obra pues experimenta el enjaulamiento y la separación de su 'familia':

---

64 Muchas de estas organizaciones proveen albergue para los migrantes ilegales. Se puede mencionar la Casa San Juan Diego y San Francisco de Asís, las cual se encuentra en Matamoros (Tamaulipas, México), Casa del Peregrino Migrante (Mazatlán, Sinaloa), Albergue para Migrantes "El Buen Samaritano" (Ciudad Juárez, Chihuahua).

65 De hecho, los poemas escritos con anterioridad por Zamora expresan un sentimiento de nostalgia hacia El Salvador.

66 Por mi trabajo de traductora de migrantes irregulares, comenta la autora del artículo, he notado que muchos cruzan la frontera sin conocer su ubicación geográfica. Se les hace tomar una pastilla para que puedan aguantar la agotadora jornada. Respecto a su ubicación se guían por cerros, casas, que el coyote supuestamente conoce.

Estoy en un zoológico. En una jaula. Soy un mono a la par de otros veintiún monos; al menos veintiuno. Todos tienen la cara de pocos amigos. Nadie sonríe (384).

Estas impresiones revelan la viva conciencia de las violaciones a su dignidad humana que el narrador, Zamora, ha enfrentado en una travesía que no debería emprender ninguna persona, especialmente un menor de edad.

Después del primer fracaso, un segundo intento para cruzar la frontera comienza con la travesía del desierto<sup>67</sup> Experiencia bastante traumática, en muchas ocasiones, porque no todos los coyotes son honestos y engañan a los migrantes haciéndoles perder energía, dinero y esperanzas. Para los migrantes, esta nueva tentativa resulta bastante tortuosa y larga debido a que los polleros parecen no saber la ruta lo que obliga a los migrantes a caminar sin rumbo fijo. Quedan rezagados y se separan del resto del grupo, caminando por dos días con la ilusión de encontrar la casa que les había indicado el pollero. La ilusión de lograr su objetivo y la solidaridad que ha crecido entre ellos los hace seguir adelante a pesar de que Patricia tiene la cara lastimada por las espinas de cactus; el agua y los alimentos se acaban pronto cuando se encuentran en medio del desierto y ya tienen los pies destrozados. Casi por inercia,

seguimos caminando. ¿Qué estamos buscando? Acá no hay casas. No hay ranchos. No hay árboles. El Chino me aprieta la mano. Carla se quedó dormida [en su espalda]. Patricia camina de lado, como si estuviera bola (ibid.: 504).

Desafortunadamente, un ‘gringo’ los descubre y los entrega a un oficial migratorio quien, después de ofrecerles comida, los regresa a la frontera con México sin reportarlos a La Migra. El segundo intento ha fallado.

Las desventuras ayudan al grupo a cuidarse mutuamente haciendo que la distancia entre ellos y la desconfianza mutua ya no exista. En cada momento vivido o en cada acción de sus compañeros, Javier reconoce aspectos de su propia familia o de su pasado.

*Solito* no solo es una novela de la migración, sino también una novela de la solidaridad; una solidaridad que emerge en circunstancias penosas. En este momento de la aventura resalta el sentido que adquiere la familia en el proceso migratorio; muchos migrantes no aceptan la idea de no volver a ver a su familia, aunque el fenómeno de la separación definitiva no es infrecuente. A pesar de que todos enfrentan un futuro incierto, aún existe espacio para que los adultos muestren su afecto y cuidado hacia un niño a quien apenas han conocido. Este es un rayo de esperanza en un mundo que ha perdido todo asomo de respeto para los más débiles.

Finalmente, después de dos intentos fallidos, los Cuatro logran cruzar la frontera con éxito y llegan a salvo al refugio —del cual no se proporciona su ubicación— donde harán contacto con sus familiares. Mientras descansan y recobran fuerzas la alegría de haber logrado su objetivo se convierte en una profunda tristeza cuando los compañeros de esta aventura se dan cuenta de que es el momento de la separación puesto que sus destinos están en lados opuestos del país: Javier va a California mientras que Patricia, Carla y Chino van a Virginia.

Durante esta aventura de tres meses, unos desconocidos han compartido peligros, risas, llantos, desesperanzas... Javier nunca se imaginó que se separaría de su ‘familia’ al llegar a los Estados Unidos. Los Cuatro se abrazan y se entregan a su

---

67 Igualmente, el autor no especifica a qué desierto se refiere.

dolor: “Los quiero mucho” escribe Javier. “Los quiero un montón. Un charquito, un lago en mis ojos. No quiero soltarlos. Nadie quiere soltarse. Un río” (Ibid.: 373).

## Derechos humanos y traumas

La novela de Zamora, *Solito*, deja un sabor amargo en el cual resaltan, sin embargo, los momentos de esperanza que se despliegan en la inocencia de un pequeño que se enfrenta a una de las más terribles experiencias de la vida. El valor de la obra radica, sin embargo, en que hace visible la realidad que experimenta uno de los sectores más vulnerables de la actualidad: el de los migrantes y refugiados. Sin embargo, como lo reconocía Hannah Arendt, el derecho a tener derechos no se garantiza por el hecho de ser humanos. En esta dirección, el desaparecido jurista italiano Stéfano Rodotà decía que el derecho a tener derechos era consubstancial a la dignidad humana (Rodotà, 2014: 15).

También resalta la violación continua en contra de los derechos de la migración, cuando éste está reconocido en el artículo 13 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos. Asimismo, subraya el constitucionalista italiano Luigi Ferrajoli, el derecho a la migración es “el más antiguo de los derechos naturales, formulados en los orígenes de la civilización jurídica moderna por el teólogo español Francisco de Vitoria” (2004: 125).<sup>68</sup> Ferrajoli subraya que, en Vitoria, tal derecho se basaba en una especie de fraternidad universal, que en una época neoliberal como la nuestra, claramente, se ha eclipsado.

No se puede ignorar, sin embargo, las grandes tensiones que presenta el problema de la migración para un mundo que experimenta cada vez cotas más profundas de deshumanización. Las mismas condiciones de vida de muchas personas se han precarizado en el mundo desarrollado. Ya no se puede negar que los múltiples problemas que enfrenta el mundo contemporáneo, amordazado por el negacionismo de los poderosos plutócratas, va a seguir arrojando migrantes fuera de sus países.

Gerardo Pisarello (2014) piensa que el neoliberalismo trajo consigo un proceso destituyente—en el que han desaparecido muchos derechos que antes se tomaban como garantizados. La situación se hizo evidente desde la crisis económica mundial de 2007 y 2008, cuyas políticas de austeridad mostraron el punto hasta el que los poderes financieros dominan el mundo.

Un aspecto que puede considerarse necesario de tratar es la poca consideración que se plantea respecto al futuro que enfrentan los niños que se ven obligados a emigrar, ahora bajo condiciones más peligrosas. De nuevo, el interés superior del niño — norma que debe privar en la consideración de toda medida que afecte a los menores— es violado de manera impune. La experiencia traumática vivida por estos niños afectará la integridad de su vida como adultos. Los traumas enfrentados en los menores repercutirán en su vida adulta; este hecho afectará incluso a las sociedades a las que pertenecen. Incluso, en su poemario *Unaccompanied*, Zamora presenta algunos de los traumas que le afectaron desde su época migrante. Joanne Brown

---

68 Desde su cátedra en la Universidad de Salamanca, Vitoria desmanteló las justificaciones usadas para justificar la presencia de los españoles en las nuevas tierras. Sostuvo, sin embargo, que el derecho de los europeos a ir al Nuevo Mundo se sustentaba en el derecho a migrar, esto es, en el *ius migrandi*. Es fácil de colegir, sin embargo, que tal derecho no es respetado o ha sido olvidado por las circunstancias de un mundo que depende de la geopolítica a un nivel que ya debe ser cuestionado. Ahora el problema de la migración requiere respuestas globales, precisamente por el nivel de sufrimiento de estos colectivos vulnerables.

observa en sus trabajos sobre la migración de menores que la “inmigración es uno de los eventos más estresantes que una familia puede experimentar” (2010:111).

Finalmente, el fenómeno migratorio es un problema global y no debe ser resuelto por las fuerzas nacionales, sino que debe involucrar a las fuerzas que operan en el mundo globalizado. Es un problema del sistema geopolítico, pero también del sistema económico que ha generado una cultura tóxica que envenena la convivencialidad humana, rasgo que debe potenciarse en una época como la actual, en donde se debe alcanzar una paz basada en la razón humanitaria y el acogimiento del Otro.

## Conclusión

Esta historia de viaje presenta personas con sus imperfecciones humanas. No existen personas estereotípicas ni totalmente malas ni buenas. A pesar de que Javier se refiere a ‘los gringos malos’, hay un oficial que no los denuncia y los deja en la frontera para que puedan intentar cruzar, una vez que hayan descansado. También, Los Cuatro conocen polleros que los engañan y los hacen caminar inútilmente, pero también hay otros que los llevan a buen término del viaje.

La novela de Zamora se convierte, en consecuencia, en una nueva etapa en la literatura sobre migración. El autor, lo hace desde la perspectiva interna de un niño que enfrenta una de las experiencias más traumáticas que, sin embargo, se convierte en un testimonio de esperanza al demostrar cómo el deseo de protegerse en las penalidades más severas es capaz de generar una solidaridad ejemplar. Brinda una enseñanza sobre la solidaridad, mostrando que, en la suprema precariedad, las personas pueden mostrar lo mejor de sí mismas. Puede ayudar a sensibilizar al mundo acerca de tan traumática experiencia.

Como tal, *Solito* es una novela que expresa otra dimensión de la experiencia migrante: una travesía que siempre ha sido peligrosa para cualquier menor. Debe mencionarse, sin embargo, que la situación migratoria hoy día se ha vuelto más peligrosa, debido a la actitud más intransigente de las autoridades, así como a la participación del crimen organizado, ya en la modalidad de “tráfico de personas”. Algunas tragedias recientes, en las que migrantes han perecido en contenedores, se han perdido en el desierto o han sido masacrados por bandas del crimen organizado, muestran que los peligros subsisten en una travesía que podría evitarse si se tomasen medidas integrales para asegurar la funcionalidad de las sociedades cuya injusticia hace que muchas personas tengan que abandonar su país, expuestas muchas veces a ser víctimas del sistema de injusticia, en sus propios países.

Existen otras novelas que presentan la inaceptable realidad de la migración de los menores, y, desde luego, de las personas adultas. Una historia de viaje similar a la de Javier es la de Enrique un joven hondureño de 16 años, el protagonista de la obra de Sonia Nazario, *La travesía de Enrique*. Esta obra podría incluirse en la tradición del testimonio latinoamericano que se caracteriza por la “producción social de la verdad, memoria y justicia” (García,2012: 372).

Nazario se convierte en la voz objetiva y detallada de Enrique al contar su historia, puesto que al haber hecho el mismo recorrido que el joven, da cuenta y extiende la historia de Enrique de forma periodística. Dos temas sobresalen en esta obra: el viaje y la reunificación familiar; es decir, Enrique añora e idealiza la vida con su madre y arriesga su vida para lograrlo. Con respecto a la primera, Enrique usa el peligroso tren “La bestia” en su recorrido por México. A través de esta narración, los lectores aprenden sobre las diversas vicisitudes, contradicciones y maltratos que viven los migrantes en su camino por México, forzando a la concientización de la compleja



situación de los migrantes. Una vez ya en compañía de su madre, Enrique experimenta el desencanto de vivir con una familia a la que no conocía y que había idealizado.

Sin embargo, en el futuro deben escribirse otras novelas para reflejar la turbulenta vida de los viajeros sin papeles migratorios en la época del crimen organizado. El problema, en realidad, se empeora con cada día que pasa; como lo hace ver S. Arel (2017:43), la mitad de los refugiados son menores de edad. En particular, el problema ha adquirido ribetes de urgencia con las caravanas de personas que se organizan, básicamente desde Honduras, las cuales incluyen otros países centroamericanos e incluso venezolanos. Las novelas e investigaciones que muestran el creciente problema de la migración son necesarias para alcanzar mayor conciencia de un problema que se agrava con el paso del tiempo. Al final, los dos objetivos se cumplieron, aunque no de la forma en que Enrique lo había soñado: él llegó vivo al lado de su madre; sin embargo, vive atrapado en un ciclo de abandono e insatisfacción, que señala los problemas de la vida posmigratoria.

En conclusión, las novelas de la migración recuerdan a la humanidad el problema constante de la migración irregular. Hacen ver que condiciones humanas de existencia impulsan a muchas personas a buscar un futuro que se antoja imposible.

## Referencias

- Arel, S. (2017). Trauma, Detachment, and Not Belonging. *Uncompanied Migrant Children: Social, Legal, and Ethical Perspectives*, editado por Haller, H. y Greening, M. Londres: Lexington.
- Brown, J. (2010). *Immigration Narratives in Young Adult Literature: Crossing Borders*. Lanham, Maryland: Scarecrow Press.
- Case, A. y Deaton, A. (2021). *Deaths of Despair and the Future of Capitalism*. New Edition, Princeton: Princeton University Press.
- Cesare, Donatella di (2020). *Resident Foreigner*. Traducido por D. Broder. Cambridge: Polity.
- Ferrajoli, L. (2004). Libertad de circulación y constitucionalismo global. En: Ferrajoli, L. *Razones jurídicas del pacifismo*, edición de G. Pisarello. Madrid: Trotta.
- García, V. (2012). Testimonio literario latinoamericano: una reconsideración histórica del género. *Exlibris*, (1), 371-389.
- Hernández, J. (2017). “El fenómeno migratorio ilegal de los niños, niñas y adolescentes guatemaltecos que viajan sin compañía y el proceso de medidas de protección para su deportación.” *Auctoritas Prudentium*, 17(3). <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6086152>.
- Killian, Z. (10 de septiembre de 2022). “Javier Zamora: ‘Ahora las posibilidades de que cruce la frontera y sobreviva serían escasas’”. Entrevista de Killian, Z, *The Guardian*, versión en castellano. [https://www.theguardian-com.translate.google.com/books/2022/sep/10/javier-zamora-solito-interview-now-the-chances-of-me-crossing-border-and-surviving-would-be-slim?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=es&\\_x\\_tr\\_hl=es-419&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www.theguardian-com.translate.google.com/books/2022/sep/10/javier-zamora-solito-interview-now-the-chances-of-me-crossing-border-and-surviving-would-be-slim?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=es&_x_tr_hl=es-419&_x_tr_pto=sc).
- Nazario, S. (2006) *Enrique's Journey*. Nueva York: Random House.
- Pisarello, G. (2014). *Procesos constituyentes: Caminos para la ruptura democrática*. Madrid: Trotta.

- Rodotá, S. (2014). *El derecho a tener derechos*. Traducción del italiano de J. Revuelta. Madrid: Trotta.
- Zamora, J. (11 de septiembre de 2022). “Javier Zamora cuenta su travesía como niño migrante en ‘Solito’”. Entrevista de B. Russel, *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/es/2022/09/11/espanol/solito-javier-zamora.html>
- Zamora, J. (2017). *Unaccompanied*. Port Townsend, Washington: Copper Canyon Press.
- Zamora, J. (2022). *Solito*. Versión en español. Traducción de José García Escobar. Miami: Penguin Random House.



## Migrante empreendedor, migrante influencer: cidadanias precárias em tempos neoliberais

Migrant entrepreneur, migrant influencer: precarious citizenships in neoliberal times

**Sofia Zanforlin<sup>69</sup>**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Recife, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4030-1329>

[sofia.zanforlin@ufpe.br](mailto:sofia.zanforlin@ufpe.br)

**Júlia Lyra<sup>70</sup>**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Recife, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8493-3921>

[julia.lyra@ufpe.br](mailto:julia.lyra@ufpe.br)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/5075>

DOI : 10.25965/trahs.5075

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Resumo:** Este artigo considera processos de midiaticização e sua relação com a mobilidade humana em tempos de agudização do neoliberalismo no Brasil e na América Latina. O objetivo desta proposta é entender esses fenômenos como parte de um processo comunicacional e contextual em que o migrante passa a ser formatado discursiva e subjetivamente em uma pedagogia neoliberal que estimula a gestão de si como empresa, onde o indivíduo precisa trabalhar e aprimorar a si mesmo para negociar seu pertencimento no país. No estudo em tela, migrantes mobilizam seus costumes e experiências das trajetórias como uma das estratégias

---

<sup>69</sup> Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE. Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGCOM- UFRJ. Coordenadora do grupo de pesquisa Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de Populações, Migra (DCG-DCOM/UFPE). Coordenadora da pesquisa Fronteiras da mobilidade no Brasil contemporâneo: comunicação e experiência migrante na securitização do acolhimento e da integração social no âmbito da Operação Acolhida, financiada pelo edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenadora do GT Diaspora and Media do International Association for Media and Communication Research – IAMCR

<sup>70</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM). Jornalista pelo Departamento de Comunicação (DCOM). Integrante do grupo de pesquisa Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de Populações, Migra (DCG-DCOM/UFPE). Participante da pesquisa Fronteiras da mobilidade no Brasil contemporâneo: comunicação e experiência migrante na securitização do acolhimento e da integração social no âmbito da Operação Acolhida, financiada pelo edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Realiza pesquisas focadas na questão migratória transnacional em suas interfaces com as práticas comunicativas e as relações interculturais. Foi bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

assumidas na busca por inserção e ascensão sociolaboral na sociedade receptora. O que observamos é que as soluções criadas para dar conta das dificuldades relacionadas à adaptação e inserção no país estão sendo individualizadas, vistas como dependentes da disposição para o trabalho, do esforço e mérito de cada um e, portanto, contribuindo para esvaziar o caráter intrinsecamente político do migrante e das migrações.

Palavras chave: migração, mediatização, neoliberalismo

Résumé : Cet article examine les processus de médiatisation et leur relation avec la mobilité humaine en période d'aggravation du néolibéralisme au Brésil et en Amérique latine. Son objectif est de comprendre ces phénomènes comme faisant partie d'un processus communicationnel et contextuel dans lequel le migrant devient discursivement et subjectivement formaté dans une pédagogie néolibérale qui encourage la gestion de soi comme une entreprise, où l'individu doit travailler et s'améliorer pour négocier son appartenance au pays. Dans notre étude, les migrants mobilisent leurs coutumes et leurs expériences de trajectoires comme une des stratégies assumées dans la recherche d'insertion et d'ascension socio-professionnelle dans la société d'accueil. Ce que nous observons c'est que les solutions créées pour rendre compte des difficultés liées à l'adaptation et à l'insertion dans le pays sont individualisées, considérées comme dépendant de la volonté de travailler, de l'effort et du mérite de chacun et, par conséquent, contribuant à vider de son sens le caractère intrinsèquement politique du migrant et des migrations.

Mots clés : migration, médiatisation, néolibéralisme

Resumen: Este artículo considera los procesos de mediatización y su relación con la movilidad humana en tiempos de exacerbación del neoliberalismo en Brasil y América Latina. Su objetivo es comprender estos fenómenos como parte de un proceso comunicacional y contextual en el que el migrante se formatea discursiva y subjetivamente en una pedagogía neoliberal que fomenta la autogestión como empresa, donde el individuo necesita trabajar y superarse para negociar su pertenencia en el país. En nuestro estudio, los migrantes movilizan sus costumbres y vivencias de las trayectorias como una de las estrategias asumidas en la búsqueda de inserción y ascenso sociolaboral en la sociedad receptora. Lo que observamos a través del estudio de caso discutido es que las soluciones creadas para enfrentar las dificultades relacionadas con la adaptación e inserción en el país están siendo individualizadas, vistas como dependientes de la voluntad de trabajo, el esfuerzo y el mérito de cada uno y, por lo tanto, contribuyendo a desinflar el carácter intrinsecamente político de los migrantes y las migraciones.

Palabras clave: migración, mediatización, neoliberalismo

Abstract: This article considers mediatization processes and their relationship with human mobility in times of exacerbation of neoliberalism in Brazil and Latin America. The objective of this proposal is to understand these phenomena as part of a communicational and contextual process in which the migrant becomes discursively and subjectively formatted in a neoliberal pedagogy that encourages self-management as a company, where the individual needs to work and improve himself. to negotiate their belonging in the country. In the study on screen, migrants mobilize their customs and experiences of the trajectories as one of the strategies assumed in the search for insertion and socio-occupational ascension in the receiving society. What we observe through the case study discussed is that the solutions created to deal with the difficulties related to adaptation and insertion in the country are being individualized, seen as dependent on the willingness to work,

the effort and merit of each one and, therefore, contributing to deflate the intrinsically political character of migrants and migrations.

Keywords: migration, mediatization, neoliberalism

## Introdução

Em um auditório lotado de funcionários da Monsanto, então comprada pela empresa transnacional Bayer<sup>71</sup>, inicia-se o evento da Semana da diversidade<sup>72</sup> promovida pela empresa. O ano era 2018 e uma das pesquisadoras fora indicada pela ONG objeto de sua pesquisa, a Migraflif<sup>73</sup>, para ser a personagem designada como especialista. O evento havia sido dividido entre uma representante do campo acadêmico, o diretor da ONG que trabalha pela inclusão financeira de migrantes, e a fala da refugiada, no caso, vinda de Angola. Antes do evento, em uma sala destinada ao café da manhã dos convidados, ouve-se a motivação para a criação da semana: a Bayer, ciente da má reputação angariada pela marca Monsanto, associada ao uso de agrotóxicos na agricultura extrativista, decide então pelo *rebranding*, isto é, trabalho de marketing associado a ações culturais para promover, ou convencer, de que há uma mudança em curso. Uma breve busca pela Internet, é possível perceber que o recurso à diversidade para ações que indiquem compromissos sociais por parte de empresas parece ser estratégia consolidada no mundo corporativo.

Deixando a empresa promotora de lado, o que nos surpreendeu naquele momento foi a desenvoltura da refugiada no palco do auditório. Questionado sobre se a refugiada havia recebido algum tipo de treinamento, Jonathan Berezovsky, diretor do Migraflif, confirmou que todos os migrantes que estão designados para palestras motivacionais na ONG, são treinados por um *coach* e um preparador de oratória. A apresentação da refugiada, naquele dia, traçava uma linha cronológica que começava pela infância pobre, ilustrada por uma foto projetada no telão de uma criança negra pulando uma vala que sugere ser de esgoto, para ir a um barracão, onde se supõe ser sua casa. A sequência termina com o processo de migração, a chegada ao Brasil, as dificuldades enfrentadas, e a redenção, ou superação, quando se volta para o presente e relata que está realizando um sonho ao ser *maitre* de um restaurante famoso em São Paulo, enquanto estuda gastronomia. A palestra termina com um conselho: nunca desista dos seus sonhos.

A mensagem da palestra da refugiada pode ser resumida por uma fórmula, ou pela narrativa do herói, aquele que consegue superar as intempéries da vida e ressurgir tendo realizado o sonho de uma vida. Grosso modo, podemos apontar essa sequência de eventos como um padrão generalizado, em que podemos localizar as narrativas individuais contemporâneas, onde o indivíduo consegue superar dificuldades, e, com resiliência, força e garra, realizar seus sonhos (Casaqui, 2021). Essa fórmula representa a ideologia discursiva no neoliberalismo: aposta na individualização, na performance e na narrativa vencedora. Porém, perguntamos, como isso chegou ao universo das migrações e do refúgio?

Este artigo pretende considerar os processos de mediatização e sua relação com a mobilidade humana em tempos de agudização do neoliberalismo no Brasil e na América Latina. Por mediatização pensamos “a articulação da vida social com os dispositivos de mídia” (Sodré, 2012), no contexto contemporâneo vinculado à financeirização da sociedade e defesa do Estado mínimo, que acarreta a diminuição

---

71 Sobre o tema, ver <https://www.infomoney.com.br/patrocinados/canal-do-empresario/a-favor-da-diversidade-ceo-da-bayer-luta-contr-a-discriminacao-no-ambiente-corporativo/> acessado em 16 de agosto de 2022.

72 Sobre a relação entre diversidade e empresas, ver <https://forbes.com.br/forbesesg/2021/06/especial-afrofuturo-investir-em-diversidade-e-a-coisa-inteligente-a-se-fazer/> acessado em 16 de agosto de 2022.

73 A Migraflif é uma ONG que fomenta empreendedorismo migrante. Um dos serviços prestados é o de palestras motivacionais. Para saber mais: <https://www.migraflif.com.br>.

da execução de políticas públicas de acolhimento a migrantes e refugiados, neste âmbito específico.

A mobilização de diversos atores sociais na causa da integração econômica de migrantes – que reúne entidades da sociedade civil como Organizações não Governamentais, ONGs, às humanitárias como a Agência da ONU para Refugiados, a ACNUR, e as corporações capitalistas transnacionais, no caso das redes sociais – mediada pelo ecossistema midiático contemporâneo, nos aproximou do conceito de “bios virtual ou midiático” desenvolvido por Muniz Sodré (2014). Para o autor, o bios virtual ou midiático “implica uma “totalidade espacial virtualizada ou um fato social total” (p.142), ou ainda, “uma espécie de chave virtual aplicada à vida cotidiana, à existência real histórica do indivíduo” (p. 143). Nesse contexto, a mídia passa a ser compreendida não apenas pelo seu aparato tecnológico e informacional, mas também como componente fundamental de práticas socioculturais e subjetivas na contemporaneidade.

Propomos analisar dois fenômenos interligados que nos parecem exemplares desse processo: primeiro, o encaminhamento do empreendedorismo migrante, ancorado aos usos das redes sociais como articuladoras dos processos de divulgação e compra e vendas dos produtos de seus negócios, e, segundo os usos destas plataformas por migrantes aspirantes a influenciadores. Nos dois casos, a retórica inspiracional molda a forma de se comunicar, seja no sentido da promoção dos produtos, geralmente vinculados às culturas de origem dos migrantes, bem como no conteúdo dos canais dos influenciadores.

Nossa hipótese é de que os processos de negociação de pertencimentos contemporâneos passam a ser elaborados a partir da prerrogativa do desempenho e da performance, em que a história pessoal do migrante – no caso, a experiência da mobilidade como empreendimento e de seu pertencimento como resultado do trabalho árduo de resiliência e superação – pode se configurar como um caminho para mobilizar afetos, conquistar atenção nas redes sociais e moldar seu pertencimento no país, pela via do bom trabalhador, do empreendedor, aquele que não pesa ao Estado. O migrante é estimulado a transformar sua condição social e econômica por si mesmo, sem a contrapartida estatal, na forma de políticas públicas voltadas para a inserção dessa população no mercado de trabalho. Para o migrante, a alternativa de empreender se coaduna com retrabalhar atributos pessoais e culturais do seu país de origem. Dessa forma, se tornando ele próprio um produto de consumo.

O objetivo deste artigo, portanto, é entender esse fenômeno como parte de um processo comunicacional em que o migrante passa a ser formatado discursiva e subjetivamente em uma pedagogia neoliberal que estimula a gestão de si como empresa (Zanforlin, Amaral, 2019), onde o indivíduo precisa trabalhar e aprimorar a si mesmo para negociar seu pertencimento no país. No caso dos migrantes, mobilizar seus costumes às trajetórias passa a ser uma das estratégias assumidas na busca por inserção e ascensão sociolaboral na sociedade receptora. O que observamos é que as soluções criadas para dar conta das dificuldades relacionadas à adaptação e inserção no país estão sendo individualizadas, vistas como dependentes da disposição para o trabalho, do esforço e mérito de cada um e, portanto, contribuindo para esvaziar o caráter intrinsecamente político do migrante e das migrações.

## O trabalho da Comunicação e a FORMAÇÃO DO MIGRANTE EMPREENDEDOR

Em trabalhos anteriores (Zanforlin & Amaral, 2019; Zanforlin & Grohmann, 2022), discutimos a relação do conceito de capital humano, fundamental para entender o neoliberalismo, com as migrações, como elaborado por Foucault em *O Nascimento da biopolítica* (2010). O autor recorre aos migrantes para ampliar a ilustração do conceito a partir de um dos traços que se somam para a moldura do capital humano, a mobilidade: “É preciso também avaliar, nos elementos constituintes do capital humano, a mobilidade, ou seja, a capacidade de um indivíduo se deslocar, e em particular a migração” (p. 291). Foucault explica que se a migração representa um custo, ela é também um investimento:

A migração é um investimento, o migrante é um investidor. É um empresário de si mesmo que faz algumas despesas de investimento para obter um certo melhoramento. A mobilidade de uma população e a capacidade que esta tem para fazer escolhas de mobilidade, que são escolhas de investimento para obter um melhoramento dos rendimentos, permite reintroduzir estes fenômenos, não como efeitos puros e simples de mecanismos econômicos que extravasariam os indivíduos e que, de certa maneira, os ligariam a uma imensa máquina que não controlariam; permite analisar todos estes comportamentos em termos de empresa individual, de empresa de si mesmo com investimentos e rendimentos (Foucault, 2010: 291).

A noção de “capital humano”, como formulada por Foucault (2010), é fundamental para o entendimento do neoliberalismo e suas relações com o trabalho. Para o autor, o capital humano seria formado de elementos inatos e elementos adquiridos; mas, para efeitos econômicos, os usos desses elementos passam a ter pertinência na medida em que se constituem como recursos raros para um determinado fim, isto é, “o capital humano poderá ser, em primeiro lugar, melhorado e, em segundo, conservado e utilizado durante o máximo tempo possível” a fim de formar uma “competência-máquina” (p. 290). A relação entre neoliberalismo e subjetividades foi tratada por Foucault (2010), que é referência para esta discussão e ponto de partida de Dardot e Laval (2016).

Para Foucault (2010), a noção de neoliberalismo como paradigma justifica a implementação de uma nova racionalidade, baseada na diminuição do papel do Estado, numa divergência ao conceito de Estado de bem-estar social em favor da lógica de livre concorrência centralizada pelo mercado e da reconfiguração do trabalho. Dardot e Laval ressaltam ainda que o neoliberalismo “estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade ‘contábil’ pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos” (2016: 30).

O migrante como empresário de si mesmo, como empreendedor/a, tem sido objeto de pesquisa de uma das autoras, que, desde 2015, tem acompanhado a introdução do tema do empreendedorismo para migrantes, tanto como uma “saída” para a inclusão financeira à sociedade receptora, como um sintoma de uma formação discursiva contemporânea, em que prevalece a redução da atuação do Estado, a precariedade das condições de trabalho, e a crescente perda de direitos dos cidadãos como um todo. A pesquisa identificou a inserção do tema de diversas maneiras, desde o treinamento a partir de cursos, como também pela recomendação assumida pelo



Acnur e ONU, no relatório de Tendências Globais (Ver Zanforlin, Amaral, 2019). O estímulo ao empreendedorismo como solução para integrar os migrantes economicamente passou a ser pauta da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), em documento de 2016.

A ideia é de convocar a sociedade civil e empresas privadas para participação ativa na gestão das causas humanitárias. Tal discurso encontra eco no cotidiano dos migrantes e refugiados em busca de um lugar na nova sociedade, na necessidade rápida de geração de renda para si e sua família e na negociação cotidiana pela relativização da sua vulnerabilidade. Neste contexto de cidadania sacrificial (Brown 2018), as organizações que trabalham com migrantes são as portadoras de discursos humanitários e em relação ao bem comum, enquanto os migrantes são aqueles que precisam se sacrificar em prol de um bem maior em um cenário de políticas de austeridade, convertendo-se em “sujeitos governados por coleções de máximas normativas, vulneráveis aos perigos da vida e prontos a legitimar sacrifícios” (Brown, 2018: 7). O migrante empreendedor passa a ser aquele a quem não mais se teme, mas o sujeito que vem somar-se à sociedade acolhedora como bom trabalhador. Não aquele que espera da nova sociedade, mas aquele que coopera para o seu bom desempenho.

Nesse caminho, Byung-Chul Han assinala uma mudança de premissa para analisar a sociedade contemporânea no livro *A sociedade do cansaço* (2017). O autor discorre sobre o que considera as características mais marcantes do nosso tempo, o desempenho, a exaustão e o excesso de positividade: “São estados patológicos devidos a um *exagero de positividade*. (...) A violência da positividade que resulta da superprodução, superdesempenho ou supercomunicação já não é mais “viral”” (Han, 2017:14-16). Para o autor, o conceito foucaultiano de sociedade disciplinar, ou de controle, não dá conta de descrever as modificações “psíquicas e topológicas” que se realizaram com a mudança da sociedade de desempenho. A sociedade do desempenho se desvincula da negatividade da proibição para o poder ilimitado da positividade: “No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. (...) A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever” (Han, 2017: 24-25).

É assim que, segundo Han, o inconsciente social do dever troca de registro, e nessa lógica, seus habitantes “não se chamam mais sujeitos da obediência, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos” (Idem:23). Esses cidadãos-empresários-de-si, estariam em sintonia com a prédica do estado mínimo de direitos para o estado gestor, pensado nos moldes de uma empresa privada, em que cidadania passa a ser uma conquista individual, onde somos todos consumidores e concorrentes, e não mais baseada em um Estado da solidariedade (Canclini, 1995; Brown, 2018).

Enquanto o ideal liberal clássico de autonomia e liberdade individual é explorado pelo processo neoliberal de delegação do poder decisório, operacionalidade e responsabilidade aos indivíduos, esse mesmo ideal é esvaziado à medida que a desregulamentação elimina os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desata os poderes do capital corporativo e financeiro, e desmantela aquela clássica solidariedade, própria do século XX, entre trabalhadores, consumidores e eleitores. O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios

vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital. (Brown, 2018: 8)

Por sua vez, é por meio do trabalho comunicacional que, em uma dimensão, organiza as relações entre ONGs e migrantes a partir da circulação de narrativas de empreendedorismo e bem comum (Casaqui, 2019) com sentidos humanitários, transformando a crescente individualização e degradação das condições de trabalho em sentimentos de oportunidades e autonomia. Em uma dimensão ainda mais ampla, a Comunicação sedimenta ideologicamente a financeirização (Sodré, 2019) e entrelaça o trabalho à racionalidade neoliberal (Grohmann & Qiu, 2020). É com a centralidade do trabalho da Comunicação que os migrantes são transformados discursivamente em empreendedores, carregando todas as inseguranças e responsabilidades pelos fracassos no âmbito do trabalho.

Este movimento é complementado por Sodré pela noção de sociedade midiaticizada, caracterizada pelo autor pela “flexibilização das relações de produção e a fragmentação dos tempos de trabalho no quadro da inflexão do sistema produtivo para o chamado capital humano” (Sodré, 2014: 140), traduzida como uma figura do capitalismo dito cognitivo. Também nesse caminho, Stuart Hall (1997: 33) ressalta que “a cada momento particular, o funcionamento da economia depende da formação discursiva da sociedade”. Com essa afirmação, o autor não pretende “culturalizar” os processos econômicos, ou reduzi-los ao discurso e à linguagem, mas “significa que a dimensão discursiva ou de significado é uma das condições constitutivas do funcionamento da economia. O ‘econômico’ não poderia funcionar nem teria efeitos reais sem a ‘cultura’ ou fora dos significados e dos discursos” (1997: 33-34). O que se quer afirmar a partir das citações acima é que o trabalho de conversão de cidadania a empresário de si só é possível porque coexiste com um trabalho discursivo e cultural, transformando a discussão em tela em um fenômeno comunicacional.

Assim, por fenômeno comunicacional nos referimos ao redesenho de uma nova forma de organização da sociedade “cuja finalidade central é a intensificação do processo laborativo” em que a ênfase se dá sobre o envolvimento qualitativo “em sua dimensão cognitiva” (Antunes, 2018: 104), e que passa necessariamente pelos discursos e imaginários que vão ser alinhavados a partir de diversos matizes, mas definitivamente marcados pelo processo de midiaticização como trabalhado por Sodré. O autor rechaça a separação da produção e do consumo de mensagens, “a exemplo das mediações socioculturais” para a de “um conceito que descreve o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais e dos indivíduos com a mídia”, isto é, na midiaticização o indivíduo passa a ser descrito “ele próprio, como imagem gerida por um código tecnológico” (Sodré, 2014:108). Essas mensagens, portanto, envolvem desde campanhas publicitárias que ressaltam o papel individual como transformador até no investimento do aspecto cognitivo de mais liberdade e independência na forma de viver a rotina de trabalho, desconsiderando os efeitos políticos e sociais sobre os direitos sobre o trabalho e a cidadania.

É nesse contexto que, para Han, imigrantes deixam de ser vistos como estrangeiros “no sentido enfático, que representaria um perigo real”, para se constituírem “mais como um peso do que como ameaça” (2017: 12). Só que esse peso pode ser resignificado. Dessa forma, está dada a senha do trabalho de mais um *rebranding*: o migrante empreendedor.

## Migrantes EMPREENDEDORES e trabalhadores *gig*

A relação entre migração e trabalho e plataformização do trabalho se acentua em um contexto de crescente precarização do trabalho em que autores como Graham e Woodcock (2019) chamam de *gig economy*. Contudo, as economias de países do Sul Global são sedimentadas historicamente na *gig economy*, enquanto informalidade e como norma histórica da classe trabalhadora (Grohmann & Qiu 2020). A novidade para os migrantes é uma articulação entre racionalidade empreendedora, cidadania sacrificial a partir da plataformização do trabalho (Casilli & Posada 2019) isto é, a associação com as Big Tech, tanto por meio de trabalho direto, como no caso dos entregadores ou motoristas de aplicativos, como daqueles que dependem das redes sociais para realizarem as suas vendas, no caso dos empreendedores que não têm lojas virtuais como no dos influenciadores. O que está em questão é a radicalização das relações entre organizações não governamentais e migrantes rumo à intensificação de sua precarização do trabalho.

A plataformização do trabalho não é um processo homogêneo – tanto pela diversidade de plataformas quanto pelos perfis de trabalhadores. No caso das ONGs, centrais no capitaneamento do treinamento empreendedor em São Paulo, primeiramente, e em outros estados, como Roraima, trata-se de um grupo de migrantes que é obrigado a deslocar-se para trabalhar por meio de plataformas para gestão da sobrevivência – e, mesmo assim, há diferenças quando a relação com as plataformas é com AirBnb ou Uber, pois há mecanismos distintos de gestão de trabalho e relação com as plataformas (ver Zanforlin & Grohmann, 2022).

A literatura sobre trabalho em plataformas focada na Europa (Van Doorn, Ferrari & Graham 2020, Woodcock & Graham 2019, Però 2019, Könönen 2019, Van Doorn 2020) destaca o papel central da migração na moldagem dessas atividades. As investigações evidenciam relações dialéticas entre degradação e oportunidade de trabalho, entre autonomia e dependência. Dentre algumas características do trabalho migrante em plataformas, os autores destacam discriminação e racismo, formalização seletiva do trabalho e barreiras de linguagem. Reconhecemos a produtividade da perspectiva do trabalho para compreender a migração e os migrantes, pois são sujeitos em busca da gestão de suas próprias sobrevivências a partir do trabalho como uma questão-chave em busca de acessar uma possível cidadania. No entanto, é necessário salientar que o trabalho migrante e suas relações com plataformas em um país como o Brasil ocorre de modo muito diverso em relação à Europa tanto pelas características da força de trabalho e sua mobilidade quanto pelo papel central de organizações não governamentais.

Segundo Zanforlin e Grohman (2022), durante a década de 2000, o foco da relação entre comunicação e racionalidade empreendedora era a transformação dos processos organizacionais em lógicas de reality show. Isso também ocorreu em projetos de treinamento da ONG Migraflix (Zanforlin & Amaral, 2019), cujo formato apresenta muitas similaridades com realities de gastronomia, em que cruzam elementos de empreendedorismo e jogo a partir da crescente responsabilização individual traduzida como se fossem oportunidades.

Neste momento, a integração de migrantes já envolvia relações entre ONGs, a agência da ONU para refugiados (ACNUR) e corporações capitalistas transnacionais. Na última década, estas articulações se acentuaram com o uso de plataformas digitais para terceirizar obrigações das organizações ligadas a migrantes. Então, os diferentes vínculos de trabalho dos migrantes passam por uma crescente dependência de plataformas digitais, seja para comunicação com outros migrantes e organização, seja para efetivamente conseguir sobreviver por meio de seu trabalho.

Isso não significa, porém, que a lógica de reality show tenha desaparecido, mas intensifica-se por uma gamificação vinda de cima (Woodcock & Johnson 2018) própria dos mecanismos da plataformização do trabalho. Esta, por sua vez, é menos uma alteração completamente nova do que uma radicalização de processos anteriores já existentes, ou seja, as transformações de processos de financeirização e cidadania sacrificial a partir das relações com as plataformas, com destaque para as redes sociais. De novo, a prédica no empreendedorismo se soma ao convite das plataformas digitais e no apelo neoliberal à liberdade e autonomia que camuflam a perda de direitos e moralizam o sacrifício:

Quando a democracia passa pela economicização do Estado, da sociedade e dos sujeitos, típica da racionalidade neoliberal contemporânea, esses termos e práticas são metamorfoseados. Eles perdem sua validade política e ganham outra, econômica: a liberdade é reduzida ao direito ao empreendedorismo e sua crueldade, e a igualdade dá lugar a mundos ubiquamente competitivos de perdedores e vencedores (Brown, 2018: 9).

## Contextos e Metodologias relacionadas na pesquisa

A compreensão do fenômeno migratório exige estudos transdisciplinares e o desenvolvimento de pesquisas sobre migrações e a relação com empreendedorismo no campo de estudos da Comunicação se justifica partir do conceito de bios midiático (Sodré, 2014). O caráter do bios midiático, para seu autor, tem como um dos efeitos o sequestro da fala ou das representações do real, conforme hoje fazem os sistemas neocoloniais baseados na apropriação de dados (Sodré, 2021; Mbembe, 2019). A proposta se vincula, portanto à Comunicação entendida como investigação da articulação entre desigualdade social, mobilidade humana e cidadania, no sentido de não se restringir aos discursos produzidos pelas instâncias corporativas mas dialogar com as experiências dos migrantes e refugiados no acolhimento no país.

O alinhamento epistemológico com o campo também se dá através do entendimento da inspiração enquanto uma forma comunicacional característica da cultura empreendedora (Casaqui, 2017; 2019), e que reverbera tanto nas divulgações dos negócios étnicos administrados pelos migrantes, quanto nas narrativas dos influenciadores que iremos discutir a seguir. A aproximação com a ideia de inspiração se deu a partir da percepção da recorrência do compartilhamento de frases de incentivo nos perfis destes migrantes, das mensagens motivacionais diluídas em suas próprias histórias de vida e do desejo confesso de inspirar o público como uma das justificativas para atuar nas redes sociais. O que essa miríade de indícios nos revela é que a formatação subjetiva neoliberal se encontra em curso por meio de uma cadeia que envolve não apenas a produção de mensagens, mas também a sua circulação e consumo: os migrantes pensam e narram a si mesmos a partir de uma chave inspiradora, mas aquilo que inspira só faz sentido se puder ser replicado.

Aqui, cabe refletir que o conceito de empreendedorismo não se restringe à definição corriqueira de um sujeito que identifica oportunidades e as converte em lucro, devendo abarcar também a atitude, o traço comportamental de ver a si mesmo como um empreendimento que deve ser melhorado a cada dia. Assim, para além das ONGs portadoras de discursos humanitários, são os próprios influenciadores aqueles que assumem a tarefa de estimular outros migrantes a se converterem em empreendedores de si. A análise trazida é parte da pesquisa de mestrado de uma das autoras, que se propôs a compreender de que forma o tornar-se influencer se constitui como um meio de negociação de pertencimento para migrantes

venezuelanos no Brasil e o que isso nos diz sobre o momento contemporâneo. A investigação partiu da combinação de técnicas etnográficas, tais como observação participante e entrevistas em profundidade, para se aprofundar em cinco perfis mantidos por venezuelanos nas plataformas Youtube e Instagram. Para este artigo, destacamos a escolha pela página do Instagram @maribellasoy, da venezuelana Maribella, que recorre às redes sociais como forma de divulgação e instrumento de trabalho.

## Migrante influencer, migrante empreendedor: desempenho, performance e inspiração

Natural da cidade de La Victoria, Maribella tem 30 anos e é formada em engenharia civil, mas nunca exerceu a profissão. Segundo ela, era mais vantajoso trabalhar ajudando a mãe nos preparativos para festas e eventos do que em uma empresa onde o salário mal alcançaria as passagens. Após conseguir o diploma, em 2017, o cenário da crise se agravou e sua família passou a enfrentar insegurança alimentar. Foi nessa época que Maribella percebeu que “as pessoas estavam mais interessadas em saber o que estava acontecendo na Venezuela” do que assistir aos conteúdos humorísticos que costumava veicular e que o alcance dos novos vídeos poderia lhe servir como uma fonte de ingresso. “Eu vi uma *oportunidade* (grifo nosso): bom, mostro a eles o que querem e tenho o que eu quero também, que é o dinheiro para poder sair”.

Ao chegar ao Brasil, em fevereiro de 2020, a venezuelana foi recebida por amigos familiares que já estavam estabelecidas em Foz do Iguaçu – RS. Pouco depois veio a eclosão da pandemia da Covid-19, o que praticamente impossibilitou que conseguisse algum emprego. Aliado a isso, a necessidade se independizar e ajudar os parentes que ficaram fez com que assumisse a atividade como produtora de conteúdo como seu ofício, sendo remunerada a partir dos anúncios publicitários exibidos antes dos vídeos, da ferramenta “Seja membro”<sup>74</sup> do Youtube e da divulgação de negócios de envio de remessas pelo Instagram, entre outros artifícios.

No Instagram da interlocutora, embora o serviço informativo relacionado a questões de interesse dos migrantes esteja presente, com indicações de páginas para procurar emprego, aluguel e preços de produtos essenciais, a experiência tornada pública não deixa de ser fonte de entretenimento, recomendação e inspiração para as comunidades de origem e de destino. Dessa forma, ao mesmo tempo em que assume o papel de uma voz especializada, Maribella se dirige também a um público brasileiro, lançando mão de um convite para que estes conheçam a sua cultura de origem e a sua visão estrangeira sobre o país onde reside. Assim, o *self* da migrante vira o objeto a ser mostrado, compartilhado, curtido, comentado e até mesmo admirado.

Se por um lado a internet possibilita a criação de espaços autônomos onde os migrantes elaboram representações sobre si e seus coletivos, há que se recordar que o mundo do bios midiático é o mesmo onde as próprias plataformas são regidas pela lógica da competição. Pois, como nos lembra Van Djick (2013), a conectividade enquanto cultura cujo imperativo seria expandir as conexões - cada vez mais valiosas do ponto de vista financeiro - é uma cultura onde “a organização da mudança social aposta nos princípios econômicos neoliberais” (p.21), sendo inevitavelmente moldada pelas circunstâncias históricas. Semelhante ao empreendedor, o influenciador é levado a trabalhar a si mesmo com o intuito de se aperfeiçoar em seu

---

74 O botão permite que o assinante tenha acesso a conteúdos exclusivos pagos. No caso de Maribella, a ferramenta foi habilitada pela plataforma desde dezembro de 2020.

ofício, devendo realizar um manejo eficiente e produtivo das mídias para manter-se em evidência.

É também dentro desse cenário que os relatos dos influencers venezuelanos vêm se articulando com semânticas que incluem a resiliência, o mérito e a superação, onde as vicissitudes relacionadas à migração aparecem como componentes de uma retórica inspiracional que estimula os conterrâneos a serem valentes, fortes e alegres para enfrentarem as batalhas cotidianas (ver Figura 1). No caso de Maribella, é patente que o empreendedorismo se manifesta não apenas como um discurso. Isso porque a própria iniciativa de criação de conteúdo pode ser lida no marco da plataformização do trabalho, considerando que a sua renda depende do engajamento obtido, além dos serviços de divulgação que consegue prestar graças à influência que adquiriu frente ao nicho.

**Figura 1** - Propósito e positividade são apontados como “segredos” para trilhar uma trajetória migratória ascendente



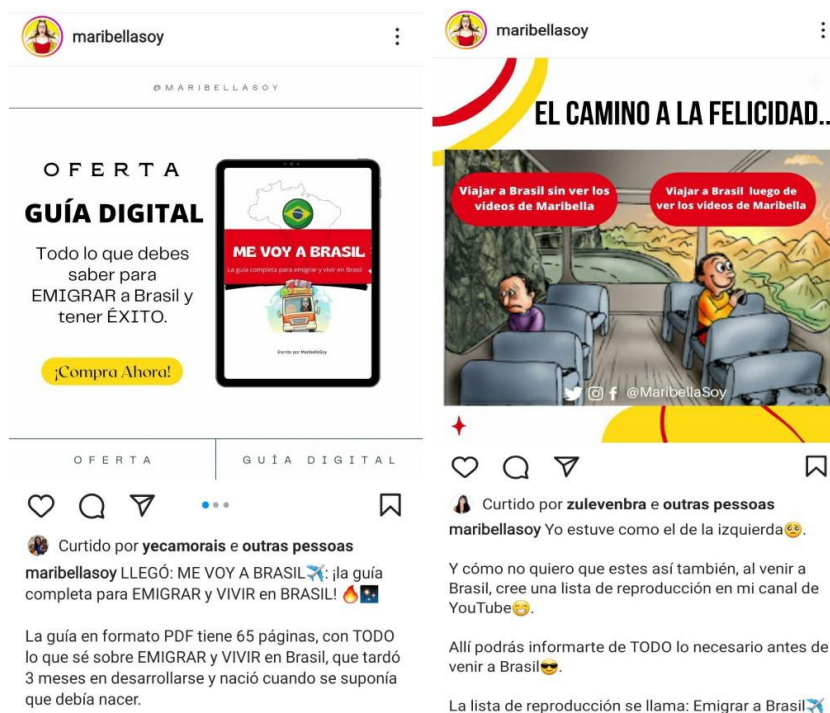
Fonte: Reprodução Instagram/@maribellasoy (01/07/2021).

A partir das ideias de Casaqui (2017, 2019), entendemos que as narrativas inspiracionais remetem a um tipo de construção discursiva que segue os preceitos de uma sociedade empreendedora. Enquanto narração, tais discursos trazem como um de seus elementos constitutivos a temporalidade, que é representada e articulada consoante lógicas específicas. Na trama elaborada por Maribella, é notável que os acontecimentos são estruturados de maneira projetiva, onde o passado se desenrola como um tempo já superado e o que importa é o olhar adiante. Assim, ora os desafios são minimizados pelo imperativo de dar a volta por cima, ora são o que amplificam o valor do migrante enquanto sujeito resiliente.

Quando questionada sobre o papel que atribuí a atividade como influenciadora, a migrante respondeu à pesquisa “inspirar”. Isto é, o falar sobre si e suas vivências enquanto estrangeira se reveste de um tom propositivo, a partir do qual fornece dicas e aconselha os interlocutores. Por servir de referência, aquilo que motiva

transborda a biografia singularizada e ganha conotações coletivas, como ela explicita ao justificar que as dificuldades que enfrentou podem inspirar os seus seguidores “a seguir adiante, a cumprir seus sonhos, que não se rendam, que não se queixem tanto”. Em outras palavras, a experiência vivida e adquirida no Brasil, utilizada como base para o seu testemunho, não apenas cativa o interesse e admiração geral, como também lhe confere o posto de mentora em matéria de migração.

Figura 2 - Conteúdos autopromocionais



Fonte: Reprodução Instagram/@maribellasoy (11/07/2022).

Fonte: Reprodução Instagram/@maribellasoy (07/06/2022).

O que se percebe nesse par de postagens é que elas reforçam o empreendedorismo de si como requisito para o sucesso. Conjugados ao ideal de sucesso estão ingredientes como a felicidade, o bem estar e a realização pessoal, vistos como dependentes da iniciativa do migrante em se munir de informações com vistas a maximizar os seus resultados na empreitada migratória. Acima de tudo, delineia-se um sujeito comprometido com os seus objetivos: o guia digital, por exemplo, é indicado na legenda para quem “está realmente *decidido a fazer o que deve ser feito* para que tudo ocorra bem em sua nova vida” (grifos nossos). Nesse sentido, ainda que Maribella se disponibilize a aconselhar os clientes através do Whatsapp, a ajuda fornecida não exime a responsabilidade do migrante em abrir os seus próprios caminhos.

Como sucesso e fracasso passam a ser vistos como uma questão de escolha, o que irá levar o indivíduo a um resultado ou outro depende unicamente do seu desempenho. Se desistir não é uma opção em uma sociedade da alta performance, a mensagem passada pela influenciadora é que é sempre possível ir além do que se acredita, daí a ênfase na motivação e na autoconfiança. A exaltação do ato de empreender, de tomar a iniciativa e assim tornar-se responsável por sua trajetória, discursivamente estende o campo de possibilidades do migrante ao infinito, trazendo como pressuposto a superação contínua dos próprios limites. Contudo, se na superfície

nenhum obstáculo se apresenta como intransponível, na prática, não são todos os que podem prosperar.

A ideia fica clara na cartilha prescrita por Maribella contendo os “3 erros que eliminam seu êxito no jogo da migração” (Figura 3), no qual alerta os perigos da improvisação, de contar com as promessas alheias e ser “rebelde”, definido como “não respeitar o país que te dá acolhimento, fazer comentários e críticas destrutivas”. Aqui, é sintomática a comparação da migração com um jogo, no qual os competidores deverão aprimorar a si mesmos para se tornarem vencedores e onde os erros são eliminatórios e, portanto, só os mais aptos poderão sobreviver. Além disso, percebemos que as concepções de autonomia e responsabilidade individual também carregam um sentido moralizante, pois o migrante deverá estar ciente das suas obrigações enquanto hóspede se quiser ser bem recebido.

**Figura 3** - Carrossel compara a migração a um jogo onde o descumprimento de certas regras pode ser “cruel”



Fonte: Reprodução Instagram/@maribellasoy (01/10/2021).

## Considerações Finais

No texto “Cidadania Sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade”, Wendy Brown lança a pergunta: “que razão se atribui a um comportamento empreendedor diligente e responsável, porém não recompensado?” (2018: 9). Na sequência a autora assinala a presença de um “discurso nacional-teológico de sacrifício moralizado que resolve artificialmente o paradoxo da conduta não recompensada prescrita de maneira normativa pelo neoliberalismo” (idem), alerta para as múltiplas maneiras de exercício do neoliberalismo e suas adaptações a realidades nacionais, concorda com Foucault acerca da “ascensão de uma forma de razão normativa que estende métricas e práticas de mercado a todas as dimensões da vida humana – política, cultural, pessoal, vocacional, educacional”



(idem) para demonstrar que não importa a faceta que irá tomar, no neoliberalismo, “a cidadania ativa é diminuída para coincidir com o capital humano responsabilizado, enquanto a cidadania sacrificial se expande, incluindo qualquer coisa relacionada à saúde de uma empresa ou nação, ou, mais uma vez, a saúde da nação como empresa” (Brown, 2018:34). O efeito direto é o relatado a seguir:

A responsabilização é a sobrecarga moral, posta sobre o elemento mais fraco no fim da linha, de ter que discernir e seguir corretamente as estratégias de valorização do capital humano. A responsabilização converte, discursiva e eticamente, o trabalhador, o estudante, o pobre, os pais e o consumidor, naquele cujo dever moral é buscar o auto-investimento perspicaz e estratégias empreendedoras de autocuidado (Brown, 2018: 38).

No nosso caso específico de análise, o elemento mais fraco é a figura do migrante, deslocado de suas redes de afeto e apoio, suscetível à adaptação às normas de cada país para exercício de uma cidadania precária, num momento em que o empreendedorismo vem sendo elegido como o lugar preferencial para inserção sociolaboral, isto é, na prática, continua apartado da nova sociedade por meio da reivindicação de direitos e sobrepõe-se a esse indivíduo a responsabilização pela sua condição de estrangeiro, a partir da moralização do sacrifício por meio da propalada autonomia. O migrante aceito é o que não reivindica, mas toma para si a responsabilidade de elaborar seu pertencimento que será sempre marginal. Dentro deste contexto, além de acatar o papel de empreendedor, a figura que completa a dinâmica desta nova formatação subjetiva, é a do migrante empreendedor influenciador, aquele que vai ser tomado de forma ambígua: tanto informa, a partir das dicas e conhecimentos compartilhados acerca da própria experiência de mobilidade, como se torna a forma mais acabada do que Han (2017) chama de sociedade do desempenho, da positividade. O influenciador também é o ente responsável por legitimar o caráter de positividade a partir de um discurso inspiracional que complementa a subjetividade empreendedora.

Nesse sentido, Paula Sibilia chama atenção para ascensão da figura do influenciador digital como este componente fundamental do neoliberalismo e fruto do contexto descrito por Brown. Para Sibilia, a conjugação entre os códigos do espetáculo midiático, cada vez mais assimilados pela população, com os “impulsos neoliberais que renovaram o capitalismo, um certo espírito empresarial parece tudo permear com seus valores e seu modo de funcionamento” (2016, p. 33), e expande as regras do mercado para todos os âmbitos. Já Han, aponta que “o novo tipo humano” está exposto e entregue indefeso ao excesso de positividade, “é aquele *animal laborans* que explora a si mesmo e, quiçá, deliberadamente, sem qualquer coação estranha. É agressor e vítima ao mesmo tempo” (2017:28). O ponto central do argumento do autor é que esta sociedade que ele denomina como a do desempenho acaba por ser também a do cansaço, uma vez que só a recorrência a antidepressivos e estimulantes garantem o funcionamento individual: “o homem como um todo se transforma numa *máquina de desempenho*” e, como consequência, “a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e esgotamento excessivos; (...) um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando” (Han, 2017: 70-71).

Foi o que observamos por meio das análises apresentadas: as soluções criadas para dar conta das dificuldades relacionadas à adaptação e inserção no país estão sendo individualizadas, vistas como dependentes da disposição para o trabalho, do esforço e mérito de cada um e, portanto, contribuindo para esvaziar o caráter intrinsecamente político do migrante e das migrações. Pois, à medida que problemas

coletivos na origem passam a ser vistos como solucionáveis exclusivamente por meio da vontade e perseverança do sujeito, não apenas o papel governamental em garantir os seus direitos mínimos é posto de lado, como se deixa de questionar sobre as injustiças e discriminações sistêmicas comuns. Revestida por componentes emocionais e afetivos, a vulnerabilidade do sujeito é minimizada face o seu testemunho edificante, que adere ao discurso do trabalhador resiliente e, com isso, consegue atrair os holofotes para si.

É nesse caminho que percebemos a intensa profusão de narrativas inspiracionais, nas quais o migrante midiatiza o próprio cotidiano e se converte em exemplo passível de ser admirado e replicado por seus seguidores. Logo, entendemos que a apropriação de tal retórica tem viabilizado o alcance de vozes minoritárias para públicos mais amplos, se constituindo enquanto uma estratégia de comunicação e negociação intercultural e, assim, abrindo margem para um tipo específico de aceitação na sociedade receptora. Ao mesmo tempo, embora a mudança de migrante-problema para migrante exemplar possa parecer positiva e até mesmo empoderadora, há que se destacar que estamos diante de um reconhecimento meritocrático que em muito se distancia da hospitalidade irrestrita historicamente creditada ao “Brasil cordial”. Pelo contrário, o que se tem visto nos últimos anos é que as portas não estão abertas para todos, ou, como dito pela autoridade máxima do país, “não é qualquer um que entra em nossa casa”<sup>75</sup>. Mais do que um fechamento seletivo, parece haver pouco espaço para o ser migrante em sua integralidade, restando a ele se adequar a única cidadania possível nestes tempos neoliberais: a do empreendedor.

## Referências

- Brown, W. (2018). “Sacrificial citizenship: Neoliberalism, human capital, and austerity politics”. *Constellations*, 23(1), 3-14. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12166>.
- Casaqui, V. (2017). “Abordagem crítica da cultura da inspiração: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora”. *E-Compós*, 20(2), 1-18.
- Casaqui, V. (2019). “Entrepreneurship as communication phenomenon, as social discourse and as inspiration”. *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*, 16(30), 202-221.
- Casaqui, V. (2020). “O papel da narrativa no projeto da sociedade empreendedora e na cultura da inspiração”. *E-Compós*, 23(1), 1-29.
- \_\_\_\_\_ (2021). “Autoajuda empreendedora e a dimensão comunicacional do Espírito do Tempo”. In *Mídia e Zeitgeist*. Florianópolis: Editora Insular, 209.
- Casilli, A., & Posada, J. (2019). “The Platformization of Labor and Society.” In: M. Graham & W. H. Dutton (eds.). *Society and the Internet*. How Networks of Information and Communication are Changing Our Lives (second edition). Oxford: Oxford University Press, 293-306.

---

<sup>75</sup> A frase foi proferida em crítica ao Pacto Global para Migração, acordo assinado por 164 países em dezembro de 2018, quando no término do mandato presidencial de Michel Temer. Vale destacar que a primeira medida adotada pelo governo Bolsonaro em temática migratória foi a retirada do Brasil do pacto. Ver <https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-deixa-pacto-global-para-migracao/>, acessado em 26/08/2022.

- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Foucault, M.. (2010). *O nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70.
- Han, B.-C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: RJ, Vozes.
- Graham, M. et al. (2020). "Thinking Out of the Box: Fair Work for Platform Workers". *King's Law Journal*, online first.
- Grohmann, R., & Qiu, J. (2020). Contextualizing platform labor. *Contracampo: Brazilian Journal of Communication*, 39(1), 1-10.  
<https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.42260>
- Sadowski, J. (2020). "The internet of the landlords: Digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism". *Antipode: A Radical Journal of Geography*, 52(2), 562-580.
- Sibilia, P. (2016). *O show do eu*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Sodré, Muniz. (2014). *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Van Dijck, José. (2013). *The Culture of Connectivity: A critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press.
- Van Doorn, N., Ferrari, F., & Graham, M. (2020). *Migration and Migrant Labour in the Gig Economy: An Intervention*. SSRN.  
<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3622589>
- Woodcock, J., & Graham, M. (2019). *The gig economy: A critical introduction*. Cambridge: Polity.
- Zanforlin, S.C., & Amaral, R. (2019). "Empreendedorismo para Migrantes: Relações entre gastronomia, consumo cultural e economia criativa". *E-Compós*, 22(1).  
<https://doi.org/10.30962/ec.1647>
- Zanforlin, S.C. & Grohmann, R. (2022). "On-Demand Migrants: Entrepreneurialism, Platformization, and Migration in Brazil". *International Journal of Communication*, 16(18).

#### **IV- Democracia, ciudadanos y libertades / Democracy, citizens and freedoms**



## Participação popular e democracia. O local e o global vividos ao sul de nuestra America

Popular participation and democracy. The local and global experience in the south of neustar America

**Paulo Celso Silva**<sup>76</sup>

Universidade de Sorocaba

São Paulo, Brasil

Red ALEC

<https://orcid.org/0000-0002-0494-7408>

[paulo.silva@prof.uniso.br](mailto:paulo.silva@prof.uniso.br)

**Fernanda Brugnerotto Soares**<sup>77</sup>

Universidade de Sorocaba

São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9611-738X>

[brunheroto\\_fer@hotmail.com](mailto:brunheroto_fer@hotmail.com)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/5093>

DOI : 10.25965/trahs.5093

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

Resumo: Este trabalho visa refletir acerca do tema da democracia e participação popular tendo como referente de pesquisas as audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Sorocaba, visando abarcar a escala local. Verificamos que apesar da audiência pública ser um direito dos munícipes, há uma baixa participação popular na cidade de Sorocaba quando se compara a quantidade de participantes com alguns indicadores como número de habitantes e quantidade de eleitores da cidade; e/ou capacidade do plenário onde esses eventos são realizados. E, para a escala global, os dados publicados em novembro de 2022 na pesquisa “América Latina - Unión Europea: miradas, agendas y expectativas”, realizada por Latinobarómetro, Nueva Sociedad y la Fundación Friedrich Ebert em 10 países da região (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Uruguay y Venezuela), com ênfase nas análises e gráficos relativos à pergunta “A democracia - Numa escala de 1 a 10, em que 1 é “não é uma democracia” e 10 é “uma democracia plena”, onde você colocaria cada um dos seguintes países? E são listados Estados Unidos, França, Rússia, China, Alemanha. As duas escalas, local e global, escolhidas se complementam, uma vez que a globalização é vivida nos lugares. Assim, neste artigo, fazemos uma breve apresentação da Câmara Municipal de Sorocaba, definimos o conceito de audiência pública e suas características; e o

---

<sup>76</sup> Professor titular da Universidade de Sorocaba no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura

<sup>77</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba

relacionamos com a participação popular tendo como norte a problemática da democracia.

Palavras chave: audiência pública, participação popular, democracia, poder legislativo, América Latina

Résumé : Ce travail vise à réfléchir sur la question de la démocratie et de la participation populaire, en prenant comme référence de recherche les audiences publiques organisées par la municipalité de Sorocaba dans son ensemble et, ce à l'échelle locale. Nous avons constaté que malgré le fait que l'audience publique est un droit du citoyen, la participation populaire est faible dans la ville de Sorocaba lorsque l'on compare le nombre de participants avec certains indicateurs tels que le nombre d'habitants et le nombre d'électeurs dans la ville et/ou la capacité de la salle où se déroulent ces événements. Et, à l'échelle mondiale, les données publiées en novembre 2022 dans l'enquête « Amérique latine - Union européenne : perspectives, agendas et attentes », réalisée par Latinobarómetro, Nueva Sociedad et la Fondation Friedrich Ebert dans 10 pays de la région (Argentine, Bolivie, Brésil, Chili, Colombie, Costa Rica, Guatemala, Mexique, Uruguay et Venezuela) ; l'accent est mis sur l'analyse et les graphiques liés à la question "Démocratie - Sur une échelle de 1 à 10, où 1 signifie "pas de démocratie" et 10 est "une démocratie à part entière" à partir de la question suivante : où placeriez-vous chacun des pays cités plus avant ? Les États-Unis, la France, la Russie, la Chine, l'Allemagne sont également répertoriés. Les deux échelles choisies, locale et globale, se complètent, puisque la mondialisation se vit dans les lieux. Ainsi, dans cet article, nous faisons une brève présentation de la Commune de Sorocaba, nous définissons le concept d'audience publique et ses caractéristiques et nous le rapportons à la participation populaire avec pour guide le thème de la démocratie.

Mots clés : audience publique, participation populaire, démocratie, pouvoir législatif, Amérique latine

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el tema de la democracia y la participación popular, teniendo como referencia de investigación las audiencias públicas realizadas por el Municipio de Sorocaba, con el objetivo de abarcar la escala local. Encontramos que a pesar de que la audiencia pública es un derecho de los ciudadanos, existe una baja participación popular en la ciudad de Sorocaba al comparar el número de participantes con algunos indicadores como número de habitantes y número de votantes en la ciudad; y/o aforo del salón donde se realicen estos eventos. Y, a escala global, los datos publicados en noviembre de 2022 en la encuesta "América Latina - Unión Europea: miradas, agendas y expectativas", realizada por Latinobarómetro, Nueva Sociedad y la Fundación Friedrich Ebert en 10 países de la región (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, México, Uruguay y Venezuela), con énfasis en análisis y gráficos relacionados con la pregunta "Democracia - En una escala del 1 al 10, donde 1 es "no democracia" y 10 es "una democracia plena", ¿dónde ubicaría a cada uno de los siguientes países? Y se enumeran los Estados Unidos, Francia, Rusia, China, Alemania. Las dos escalas, local y global, elegidas se complementan, ya que la globalización se vive en los lugares. Así, en este artículo, hacemos una breve presentación del Municipio de Sorocaba, definimos el concepto de audiencia pública y sus características; y lo relacionamos con la participación popular teniendo como guía el tema de la democracia.

Palabras clave: audiencia pública, participación popular, la democracia, poder legislativo, América Latina

**Abstract:** This work aims to reflect on the issue of democracy and popular participation with references on the public hearings held by the Municipality of Sorocaba, with the aim of cover the local scale. We found that even though the public hearing is a citizen's right, there is low popular participation in the city of Sorocaba when comparing the number of participants with some indicators such as number of inhabitants and number of voters in the city; and/or capacity of the room where these events are held. And, on a global scale, the data published in November 2022 in the survey "Latin America - European Union: perspectives, agendas and expectations", carried out by Latinobarómetro, Nueva Sociedad and the Friedrich Ebert Foundation in 10 countries of the region (Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Mexico, Uruguay and Venezuela), with emphasis on analysis and graphs related to the question "Democracy - On a scale from 1 to 10, where 1 is "no democracy" and 10 is "a full democracy", where would you place each of the following countries? And the United States, France, Russia, China, Germany are listed. The two chosen scales, local and global, complement each other since globalization is lived in places. Thus, in this article, we make a brief presentation of the Municipality of Sorocaba, we define the concept of public hearing and its characteristics; and we relate it to popular participation, having as a guide the theme of democracy.

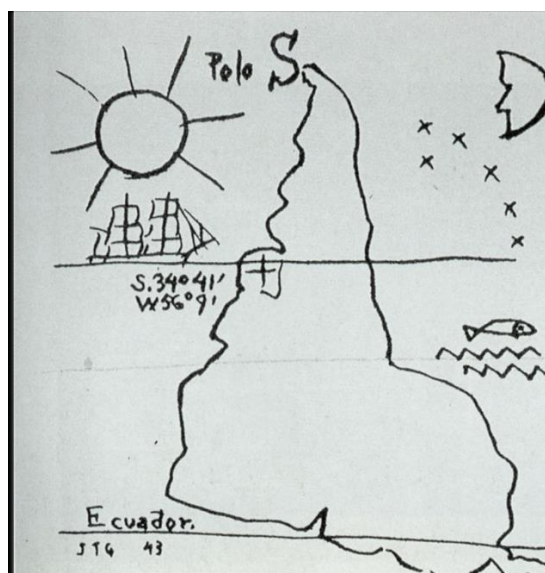
**Keywords:** public hearing, popular participation, democracy, legislative power, Latin America

## 1. Nosso norte está no Sul

1936, Joaquim Torres García desenha uma proposta revolucionária para Nuestra América ao qual intitula ironicamente de ‘America invertida’. Isso porque, como é sabido, os mapas são representações e podemos representa-lo por múltiplas projeções e escalas. A revolução de Joaquim Torres está na proposta de que nosso norte é o sul:

Não deve haver norte, para nós, mas apenas em oposição ao nosso sul. É por isso que agora viramos o mapa de cabeça para baixo e já temos uma boa ideia da nossa posição, e não como eles querem no resto do mundo. A ponta da América, doravante, estendendo-se, apontando insistentemente para o Sul, o nosso Norte. Em outras palavras, esquecer o Velho Mundo e por toda a nossa esperança e esforço na criação dessa nova cultura que deve acontecer aqui. (...) Deixai, pois, autores e mestres, que não podem mais nos servir, pois nada podem nos dizer sobre o que devemos descobrir em nós mesmos (Torres García, 1937:.s/p.).<sup>78</sup>

Figura 1 - América Invertida, do artista hispano-uruguaio Joaquín Torres García



Fonte: publicado na edição número um da revista *Circulo y Cuadrado*, maio de 1936; nanquim sobre papel, 15 x 12 cm

A imagem artística de Joaquim Torres García, de um território que, passados mais de 500 anos continua a debater sua identidade, seu sentido, sua participação e sua liberdade, agora em um mundo considerado globalizado, mas que se apresenta e se faz para poucos. A divisão territorial internacional do trabalho privilegia áreas em

---

<sup>78</sup> No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte. Es decir, olvidar lo del Viejo mundo, y poner toda nuestra esperanza, y nuestro esfuerzo, en crear esta nueva cultura que aquí tiene que producirse. (...) Deja, pues, autores y maestros, que ya no pueden servirnos, puesto que nada pueden decirnos de lo que debemos descubrir en nosotros mismo (Joaquín Torres García, 1937:.s/p.). Traduzido pelos autores do artigo.



detrimento de outras tantas e várias partes desses territórios estão ao sul do Equador, não como territórios contínuos e/ou coerentes, mas em pontos, faixas, manchas repletas de contradições proporcionadas por uma forma de viver e fazer o capitalismo. O cone sul de Nuestra America é o *locus* deste artigo, utilizando-se de duas escalas geográficas que se complementam, a saber, o local e o global. A primeira visa refletir sobre a democracia e participação popular nas audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Sorocaba (CMS); para isso, a experiência pessoal e direta da pesquisadora Soares foi essencial, pelo acesso aos documentos e também pela vivência *in loco* do cotidiano da casa de leis municipal; a segunda apresenta e analisa a pesquisa ‘Nueva Sociedad y la Fundación Friedrich Ebert’ publicada em novembro de 2022, a partir da entrevista em 10 países da região (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Uruguay y Venezuela).

Ao final, pretende-se que o diálogo entre as escalas local e global possam, ao menos, indicar a dimensão de nossa urgência nos temas da participação e da democracia nesses dois âmbitos do fazer e do viver, produzindo e reproduzindo Nuestra America na qual seremos os mestres e autores.

## 2. Da Escala Local

A Câmara Municipal de Sorocaba conta para a 18ª Legislatura com vinte vereadores, de doze partidos diferentes (Republicanos, PSD, PSC, Podemos, PSOL, MDB, PT, PL, PSDB, PRTB, União e PDT), eleitos para um mandato de quatro anos - de 2021 a 2024. Entre as prerrogativas dos vereadores estão as sessões ordinárias - cuja presença dos edis (como também são chamados esses políticos) é obrigatória - seja virtual ou presencial. Elas são realizadas às terças e quintas-feiras pela manhã e são discutidos projetos de lei, decretos legislativos, requerimentos, entre outros documentos e apresentadas as opiniões e posição dos vereadores sobre acontecimentos e situações que entram em pauta. A presença de munícipes na plateia é permitida, pois é um dos instrumentos de comunicação entre a população e o Poder Legislativo, contudo a população ocorre de maneira reduzida ou mesmo não ocorre, não havendo participação popular nas sessões. Por audiências públicas entendemos os encontros propostos pelos vereadores e/ou as comissões da Câmara Municipal com os munícipes para se debater assuntos de interesse público, ou ainda, como define o desembargador João Batista Martins César:

a audiência pública administrativa é um instrumento colocado à disposição dos órgãos públicos para, dentro de sua área de atuação, promover um diálogo com os atores sociais, com o escopo de buscar alternativas para a solução de problemas que contenham interesse público relevante (2011: 359).

Em oito anos de trabalho na Câmara de Sorocaba, uma das coisas que sempre me causou perplexidade foi a baixa participação popular nas audiências públicas pois como explica Gilberto Nardi Fonseca (2003: 296): “o direito de participação popular na administração é uma conquista histórica da humanidade”. E esse direito é garantido pela Constituição Brasileira, promulgada em 1988, seção VII, artigo 58, parágrafo 2, inciso II e também pela Lei Orgânica do município de Sorocaba, artigo 25, parágrafo 2, inciso II.

A pesquisa para este artigo teve início com o levantamento de dados do livro de registro de presença das audiências públicas da Câmara Municipal de Sorocaba para avaliar se a baixa participação popular era passível de ser ou não identificada. O livro de presença é um documento público que o departamento de Cerimonial, ao

fazer o receptivo da audiência pública, disponibiliza na entrada do evento para que os participantes possam fazer o registro de sua participação, colocando seu nome e a instituição que representa. É por meio desses registros que se contabiliza a quantidade de audiências públicas realizadas e as pessoas presentes em cada uma delas. Constatou-se que em 2015 foram organizadas 55 audiências públicas, com média de 47 pessoas por evento. Já em 2017 foram 70 eventos da mesma categoria, ou seja, 27% a mais - porém com número médio menor de pessoas em cada um deles: 43 participantes. Com esses dados verificamos que nesses anos, respectivamente, participaram das audiências públicas aproximadamente 2.585 e 3.010 pessoas – o que representa um aumento de 16% na quantidade de frequentadores, mas que não acompanha o índice de crescimento da quantidade de audiências públicas que foi de 27%.

O ano de 2016, em que houve eleição para vereadores e prefeito, não foi avaliado pois as atividades parlamentares sofrem uma diminuição em virtude das campanhas políticas e da impossibilidade dos edis que tentam a reeleição se apresentarem em eventos – a fim de não caracterizar uso da máquina pública (no caso a Câmara Municipal e sua infraestrutura) para benefício próprio.

O outro período analisado foi o que compreende os anos de 2020 a 2022 – sendo que em 2020 e 2021 estávamos no auge da pandemia do coronavírus, quando eventos presenciais (audiências públicas inclusive) ou foram proibidos de serem realizados ou tiveram redução no número de participantes. Já em 2022 retomamos uma certa normalidade na realização dos mesmos, sem nenhum tipo de impedimento. Além do livro de presença, utilizamos para quantificar o número de participantes os vídeos das audiências públicas postados no canal do Youtube da Câmara, porque algumas delas foram virtuais, porém não tivemos êxito pois não é possível mensurar a quantidade de pessoas que acompanharam os eventos pelos arquivos disponíveis.

Até março de 2020, as audiências públicas e todas as atividades da Câmara Municipal de Sorocaba ocorriam normalmente até que a ordem de fechamento dos espaços públicos foi decretada pelos governos estaduais e municipais em praticamente todo o país e fomos orientados a permanecer em casa. Começamos a trabalhar em domicílio e a equipe da Secretaria de Comunicação da Câmara começou a pesquisar formas de realizar os eventos, em especial as sessões ordinárias e as audiências públicas obrigatórias. Ficou definido que em sendo, proibidas as atividades presenciais, os eventos seriam realizados virtualmente pelas plataformas cloud-based com software peer-to-peer, como o da empresa Zoom Video Communications.

Entre fevereiro (mês em que se inicia anualmente as atividades parlamentares) a começo de março de 2020 foram realizadas 7 audiências públicas, com apenas dois cancelamentos (dias 13 e 20 de março) em virtude do “lock down”. E de maio a outubro foram realizadas mais 13, num total 20 eventos no ano – número muito menor que nos períodos anteriores como podemos comparar. Em novembro e dezembro não foram realizadas audiências públicas. A média de participantes foi de 21 pessoas por evento.

Em 2021, segundo ano da pandemia, foram agendadas 53 audiências públicas, porém 10 foram canceladas por motivos diversos, mas o principal foi a piora nos índices de contaminação pelo coronavírus e o fechamento das dependências da CMS. Foram realizadas 44 audiências públicas, sendo oito totalmente virtuais. A média de participantes foi de 20 pessoas por evento presencial, nas virtuais não foi feito registro de presença. Neste ano, a audiência pública que debateu o passaporte sanitário no município de Sorocaba, proposta pelo Vereador Vinicius Aith, foi a que mobilizou mais pessoas: 88 estiveram presentes.

Neste ano de 2022, até o mês de novembro, os vereadores da Câmara Municipal de Sorocaba agendaram 50 audiências públicas, 4 foram canceladas (mas nenhuma por motivo da pandemia), num total de 46 eventos deste tipo realizados. Até a entrega deste artigo, havia mais um agendada para o dia 13 de dezembro, que se não for cancelada, contabilizará 51 audiências em 2022. A média de participantes até o mês de novembro foi de 21 pessoas por evento.

Esses dados nos mostram que durante a pandemia a participação popular nas audiências públicas da Câmara Municipal de Sorocaba diminuiu ainda mais, comparada aos anos de 2015 e 2017 quando tínhamos média de 47 e 43 pessoas, respectivamente, e nos possibilitou constatar que realmente é baixa a participação popular nas audiências públicas da CMS.

Mas como estabelecer um número ideal de participação da população nas audiências públicas da Câmara Municipal de Sorocaba? Haja vista que neste tipo de evento não se cobra ingresso - pois as audiências públicas são garantidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município e não se cobra valor monetário para quem deseja participar, confirmando o princípio de gratuidade explanado pelo jurista argentino Gordillo (2016) - então não podemos levar em conta a parte financeira para estabelecer o número um número mínimo de participantes para que não haja prejuízo, como é feito o cálculo em eventos comerciais.

Quanto à definição de data, horário e local, acreditamos que os organizadores definem os mais adequados de acordo com o público alvo do evento - um dos princípios básicos na realização de um evento. Para Fonseca, Rezende, Oliveira & Pereira: “prover infraestrutura adequada ao número de participantes e ao tipo de audiência é essencial para que o evento tenha uma participação social efetiva” (2013: 18). O local de realização também pode ser o mais adequado ao público alvo, já que nem todas as audiências públicas têm que ser realizadas no plenário da Câmara de Sorocaba, como diz o regimento interno no Capítulo1, artigo terceiro: “as sessões solenes e audiências poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara. (Redação dada pela Resolução n. 332, de 17 de abril de 2008)” (SOROCABA, 2007).

Sendo assim, focamos na capacidade do plenário da Câmara Municipal para chegarmos a um número que nos chancele a baixa participação popular. O atual prédio da CMS foi inaugurado em 8 de outubro de 1999, época em que a cidade tinha cerca de 493 mil habitantes (conforme censo do IBGE do ano 2000) e aproximadamente 302 mil eleitores, conforme informações do TSE. O plenário da Câmara, onde são realizadas as audiências públicas, foi projetado para comportar até 170 pessoas sentadas - cerca de 0,06% dos munícipes politicamente ativos.

Hoje temos os seguintes indicadores:

- a. o número de habitantes da cidade é de 695.328 pessoas, conforme estimativa do IBGE divulgada em agosto de 2021;
- b. o número de munícipes politicamente ativos, ou seja, os eleitores residentes em Sorocaba que além do direito, têm a obrigação de votar, são 513.603 pessoas (em 2022) - conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Comparando os dados do número de habitantes tivemos um crescimento de mais de 40% em 20 anos; e de 70% na quantidade de eleitores no mesmo período. Fazendo a mesma relação acima, o plenário contempla hoje 0,033% dos eleitores. Ou seja, por si só, devido ao crescimento da cidade, o local já acomodaria menos munícipes politicamente ativos caso ficasse lotado nas audiências públicas. Mas vimos pelas médias feitas que ele nunca fica e que o número de participantes vem diminuindo a

cada ano, mostrando que realmente existe uma baixa participação popular nas audiências públicas da Câmara Municipal de Sorocaba.

Para sabermos a motivação para a participação da população, ou a falta dela, em eventos como os citados seria necessária uma pesquisa por meio de questionários de entrevistas, o que se mostrou inviável no momento de agravamento da pandemia. Mas, a estudiosa Rousiley Maia nos dá uma pista sobre os motivos do pouco interesse da participação popular na administração pública, no capítulo intitulado “Internet e participação política”, parte integrante do livro “Comunicação e democracia” (2008).

Segundo ela, “a afirmação de baixa participação democrática é, ao fim e ao cabo, um diagnóstico sobre o padrão democrático das sociedades contemporâneas” (p. 293) pois há uma desconexão entre a esfera em que se toma a decisão política, e controla o Estado, e a esfera da cidadania, o que gera falta de conhecimento e de interesse político. Contudo, devemos reconhecer que os espaços “roubados” da cidadania são ocupados por outros agentes hegemônicos ou desejosos dela e que, a não educação para a cidadania, é um projeto deliberado de governos autoritários pelos quais o país passou desde a proclamação da república, no final do século XIX.

### 3. Da Escala Global

A relação entre o local e o global pode ser entendida a partir da vivência cotidiana das pessoas, uma vez que os fenômenos globais e suas consequências são percebidas pelas pessoas em seus espaços. Santos afirma que “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas” (Milton Santos, 1993: 16). As várias temporalidades advindas da aceleração contemporânea dos processos implicam em um produzir e reproduzir espaços que são locais e mundiais a um só tempo.

Em nosso caso aqui estudado, o tempo hegemônico dos agentes políticos, culturais e financeiros são vetores decorrentes dos países do norte capitalista, Europa e Estados Unidos, entretanto desnudam os problemas existentes em Nuestra America, ampliados com a pandemia ainda em curso que, em novembro de 2022, ocorriam novas variantes como Omicron e BQ1.

Já em 2020, o Latinobarómetro informava:

Os dados de 2020 do Latinobarómetro são apresentados quando a pobreza aumentou na América Latina em aproximadamente 50 milhões de habitantes, e enquanto vários países da região têm as maiores taxas de mortalidade do planeta. A América Latina tem 8% da população mundial, porém com 20% dos infectados, assim como perto de 30% dos que morreram pela pandemia, segundo dados do início de 2021. A fragilidade dos Estados latino-americanos se revela em todas as suas dimensões. Hoje, os países enfrentam uma tripla crise. Em primeiro lugar, a crise política de longa data, em segundo lugar, a crise da saúde, devido à pandemia e, finalmente, a crise econômica, com forte recessão, provocada pela pandemia. Porque não é mais possível definir a pobreza na região como uma crise, nem a desigualdade. A rigor, é uma condição que caracteriza a América Latina desde a chegada de Cristóvão Colombo ao continente. A pobreza e a desigualdade

constituem uma crise permanente nos países latino-americanos.<sup>79</sup>

Essa mesma enquete de 2020 a situação da democracia em Nuestra América (representada por pessoas entrevistadas em 18 países), mostra que as ditaduras no continente não foram criadas/provocadas pela pandemia, contudo, ampliou e visibilizou a pobreza e as desigualdades em todas as suas formas, assim como a fragilidade dos Estados, dos partidos políticos e das elites locais/internacionais.

No caso brasileiro o trabalho considera frágil a democracia desde a chegada à presidência nacional, em janeiro de 2019, de Jair Bolsonaro

que chegou ao poder com enorme apoio popular apesar das grandes manifestações de brasileiros antes da eleição presidencial que protestavam contra a pregação misógina, homofóbica e racista do ex-militar<sup>80</sup> (2021: 9).

mas que durante a pandemia, não teve competência de comandar a gestão de enfrentamento com ações efetivas para amenizar a situação sanitária do país; ao contrário, as mais de 600.000 mortes, seus discursos contra a vacina, a recusa na compra de vacinas e insumos para desenvolvimento no país, a recusa no uso de máscaras, contrariando a Organização Mundial da Saúde, demonstraram a incompetência das políticas de ultradireita nos momentos cruciais. No plano da política interna,

Bolsonaro convocou seus anfitriões para defendê-lo e, no dia 7 de setembro de 2021, diante de uma multidão, criticou e ameaçou os juízes do Supremo Tribunal Federal que movem uma série de processos contra ele. A multidão convocada por ele para defender seu governo levantou slogans antidemocráticos e a agenda foi recheada de alertas de golpe no Brasil<sup>81</sup> (2021: 9).

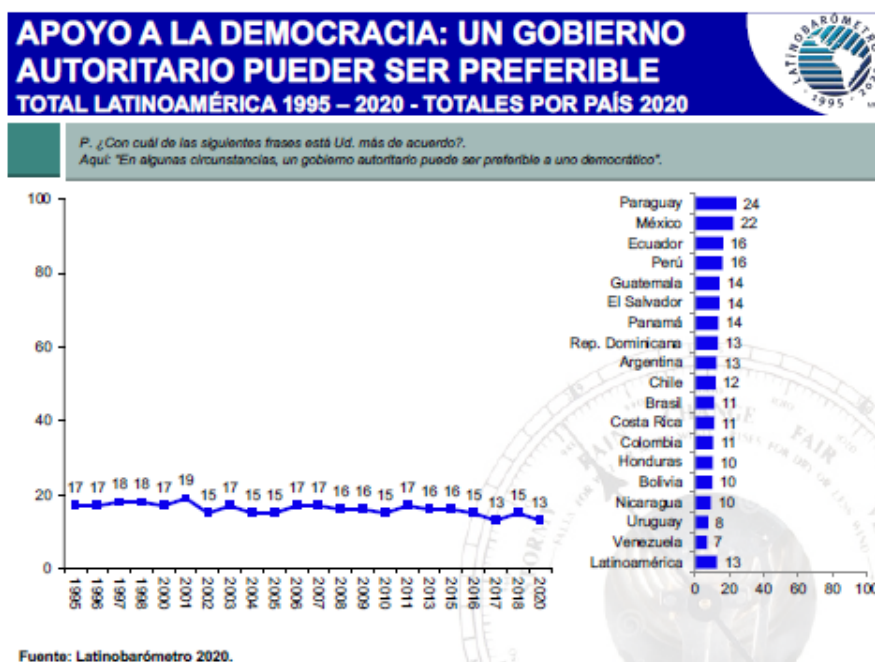
---

79 Los datos 2020 de Latinobarómetro se presentan cuando la pobreza ha aumentado en América Latina en aproximadamente 50 millones de habitantes, y mientras varios países de esta región tienen las tasas de mortalidad más altas del planeta. América Latina tiene el 8% de la población mundial, pero sobre el 20% de los contagiados, así como cerca del 30% de los fallecidos por la pandemia, según datos de principios de 2021. Se revela en toda su dimensión la debilidad de los Estados latinoamericanos. Hoy los países enfrentan una triple crisis. En primer lugar, la crisis política de larga data, en segundo lugar, la crisis sanitaria, por la pandemia y finalmente la crisis económica, con una fuerte recesión, producida por la pandemia. Porque ya no es posible definir a la pobreza de la región como una crisis, ni tampoco a la desigualdad. En rigor, es una condición que caracteriza a América Latina desde la llegada de Cristóbal Colón al continente. La pobreza y la desigualdad constituyen en los países latinoamericanos una crisis permanente. Latinobarómetro (2021). Informe 2021 – Adios Macondo. Santiago, Chile, pág. 5. Disponible em: [www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org) . Acesso em 22 nov. 2022.

80 « que llega al poder con enorme apoyo popular a pesar de las enormes manifestaciones de brasileiros antes de la elección presidencial que protestaban contra las prédicas misóginas, homofóbicas y racistas del exmilitar ». Latinobarómetro(2021). Informe 2021 – Adios Macondo. Santiago, Chile, pág. 9. Disponible em: [www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org) . Acesso em 22 nov. 2022. Traduzido pelos autores do artigo.

81 No original: “Bolsonaro ha llamado a sus huéspedes a defenderlo y el 7 de Septiembre de 2021 ante una multitud criticó y amenazó a los jueces de la Corte Suprema que lo están procesando. La multitud llamada por él para defender su gobierno, enarboló consignas antidemocráticas y la agenda se llenó de alertas de golpe de estado en Brasil ». Latinobarómetro. Informe 2021 – Adios Macondo. Santiago, Chile, 2021, pág. 9. Disponible em: [www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org) . Acesso em 22 nov. 2022. Traduzido pelos autores do artigo.

Verificando o apoio à democracia, o Latinobarómetro 2020 aponta para a uma diminuição na última década, ainda que durante a pandemia, essa queda tenha estacionado, entretanto, com a má gestão em responder de maneira eficaz no atendimento à pandemia, as deficiências no tema da democracia ficaram ainda mais evidentes pela extrema desigualdade causada e percebida pela grande parte da população. O gráfico abaixo ilustra a queda no apoio nos países participantes da encosta (pág. 27):



E como nos ensina Garcia Medina (2022) “a desigualdade, em todas as suas formas, é a maior ameaça para a democracia, muitas pessoas excluídas é o indicativo de que a democracia tem déficits<sup>82</sup>”; tal situação implica também dificuldades para a sociedade produzir e manter a justiça e a paz, uma vez que “participar da vontade geral é participar da cidadania”, complementa o professor espanhol.

O filósofo José Antonio Marina Torres, ao ser questionado pela jornalista González Harbour, acerca da democracia, confirma a ideia geral de Garcia Medina quando reflete:

Depois de um período de auge das democracias, hoje vemos uma espécie de desconfiança, e esse é o grande fracasso do mundo ocidental. É por isso que estão surgindo democracias iliberais, com líderes fortes que levam a legalidade ao limite. Aconteceu com Trump, Bolsonaro, Erdogan, Putin, Orban, Kazynski... De repente, eles começam a ter apelo dentro das democracias. Nós, ocidentais, não estamos reconhecendo as

82 No original: la desigualdad, en todas sus formas, es la mayor amenaza para la democracia; muchas personas excluidas indican que la democracia tiene déficits.... Participar de la voluntad general es participar de la ciudadanía. García Medina, Javier (2022). “La Paz, más que un derecho”. Apuntes sacados de la Conferencia Magistral Virtual IN IX Simposio Internacional. Por una sociedad equitativa y justa que visibilice y construya espacios de paz. 02 de diciembre. Promoción Instituto Tecnológico de Sonora (ITSON), México en coordinación con RED Internacional América Latina, África, Europa y Caribe ALEC de la United Nations of Academic Impac (UNAI) – Label de la ONU de la Universidad de Limoges (Francia). Traduzido pelos autores do artigo.

grandes conquistas e há uma desconfiança excessiva no sistema que se conecta com a nostalgia do líder forte. Consideramos a China apenas como uma potência econômica e tecnológica quando verificamos que é uma potência ideológica muito forte que está fazendo proselitismo de seu modelo. Estamos tão profundamente obcecados com a economia que não percebemos o quanto as propostas teóricas de Xi Jinping estão permeando<sup>83</sup> (González Harbour, 2022: s/p).

No livro lançado em novembro de 2022, *El deseo interminable. Las claves emocionales de la historia*, Marina Torres nos propõe 3 pulsões que movem o ser humano: Pulsão de Bem estar Social, Pulsão de relacionar-se socialmente e Pulsão de ampliar as possibilidades de ação<sup>84</sup> (2020: 25), no que indica que a última é a mais característica do humano. O interessante é que o debate no livro, não é diretamente a democracia, mas o desejo e a felicidade. Por felicidade, o filósofo indicará ser “todo comportamento busca um fim que funciona como prêmio. Esse é o primeiro conceito de felicidade, que é universal e formal. A felicidade é o cumprimento de um desejo” (Torres, 2022: 32)<sup>85</sup>, mas esse é também o conceito que virtou o slogan da sociedade atual e é preciso reconstruí-lo. E nosso autor sugere então tratar de Felicidade (com maiúscula) que se define como “a projeção ao limite da satisfação, a plenitude absoluta na que já não se aspire a nada porque tudo está satisfeito... e é uma utopia da inteligência” (Torres, 2022: 34)<sup>86</sup>.

Não obstante, não nos parece possível – ou ao menos provável – que se possa falar de democracia e participação cidadã sem ser tangenciado, no mínimo, pela intenção da Felicidade, uma vez que a sociedade sugere que cada um busque SUA felicidade “porque se está dizendo que cada um pense em sua felicidade psicológica e se rompa a relação da felicidade com a justiça, com a ética e com a felicidade pública... Se está

---

83 No original: “Después de una época de auge de las democracias, hoy vemos una especie de desconfianza, y ese es el gran fallo del mundo occidental. Por eso están apareciendo las democracias iliberales, con líderes fuertes que llevan hasta al límite la legalidad. Pasó con Trump, Bolsonaro, Erdogan, Putin, Orban, Kazyński... De repente, empiezan a tener atractivo dentro de las democracias. Los occidentales no estamos reconociendo los grandes logros conseguidos y hay una desconfianza excesiva en el sistema que entronca con la nostalgia del líder fuerte. Consideramos a China solo como potencia económica y tecnológica cuando resulta que es una potencia ideológica muy fuerte que está haciendo proselitismo de su modelo. Estamos tan sumamente obsesionados por la economía que no nos damos cuenta de esto, de hasta qué punto las propuestas teóricas de Xi Jinping están calando. González Harbour, Berna. José Antonio Marina: “Que se haya puesto de moda la felicidad es catastrófico”. publicado em 4 dez 2022. Disponível em <https://elpais.com/cultura/2022-12-04/jose-antonio-marina-que-se-haya-puesto-de-moda-la-felicidad-es-catastrofico.html> Acesso em 04 dez. 2022. Traduzido pelos autores do artigo.

84 No original: “Pulsión de bienestar personal, Pulsión de relacionarse socialmente y Pulsión de ampliar las posibilidades de acción”. Marina Torres, José Antonio (2022). *El deseo interminable Las claves emocionales de la historia*. Barcelona: Ariel, pág. 25. Traduzido pelos autores do artigo.

85 No original: “todo comportamiento busca un fin que funciona como premio. Ese es el primer concepto de felicidad, que es universal y formal. La felicidad es el cumplimiento de un deseo”. Marina Torres, José Antonio (2022). *El deseo interminable Las claves emocionales de la historia*. Barcelona: Ariel, pág. 32. Traduzido pelos autores do artigo.

86 No original: “La proyección al límite de esa satisfacción, a la plenitud absoluta en la que ya no se aspire a nada porque todo está colmado... y es una utopía de la inteligencia». Marina Torres, José Antonio (2022). *El deseo interminable Las claves emocionales de la historia*. Barcelona: Ariel, pág. 34. Traduzido pelos autores do artigo.

encerrando a pessoa em sua própria felicidade e rompendo a felicidade social (González Harbour, 2022: s/p)<sup>87</sup>.

Outra pesquisa publicada em novembro de 2022, “América Latina – Unión Europea: miradas, agendas y expectativas”, realizada pelo Latinobarómetro, Nueva Sociedad y la Fundación Friedrich Ebert em 10 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Uruguai y Venezuela, teve como uma das perguntas “A democracia - Numa escala de 1 a 10, em que 1 é “não é uma democracia” e 10 é “uma democracia plena”, onde você colocaria cada um dos seguintes países? E são listados Estados Unidos, França, Rússia, China, Alemanha.

Figura 2. Encosta. La Democracia

## La democracia

En una escala de 1 a 10, donde 1 es “no es una democracia” y 10 es “una democracia plena”, ¿dónde ubicaría Ud. cada uno de los siguientes países? (Promedio)

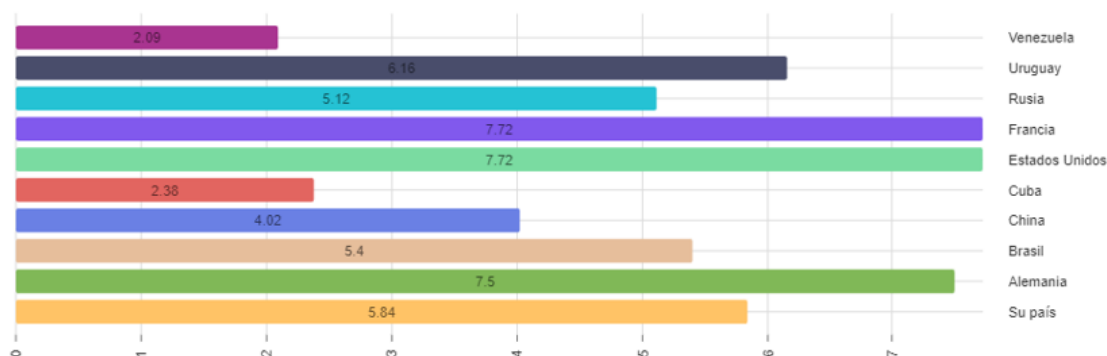


Gráfico basado en:

Promedio de los siguientes países: Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Chile, Guatemala, México, Uruguay, Venezuela

© ¿Qué piensa América Latina sobre la Unión Europea? - data.nuso.org

Encuesta realizada por Latinobarómetro, Nueva Sociedad y la Fundación Friedrich Ebert. 2021

Fonte. Disponível em: <https://data.nuso.org/es/la-democracia/>

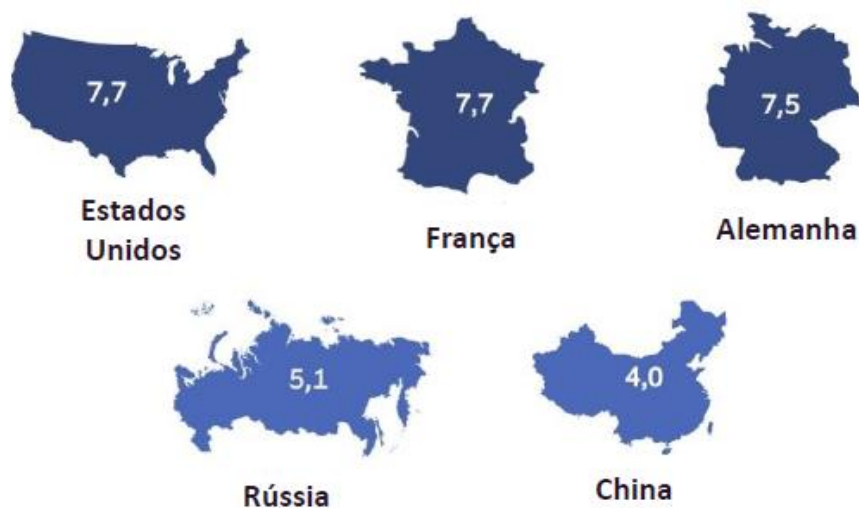
Os dados da percepção da democracia por países nos permitem verificar que o Brasil, na escala de 0 – 10 indicada, está posicionado atrás da Rússia e pouco mais de um ponto a frente da China. O mais latino americano melhor percebido é o Uruguai, entretanto, a encosta parece nos dizer: ‘Democracia mesmo é no Norte global’, no Atlântico Norte. Tal percepção não é aleatória ou desmotivada, ao contrário, no caso brasileiro, por exemplo, a vivência cotidiana relatada e, muitas vezes, denunciada pelos cientistas sociais e meios de comunicação durante o mandato de Bolsonaro foi

87 No original: “porque se está diciendo a cada uno que piense en su felicidad psicológica y se rompe la relación de la felicidad con la justicia, con la ética y con la felicidad pública... Se está encerrando a la persona en su felicidad y rompiendo el lazo con la felicidad social”. González Harbour, Berna. José Antonio Marina: “Que se haya puesto de moda la felicidad es catastrófico”. Publicado em 4 dez 2022. Disponível em <https://elpais.com/cultura/2022-12-04/jose-antonio-marina-que-se-haya-puesto-de-moda-la-felicidad-es-catastrofico.html> Acesso em 04 dez. 2022. Traduzido pelos autores do artigo.



de desrespeito às instituições e disseminação de Fake News com o intuito de desestabilizar o estado de direito, o que em outra ocasião discutimos embasados no conceito de produção de ausência de sentido, sociologia das ausências e das emergências e necropolítica<sup>88</sup>, urge entretanto uma pesquisa mais detalhada a apontar toda destruição levada a cabo nos últimos quatro anos contra a democracia brasileira e, por extensão, contra a vida dos brasileiros. A ilustração abaixo, retirada do primeiro relatório temático sobre os resultados da pesquisa relacionando a América Latina e a União Europeia (Latinobarómetro , 2022a, p.5), indica a percepção acerca dos países democráticos na mesma escala de 0 a 10:

Figura 3 – Latinobarómetro. La democracia.



Fonte: Disponível em: <https://data.nuso.org/downloads/O-que-a-America-Latina-pensa-sobre-a-Uniao-Europeia-datanuso.pdf>

Assim apresentado, resta-nos correlacionar as escalas local e global como uma aproximação às considerações finais.

## Considerações

Retomando, rapidamente, nossa escala local, acerca da participação cidadã apresentamos dados a indicar um efêmero número de munícipes em cada sessão ou audiência pública, isso considerando apenas a relação das cadeiras ocupadas por eles no plenário com relação ao número total de assentos existentes. Ainda que pareça escolha metodológica um tanto simplista, ainda assim, consegue sugerir e indicar que tal participação poderia ser em maior número do que atualmente verificamos. Também é possível questionar a qualidade da participação, uma vez que poderíamos ter um número reduzido, mas, representativo qualitativamente no encaminhamento dos debates. Certamente, que concordamos com tal possibilidade ideal, mas ainda que assim o fosse, temos como afirmar que o diálogo entre as classes de participantes ou o grupo de participantes é inexistente, não existe apoio na defesa de uma causa alheia, portanto, parece acertado afirmar que nessa escala local, as soluções são

---

88 Silva, Paulo Celso (2022). Brasil e o último suspiro do capitalismo tradicional? A força da boniteza no território vivido. TRANSREGIONES - Revista de Estudios Sociales y Culturales, v. 4, p. 89-104, 2022. Disponível em: <https://revistatransregiones.com/web/index.php/tr/article/view/48> Acesso em 05 dez. 2022.

nucleares, atomizadas mesmo quando o encaminhamento e resultados afetam a todos. O que um grupo defende e discute “não interessa” para os demais, essa é a narrativa que se depreende nessa escala. O que nos leva a questionar o nível e a qualidade da produção e exercício da democracia no plano municipal.

No plano que denominamos de escala global, a percepção da democracia no Brasil, quando relacionado a outros países latino americanos e a União Europeia e Estados Unidos, nos indica que existe um trabalho imenso a ser feito de reconstrução de valores democráticos como solução aos problemas (sempre) existentes, como as elites que buscam e defendem apenas privilégios e nunca direito; e aqueles que são globais, como a diminuição da desigualdade entre as pessoas, a escassez de água no planeta, a defesa da Amazônia. Tendo sempre como parâmetro a situação concreta dos lugares e das pessoas, ou seja, para os problemas globais, as soluções são globais e não locais, ainda que as pessoas em seus locais devam participar da busca e aplicação dessas soluções.

O exercício da democracia é educar para a civilidade necessária em que a minoria acata o que a maioria decidiu, o que não exime o processo de contradições, ao contrário, o movimento e a aprendizagem se fazem presentes nas soluções encontradas.

Retomando outro ponto inicial, com a proposta revolucionária da América Invertida, compreendemos que já não é apenas uma questão geográfica, mas recriar o global-local para todos os povos, refundar uma nação de e para todos que estão as margens da globalização, não importa se esteja no interior do Brasil ou do México, Canadá, Estados Unidos ou em qualquer continente.

O que nos irmana não é a dimensão de proximidade - perto-longe. Nosso referencial é o reconhecimento do Outro que participa da vida. *Nuestra América* é o estar e um ser reconhecidos em todos, e diferente das propostas individuais e unitárias da globalização, em todos os lugares e pessoas, um humanismo político a recolocar-se em seu lugar participativo. Por isso, supostamente, o devir *Nuestra America* não é reconhecido nos compêndios escolares oficiais e órgãos governamentais, eles preferem fronteiras a separar e estranhar o Outro, a criar territórios perigosos depois de certa linha imaginária ou não nos territórios.

As escalas aqui utilizadas nos possibilitaram projetar as dificuldades que advirão nos próximos anos, na temática da construção democrática. No plano local, ampliar e promover a participação cidadã nos rumos de sua própria cidade, contribuirá para a sensação de pertença e, por extensão, maior responsabilidade com o público e respeito ao privado. No âmbito internacional, o Brasil necessita, urgentemente, reconhecer-se como latino américa, responsável pelos rumos de *Nuestra America*.

## Referências

Bosco Goretta Dal, M. (2002). “Audiência Pública como Direito de Participação Popular”. Dourados: Revista Jurídica UNIGRAN., v. 4, n. 8, p. 137-157, jul./dez.

Câmara Municipal de Sorocaba. Vereadores. Recuperado de: <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/vereadores.html>.

César Martins, J.B. (2011). “A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais”. Brasília: RVMD, V. 5, nº 2, Jul-Dez, p. 356-384. Recuperado de: <https://goo.gl/1ss8bj>. Data de acesso: 15 de nov. de 2022.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

- Fonseca, G. N. F. (2003). A Participação Popular na Administração Pública. Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 40, n. 160, p. 291-305, out./dez.
- Galante, E. H. L. (2003/2004). Participação popular no Processo Legislativo. Revista da Faculdade de Direito de Campos. Rio de Janeiro, ano IV, nº 4 e ano V, nº 5, p. 435-483.
- García, J. T. (1936). Revista Circulo y Cuadrado, Montevideo n. 1 mayo, s/p.
- García, J. T. (1937). Revista Circulo y Cuadrado, Montevideo, n. 3, febrero, s/p.
- García Medina, J. (2022). La Paz, más que un derecho. Apuntes de la Conferencia Magistral Virtual IN IX Simposio Internacional. Por una sociedad equitativa y justa que visibilice y construya espacios de paz. 02 de diciembre. Promoción Instituto Tecnológico de Sonora (ITSON), México en coordinación con RED Internacional América Latina, África, Europa y Caribe ALEC de la United Nations of Academic Impac (UNAI) – Label de la ONU en la Universidad de Limoges (Francia).
- Gomes, W.; Maia, R. C.M. (2008). Comunicação e democracia: problemas & perspectiva. São Paulo: Paulus.
- González Harbour, B.. José Antonio Marina: “Que se haya puesto de moda la felicidad es catastrófico”. publicado em 4 dez. 2022. Recuperado de: <https://elpais.com/cultura/2022-12-04/jose-antonio-marina-que-se-haya-puesto-de-moda-la-felicidad-es-catastrofico.html>
- González González, G; Hirst, M.; Luján, C.; Romero, C. A.; Tokatlian, J. G. (2022); “Cómo América Latina ve a Europa”; Nueva Sociedad; Recuperado de: <https://nuso.org/articulo/como-AL-ve-a-europa/>
- IBGE – Cidades e Estados. Sorocaba. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sorocaba.html>.
- Latinobarómetro (2021). Informe 2021 – Adios Macondo. Santiago, Chile, 2021. Recuperado de: [www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org)
- Latinobarómetro, Nueva Sociedad y Fundación Friedrich Ebert. (2022). América Latina – Unión Europea: miradas, agendas y expectativas”, Santiago, Chile. Recuperado de <https://data.nuso.org/es>
- Latinobarómetro, Nueva Sociedad y Fundación Friedrich Ebert. (2022a). O que América Latina pensa sobre a União Europeia? Principais resultados da Pesquisa. Publicado em Abril de 2022. disponível em <https://data.nuso.org/downloads/O-que-a-America-Latina-pensa-sobre-a-Uniao-Europeia-datanuso.pdf>
- Lei Orgânica do Município de Sorocaba. Recuperado de: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-sorocaba-sp>.
- Marina Torres, J. A. (2022). El deseo interminable Las claves emocionales de la historia. Barcelona: Ariel.
- Medeiros, A. (2016). Democracia deliberativa. Site Sabedoria Política. Amazonas, Recuperado de: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-deliberativa/>.
- Oliveira, G. H. J. de (1997). As Audiências Públicas e o Processo Administrativo Brasileiro.
- Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 34, n. 135, pp. 271-282, jul/set.

Silva, P. C. (2022). Brasil e o último suspiro do capitalismo tradicional? A força da boniteza no território vivido. *TRANSREGIONES - Revista de Estudios Sociales y Culturales*, v. 4, p. 89-104, 2022. Recuperado de:  
<https://revistatransregiones.com/web/index.php/tr/article/view/48>

Santos, M. (1993) A aceleração contemporânea. In Santos, Milton et al. (Orgs.). *O novo mapa do mundo*. São Paulo: Hucitec.

Soares, E. (2002). A Audiência Pública no processo administrativo. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, n. 229, p. 259-283, jul./set.

Sorocaba. Câmara Municipal de Sorocaba (2015). *Livro de presença em audiências públicas*.

\_\_\_\_\_ (2017). *Livro de presença em audiências públicas*.

\_\_\_\_\_ (2020). *Livro de presença em audiências públicas*.

\_\_\_\_\_ (2021). *Livro de presença em audiências públicas*.

\_\_\_\_\_ (2022). *Livro de presença em audiências públicas*.

Tribunal Superior Eleitoral. Recuperado de:

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home?session=13302961244462>.



## Anomia en las democracias contemporáneas latinoamericanas: desarrollo socioeconómico y político de una comunidad globalizada

Anomie in contemporary Latin American democracies: socioeconomic and political development of a globalized community

**Magdiel Gómez Muñoz<sup>89</sup>**

Centro Universitario de la Ciénega (CUCiénega)

Universidad de Guadalajara

Guadalajara, Jalisco, México

<https://orcid.org/0000-0002-0709-3460>

[magdiel.gmuniz@academicos.udg.mx](mailto:magdiel.gmuniz@academicos.udg.mx)

**Luis Rodrigo Díaz Thomé Yaniz<sup>90</sup>**

Centro Universitario de la Ciénega (CUCiénega)

Universidad de Guadalajara

Guadalajara, Jalisco, México

<https://orcid.org/0000-0002-1527-5942>

[rodrigo@quattromkt.com](mailto:rodrigo@quattromkt.com)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/5112>

DOI : 10.25965/trahs.5112

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Resumen:** La estabilidad de los regímenes democráticos se garantiza cuando el Estado de Derecho produce vías de comunicación horizontal para que los derechos humanos se ejerzan en plenitud, libertad gubernamental y en ecosistemas donde florezcan comunidades integradas, resilientes, participativas y gobernables. En este contexto, los espacios públicos son el entramado natural para modelos de inclusión

---

<sup>89</sup> Profesor Investigador Tiempo Completo de la Universidad de Guadalajara (UdeG). Coordinador del Doctorado en Ciencia Política del Centro Universitario de la Ciénega (CUCiénega-UdeG). Integrante del Cuerpo Académico UDG-CA-562: Educación, Políticas Públicas y Desarrollo Regional. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores Nivel 1 (SNI 1-CONACYT). Perfil PRODEP-CONACYT. Integrante de redes académicas como: Red Internacional América Latina, África, Europa, El Caribe (ALEC), Laboratorio de Estudios Metropolitanos (LEMet-ColJal), Red Nacional Metropolitana (RENAMET), Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP), Red Iberoamericana de Seguimiento a la Agenda 2030 (RED IBERODS), Articulista en Contraréplica. ResearchGate: <https://www.researchgate.net/profile/Magdiel-Gomez-Muniz>

<sup>90</sup> Miembro de la Qualitative Research Consultant Association (QRCA). Licenciado en Asuntos Internacionales, Universidad de Guadalajara; Magíster en Desarrollo y Dirección de la Innovación, Universidad de Guadalajara; Especialista en Investigación Cuantitativa; Especialista en Diseño de Programa de Seguimiento a Egresados; Doctorante de Ciencia Política, Centro Universitario de la Ciénega de la Universidad de Guadalajara.

derivados de la participación activa de los ciudadanos. No obstante, existe la posibilidad de convertir a los regímenes del consenso en plataformas para descalificaciones y polarizaciones ideológicas, todo ello como subproducto de un franco debate de libertades en donde diferentes posturas ideológicas incentiven la anomia. Anomia no es autoritarismo; tampoco subordinación a la voz de las mayorías; mucho menos alineaciones a regímenes social-demócratas o de extrema derecha. La anomia es una condición que subraya las ausencias de mecanismos regulatorios para impulsar reestructuraciones normativas a partir de colectivos que trazan sus prioridades desde una convivencia activa con diferencias. La anomia sobrepone al individuo a la ley y se normaliza una visión hobbesiana del hombre por el hombre sin Leviatán que los regule.

Palabras clave: anomia, democracia, gobernabilidad, inclusión, tolerancia

Résumé : La stabilité des régimes démocratiques est garantie lorsque l'État de droit produit des canaux de communication horizontaux permettant l'exercice des droits de l'homme en toute liberté gouvernementale et dans des écosystèmes où s'épanouissent des communautés intégrées, résilientes, participatives et gouvernables. Dans ce contexte, les espaces publics sont le cadre naturel des modèles d'inclusion issus de la participation active des citoyens. Cependant, il existe la possibilité de transformer les régimes de consensus en plates-formes de disqualification et de polarisation idéologiques, tout cela en tant que sous-produit d'un débat franc sur les libertés où les différentes positions idéologiques encouragent l'anomie. L'anomie n'est pas l'autoritarisme, ni la subordination à la voix des majorités, et encore moins l'alignement sur des régimes sociaux-démocrates ou d'extrême droite. L'anomie est une condition qui souligne l'absence de mécanismes régulateurs pour promouvoir une restructuration normative basée sur des collectifs qui tirent leurs priorités d'une coexistence active avec les différences. L'anomie superpose l'individu à la loi et normalise une vision hobbesienne de l'homme pour l'homme sans Léviathan pour les réguler.

Mots clés : anomie, démocratie, gouvernance, inclusion, tolérance

Resumo: A estabilidade dos regimes democráticos é assegurada quando o Estado de direito produz canais horizontais de comunicação que permitem o exercício dos direitos humanos na liberdade governamental e em ecossistemas onde comunidades integradas, resistentes, participativas e governáveis prosperam. Neste contexto, os espaços públicos são o cenário natural para modelos inclusivos de participação ativa do cidadão. Entretanto, existe o potencial para que os regimes de consenso sejam transformados em plataformas de desqualificação ideológica e polarização, tudo como um subproduto de um debate aberto sobre liberdades onde diferentes posições ideológicas encorajam a anomia. Anomie não é autoritarismo, nem é subordinação à voz das maiorias, muito menos alinhamento com regimes social-democratas ou de extrema-direita. Anomie é uma condição que sublinha a ausência de mecanismos regulatórios para promover uma reestruturação normativa baseada em coletivos que derivam suas prioridades de uma coexistência ativa com as diferenças. Anomie sobrepõe o indivíduo à lei e normaliza uma visão Hobbesiana do homem para o homem sem Leviatã para regulá-los.

Palavras chave: anomia, democracia, gobernabilidad, inclusión, tolerancia

Abstract: The stability of democratic regimes is guaranteed when the rule of law produces horizontal communication channels so that human rights are exercised in fullness, governmental freedom and in ecosystems where integrated, resilient, participatory and governable communities flourish. In this context, public spaces are the natural framework for models of inclusion derived from the active

participation of citizens. However, there is the possibility of turning consensus regimes into platforms for ideological disqualifications and polarizations, all as a by-product of a frank debate of freedoms where different ideological positions encourage anomie. Anomie is not authoritarianism; neither is it subordination to the voice of the majorities; much less alignments to social-democratic or extreme right-wing regimes. Anomie is a condition that underlines the absence of regulatory mechanisms to promote normative restructuring based on collectives that draw their priorities from an active coexistence with differences. Anomie superimposes the individual on the law and normalizes a Hobbesian vision of man by man without a Leviathan to regulate them.

Keywords: anomie, democracy, governance, inclusion, tolerance

## Introducción

Para Carlos Santiago Nino en *Un país al margen de la ley* (1992) una sociedad es anómica cuando se erige desde la supremacía individual superponiéndose al entramado jurídico que emana del contrato social y posibilita incursionar en dinámicas de sometimiento del más débil al más fuerte, entiéndase que la capacidad de someter al otro consiste en la habilidad de romper las estructuras y no ser sancionado.

La tesis central de el presente artículo versa en que la anomia genera una serie de problemas sociales y políticos; sin embargo, la laxitud legislativa y el entramado gubernamental se vuelve necesario en algunas ocasiones, porque propicia “válvula de escape” para evitar problemas mayores. Esta afirmación conduce, en algunas ocasiones, a producir aumentos significativos en las formas de regulación, que tienden a ser intermitentes, discrecionales, permisivas y arbitrarias, pero con la intención de que ciertas partes de la sociedad, continúen funcionando orgánicamente. Es un postulado contrario a la “tolerancia 0”: se demostrará que existe cierto grado de tolerancia o flexibilidad (cierto grado de anomia) para evitar colapsos-ingobernabilidad al interior de las dinámicas sociales.

Lo anterior será ejemplificado con cinco hechos anómicos que ocurren en Áreas Metropolitanas, con una densidad poblacional alta y que, por sus rutinas urbanas, se distinguen por sus similitudes con especial movilidad societal: París, Londres, San Francisco, Guadalajara y Tapachula, frontera con Guatemala respectivamente. Estos ejemplos permiten una descripción que refuerza la tesis en la que existe algún grado de tolerancia o lo que es lo mismo, la presencia de anomia, mostrando los claroscuros de prácticas positivas y brotes de ingobernabilidad como práctica negativa.

## Análisis de las catapultas anómicas

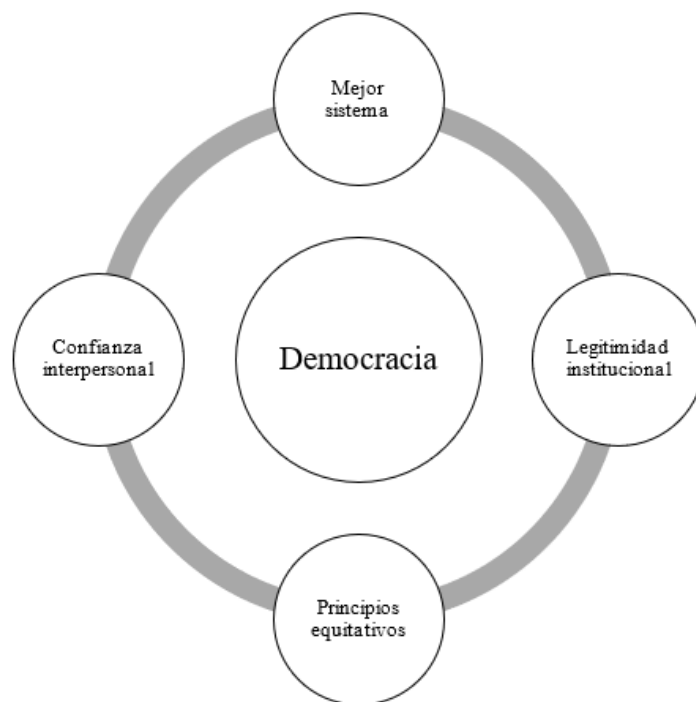
La anomia se puede considerar como un estado desorganizado que desafía los pactos democráticos y la capacidad del Estado para producir comunidades sujetas a las dinámicas de un sistema político, donde las instituciones permiten crear nodos solidarios y puntos de convergencia, en razón de brindar los servicios o cobertura de necesidades a una comunidad que exige más y mejores servicios; pero, el apego a marcos normativos rivaliza con un individuo que quebranta leyes, actúa de forma impulsiva, nocivo, no se preocupa por el bienestar de nadie, con poca posibilidad de vincularse con el otro y con una reprobable actitud ética en razón de opiniones arraigadas sin sustento y, en el caso más preocupante a partir de obstinaciones e iras, trastornos, patologías infundadas.

Las brechas que se generan desde la arbitrariedad suelen establecer dilemas éticos, cosmopolitas en el plano social y complejizan los panoramas de convivencia y responsabilidades ante los espacios de lo público, los convencionalismos y las experiencias sociales que se expresan en actos rituales de sana convivencia en comunidades heterogéneas.

Pippa Norris (1999) señala que los ciudadanos aceptan la democracia como la forma de gobierno menos mala a lo que la historia nos relata: 1. Creencia de que es el mejor sistema 2. Legitimidad de las instituciones 3. Creencia en sus principios y 4. Confianza interpersonal (Norris, 1999, en Zovatto, 2016: 29). Lo anterior produce una sumatoria que permite dimensionar los apoyos que la democracia requiere para ser compatibles con constructos sociales y pactos de adaptación alrededor de la formulación de preferencias.



Figura 1. Democracia como forma de gobierno



Fuente: elaboración propia, con base en Norris, 1999, en Zovatto, 2016: 29.

El *mejor sistema*: a partir de imaginarios instituidos desde una equidad intrínseca, donde cada ciudadano hace propia la democracia, por medio de las consideraciones que le permiten un nivel de oportunidades para participar de forma directa en la política. Quizá no de soporte a una candidatura, pero sí la capacidad de formular preferencias que garanticen posibilidad de respuesta a todas las operaciones básicas que se gestan en el espacio de lo público y despresuricen las fuerzas que vayan ajenas a los derechos humanos y las condiciones que alejen a las comunidades de mejores prácticas, bajo una lógica sistémica y de rendición de cuentas con escenarios a corto plazo. Al final, el mejor sistema produce fuertes incentivos para que se realicen modificaciones estructurales y se implementen políticas que hagan funcionar la tolerancia de existir con el otro.

La *legitimidad institucional*: la realidad que permite identificar la capacidad de respuesta de las instituciones, potencializa los cambios que se vuelven necesarios para reformar todo aquello que no genera bienestar y calidad de vida o que cuestiona la capacidad de las operaciones gubernamentales en aras de conteos claros, transparentes y bajo una cultura de la rendición de cuentas; en este entendido, los escenarios para incentivar participación política efectiva, sufren la regla de la mayoría más fuerte, asumiendo el costo de los efectos que produce los niveles de negociación o lobbying, respondiendo a las necesidades y preferencias de grupos con intereses determinados. Las instituciones bajo el manto democrático, redefinen las agendas y las prácticas políticas, marginalizando todo aquello que produzca inequidad, ingobernabilidad, actos de corrupción y desincentive la intervención ciudadana en la co-creación de políticas públicas.

Los *principios equitativos*: desde parámetros relativamente estables, la interacción que se produce dentro de los regímenes democráticos debe tender hacia alternativas que induzcan distintos enfoques para mejorar las condiciones territoriales y aquellos relativos a generar condiciones de igualdad, para todos aquellos que viven en un territorio o comunidad preexistente. Si se parte del supuesto de que no hay

comunidades homogéneas y menos en los países en vías de desarrollo, una condición indispensable es que se establezcan principios equitativos en los programas operativos de los gobiernos y que brinden probabilidades de establecer agendas con procesos amplios de formulaciones políticas, realistas y efectivas. Desde la igualdad y la equidad, el ciudadano que vive en las democracias, producirá elementos que induzcan a la gobernabilidad desde un punto de vista formal, así como los aspectos secundarios en los aprendizajes de sumar al mayor número posible de individuos a una lógica de suma positiva, respetando las coaliciones y acuerdos en la toma de decisiones.

La *confianza interpersonal*: la predicción de tener estabilidad en un régimen democrático, va directamente ligada a las condiciones básicas para tener pan en la mesa, salud y la garantía de respeto máximo a sus bienes y posesiones; solo así, los aprendizajes derivados del establecimiento de agendas comunes, dan por resultado núcleos de confianza y solidaridad para poner a prueba las respuestas que tienen las instituciones y el potencial de los gobernantes para disolver cualquier tipo de perturbación o conflicto societal emanado de diferencias ideológicas. Las evidencias señalan que trabajar desde la confianza, solidifica filosofías corporativistas, con temáticas comunes y capacidad de fomentar redes de distribución de satisfactores básicos. Un factor preponderante es que exista una diáfana comunicación que le permita certeza al ciudadano de tener cercanía con su gobernante y capacidad de enlazar ciclos de propuestas con retroalimentación efectiva y que produzcan cambios sin agendas oscuras que incentiven la inestabilidad o el doble discurso de los no equilibrios y demagogias.

Asimismo, entendemos a la *anomia* como situaciones y expresiones de alienación, que se caracterizan por aislamiento, segregación social. Debilidad, incertidumbre, falta de satisfacer necesidades, resultando rastros de culpa. A lo largo de la historia se ha catalogado a la anomia como indeseada, como algo que se debe evitar a toda costa. Sin embargo, el tener cierto grado de anomia, en situaciones particulares, en momentos específicos, puede evitar problemas sociales de mayor envergadura. El incumplimiento generalizado de la ley tiene muchas caras; sólo en una de ellas se puede observar este aspecto positivo.

Cabe iterar que la naturaleza del Estado de Derecho es una noción dinámica que responde a la necesidad de ordenar el poder y garantizar los derechos humanos, perspectiva desde la cual la anomia puede ser vista como una fisura en el Estado de Derecho que, debido a la incapacidad de ordenar el comportamiento tanto del poder institucional como de los ciudadanos, termina por ser una muestra de la debilidad institucional. Es la incapacidad de responder a la nueva forma de organización social.

Desde un hepta-enfoque analítico se busca explicar cuáles son y por qué se presentan los detonantes de la anomia. Cada uno de ellos tiene su propia polaridad. En la figura 2 se observa que cinco de los siete enfoques tienen un impacto negativo en la sociedad; solo uno tuvo un impacto positivo y, finalmente, uno presenta un impacto ni positivo ni negativo.

Figura 2. Hepta-enfoque analítico de los detonantes de la anomia.

Enfoque analítico	Polaridad
La incapacidad de hacer cumplir las normas jurídicas en ciertos ámbitos de la vida social.	-
Violación sistemática de las normas por los responsables de su vigencia y aplicación.	-
La cultura del incumplimiento.	-
El uso de normas como control político.	-
El no respeto a ley por injusticias históricas.	-
El cuidado de sí como motivador para transgredir o no respetar la ley.	+/-
El no cumplir con la ley para evitar un mal mayor.	+

Fuente: elaboración propia

*Detonante 1. Incapacidad de cumplir normas jurídicas en la vida social*

Este detonante se puede observar en el fenómeno de la impunidad. Por el hecho de realizar actos contrarios a la ley y al ver que no hay un castigo por ello, las personas comienzan a no cumplirlo. Lo anterior se puede observar con claridad en el narcotráfico, en las guerrillas, fuerzas de seguridad informales, en las cuales no se aplican los derechos ya que son más fuertes que el mismo Estado. Este vacío, además, provoca que se dé, de forma tácita, una cesión tácita del derecho del uso de la fuerza por parte del estado hacia ciertos grupos.

*Detonante 2. Violación sistemática de normas, vigencia y aplicación*

Se puede encontrar en actos de corrupción, violencia policial, aplicación selectiva de la ley, impunidad de los servidores públicos. Cuando compran las sillas o pagan por los cargos se generará un círculo de recuperación de lo invertido en primer lugar y, en segundo lugar, el hacer del cargo público, un negocio. Si nos referimos a un contexto globalizado, nadie se vuelve multimillonario comenzando como humilde instalador de persianas a menos que trabaje para el narco, en las que puede ser también en ámbitos políticos. Así, para aplicar la ley, el cargo público se convierte en un negocio como cualquier otro y, en todos los sistemas, lo que se busca es recoger ganancias tras ejercer inversiones.

*Detonante 3. La cultura del incumplimiento*

Dentro de la sociedad, se crea una cultura del incumplimiento, que no es más que violaciones a normas y valores aceptados, como el tránsito de vehículos, evasiones fiscales, violencia privada, violencia informal, entre otras. El entorno social está inmerso dentro de este bowl de “autolesiones” y críticas del desorden, pérdida del valor y la falta de respeto de ellas. Se amenaza, además, la seguridad, la libertad, la protección de propiedades públicas y/o privadas, cuando se permiten comportamientos deliberados.

#### *Detonante 4. Las normas como control político*

La existencia de normas constitucionales determina la autoridad y los privilegios otorgados a grupos particulares y las justificaciones de fallas administrativas y del Estado de Derecho de las personas que están anegadas a ellas. A continuación, se exponen algunos ejemplos de lo anterior:

- Prohibición de entrada a un país de trabajadoras sexuales y hasta sanciones penales a personas homosexuales,
- Detención de personas sospechosas de trabajar en vandalismo con el crimen organizado por 40 a 80 días,
- Dentro de algunos países de Latinoamérica<sup>91</sup>, la autorización de actividad laboral a niñas y niños de 10 a más años.<sup>92</sup>

Lo anterior mencionado, vislumbra la falta de conciencia, mala organización y una voluntad deliberada de crear nuevos sistemas, en la toma de decisiones y la falta de apoyo jurídico y hasta psicológico de las acciones realizadas a entornos poblacionales vulnerables.

#### *Detonante 5. La falta de respeto a ley por injusticias históricas*

Los grupos tratados injustamente a lo largo de la historia (por mencionar un ejemplo, pueblos indígenas), tienden a no respetar las reglas ni las leyes. Como han sido atacados por siglos, ahora ya no les importa si se debe cumplir con la ley. Generalmente, estos grupos son los pueblos originarios. Estos entes sociales aluden que sus usos y costumbres son diferentes, por lo que no es necesario que cumplan con normas y reglas sociales que no son culturalmente las de ellos.

Por mencionar un ejemplo, desde un enfoque legal, no se le da crédito y mérito al logro de derechos otorgados a pueblos indígenas, por lo cual, los miembros llegan a desconfiar de utilizar un lenguaje (histórico) ya que los puede despojar de sus derechos. Estas ideas son de suma importancia en sus diálogos, lo cual muchas veces puede malinterpretar las opiniones. Aunque estos pueblos indígenas obtengan victorias y triunfos, dentro del ámbito judicial, se debe reconciliar con el sistema democrático y la soberanía de la comunidad.

#### *Detonante 6. El cuidado de sí como motivador para transgredir o no respetar una ley*

Dentro de toda normativa jurídica todo lo que tenga que ver con la “preservación de la vida humana”, está por encima de cualquier cosa. Por ende, si una persona transgrede la Ley, la única razón justificable es que no haya más alternativa porque su vida corría peligro; sin embargo, esto no lo libraría de la transgresión, solo serviría como atenuante. Por lo que es importante mencionar el estado de necesidad por intereses legítimos cuando se encuentran en peligro, acciones que se diferencian de defensas legítimas.

#### *Detonante 7. El no cumplir con la ley para evitar un mal mayor*

El mal que se provoca es igual o un poco menor del que se busca evitar; es así que el conflicto de interés es preponderante (mal salvador < mal salvado) o equivalente (mal salvador = mal salvado). Al momento de equilibrar los intereses, existe la división de criterios, por lo que la ponderación básica es el valor de interés en

---

91 Según datos del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), “700 mil niños y niñas de entre 5 y 14 años y 1.1 millones de jóvenes de entre 15 y 17 años trabajan en actividades consideradas como peligrosas” (El Financiero, 2021).

92 Como dato importante, según las Naciones Unidas, el día 12 de junio se celebra el Día Mundial contra el Trabajo Infantil.

función del valor que se le otorga, que se impone por el Código Penal; pese a, se debe tener en cuenta que el estado del bien es también una ponderación, en la que el bien íntegro no prevalece sobre el buen daño.

La proporción del mal se relaciona con el exceso, empleado a daños que son desproporcionados, comparados a daños que se busca evitar. Además, se debe entender que el peligro de la acción “salvadora” se diferencia del riesgo que pone en peligro el bien legal.

## Sustitución de un mal mayor por un mal menor

A través del tiempo, se visibiliza el obstáculo de buscar el bien por medio del mal, que se debe asumir como consecuencias (inevitables) en actos “positivos”, lo que obliga a confeccionar los actos a pesar de efectos negativos; por ello se conocen las leyes.

Para señalar lo anterior, en Roma se buscaba la seguridad (su máxima ley); por ello, la autorización era general, siempre y cuando beneficiara y salvara a Roma de sus enemigos; por ello también, construyeron ataques a la libertad civil, detecciones y asesinatos a extranjeros y contrincantes. Todo lo anterior era permitido.

Desde este contexto del mal menor, la autoridad y seguridad pública obliga a promover un estado de bienestar desde lo legislativo, en donde se debe evitar el mal dentro de estas exigencias. Posiblemente, se debe salvaguardar todo lo intolerable, permitir las acciones negativas y calidad de vida para no perjudicar los intereses superiores; es aquí cuando existe una anomia estable.

Esta estabilidad de la anomia se puede encontrar en la aplicación de las normas y las leyes, buscando así el bien mayor e impidiendo el mal mayor. Desde esta postura, la anomia debe ser una prioridad y una necesidad en los deterioros superiores. Se debe hacer mención que una anomia deseable es aquella que tiene sanciones que, al no cumplir la ley, se toman acciones administrativas, donde, se puede, además, sancionar penalmente. Se debe cuidar con lo siguiente: el mal menor es el único medio para evitar o erradicar un mal mayor para desarrollar un acto admisible. No respetar la ley (y que se permita por la autoridad) es ilegal y una falta administrativa mayor. En la estabilidad de la anomia, se presenta la discrecionalidad, la cual es dejar el axioma para la toma de decisiones (sí o no) y cuándo se debe aplicar la norma.

La discrecionalidad como práctica de la anomia, debe ser ejercida dentro del marco público, principios y normas vigentes; por tanto, no existe un acto con libertad de ejercicio de sus funciones, sino, el de apegar las reglas a sus normativas respectivas.

La humanidad podría acabar con la discrecionalidad si la justicia fuera impartida por robots; las máquinas ejecutan las leyes y no se saldrían de la ley. Para acabar la discrecionalidad, se tendría que las máquinas se encargarán de impartir la justicia, ya que son incorruptibles, pero sería un mundo inhumano.

Los límites de estas acciones administrativas, muchas veces no son definidas por la ley, debido a que se lleva a cabo muchas actividades que se modifican al tiempo. Por ello, los temas jurídicos brindan dos tipos de potestad, que son:

- Potestad reglada.
- Potestad discrecional.

*Potestad reglada:* las normas son indicadas por el ordenamiento público, lo que determina que la Ley y las autoridades proceden en cada caso cómo hacerlo, sin dejar al lado la subjetividad de la misma.

*Potestad discrecional*: brinda libertad en la autoridad cuando se valora subjetivamente la situación, y se decide el cómo y con qué medios se hará el ejercicio, en casos concretos. Esta libertad no excede los límites de la ley y debe responder a los principios establecidos.

Se puede llegar a confundir la discrecionalidad con la arbitrariedad, ya que son categorías contrarias; la discrecionalidad responde a la libertad en las posibilidades que se establecen por la ley y hacen uso de la responsabilidad e informes. Desde la arbitrariedad asociada a los propios caprichos y el abuso del poder y en contra de la legalidad.

## Anomia deseable: algunos ejemplos

### 1. *Underground de Londres*

En el Underground de Londres, existen personas en las salidas que vigilan el buen funcionamiento de las máquinas que abren la puerta para salir, las personas que actúan con propiedad. Cuando una persona tiene algún problema con su boleto para salir, estas personas lo resuelven. Se les otorga un “poder discrecional” para resolver en el momento, la problemática. Si la máquina rechaza el boleto de salida es un indicador que la persona abordó el metro sin un boleto válido -aunque, en algunas ocasiones puede que la máquina no funcione- (el mismo boleto que se utiliza ingresa se usa para salir); por lo tanto, cometió una falta y debe ser sancionada con una multa de hasta 70 libras, sin dejar de lado la comprobación del mismo. Sin embargo, con el poder facultativo de que dispone la persona en la puerta de salida, discrecionalmente abre la puerta. Si es en hora pico, la abre prácticamente de manera instintiva, sin mediar pregunta alguna. Este actuar, cae en los supuestos de la anomia. Pero es una anomia deseable debido a que no se obstaculizan las salidas y se garantiza el buen funcionamiento del metro.

### 2. *Carteristas en Paris*

Los carteristas son conocidos como delincuentes que están especializados en carteras, bolsillo u otros objetos, sin el uso de armas o violencia, para evitar que sean detectados en el acto. Sus principales víctimas son los turistas, aunque los mismos ciudadanos no son inmunes. Las advertencias sobre la presencia de carteristas en Paris son constantes en los Campos Elíseos, en el Louvre, en la Torre Eiffel, en el metro; estas advertencias nos indican que existe cierta permisividad o tolerancia hacia los robos menores y sin violencia en esta ciudad. Sin embargo, esta anomia con los robos menores, acarrea problemas en el día a día. Un ejemplo de ello es que el Museo del Louvre hizo un día de huelga para protestar por el comportamiento, cada vez más agresivo, de bandas de carteristas conformadas por menores de edad que los insultaban y amenazaban. De igual manera, la Torre Eiffel cerró por el problema de los carteristas. Los trabajadores de la Torre Eiffel impidieron la apertura del monumento, ante el incremento de los robos por los carteristas. La anomia deseable tiene repercusiones en la buena estadía de los turistas. Se presenta una doble percepción de la anomia, deseable para las autoridades, indeseable e irrespetuosa para los turistas.

### 3. *Robos menores en San Francisco*

San Francisco despenalizó los robos menores. Ocurrió el caso -mencionado en una nota periodística- de una persona disfrazada de Santa Claus, entró al supermercado, cargó su bolsa negra y salió en una bicicleta, sin que nadie dijera o hiciera nada. La *Proposition 47*, aprobada en 2014 con el 60% de los californianos, reclasificó los “robos no violentos” como delitos menores, si lo robado cuantitativamente era menor de 950 dólares. El objetivo era el de despenalizar la drogadicción y disminuir

la población que yacía en la cárcel. En apariencia, esta anomia deseada, trajo aparejado una serie de problemas. Un ejemplo de su mala aplicación: el incremento del índice de robo en la cadena de farmacias Walgreens, superando cuatro veces el promedio.

#### 4. Colisiones vehiculares en Guadalajara

En choques lamineros, con daños menores, la Policía Vial de Jalisco, México, omite atenderlos. En el mejor de los casos, los “ajustadores” arreglan los asuntos entre ellos y tardan una hora (en promedio) para despejar el camino, mientras los demás esperan y el tráfico colapsa. El asunto es que, durante este lapso, pasan viales frente al siniestro y no actúan; tampoco peritos de la Secretaría de Transporte Jalisco. Un testimonio de un automovilista, señala que “han pasado dos patrullas de la autoridad vial y se quedan viendo, arrancan y se van, en ningún momento se pararon para checar si se ofrecía algo, preguntar por lesionados o agilizar el tráfico”. Existe anomia por parte de la autoridad al no atender los choques lamineros; sin embargo, la afectación vial, en algunas ocasiones, es extrema. Los choques leves ahorcan la circulación vial durante las horas de mayor complejidad vial y, por lo tanto, se convierten en el factor de caos vial más influyente en el aumento de contaminación atmosférica y por la lentitud generada en la inmovilidad vial. La situación de anomia, incluso está en la ley ya que, en el artículo 147 se establece que “las personas conductoras implicadas en el siniestro de tránsito sólo podrán liberar la vía, *sin ser necesaria la intervención de la autoridad*, cuando todos los involucrados cuenten con seguro vehicular obligatorio vigente y exista convenio entre las aseguradoras” (Congreso del Estado de Jalisco, 2022).

El daño representado por el acto anómico de interrumpir el flujo normal, resulta para la ciudad un costo desproporcionadamente superior si tan sólo sumamos el caos vial generado por esos pequeños siniestros. La pérdida de horas en el caos vial generado, el aumento de consumo de combustible al mantener los vehículos automotores casi parados en esas arterias viales, la insalubridad mental por el estrés generado son algunas de las consecuencias de impacto impredecible para la salud integral de todos los habitantes en la mancha urbana. El caos vial, con los daños colaterales resultantes, sin duda alguna, es mayor al acto anómico de no atender los choques lamineros por parte de la autoridad.

#### 5. Comercio informal transfronterizo México-Guatemala

El cruce ilegal por la frontera sur, entre Guatemala y México, es cosa de todos los días. El ir y venir de “cámaras” (como se conoce a las balsas hechas con cámaras de tractor, con personas y mercancías a bordo, no cesa ni en la noche) es tolerado por autoridades de la frontera. Desde la aduana mexicana, sobre el Puente Internacional Rodolfo Robles, se observan al menos siete puntos de ingreso ilegal sobre el Suchiate. La permisividad en la frontera, es la anomia sobre las acciones por los actores locales, por ello se conoce el concepto de “frontera permisiva” como el margen de la tolerancia en esta misma. Este término proyecta situaciones que transforman los espacios públicos, convirtiéndolos en un terreno dinámico, condicionado con Estado de Derecho.

## Conclusiones

La bondad de la anomia en los regímenes democráticos, no significa que exista un laxo imperio de la ley, mucho menos que la anarquía predomine como política individualista; al contrario, los grupos de deliberación antisistema indican vetas de oportunidad para construir canales de comunicación eficientes y responder a las demandas sociales; lo que significa elevar la calidad de la democracia y el nivel de

debate y escucha donde la mayoría permita un diálogo abierto con aquellos que no se sienten respaldados bajo una mixtura pluralizada de agendas que beneficien a unos cuantos.

El principio de la anomia será también catapulta para que los ciudadanos produzcan acuerdos cara a cara e increpen a aquellos liderazgos con poca capacidad de respuesta ante las demandas sociales o que se alejen de las reglas del partido y terminen en una especie de clientelismo emergente con altas posibilidades al chantaje. La anomia incrementa la participación y los niveles para debatir la actividad política y crear procesos que reglamenten el juego institucional, así como la combinación de elementos que propicien un fortalecimiento de la sociedad civil y la posibilidad de diálogos horizontales que decanten oportunidades para seleccionar las estrategias que faciliten los aspectos necesarios para una calidad en la democracia y una rendición de cuentas que responda a las dimensiones de un buen gobierno y haga extensiva la movilización de la sociedad civil, desde los procedimientos que marca el sistema político.

Las diferentes dimensiones que se esquematizan en este documento, proveen los lineamientos para evitar la especulación y hacer un abordaje de las lecciones aprendidas por la anomia, el fortalecimiento democrático y los rivales anti-sistema que a veces son necesarios para el desarrollo de una población. Las políticas pragmáticas y los intereses implícitos en las recompensas de tener un buen gobierno, refuerzan las variables de diálogo con los gobernantes y, reposicionan la figura de la representación política, lo multidimensional y lo compuesto en cada una de las dimensiones de liderazgos y construcción de consensos. Definir la anomia, así como los diferentes escenarios tanto latinoamericanos como europeos, se vuelven el resultado de prácticas de lo cotidiano y de las expresiones políticas que se tejen en las democracias, donde los diferentes tipos de participación obedecen a liderazgos sustantivos que de alguna forma militan en los partidos políticos y tienden a movilizar organizaciones y crear la masa crítica individual consistente en correlaciones significativas para co-crear agendas públicas.

Las instituciones y sus características, por lo general, se ven afectadas por las prácticas nómicas y debilitan las identidades para todos aquellos que requieren servicios más que elevar la voz de manera individual. La composición de una institución sana redundante en la capacidad de conducir la esencia para la que fue creada y los postulados de cambio para evitar la indignación, la cultura de la cancelación y las prácticas de tolerancia cero; por lo tanto, las oportunidades para que las instituciones sean factor decisivo en las democracias y pongan énfasis en la participación, radican en construir canales de ingeniería constitucional que movilicen a los organismos no gubernamentales y hagan positivas las oportunidades de debatir con la estructura burocrática, a partir de transiciones de poder y pluralismo donde el ganador y el rival convivan en escenarios socioeconómicos y políticos que movilicen patrones de bienestar.

Por lo anterior, la diversidad de oportunidades para participar en las construcciones democráticas, va de la mano con los niveles de participación y la capacidad de sumar las minorías étnicas y poblaciones vulnerables para avanzar en procesos universales de distribución de calidad de vida con reducción de brechas de desigualdad. El problema en el que se ve inmersa una democracia anómica, es que el gobierno tienda a no establecer límites en el comportamiento individual o la tentación de distintas oligarquías, en formar bastiones de élite que estén dirigidas a los autoritarismos y que, más que unificar a los conglomerados sociales, promuevan la polarización de distintas posturas ideológicas, incentivando la ingobernabilidad e incrementando la lejanía de elementos de un buen gobierno.



La anomía, entonces, es una derivada de una democracia sana, que tarde o temprano tenderá a reformar aquellos mecanismos para la construcción de la legitimidad y deberán establecerse como sinergias en las funciones de todos aquellos líderes de partido o congresistas que lleven la tutela de la representación a las diferentes curules. La anomia, sí o sí, será la divisa con la que las nuevas generaciones produzcan relaciones funcionales con sus gobernantes, a cambio de ser tomados en cuenta, pese a las dicotómicas formas de entender el espacio público.

## Referencias

- Alba Rico, S. (2017). El gran retroceso: Retrocesos, repeticiones, restas. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- Appadurai, A. (2017). Fatiga democrática. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- Cohen, J. y Arato, A. (1992). *Sociedad Civil y Teoría Política*. (1ª ed.). Fondo de Cultura Económica
- Bauman, Z. (2017). *Síntomas en busca de objeto y nombre*. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- Congreso del Estado de Jalisco. (2020). *Ley de Movilidad y Transporte del Estado de Jalisco*. Diario Oficial. Transparencia.  
[https://transparencia.info.jalisco.gob.mx/sites/default/files/Ley%20de%20Movilidad%20y%20Transporte%20del%20Estado%20de%20Jalisco\\_2.pdf](https://transparencia.info.jalisco.gob.mx/sites/default/files/Ley%20de%20Movilidad%20y%20Transporte%20del%20Estado%20de%20Jalisco_2.pdf)
- Cooper, R. (1986). *An Investigation into the New Product Process: Steps, Deficiencies, and Impact*. PROD INNOV MANA. 3, pp. 71-85.  
[https://www.researchgate.net/publication/222464065\\_An\\_Investigation\\_in\\_to\\_the\\_New\\_Product\\_Process\\_Steps\\_Deficiencies\\_and\\_Impact](https://www.researchgate.net/publication/222464065_An_Investigation_in_to_the_New_Product_Process_Steps_Deficiencies_and_Impact)
- Cuadrado-Roura, J., y Fernández Güell, J. (2005). Las áreas metropolitanas frente al desafío de la competitividad. En *Gobernar las metrópolis*. (1ª ed.). Banco Interamericano de Desarrollo
- Della-Porta, D. (2017). Políticas progresistas y regresivas en el neoliberalismo tardío. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- Duffield, M. (2008). Los estados frágiles y el retorno de la administración nativa. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, 8, pp. 1-32. Recuperado de: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/4911/5376>
- Durkheim, E. (2012). *El suicidio*. (1ª ed.). Akal
- Emeka, J. (2007). Fracaso y colapso del Estado africano: el ejemplo de Nigeria. *FRIDE*. Recuperado de: <http://www.fride.org/descarga/akude.esp.pdf>
- El Financiero. (2021, 14 de junio). *Trabajo infantil: ¿cuál es la edad mínima permitida para laborar en México?* El Financiero. Recuperado de: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/2021/06/14/trabajo-infantil-cual-es-la-edad-minima-permitida-para-laborar-en-mexico/>
- Fernández, E. (2009). *¿Estados Fallidos o Estados en Crisis?*. (1ª ed.). Editorial Colmenares

- Flórez, J. (2011). ¿Estado o concepto fallido? Problemas que plantean la noción de falla estatal y los índices que intentan medirla. *Revista del Derecho del Estado*. (27), pp. 198-234.  
<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/derest/article/view/3018>
- Fraser, N. (2017). Saltar de la sartén para caer en las brasas. Neoliberalismo progresista frente a populismo reaccionario. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- Freddyur, L. (2009). Estados Fallidos o por colapsar. *Criterio Jurídico*. 9(1), pp. 56-88. <https://vlex.com.co/vid/fallidos-colapsar-67139885>
- Garcés, M. (2017). Condición póstuma. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- Garza, G. (2007). La urbanización metropolitana en México: normatividad y características socioeconómicas. *Papeles de población*. *El Colegio de México*, 13(52), 77-108.  
[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-74252007000200004&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252007000200004&lng=es&tlng=es)
- Gutiérrez, F. (2010). ¿Estados Fallidos o conceptos Fallidos? La clasificación de las fallas estatales y sus problemas. *Revista de Estudios sociales*, (37), pp. 87-104. <https://journals.openedition.org/revestudsoc/12523>
- Hernández-Zambrano, D. (2019). Autoridad y legitimación: de vuelta al anarquismo. *ARETÉ, Revista de Filosofía*, 31(1), pp. 129-154.  
<http://www.scielo.org.pe/pdf/arete/v31n1/a05v31n1.pdf>
- Illouz, E. (2017). De la paradoja de la liberación a la extinción de la ética liberal. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- Jaureguiberry, A. (2008). *Los Estados Fallidos y el fenómeno del nation-building*. [tesis de máster, Universidad del País Vasco]. Repositorio institucional.  
[https://www.academia.edu/26698450/Los\\_Estados\\_fallidos\\_el\\_fen%C3%B3meno\\_del\\_Nation\\_Building\\_y\\_los\\_condicionantes\\_internos\\_y\\_externos](https://www.academia.edu/26698450/Los_Estados_fallidos_el_fen%C3%B3meno_del_Nation_Building_y_los_condicionantes_internos_y_externos)
- Krastev, I. (2017). Un futuro para las mayorías. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- La cámara. Revista digital de la Cámara de Comercio de Lima. (2020, 30 de noviembre). Hernán Lanzara: la pérdida de valores se puede combatir con educación y ética. La cámara. Recuperado de: <https://lacamara.pe/hernan-lanzara-la-perdida-de-valores-se-puede-combatir-con-educacion-y-etica/#:~:text=Para%20nuestra%20suerte%20la%20p%C3%A9rdida,ciudadano%20del%20bicentenario%E2%80%9D%20que%20necesitamos.>
- Mason, P. (2017). *Superar el miedo a la libertad*. En: *El gran retroceso: un debate internacional sobre el reto urgente de conducir el rumbo de la democracia*. (1ª ed.). Seix Barral
- Mattos, C. A. (2006). Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas. En Geraiges, A. *América Latina: cidade, campo e turismo*. (1ª ed.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

- Merton, R. K. (1968). *Teoría de la tensión (Strain theory)*. (1ª ed.). The Free Press
- Nino, C. S. (1992). *Un país al margen de la ley: estudio de la anomia como componente del subdesarrollo argentino*. (1ª ed.). Emecé Editores
- Rosanvallón, P. (2011). *La sociedad de iguales*. (1ª ed.). Seuil
- Rousseau, J.-J. (2008). *El Contrato Social*. (1ª ed.). Lectorum.
- Suarez-Villa, L. (1987). Evolución metropolitana, cambio económico sectorial y distribución del tamaño de las ciudades. *Estudios Territoriales*, 23, pp. 155-181. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=81655>
- Zovatto, D. (2016). Percepciones sobre la democracia y las instituciones, pp. 29-62. En: Hernández, A., Zovatto, D. y Fianza, E. (coomp). *Argentina: una sociedad anómica*. (1ª ed.). Universitaria de Buenos Aires



## As liberdades de expressão e de imprensa sob a ótica multiterritorialista

Freedom of expression and press freedom from a multiterritorialist viewpoint

**Matheus Aguiar Dornelas<sup>93</sup>**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

ORCID iD 0000-0001-6112-2552

[maguiardornelas@gmail.com](mailto:maguiardornelas@gmail.com)

---

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/5128>

DOI : 10.25965/trahs.5128

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

---

**Resumo:** A partir dos apontamentos contemporâneos sobre a ética liberal da comunicação, retomamos as discussões de Arendt e Dewey sobre as noções de público e privado, no sentido de situar em quais territórios estariam localizadas as liberdades de imprensa e de expressão. Posteriormente, partindo da noção de que essas distinções são performadas para reivindicar poder, argumentamos que o descompasso entre essas liberdades ora favorecem o público (regulações sociais), ora violentam os Direitos Humanos através da subalternidade. Diante do problema, sugerimos uma perspectiva de análise que seja alternativa a oposição entre essas liberdades, dadas em espaços rígidos, centrada nos seus atravessamentos, a partir de uma noção de “multiterritorialidade”. A partir de uma visada pós-colonialista, em função da discussão sobre a territorialidade, a subalternidade na assimetria dos espaços de escuta - para além da fala - se apresenta como marcador substancial para uma abordagem ética sobre a comunicação pública.

**Palavras chave:** comunicação, multiterritorialidade, jornalismo, ética, política.

**Résumé :** A partir de la littérature relative à l'éthique libérale de la communication, nous reprenons les discussions d'Arendt et de Dewey sur les notions de public et de privé, afin de situer dans quels territoires se placerait la liberté de la presse et d'expression. Par la suite, partant de l'idée que ces distinctions sont opérées pour revendiquer le pouvoir, nous soutenons que l'inadéquation entre ces libertés, favorise le public (réglementations sociales) ou viole les droits de l'homme par la subalternité. Face à cette problématique, nous proposons une perspective d'analyse alternative à l'opposition entre ces libertés, données dans des espaces rigides, centrée sur leurs croisements, fondée sur une notion de « multiterritorialité ». D'un point de vue postcolonial, du fait de la discussion sur la territorialité, la subalternité dans l'asymétrie des espaces d'écoute - au-delà de la parole - est présentée comme un marqueur substantiel d'une approche éthique de la communication publique.

---

<sup>93</sup> Mestrando em comunicação social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Linha de pesquisa : Comunicação, Territórios e Vulnerabilidades. Graduado em Comunicação-Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Entre 2020 e 2021 foi reporter e editor na Fundação Educacional Erich Gade (TV SISTEC) em Caratinga MG. Atua principalmente nos seguintes temas: jornalismo, política e comunicação.

Mots clés : communication, multiterritorialité, journalisme, éthique, politique

Resumen: A partir de apuntes contemporáneos sobre la ética liberal de la comunicación, retomamos las discusiones de Arendt y Dewey sobre las nociones de público y privado, en el sentido de ubicar en qué territorios se ubicaría la libertad de prensa y de expresión. Posteriormente, partiendo de la noción de que estas distinciones se realizan para reclamar poder, argumentamos que el desajuste entre estas libertades a veces favorece a lo público (normas sociales), a veces vulnera los Derechos Humanos por medio de la subalternidad. Frente al problema, sugerimos una perspectiva de análisis alternativa a la oposición entre estas libertades, dadas en espacios rígidos, centradas en sus cruces, desde una noción de “multiterritorialidad”. Desde una perspectiva poscolonialista, debido a la discusión sobre la territorialidad, la subalternidad en la asimetría de los espacios de escucha -más allá del discurso- se presenta como un marcador sustancial para un abordaje ético de la comunicación pública.

Palabras clave: comunicación, multiterritorialidad, periodismo, principio moral, política

Abstract: Based on contemporary notes on the liberal ethics of communication, we resume Arendt and Dewey's discussions on the notions of public and private, in the sense of locating in which territories freedom of the press and expression would be located. Subsequently, starting from the notion that these distinctions are performed to claim power, we argue that the mismatch between these freedoms sometimes favors the public (social regulations), sometimes violates Human Rights through subalternity. Faced with the problem, we suggest an analysis perspective that is an alternative to the opposition between these freedoms, given in rigid spaces, centered on their crossings, from a notion of “multiterritoriality”. From a post-colonialist perspective, due to the discussion about territoriality, the subalternity in the asymmetry of listening spaces - beyond speech - presents itself as a substantial marker for an ethical approach to public communication.

Keywords: communication, multiterritoriality, journalism, ethic, policy

## Introdução

Em editorial recente, pela comemoração dos 80 anos da Rádio Jovem Pan, a emissora trata o conceito de liberdade de expressão como equânime à liberdade de imprensa e assume para si - com respaldo do presidente Bolsonaro - a qualidade de salvaguardar esse direito fundamentalmente humano. Enquanto isso, o ativista Julian Assange<sup>94</sup> teve sua extradição aprovada pela Inglaterra. Assim, o governo norte-americano poderá enquadrá-lo em uma lei de espionagem, criada ainda na Primeira Guerra Mundial.

Esses casos problematizam a apropriação de um Direito Humano por parte da imprensa como estratégia para escapar de um controle social e demonstram, por outro lado, a fragilidade da liberdade de expressão. Na prática, a liberdade de imprensa parece garantir uma maior proteção às corporações do que às pessoas que querem manifestar seu direito de informar e de ser informado, como previsto na Declaração Universal de 1948 da ONU.

Assim, um tema que costuma dificultar a definição da função social do jornalismo é o estabelecimento das fronteiras institucionais entre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Lima (2010 ; 2013) vai defender uma oposição evidente entre o comum e o próprio; entre o Direito Humano - que situado na esfera pública alcança (ou deveria) todos - e a liberdade de empresa - que na esfera privada compete a alguns e como propriedade demanda controle social.

No contexto neoliberal, baseado na retórica de que “não há liberdade política sem liberdade econômica”, o conceito de “liberdade de expressão comercial” (Lima, 2010 :70) adquire embasamento institucional, inclusive na justiça. Basta lembrar da força tomada por esse argumento durante os julgamentos do STF, em 2009, sobre o diploma de jornalismo e a antiga “Lei de Imprensa” no Brasil. Essa noção, ao que indica, reivindica que a imprensa, apesar - e não “a partir” - de sua estrutura de anunciantes e agência publicitárias, é legítima representante de um direito individual.

Esse projeto libertário, levado ao limite, resulta na inversão do sentido clássico da censura em regimes totalitários, e passa a ser reproduzido pela própria imprensa (Lima, 2013). A apropriação simbólica e material da esfera pública, centrada na perversão da liberdade de expressão, se manifesta, por exemplo, na oligarquia que se estabeleceu no ciclo midiático brasileiro - para todos verem -, apesar desse fato violentar a própria Constituição do país.

Em dado ponto, ao contrário do autor, acreditamos que ambas liberdades implicam a existência de espaços de escuta, seja na função de leitor - hoje ultrapassada - ou mesmo no reconhecimento público do indivíduo que é capaz de se enunciar. Não devemos perder de vista o engajamento na comunicação, uma premissa relacional que serve de paradigma para a metodologia que sugerimos para levantar apontamentos diante do problema.

O desafio da regulação da comunicação em que se justifique, epistemologicamente, a instituição social do jornalismo, deve passar por um revigoramento no estudo comunicacional dessa dicotomia pública e privada. Nossa vida pode ser ainda comandada por oposições que, admitindo como inteiramente dadas, interrompem a investigação sistemática pela comunidade que incide no interesse público (Dewey,

---

94 Jornalista australiano que fundou o site “Wikileaks”, responsável por expor a atuação controversa do governo dos Estados Unidos em guerras.

1954). Tal estratégia, produz, portanto, a violência de excluir o reconhecimento do outro.

Assim, propomos pensar outros espaços que considerem os lugares da opressão e da resistência presentes nesse modo de pensar dualista. Enquanto lugares em que as práticas sociais encontram-se, simultaneamente, representadas, contestadas e invertidas, tal controvérsia sugere diversos pontos de contato com a noção de heterotopia (Foucault, 2013). Isto é, ao invés de opor duas esferas ; a partir de uma fronteira explícita, destacamos sua relação de vizinhança, entre pontos alocados.

Várias categorias nos fazem aproximar da heterotopologia enquanto método, como uma descrição sistemática dos espaços de contestação. A primeira é que, as liberdades de expressão e de imprensa podem funcionar de modo muito diferente ao longo da história. Segundo, porque têm o poder de justapor, em um mesmo lugar real, vários espaços até mesmo incompatíveis. Um terceiro ponto, contudo, é o que nos parece mais pertinente no percurso que tomaremos: esses espaços de contestação contam com um sistema de controle que, simultaneamente, os tornam penetráveis e os isolam. A retórica globalista dessas liberdades é : “Todo o mundo pode entrar nessas alocações heterotópicas, mas, a bem da verdade, isso é apenas uma ilusão : crê-se adentrar e se está, pelo próprio fato de entrar, excluído.” (Foucault, 2013 : 119).

Esse pensar no lugar da violência produzida pela exclusão do outro conduzirá a segunda parte deste estudo. Num terceiro momento, inspirado nessa metodologia foucaultiana, sugerimos outros lugares de contestação para essas liberdades, de modo a afastar a noção de esvaziamento, superada pela perspectiva da multiterritorialidade (Haesbaert, 2007). De início, vamos retomar, brevemente, o pensamento dos clássicos Dewey (1954) e Arendt (2007) sobre a oposição entre público e privado.

## A oposição entre o público e o privado

A partir de uma visão eurocêntrica, baseada na experiência da Grécia Antiga, Arendt (2007) delimita a gênese da dicotomia entre público e privado em seu pensamento. Naquele contexto, a esfera da casa (*oikos*) era o espaço onde os homens exerciam seu poder coercitivo sobre a família e, essencialmente, estava relegado ao cumprimento de necessidades biológicas fundamentais, qual seja, a alimentação e a segurança - condicionadas à violência da escravização. Assim, a noção de privação estaria diretamente ligada à vulnerabilidade da condição humana, na qual, encarregados de satisfazer os instintos primitivos, esses homens estariam impossibilitados de exercer seu potencial político (*vita activa*).

É no ambiente externo, de fora da manutenção da ordem doméstica, que os homens estariam aptos a praticar sua cidadania (exclusividade do masculino) a partir da visibilidade e do aparecimento, como consequência da expressão da linguagem. Assim, na cidade (*polis*), a esfera pública se afirmaria como um espaço que permitia a prática da individualidade, da liberdade e da igualdade, com efeito, sendo o campo do comum (*koinon*) - muito embora não satisfizesse a todos como visto anteriormente. Assim, a vida política substitui a força e a violência da privação e permite o reconhecimento mútuo dos cidadãos, podendo agora reivindicar suas experiências e disputar uma narrativa, pautada na persuasão retórica, que melhor organize a vida coletiva.

Após a constituição moderna do Estado, Arendt afirma que a promoção efetiva da igualdade está condicionada à justiça, numa trama em que o político deixa de ser o centro da ação humana e torna-se apenas uma função da sociedade. Destaca-se que

a ascensão do social, na esteira da burocracia - enquanto *modus operandi* - contribuiu para a diluição da oposição clássica entre o público e o privado, ao fim, sobrepondo o *bios politikos*. Isso porque o paradigma secularista esvaece o abismo entre as atividades que condicionam a separação entre casa e cidade, de modo que a esfera pública absorveu o papel de satisfazer as necessidades biológicas humanas.

Por meio da produção de bens, processo intensificado com a industrialização, a economia (doméstica) torna-se um alicerce do comum e o Estado assume, portanto, a responsabilidade pela manutenção da vida. Em contrapartida, a esfera privada concebe, atualmente, o espaço da intimidade, cujas raízes se encontram na civilização romana.

Para a autora, as sociedades de massa, centradas no trabalho de operários e assalariados, dá lugar a um conformismo artificial que objetiva um mesmo interesse - ou uma única opinião - baseado na ideologia da unicidade humana. Nesse processo homogeneizante, “a nossa capacidade de ação e de discurso perdeu muito de sua antiga qualidade desde que a ascendência da esfera social banuiu esses últimos para a esfera do íntimo e do privado” (Arendt, 2007 : 59). Tal afirmação vai de encontro a ideia de que a imprensa, enquanto instituição privada, tomou para si a centralidade do debate público no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, se a esfera pública requer o comum, de fato, essas organizações estão localizadas num espaço privado (propriedade de poucos). Embora a mídia opera a partir da visibilidade - mais precisamente da publicidade -, ela não é ouvida por todos e muito menos fala por todos. Tornar-se inteiramente privado é um lugar onde estamos “privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles.” (idem : 67). Assim, a destruição do mundo comum é precedida, geralmente, pela destruição da pluralidade humana, da condição transcendental da ação que é a alteridade.

Apesar dessa oposição, aparentemente óbvia, ressalta-se um eixo dialético entre as esferas pública e privada: o desaparecimento da primeira costuma vir acompanhado da liquidação da segunda. Isto é, embora a propriedade, assim como a riqueza, possua qualificações situadas na ordem do privado - como a assimetria de acesso -, elas “sempre foram tidas como absolutamente importantes para o corpo político.” (idem : 70).

Com efeito, a mídia possui sempre o potencial de visibilizar questões essenciais para a constituição de identidades coletivas, ao passo em que também tem o potencial de produzir apagamentos e inviabilizar determinadas formas discursivas. Dizendo de outra forma, o desenvolvimento institucional da imprensa - legitimado pela prática jornalística - tende a reduzir o monopólio do Estado sobre o controle do interesse coletivo. O que não se pode, nunca, é perder de vista seus problemas que, em grande parte, são da ordem da economia privada.

Sodré (2015) ressalta que a democracia burguesa, pós revolução industrial, trouxe a retórica da educação e da cultura como valores marcantes para a soberania do povo. Deste modo, o debate público não apenas deve perpassar esse ideal, mas é condicionado pelas instituições que o materializam (imprensa, governo, sistema educacional, etc.). Com efeito, no centro do imaginário dessa esfera pública está a noção de um espaço em que os indivíduos são capazes de expressar seus interesses por meio da linguagem.

Sob a ótica do reconhecimento público, a oposição entre essas esferas, ao ser “encarada do ponto de vista da privatividade e não do corpo político, equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado.” (Arendt, 2007 : 82). Seria o equivalente, por assim dizer, que a liberdade de imprensa pressupõe,



deliberadamente, o velamento discursivo, enquanto a liberdade de expressão ; de modo normativo, implica na visibilidade totalizante das experiências individuais. Assim, a autora reconhece que uma vivência inteiramente na presença da publicização torna-se superficial.

Destaca-se, que a sociedade contemporânea marca algumas distinções dessa noção arendtiana (França; Simões, 2015), sobretudo na medida em que tratamos agora de uma sociedade midiaticizada, na qual os fluxos de informação digital passam a ser um dos principais bens sob o qual o capitalismo gira em torno.

É nesse sentido que Dewey (1954) defende o constante aperfeiçoamento dos meios e formas de comunicação para que o interesse interdependente possa formar o desejo e o esforço em dirigir a ação coletiva. Ambos autores tratam da comunicação como eixo central da ação esfera pública. Enquanto Arendt reforça a ideia de uma iniciativa discursiva que funda a política numa relação de alteridade, o pragmatista está interessado na afetação coletiva em torno da experiência reflexiva (sofrer e agir).

Em *The Public and It's Problems* (Dewey, 1952), as noções de público e privado têm a ver com a maneira como as pessoas interagem com o mundo. Com efeito, a ação privada é aquela que afeta apenas as pessoas engajadas em uma interação específica. Inversamente, a formação de um público se dá quando as consequências dessa ação extrapolam os enunciadores e passam a afetar indiretamente outros sujeitos. Nesse sentido, o projeto democrático visa o cuidado sistemático dessas consequências, promovendo um controle normativo de estímulo ou de restrição.

Entre outras semelhanças do autor com o pensamento de Arendt, destacamos a potência transcendental da noção de igualdade pela diferença, para a emancipação da comunidade. Entretanto, é no pragmatista que encontramos uma perspectiva mais profunda acerca das vulnerabilidades da constituição dos públicos. Para Dewey (1954), a liberdade democrática funciona a partir da garantia da liberação e da realização das potencialidades individuais na associação coletiva e não deve ser tomada como independente dos vínculos sociais.

Assim, a igualdade deve ser equitativa e “denota o compartilhamento desimpedido que cada membro individual da comunidade tem nas consequências da ação associada.” (Dewey, 1954 : 150, tradução nossa). Nesse sentido, para que um público disperso e inconstante se reconheça e expresse seu interesse compartilhado nas consequências das atividades, a comunicação - eixo de sustentação da vida em comunidade - deve ser pautada na liberdade de expressão que requer, fundamentalmente, a tolerância à diversidade.

Em antítese a esse projeto, a noção de sujeito omnicompetente, base do individualismo neoliberal, sustenta que cada sujeito isolado é “competente para saber em todas as situações que exigem ação política o que é para seu próprio bem, e competente para fazer valer sua ideia de bem e sua vontade de efetuar-la contra forças contrárias.” (idem:158, tradução nossa). A mesma retórica está presente numa ideia vulgar da liberdade de expressão, supondo que todos os corpos têm acesso aos espaços de escuta, igualmente distribuídos em condições.

Na verdade ocorre é que, ainda menos que todos, na esfera do comum, públicos (constituídos na afetação pela ação in-direcionada) são subalternizados nos espaços de escuta, quando menos, interpelados pela enunciação de outrem - o “falar por” (Spivak, 2010 ; Mombaça, 2017; Lima, 2020) “outro apropriado” através da dominação - simbólica e materialmente (Haesbaert, 2007). Assim, não há projeto coletivo, uma vez que "os valores hegemônicos cultivados na esfera pública exaltam

o indivíduo, a individualidade, a realização pessoal (...)”. (França; Simões, 2015 :88).

É mirando nessas controvérsias que o liberalismo republicano de Dewey, radicalmente democrata, defende a necessidade de um controle social sobre os meios de comunicação para assegurar o interesse público efetivamente atuando sobre a liberdade. De mesmo modo, a estrutura econômica que perpassa essas mudanças deve ser revista no sentido de não limitar a capacidade de os indivíduos se autogovernarem.

## Jornalismo e a vulnerabilidade dos públicos

(...) o apagamento da esfera pública pela hipertrofia do privado suprime a política, mas não consegue neutralizar a tensão comunitária inerente à circulação das zonas de sombra que perpassam a dimensão dos sonhos, das perversões, da violência, dos impulsos de extermínio do outro etc. (Sodré, 2015 : 21)

Enquanto na segunda metade do século XX, a televisão reconfigurou o público a partir da noção de audiência (*broadcast*), a era tecnológica inaugurou a posição dos usuários, na qual as possibilidades de interação e construção de conteúdo (*pointcast*) dão novos contornos a aspiração de uma autonomia individualista. Resguardadas as potencialidades das redes digitais, o valor de troca (circulação) - na noção marxista - supera o valor de uso (utilidade) das informações e mercantiliza. A natureza dessa questão está ancorada em dois eixos da comunicação midiaticizada: extensão e visibilidade; isto é, "o valor individual não é antitético ao de sua imagem pública, circulante na comunidade" (Sodré, 2015 : 19).

Não é indicado, contudo, ignorar a desigualdade de condições no exercício da comunicação, em função da fronteira simbólica que se estabelece na troca discursiva, desequilibrando para o lado de um ou outro ator, a partir do revestimento de autoridade. Assim, a posição social, explicitada na interação, é a medida dos atravessamentos dos corpos por instâncias de poder. Nesse jogo simbólico, o tensionamento ético entre as origens sociais dos interlocutores permite não apenas o seu reconhecimento, como também configura regras hierárquicas na troca discursiva.

A distribuição demográfica desigual da precariedade é uma condição inerente às políticas neoliberais do capitalismo (Butler, 2018). Tal assimetria cerca, num espaço de subalternidade, corpos sujeitos à violência pelas suas colocações - da narrativa imperial - econômicas, de raça e de gênero no mundo. Quando se fala, portanto, do “povo”, é preciso situar quem é esse “povo” para entender quais vidas valem a penas ser vividas na perspectiva institucional. Evidentemente, há um descompasso entre a forma política da democracia e o princípio da soberania popular (Butler, 2018 ; Dewey, 1954).

Ainda, a relação entre o capitalismo global e a dominação geopolítica conta com o apoio dos conglomerados de mídia. Implantados nos países ditos de “terceiro mundo”, atuam como dispositivos de controle para a economia neoliberal, e visam “conservar a divisão internacional do trabalho ajuda a manter o suprimento de trabalho barato nos países compradores.” (Spivak, 2010 : 68). Como visto, esse projeto ocupa uma zona sombria (privacidade) num território de domínio do social que exclui o político.

No jornalismo praticado pelos grandes conglomerados de mídia, há a presença tácita da “imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade.” (idem :98). O

norte dessa ação, simbolizada pela subalternização de raça e de gênero, no pensamento de Spivak, envolve a proteção desses corpos quando conveniente ou, de modo costumeiro, sua entrega à própria sorte. De mesmo modo, relegando esses sujeitos ao seu lugar de precariedade então, ideologicamente, marcado. Por certo, a violência epistêmica praticada pelos grupos hegemônicos, a partir do paradigma colonialista (e patriarcal), implica uma estratégia de neutralização do outro, apropriado de qualquer possibilidade de representação própria.

Se retomamos Arendt, a ação e o reconhecimento na esfera pública carece, necessariamente, do aparecimento pela enunciação individual em condição de igualdade. Portanto, situar a liberdade de imprensa, exclusivamente, no território privado, expropria o sentido de que esse aparecimento deve alcançar a todos. De fato, ainda que essas empresas atuem no território da propriedade no capitalismo - reivindicando mais responsabilização social (*accountability*) do que política (ética) -, há determinações jurídicas sendo, constantemente, constrangidas por esse lugar de autorregulação (Lima, 2010) dos conglomerados de mídia.

Como ressalta Mombaça (2017), embora tenha se chamado a atenção para a precarização de determinados corpos nas relações de poder, esse esforço não foi acompanhado pela revelação (visibilidade) das posições de poder que produzem tais efeitos de subalternidade. A colonização do pensamento implica na necessidade de situar os saberes, de modo a se localizar a fala na estratificação social. Assim, a dificuldade de mobilidade dos subalternos - estancando sua superação - passa pela narração da posição de politicamente oprimido como uma forma de conhecimento. No caso da imprensa, verifica-se ainda o descumprimento do direito de resposta em prol daqueles destituídos do espaço de escuta.

Spivak (2010) alerta para o poder disciplinador da justiça, que acompanha o projeto imperialista, endossando a condição de subalternidade. Qualquer iniciativa de emancipação deve ser consolidada pelo real desaparecimento de estruturas, públicos e discursos que evidenciam o privilégio. Assim, quando os conglomerados de mídia utilizam de seu para “dar voz” aos subalternizados, a estratégia mais produtiva pode ser desocupar esse espaço (Lima, 2020). Como defende a poetisa e pesquisadora portuguesa, Raquel Lima, uma ação radical pode ser equacionada pela tática do silêncio ; entendê-lo envolve compreender quem é o ouvinte de sua fala (Lima, 2020). A questão, radicalmente, trata-se da redistribuição das violências.

Arendt afirmava que a distinção entre as esferas pública e privada, “encarada do ponto de vista da privatividade e não do corpo político, equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado.” (2007 :82). Assim, reconhece que as características não-privativas da privatividade - como o refúgio, os desejos, e as aspirações superiores - têm caráter de urgência e são a força motriz que nos afasta da apatia, de modo que a eliminação total da necessidade (soberania do social sobre o político) ameaça a própria vida. Em outras palavras, uma vivência vivida inteiramente na presença da publicização torna-se superficial. Nesse sentido, de fato, o libertarianismo pode ser reconhecido como uma característica privativa da privatividade.

Sugerimos o exemplo do racismo praticado pelo jornalista William Waack para falar da importância do silêncio e da interrupção de vozes hegemônicas. Uma escuta política saturada daquelas - Mombaça (2017) cita a branquitude e a cisgeneridade - que se estabelecem como vozes hegemônicas. Ainda, a retórica nesse caso nos remete a um simulacro de apagamento das marcas de privilégio, estratégia empenhada em desprezar a desigual distribuição da condição dos sujeitos consagrados uns, em detrimento de outros, ao regime de escuta - hipervisibilidade - são coextensivos aos sistemas de opressão das vidas e vozes subalternizadas.

Não é difícil imaginar, ainda, que exigir da mídia a interrupção da representação problemática dessas identidades seria, rapidamente, tratada como censura. Muitas vezes, portanto, é menos sobre falta de espaços de escuta do que da capacidade de manter-se em silêncio (Lima, 2020). Essa questão remonta à interpelação interruptiva da ordem do discurso. Retomando o pensamento de Arendt, ao falar pelo subalterno, o jornalismo demonstra como - no caso da liberdade de imprensa - o público passa a invadir o privado, e não o contrário.

Além disso, situar a liberdade de imprensa na esfera privada corrobora para a manutenção do seu estatuto de segredo. Isto é, a ocultação das controvérsias que atravessam os veículos de comunicação é tratada como uma prática viável para que o jornalismo se mantenha autorizado ao discurso de verdade.

## Multiterritorialidade : uma chave não dualista

Como visto, a estratégia para estabelecer esse projeto neoliberal reivindica zonas sombrias, espaços de exceção e de segredo (Sodré, 2015) em que a propriedade coopta o público num processo de apropriação (Haesbaert, 2007). Em justaposição à liberdade de expressão, objetos da esfera privada, as empresas passaram a demandar a posição do comum em detrimento do próprio (Lima, 2010 ; 2013).

A multiterritorialidade é uma alternativa conceitual para a noção de 'desterritorialização', indicada por Haesbaert (2007) como uma crença mítica. No caso da liberdade de imprensa, essa chave analítica propõe uma visada diferente daquela que indica o processo de apropriação do direito (público) 'comum' pelo direito 'próprio' (privado), por parte das empresas de comunicação ; estratégia que, de saída, esvaziaria a dimensão social da liberdade de expressão. Assim, chamamos a atenção para as justaposições que compõem a reapropriação de territórios simbólicos que ocorre de maneira, indissociavelmente, reterritorializante.

Esse movimento complexo envolve a vivência concomitante entre múltiplos territórios. Contudo, o projeto de destituição de um espaço imputa àqueles que, de fato, perderam a segurança territorial, uma condição de precariedade em face do grupo que detém seu controle e passa a contar com privilégios.

A lógica capitalista, em contrapartida, é que propõe a redução do território a uma perspectiva "unifuncional", como um subterfúgio para as contradições político-econômicas imbuídas no processo social de construção do espaço. Com efeito, a dinâmica de acumulação mercantilista se sobrepõe à dominação à apropriação, sufocando as possibilidades de reapropriação de espaços dominados pelo aparato do mercado.

Haesbaert (2007 : 20) lembra que a noção de território, desde sua origem, surge com uma dupla conotação de poder: material (explícito, funcional e de dominação) e simbólica (implícito e de apropriação). Essa dualidade remete ao que Dewey, investigando as condições de formação dos públicos, assinala como uma disputa de forças que está na raiz da constituição do próprio Estado : "Fatos políticos não estão fora do desejo e julgamento humano" (Dewey, 1954 : 6, tradução nossa). Assim, não se deve apegar apenas à perspectiva prática de um objeto - *de facto* - e ignorar "a questão do por qual direito, a questão da legitimidade" (idem, tradução nossa) - *de jure* - implicada em sua aceção.

Interpelando Lefebvre, Haesbaert vai dizer que o valor de uso está atrelado à apropriação (posseção), enquanto o valor de troca remete à dominação (propriedade). De maneira inversa, Sodré (2015) defende que o valor de uso é utilitário, imanente à esfera privada, enquanto o valor de troca é da ordem do reconhecimento, essencialmente público. Salienta-se, ainda, que "quando se trata de

gente, a coisa é mais complexa (...) o valor individual não é antitético ao de sua imagem pública" (Sodré, 2015 : 19).

Nesse sentido, a proposta multiterritorial estabelece a busca por feixes de relação - enfocada nas disputas de poder - que operam a alocação dos espaços público e privado. Uma dificuldade óbvia nessa tentativa de romper com a noção de uma fronteira rígida, certamente, é o acordo tácito de assimetria entre os que, de fato, controlam o território e aqueles que são por ele controlados. Esse problema dificulta a tomada de ação coletiva - no sentido deweyano - baseada na troca de percepções e vivências de modo inclusivo e não exclusivo.

Isso, contudo, não prevê uma apatia do grupo subalternizado em detrimento do hegemônico, na medida que os desacordos emergem em forma de resistência e, ao fim, controle social. É esse o eixo central da discussão sobre a regulação da comunicação social e, como observamos, a interdição desse debate atua não apenas de maneira funcional (oligopólio empresarial), mas se vale da legitimação no campo do simbólico (apropriação do Direito Humano da liberdade de expressão por parte de organizações privadas).

Ainda, o capitalismo neoliberal sustenta o controle de territórios sob dois paradigmas : um típico da lógica estatal que enfatiza o controle de fluxos pela conquista do local (territórios-zona), e outro relativo à perspectiva empresarial, em que a "canalização" de redes visa um alcance global (territórios-rede) (Haesbaert, 2007 : 30). Embora a tendência da sociedade em rede seja de assumir o desaparecimento da lógica zonal, esse modelo - sobretudo quando consideramos os regimes colonialistas e imperialistas - é um constituinte indissociável das práticas sociais responsável pelas "dinâmicas sociais excludentes" (idem : 31) que a retórica globalista deseja ocultar.

Haesbaert retoma as reflexões de Agamben para afirmar que, nos "territórios de exceção" - repulsa do Estado como regra -, a destituição da cidadania é um projeto sistemático de contenção dos excluídos por aqueles que efetivamente exercem seu domínio. Isso, por certo, se dá através da criação de zonas autônomas que afastam o controle social. Isto é, a vulnerabilidade dos públicos diante do oligopólio dos meios de comunicação está diretamente ligada à impossibilidade de manifestação legítima de seus direitos - no caso à expressão. Logo, não se admite a pluralidade de poderes e de identidades.

Por outro lado, se considerarmos a própria liberdade de expressão como uma multiplicidade de territórios (um espaço amplo que abriga toda a esfera da comunicação), na qual a liberdade de imprensa está compreendida, a primeira deveria incorporar, parcialmente ou, até mesmo, sobrepor a segunda ; mas nunca o contrário. Entretanto, ao que tudo indica, a liberdade de imprensa exercida num território de exceção, impõe fronteiras à liberdade de expressão que, destituída de ser "o lugar" da informação, está muito mais para um subespaço do privado.

Aqui trazemos uma pista de como os grandes conglomerados de comunicação podem exercer seu poder a partir da sobreposição da liberdade de imprensa sob a liberdade de expressão : a mobilidade usufruída pela classe hegemônica (nova elite planetária) "permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja da sua conexão em rede (...)" (idem : 38).

Na medida em que a imprensa se apropria, simbolicamente, da liberdade de expressão, passa a ser implementado um processo de hibridização entre os espaços do próprio (atravessante) e do comum (atravessado). Esse processo, como visto,

ocorre em escala global e é parte do projeto neoliberal de dominação - não podendo ser tomado de maneira ingênua apenas como apropriação.

## Considerações finais

A partir do esquema proposto por Haesbaert, podemos situar a liberdade de imprensa num território de desigualdade, onde a dominação impõe a assimetria (mediante às condições econômicas) no acesso da comunidade aos meios de produção ; enquanto a liberdade de expressão, no território da diferença, supõe que o debate na esfera pública seja um espaço de segurança afetiva às múltiplas identidades.

Apesar desse modelo de distinção, no capitalismo neoliberal, é impossível dissociar o papel de controle - simbólico e material - que a mídia exerce sobre o exercício da livre expressão, o qual deveria considerar a precariedade que vulnerabiliza os públicos na construção de uma efetiva igualdade discursiva. Com efeito, a noção pública daquilo que deveria ser um direito comum (liberdade de expressão), na lógica culturalista, foi sequestrada pelos grupos dominantes que exercem seu poder a partir da equiparação territorial entre essas duas liberdades.

Deste modo, é essencial re-discutir as implicações da representação do sujeito subalternizado tanto na esfera pública quanto privada. Da mesma forma, o controle social da imprensa já implica a dimensão do comum envolta na atividade dessas empresas e, quando esse (controle) não é exercido na prática, fica evidente uma sobrepujação do privado pelo público.

Assim, acabamos por comprar a ilusão do que seria a liberdade de expressão mais pela sua imagem (valor simbólico) do que pela sua função (material). Isto é, o território simbólico remodela de maneira indissociável a funcionalidade dos territórios. Isso justifica como os veículos de comunicação promovem o apagamento das contradições que fazem parte de sua própria identidade, como no descumprimento constitucional de sua regulação.

Assim, superando premissas dogmáticas, deve-se considerar os processos históricos que determinam as objetivações da territorialidade. No contexto pós-moderno, rompendo com a dualidade entre fixidez e mobilidade, as espacialidades adquirem valor, para Haesbaert, a partir de quatro qualificações : abrigo físico ; fronteiras identitárias ; disciplinarização ; e controle de redes. A dimensão cultural-simbólica é essencial nos processos de territorialização e, atualmente, resulta numa extrema valorização de bases tecnológico-informacionais em crescente complexidade.

Ao opor a liberdade de assembleia e a liberdade de expressão, destaca-se que a primeira não é a garantia de um direito natural, já que pressupõe uma ação de fora do território do Estado. A assembleia pode, inclusive, afetar as instituições que operam a segunda. Assim, quando a ideologia libertária defende práticas como o discurso de ódio, levando ao seu fim último a liberdade de expressão, ela esgota o sentido desse direito humano de estar alocado entre outros direitos garantidos pela justiça ; qual seja, a difamação, a injúria e o próprio silenciamento induzido (quando da falta da aplicação do direito de resposta).

Na ordem da propriedade (organização), é preciso questionar em que medida o jornalismo consegue expressar aquilo que a comunidade espera de sua função institucional, e quais narrativas privadas têm imperado em seu regime de publicidade. Deste modo, é essencial re-discutir as implicações (materiais e simbólicas) da representação do sujeito subalternizado, tanto na esfera pública quanto privada, no campo epistemológico do jornalismo. Com efeito, resta dizer que o controle social da imprensa já implica a dimensão do comum envolta na atividade

dessas empresas e, quando esse (controle) não é exercido na prática, fica evidente uma reterritorialização entre o privado e o público.

## Referências

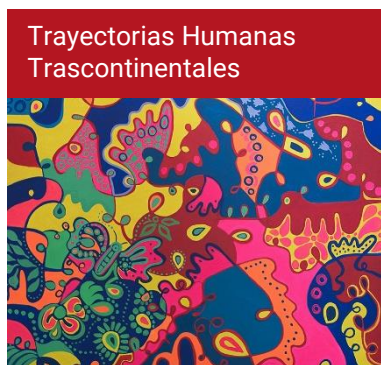
- Agência Brasil. “Governo inglês aprova extradição de Assange para os Estados Unidos”. *Agência Brasil*, 2022. Disponível em:  
[https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-06/governo-ingles-aprova-extradicao-de-assange-para-os-estados-unidos#:~:text=A%20extradi%C3%A7%C3%A3o%20do%20fundador%20o%20WikiLeaks%2C%20Julien%20Assange%2C,nos%20Estados%20Unidos%2C%20de%2018%20crimes%2C%20incluindo%20espionagem.\(acesso em 27/06/2022\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-06/governo-ingles-aprova-extradicao-de-assange-para-os-estados-unidos#:~:text=A%20extradi%C3%A7%C3%A3o%20do%20fundador%20o%20WikiLeaks%2C%20Julien%20Assange%2C,nos%20Estados%20Unidos%2C%20de%2018%20crimes%2C%20incluindo%20espionagem.(acesso%20em%2027/06/2022)).
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro (1958): Forense Universitária, 10ª ed.
- Butler, J. (2018). *Corpos em alianças e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª ed.
- Dewey, J. (1954). *The public and it's problems* (1927). Ohio: Swallow Press.
- Felinto, M. “Para não esquecer o racista do telejornal”. *Folha de S. Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www.anj.org.br/para-nao-esquecer-o-racista-do-telejornal/> (acesso em: 18/07/2022)
- Foucault, M. (2013). « De espaços outros ». *Estudos Avançados*. São Paulo: v.27, n.79, p.113-122. USP Disponível em:  
<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68705> (acesso em: 27/06/2022)
- França, V. V.; Simões, P. G. (2015). “Celebridade: quando o privado atravessa o público (e vice-versa)”. In: Castro, P. C. (Org.). *Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?* p.71-90. Alagoas: EDUFAL. 1ª ed.
- Haesbaert, R. (2007). “Território e multiterritorialidade: um debate”. *GEOgraphia*, v.9, n.17, p.19-46. Rio de Janeiro: UFF, Disponível em:  
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531> (acesso em: 27/06/2022)
- Hypeness. “O que podemos aprender com a entrevista de William Waack no ‘Programa do Porchat?’” *Hypeness*, 2018. Disponível em:  
<https://www.hypeness.com.br/2018/03/o-que-podemos-aprender-com-a-entrevista-de-william-waack-no-programa-do-porchat/> (acesso em:18/07/2022)
- Jovem Pan. “Bolsonaro ressalta papel da Jovem Pan na defesa da liberdade de expressão”. *Jovem Pan*, 2022. Disponível em:  
<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/bolsonaro-ressalta-papel-da-jovem-pan-na-defesa-da-liberdade-de-expressao.html> (acesso em 27/06/2022)
- Jovem Pan. “JP 80 ANOS: Liberdade de expressão e opinião fazem parte dos pilares da Jovem Pan”. *Jovem Pan*, 2022. Disponível em:  
[https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/jovem-pan-completa-80-anos-com-missao-de-defender-a-liberdade-de-expressao.html#:~:text=O%20preceito%20democr%C3%A1tico%20prev%C3%AA%20a%20liberdade%20de%20express%C3%A3o%2C,a%20crescer%](https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/jovem-pan-completa-80-anos-com-missao-de-defender-a-liberdade-de-expressao.html#:~:text=O%20preceito%20democr%C3%A1tico%20prev%C3%AA%20a%20liberdade%20de%20express%C3%A3o%2C,a%20crescer%20)

20dando%20voz%20a%20todos%20os%20lados%E2%80%9D. (acesso em 27/06/2022)

- Lima, R. (2020). “O esvaziamento da noção de subalternidade, a sobrevalorização da fala e os silêncios como resistência”. In: *BUALA*. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/o-esvaziamento-da-nocao-de-subalternidade-a-sobrevalorizacao-da-fala-e-os-silencios-como-resis> (acesso em 19/07/2022)
- Lima, V. A. (2010). *Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia*. São Paulo: Publisher Brasil, 1ª ed.
- Lima, V. A. (2013). “A censura disfarçada”. In: Lima, V. A. de; Guimarães, J. (Orgs.) *Liberdade de Expressão: as várias faces de um desafio*. p.87-109. São Paulo: Paulus, 1ª ed.
- Marques, A. C. S.; Martino, L. M. S. (2018). “O direito de falar: a ética e a livre expressão”. In: *Ética, mídia e comunicação: Relações sociais em um mundo conectado*. p.167-176. São Paulo: Summus Editorial, 1ª ed.
- Mombaça, J. (2017). “Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala”. In: *BUALA*. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala> (acesso em 19/07/2022)
- Oliveira, D. (2021). *Racismo Estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Editora Dandara, 1ª ed.
- Sodré, M. (2015). “Do segredo ao público/privado”. In: CASTRO, P. C. (Org). *Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?* p.13-23. Alagoas: EDUFAL, 1ª ed.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 1ª ed.



## Reseña / Report



Gay-Sylvestre, D.; Gómez Muñiz, M. (2022). *Políticas Públicas, Derechos y Calidad de Vida del Adulto Mayor. El reto del Siglo XXI*. Ciudad de México: Tirant lo Blanch, 477 p.<sup>95</sup>

**Fernando J. Palomino**<sup>96</sup>



El primero de julio de 2022, el Consejo Nacional de Población (CONAPO) señaló que, en Jalisco<sup>97</sup> el 11.6 % de la población total eran adultos mayores, lo que equivale a 991,044 de los cuales 450, 994 son hombres y 540, 550 son mujeres (IEEG, 2022).

Ésta es una cifra que aumenta a diario pues se prevé que, para 2025, se alcance una población aproximada de un millón cien mil ciento dos adultos mayores- esto solo en el Estado de Jalisco así que la pregunta no podría ser más oportuna; ¿Cuáles son los retos que tiene el agente gubernamental, la sociedad, el país y todo el continente para brindar efectivamente las garantías de bienestar para este sector de la población?

La obra en cuestión representa la expresión de expertas y expertos, los cuales desde su ámbito espacial y de estudio nos brindan un acercamiento profundo, teórico, empírico y metodológico respecto a la idea de la política pública especializada para este sector tan importante de la población.

Me ha llamado profundamente la atención que alrededor de los veintitrés capítulos escritos por autores nacionales e internacionales, nosotros como lectores podríamos desarrollar una estructura categórica en la que conceptos como **bienestar, identidad, calidad de vida, educación, protección procesal**, se convierten en ejes estructuradores de la narrativa dialógica, mientras que expresiones **como violencia, discriminación, olvido** se tornan como preocupaciones principales.

Expresiones contra las que, al menos en México, se han diseñado políticas públicas por lo menos los últimos treinta años, desde la adopción de la Declaración Americana

<sup>95</sup> Libro presentado en la Feria Internacional del Libro de Guadalajara (FIL, Jalisco, México), el 1 de diciembre de 2022. El maestro Fernando J. Palomino fue una de las autoridades a cargo de su presentación (Nota de la coordinadora del número). Gay-Sylvestre D.; Gómez Muñiz M. (2022). *Políticas Públicas, Derechos y Calidad de Vida del Adulto Mayor. El Reto del Siglo XXI*. Ciudad de México: Tirant Lo Blanch, 477 p.

<sup>96</sup> Abogado por la Universidad de Guadalajara, Egresado de la Maestría en Política y Gobierno por El Colegio de Jalisco A.C. docente de la Maestría en Derecho Judicial del Supremo Tribunal de Justicia del Estado de Jalisco. Coordinador Jurídico de El Colegio de Jalisco.

<sup>97</sup> Estado de México cuya capital es Guadalajara.

de los Derechos Humanos en 1981 (CDHCM , 2017) - ya se hablaba del concepto de **dignidad** como elemento inherente a la naturaleza humana.

Un jurista mexicano muy destacado, orgullosamente jalisciense Mariano Otero, refiriéndose a la reforma a la Constitución Mexicana en 1847, escribió que “*fui*mo producto de un movimiento nacionalista que dejó para el futuro los detalles”. Esta obra refleja una realidad más dura; además de que se dejaron para el futuro los detalles, nunca se consideró que quienes en ese momento estaban construyendo un paradigma jurídico, llegarían a la tercera edad y la padecerían, sin haber resuelto esos detalles.

Vivimos tiempos difíciles, transitamos al interior de una pandemia, y vimos de frente una crisis que tiene más de un vértice, un desaceleramiento económico como no se había visto en este siglo, el polvorín de una guerra que aparentemente no tiene un punto firme de término y el reto que representa administrar la complejidad, la crisis y la inestabilidad política.

Este transitar entre las sombras de una pandemia que fue letal indistintamente para todos los sectores de la población nos dejó en claro por lo menos tres cosas, **1)** Que los sistemas públicos no tuvieron la capacidad de solventar las nuevas e inesperadas exigencias de una pandemia **2)** Que estos sucesos nos obligaron a confrontar y a desplazar los derechos humanos de la población, al borde incluso de una restricción constitucional y **3)** Que la vida después de la pandemia no volvería a ser igual para nadie, pero menos aún para los adultos mayores.

El contexto actual cambió radicalmente; vivimos tiempos en los que el uso de aplicativos digitales tuvieron un aceleramiento muy importante, y que como bien lo señalan algunos autores de este libro representan un reto para los adultos mayores, al adaptarse al uso de tecnologías de la información, interactuar con nuevos modelos de comercio, de consumo, de educación.

La muerte es el acreedor inevitable de la vida; pero como lo escriben los coordinadores en el prólogo, llegar a la vejez, no significa que llegó el final, ni mucho menos es la razón para dejar de sentir, de gustar o de querer (Gay-Sylvestre & Gomez, 2022).

Me parece interesante la aproximación a conceptos como identidad sexual, homosexualidad, identidad de género en la tercera edad. Creo firmemente que no deberían de representar una barrera en el goce de las garantías constitucionales; son elementos naturales e inherentes a la universalidad de los derechos humanos. Forman parte de la dignidad humana, no podemos coartarlos, restringirlos ni mucho menos negar que existen después de cierta edad, si queremos que se nos tome en serio en la interpretación de los derechos humanos.

Hablar de la tercera edad, indebidamente se ha tornado en un discurso de soledad, aislamiento, pobreza, enfermedad, el cuidado como una carga, una carga de dos vértices: nos molesta cuidarlos y nos beneficia que nos cuiden a nuestros hijos, dejando de lado la calidad de vida de nuestros adultos mayores, asumiendo que, por su edad, ya no tienen nada más que vivir, estigmatizando a la vejez como el límite de la capacidad.

En México según escriben Torres y Santana (2022), hacia 1970 no existía una política enfocada a la atención de los adultos mayores. Hoy en día, no es opcional, la esperanza de vida y el crecimiento de la población en este segmento etario representan una demanda necesaria de servicios, atenciones y garantías que el estado debe cumplir de manera eficiente y eficaz.

Al día de hoy, de acuerdo con Aguilar (2019), las políticas públicas del Agente Gubernamental deben generar eficiencia y eficacia, como imperativos del buen gobierno; de ahí depende la credibilidad discursiva sobre la que se basa la legitimidad política. Hay que tener en claro que todos quienes participamos en un ejercicio democrático nos dirigimos invariablemente a la vejez: niños, estudiantes, profesionistas, tomadores de decisiones. En nosotros está impulsar agendas estratégicas para la construcción de políticas en la materia, transformar la realidad y generar un futuro distinto.

Esta obra nos invita a lo largo de todas sus páginas y en la extensión de cada uno de sus capítulos a dignificar hablar de la vejez, no solo desde el espacio público sino desde las familias, desde las personas. Nos insta a aprender de las políticas mal implementadas y nos abre una ventana muy promisorias de propuestas para construir una vejez plena, digna, amorosa, feliz que es la aspiración de todos los pueblos.

## Referencias

- Aguilar, L. F. (2019). *La Gobernanza del Sector Público*. Mexico : El Colegio de Jalisco.
- CDHCM . (18 de Julio de 2017). [https://cdhcm.org.mx/2017/07/la-convencion-americana-de-los-derechos-humanos-herramienta-fundamental-para-la-defensa-de-la-dignidad-humana-en-mexico](https://cdhcm.org.mx/2017/07/la-convencion-americana-de-los-derechos-humanos-herramienta-fundamental-para-la-defensa-de-la-dignidad-humana-en-mexico/#:~:text=Cabe%20recordar%20que%20la%20CADH,propiedad%20p rivada%2C%20el%20derecho%20de). Obtenido de <https://cdhcm.org.mx/2017/07/la-convencion-americana-de-los-derechos-humanos-herramienta-fundamental-para-la-defensa-de-la-dignidad-humana-en-mexico>
- Gay-Sylvestre & Gomez, M. M. (2022). Prologo Sombras y luces: Los Adultos Mayores. En G.-S. &. (Coord), *Políticas Públicas, derechos y calidad de vida del adulto mayor El reto del siglo XXI* (pág. 24). Mexico: Tirant lo Blanc.
- IIEG. (01 de Julio de 2022). <https://iieg.gob.mx/ns/wp-content/uploads/2022/08/D%C3%ADadelAdultoMayor2022.pdf>. Obtenido de <https://iieg.gob.mx/ns/wp-content/uploads/2022/08/D%C3%ADadelAdultoMayor2022.pdf>: <https://iieg.gob.mx/ns/wp-content/uploads/2022/08/D%C3%ADadelAdultoMayor2022.pdf>
- Torres & Santana, K. (2022). Percepción social de las personas adultas mayores, respecto al derecho a una vida con calidad. En G. S. (Coord), *Políticas Públicas y Calidad de Vida del Adulto Mayor, el Reto del siglo XXI* (pág. 126). Mexico: Tirant lo Blanch.



Ibarra Aragón, R. M. (2022). *Emociones Rotas*. Sin lugar de Edición: Editorial Aragón, 205 p.

**Armando BLANCARTE VILLAREAL**



*Silvia y Nubia, en la vorágine de un vacío existencial, van en busca de una identidad propia, la cual, lejos de encontrar, pareciera alejarse de ellas más y más.*

*Nubia, ante una vida de violencia familiar y abusos sexuales, busca sobrevivir y aunque aparentemente logra su libertad, decide por un camino que la convierte en esclava en el engranaje social de la moral de dos caras.*

*Silvia, con todo y su intelectualidad, lleva bajo la piel el recuerdo constante del machismo sufrido en el seno familiar, bajo la aprobación de su propia madre y ante la imposición de sus hermanos mayores, que crean un yugo del que ella pretende liberarse con fugas de su sexualidad, reprimida durante toda su juventud.*

*Este relato de violencia, abuso, erotismo, espiritualidad, alcoholismo, drogadicción, prostitución, lujuria, emigración, habla con valentía y con el lenguaje directo que corresponde sin hipocresía. Ocurre en medio*

*de contradicciones que viven los protagonistas, entre la virtud y el vicio, entre el bien y el mal. Otros personajes, no obstante, viven conformados a uno u otro ámbito, creyéndose que esa es la tan buscada felicidad.*

**Rosa María Ibarra Aragón**  
(autora)

“Cualquier parecido con la coincidencia es mera realidad”. No, no estoy equivocado en esta expresión, es lo que en principio pudiera conceptuar en relación a esta novela *Emociones Rotas*.

El texto de **Rosa María Ibarra Aragón** nos invita a mirar en nuestro interior; a través de las actitudes de los personajes, da lugar a una crítica hacia la sociedad y, por ello, a las personas que la componemos y, más allá aún, a nuestra filosofía individual que nos conduce a la reflexión enmarcada en esta frase: “No hay mayor libertad que ser como es uno”. Friederich Nietzsche, que implica el cómo se es, en esencia: sin prejuicios, tabúes, cánones... El ser, sin mascarar ni ropajes, ni maquillajes, sin morales adoptadas, sin alineación; en resumen, ¡en completa libertad!

¿Será utopismo inalcanzable en nuestra época? ¿o la necesidad palpitante de ese volver al “ser original” en el ahora, recuento de milenios? Vale la pregunta que

parecieran hacerse inconscientemente los personajes de *Emociones Rotas*<sup>98</sup>, como también valdría esa pregunta para los lectores, que tal vez, en el medio de la trama, reconozcan alguna semejanza en su propia vida, en su propia novela (o en la vida de un amigo del primo de un compadre...) que, siendo humanos también, no sería demasiado extraño.

Esta novela, basada en hechos reales, muestra cómo el amor propio y el reconocer la dignidad del ser, hacen posibles desprenderse de las ataduras, a veces autoimpuestas. También manifiesta el “lado cómodo”, adoptado, que subyuga la dignidad, el amor propio y que esclaviza al cuerpo y al alma.

---

<sup>98</sup> Ibarra Aragón, R.M. (2022). *Emociones Rotas*. Sin lugar de edición, Editorial Aragón